

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

CONCENTRAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL
EM SÃO PAULO (1880 - 1990)

Barjas Negri 6/310/10

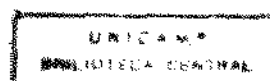
114000020313
13/12/94
4m - 120536
201201-28

Tese de Doutoramento apresentada ao
Instituto de Economia da Universidade
Estadual de Campinas, sob a orientação
do Prof. Dr. Wilson Cano, 1989 -

Este exemplar corresponde ao original da
tese defendida por Barjas Negri em 13/12/94 e
orientada pelo Prof. Dr. Wilson Cano.

CP6/IE, 13/12/94

1994



**CONCENTRAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL EM SÃO PAULO
(1880-1990)**

AGRADECIMENTOS

É muito difícil relacionar todas as pessoas que colaboraram direta ou indiretamente na elaboração de uma tese como esta, que requereu muito tempo de pesquisa. Por isso, optei por agradecer explicitamente àqueles que tiveram uma participação mais estreita durante todo o período de sua elaboração.

Em primeiro lugar, ao Prof. Wilson Cano que além das tarefas de orientador teve a paciência necessária para discutir desde o projeto de tese até as várias versões preliminares, chegando nesse momento à redação final, num trabalho que levou alguns anos. Os agradecimentos ao Wilson Cano não se deve apenas ao trabalho de orientação mas, à compreensão em todos os momentos difíceis durante a elaboração da tese, que ao invés de nos tratar apenas como orientando, desenvolveu uma relação de colega de trabalho e amigo, fatores fundamentais durante todo esse período.

Em segundo lugar, àqueles colegas do Núcleo de Economia Social Urbana e Regional - NESUR, do Instituto de Economia da UNICAMP, com os quais desenvolvemos diversas pesquisas sobre a economia e urbanização de São Paulo. Entre eles destacamos: Carlos Américo Pacheco, Maria Flora Gonçalves, Gustavo Zimmermann e Ulysses Cidade Semeghini. Os comentários, incentivos e apoios de todos foram importantes para a conclusão desta tese.

Maria Flora deu importante colaboração ao ler a primeira versão e apresentar sugestões. A Carlos Américo Pacheco devo um agradecimento especial devido ao apoio dado para a conclusão da versão definitiva, fazendo atenta leitura e auxiliando de forma significativa para que pudéssemos concluir esta tese.

Por último, ao pessoal de apoio administrativo do Instituto de Economia pela contribuição dada para transformar a tese num documento final, através do minucioso trabalho de digitação, correção, impressão e reprodução, entre os quais citamos a Francis, Vera, Pedro, Susete, Amélia e Cláudia. Ao final dos trabalhos, a colaboração e paciência da Cláudia foram importantes.

APRESENTAÇÃO

Nosso objetivo é analisar a expansão, diversificação e modernização da indústria de transformação do Estado de São Paulo, para a partir desta análise discutir as mudanças no padrão de distribuição espacial da indústria paulista em relação à nacional e seu movimento dentro do próprio território paulista, com ênfase na significativa desconcentração recente de sua indústria, principalmente de sua metrópole.

Nossa hipótese central é de que os determinantes fundamentais do crescimento industrial recente do Interior de São Paulo e da desconcentração industrial a partir da metrópole, encontram-se no movimento e na estrutura dos ciclos de investimentos dos anos 70 e 80, que, contudo, não podem ser dissociados do conjunto da história econômica de São Paulo.

Na verdade, procuramos mostrar que as explicações "conjunturais" dessa desconcentração, baseadas quase que exclusivamente nos aspectos microeconômicos das decisões locacionais das empresas ou nas desvantagens comparativas da Metrópole em relação ao Interior, não são suficientes para o entendimento do que foi o processo de "interiorização da indústria paulista".

O que queremos chamar a atenção é que o ciclo de investimentos dos anos 70 impulsionou intensivamente o crescimento do Interior de São Paulo. Há que se destacar que esse crescimento não se restringiu ao setor agroindustrial mas, sobretudo, foi resultado também da expansão do conjunto de investimentos da química e do complexo metal-mecânico, em especial do setor automobilístico, que ganhou novo impulso durante o II PND. A maturação, ao longo dos anos 80, dos investimentos associados ao II PND, explica, ainda, porque o impacto da recessão dos anos iniciais dessa década foi mais forte na Metrópole que no Interior. Ao longo desses dez anos apenas quando a crise industrial se generalizou por todos os setores é que a interiorização perdeu fôlego. Mesmo assim, o Interior teve performance melhor que a Metrópole, na medida que os poucos setores em que houve expansão de capacidade produtiva localizavam-se no Interior - química e agroindústria para exportação.

Isso não significa que o progressivo surgimento de deseconomias de aglomeração na Metrópole e do fortalecimento do movimento sindical não tenham

sido relevantes para auxiliar no entendimento do processo de desconcentração industrial. De fato, essas deseconomias existem, são importantes e fazem parte do contexto de transformação da Metrópole num grande centro financeiro e de decisões econômicas do país, cada vez mais dependente do desenvolvimento de serviços mais especializados. O fundamental, contudo, do nosso ponto de vista, reside nas características da expansão industrial destes últimos vinte anos. É preciso, portanto, atentar para os perfis setoriais do investimento industrial do Interior paulista durante 1970-1990 e, sobretudo, perceber que esse processo não está dissociado da sua história econômica.

Analizamos, na Introdução, os aspectos teóricos a respeito dos processos de desconcentração, da "reversão da polarização" e do espraiamento industrial e o resultado dos principais estudos recentes realizados para o caso do Brasil e de São Paulo.

Para comprovar nossas hipóteses, estruturamos o trabalho visando analisar o crescimento e a diversificação industrial da indústria de transformação de São Paulo, mostrando seu movimento em relação à indústria nacional e suas modificações espaciais, principalmente no que se refere à concentração e desconcentração na Região Metropolitana de São Paulo e ao que se denomina de "interiorização" de sua indústria, avaliando o desempenho diferenciado da indústria em suas regiões administrativas¹.

Na parte I, analisamos o processo da concentração industrial em São Paulo que estende-se até 1970, quando a participação paulista no valor da produção industrial do país eleva-se de 15,9% em 1907 para 54,4% em 1970 (ou 58,2% do VTI); na Parte II, analisamos o processo de desconcentração industrial do período 1970-1990 em que ocorre redução da participação da indústria paulista no valor da transformação industrial do país de 58,2% para 49,2%.

Com base na literatura disponível, procuraremos mostrar na parte I, ainda que de forma resumida, as razões da concentração industrial em São Paulo. Isto é, porque a indústria paulista salta à frente das indústrias das demais regiões brasileiras. A

¹ Trabalhamos com as 11 Regiões Administrativas definidas pelo Decreto Estadual nº 52.576, de 11 de dezembro de 1970: Grande São Paulo, Litoral, Vale do Paraíba, Sorocaba, Campinas, Ribeirão Preto, Baurú, São José do Rio Preto, Araçatuba, Presidente Prudente e Marília.

análise histórica do movimento da indústria paulista compreende três importantes cortes temporais: c) a industrialização subordinada ao café - até 1929; b) a industrialização restringida - período 1929/33 - 1955 e c) primeira fase da industrialização pesada - período 1956 - 1967.

O período pré 1929 - nascimento do capitalismo brasileiro - está intimamente ligado à acumulação cafeeira. Procuraremos mostrar que a intensa atividade urbana do período não se restringe apenas à Capital estadual e Santos, mas que se alastra pelo Interior de São Paulo, passando a exigir outros investimentos urbanos e constituindo-se em estímulo para atividades locais como transportes, comunicações e armazenamento.

O período 1929/33 a 1955 - de expansão diversificada da indústria e da agricultura e de unificação do mercado nacional - vai evidenciar a aceleração da concentração industrial em São Paulo. Entre 1955 e 1967 - de aprofundamento da expansão diversificada da indústria - consolida-se a integração do mercado nacional e a concentração industrial em São Paulo.

Nesse aspecto, nossa perspectiva é verificar as interrelações entre os principais movimentos de mudanças, analisando, particularmente: o aparelho produtivo urbano e regional, o desenvolvimento dos serviços de apoio à produção e à população, o Estado como regulador e indutor do processo de mudança e como provedor de sua infraestrutura e, a população que cresce e socialmente se diferencia.

Na parte II analisamos o período pós 1967, compreendendo a segunda fase da industrialização pesada, quando o governo federal adota explicitamente políticas de descentralização industrial do Estado de São Paulo para o Resto do País. Aqui tem início um processo de desconcentração em escala nacional, ao mesmo tempo um conjunto de fatores leva a indústria do Interior a crescer a taxas anuais médias superiores a indústria da Grande São Paulo (atual Região Metropolitana) e do Brasil, processo conhecido como "interiorização" da indústria paulista.

A principal tarefa que nós colocamos é a de explicar os determinantes desse duplo processo de desconcentração da indústria paulista: a) do Estado de São Paulo em direção ao Resto do País, que implicou em reduzir de 58,2% para 49,2% sua participação no VTI do País entre 1970 e 1990 e, b) da Região Metropolitana em

direção ao Interior paulista, que implicou em reduzir de 74,7% para 53,3% sua participação no VTI estadual, no mesmo período.

Á fim de evitar eventuais confusões conceituais, é preciso esclarecer que: a) entendemos por descentralização industrial a mudança física (parcial ou total) de uma unidade industrial ou da produção industrial de uma área territorial para outra, como por exemplo, do Estado de São Paulo para outros Estados brasileiros ou, da Região Metropolitana de São Paulo para o Interior paulista; b) entendemos por desconcentração industrial as alterações na distribuição espacial absoluta ou relativa de variáveis como número de estabelecimentos, pessoal ocupado, valor da produção e valor da transformação industrial ².

As análises desta Parte II são desenvolvidas tendo em vista o segundo corte temporal: a) década de 70 - de expansão industrial e, b) década de 80 - de crise e estagnação. Esses dois períodos marcam a relativa desconcentração da indústria nacional, fenômeno acompanhado pela progressiva redução do peso da Área Metropolitana de São Paulo na indústria estadual. Portanto, é preciso avaliar os determinantes desses dois fenômenos, cada um a seu tempo.

O entendimento desse processo e a avaliação crítica das políticas governamentais de desconcentração e de descentralização industrial, bem como a adoção de políticas atrativas municipais passam a ter importância fundamental para o entendimento do processo de desenvolvimento econômico, social e da urbanização do Interior paulista, uma vez que seus mais importantes centros urbanos enfrentam hoje, em maior ou menor grau, os mesmos e graves problemas urbanos metropolitanos: habitação, saneamento básico, meio ambiente, saúde e educação, transportes, segurança e limites de recursos orçamentários.

Ver a esse respeito LABINI, Paolo Sylos. Oligopólio e Progresso Técnico, São Paulo, Abril Cultural, 1984, em especial a Introdução "O Processo de Concentração Industrial e as Formas de Mercados". Ver também o recente trabalho de Cano, Wilson. "Concentración, Desconcentración e Descentralización en Brasil", in CURBELO, J. L. et alii (Ed.), Territórios en Transformación, FEDER/C.S.I.C. - Madrid, 1994.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	I
APRESENTAÇÃO	II
INTRODUÇÃO: DESCONCENTRAÇÃO, REVERSÃO DA POLARIZAÇÃO E ESPRAIAMENTO INDUSTRIAL	2
PARTE I.....	17
CAPÍTULO L1: O CRESCIMENTO INDUSTRIAL SUBORDINADO AO CAFÉ.....	18
1.1. AS RAÍZES DA CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL EM SÃO PAULO.....	18
1.2. NASCIMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DA INDÚSTRIA PAULISTA ATÉ A "CRISE DE 1929\.....	29
1.3. ESTRUTURA DA INDÚSTRIA PAULISTA EM 1928.....	35
1.3. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA INDÚSTRIA PAULISTA.....	40
CAPÍTULO L2: A INDÚSTRIA BRASILEIRA DURANTE A INDUSTRIALIZAÇÃO RESTRINGIDA.....	52
2.1. A EXPANSÃO DIVERSIFICADA DA INDÚSTRIA BRASILEIRA.....	52
2.2. A ACELERAÇÃO DA CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL EM SÃO PAULO.....	59
2.3. TRANSFORMAÇÕES NA ESTRUTURA DA INDÚSTRIA PAULISTA.....	61
2.3.1. DA CRISE DE 1929 AO INÍCIO DA II GRANDE GUERRA MUNDIAL.....	64
2.3.2. MODIFICAÇÃO NA ESTRUTURA INDUSTRIAL.....	67
2.3.3. DA II GRANDE GUERRA MUNDIAL AO LIMAR DA INDUSTRIALIZAÇÃO PESADA.....	68
2.4. TRANSFORMAÇÕES ARTICULADAS AO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL PAULISTA.....	71
2.4.1. A EXPANSÃO E DIVERSIFICAÇÃO AGRÍCOLA.....	73
2.4.2. A EXPANSÃO DO SISTEMA VIÁRIO.....	81
2.5. TRANSFORMAÇÕES NA ESTRUTURA ESPACIAL DA INDÚSTRIA DE SÃO PAULO:.....	84
2.5.1. OS ANOS 30 - MOMENTO IMPORTANTE DA INDÚSTRIA DO INTERIOR.....	85
- <u>A INDÚSTRIA DA GRANDE SÃO PAULO</u>	87
- <u>A INDÚSTRIA INTERIORIZADA</u>	89
2.5.2. O PERÍODO 1939/1956 - A EXPANSÃO DA CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL NA GRANDE SÃO PAULO.....	92

. CARACTERÍSTICA DA INDÚSTRIA METROPOLITANA	98
. CARACTERÍSTICAS DA INDÚSTRIA INTERIORIZADA	99
CAPÍTULO I.3: A INDÚSTRIA PAULISTA DURANTE A PRIMEIRA FASE.....	102
3.1. A EXPANSÃO INDUSTRIAL DIVERSIFICADA NO BRASIL	102
3.2. A CONSOLIDAÇÃO DA CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL EM SÃO PAULO	108
3.3. TRANSFORMAÇÕES SETORIAIS DA INDÚSTRIA PAULISTA	110
3.4. TRANSFORMAÇÕES ARTICULADAS AO DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA PAULISTA.....	114
3.4.1. EXPANSÃO E DIVERSIFICAÇÃO AGRÍCOLA	114
3.4.2. EVOLUÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO	118
3.5. MODIFICAÇÕES NA ESTRUTURA ESPACIAL DA INDÚSTRIA DE SÃO PAULO.....	120
3.5.1. A CONCENTRAÇÃO ECONÔMICA NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO: O.....	122
3.5.2. A DINÂMICA DA INDÚSTRIA DO INTERIOR DE SÃO PAULO	126
. CARACTERÍSTICAS DA INDÚSTRIA DO INTERIOR.....	131
PARTE II.....	137
CAPÍTULO II.1: A DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL NO BRASIL: CARACTERÍSTICAS DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA	138
1.1. A CONCENTRAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL NO BRASIL.....	138
1.2. A INDÚSTRIA BRASILEIRA DURANTE A SEGUNDA FASE DA INDUSTRIALIZAÇÃO	152
1.2.1. MODERNIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA.....	153
1.2.2. INFLEXÃO DA CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL EM SÃO PAULO.....	159
1.3. A INDÚSTRIA BRASILEIRA DURANTE A CRISE DOS ANOS 80	163
1.3.1. O DESEMPENHO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA.....	164
1.3.2. A PERSISTÊNCIA DA INFLEXÃO DA CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL EM SÃO PAULO.....	170
1.3.3. TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS DA INDÚSTRIA DE SÃO PAULO.....	172
CAPÍTULO II.2- TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS DA INDÚSTRIA DE	176
2.1. AS POLÍTICAS DE "DESCENTRALIZAÇÃO" INDUSTRIAL: UMA SÍNTESE.....	177
2.1.1. AVALIAÇÃO CRÍTICA DAS POLÍTICAS DE DESCENTRALIZAÇÃO INDUSTRIAL.....	186
A) A AUSÊNCIA DE PERCEPÇÃO DO MOVIMENTO INDUSTRIAL E AGROINDUSTRIAL PAULISTA.....	187

B) OS LIMITES DA AÇÃO DO GOVERNO ESTADUAL.....	188
C) SÃO PAULO, COMO INSTRUMENTO DE EXECUÇÃO DA POLÍTICA URBANA NACIONAL.....	190
D) A INCONSISTÊNCIA DAS POLÍTICAS ATRATIVAS MUNICIPAIS	191
E) CONTRIBUIÇÕES DAS POLÍTICAS ESTADUAIS DE INTERIORIZAÇÃO INDUSTRIAL	192
2.2. PRINCIPAIS DETERMINANTES DO PROCESSO DA INTERIORIZAÇÃO DA INDÚSTRIA...	193
A) <u>POLÍTICAS RESTRITIVAS À ÁREA METROPOLITANA</u>	196
B) <u>POLÍTICAS DE INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO</u>	197
C) <u>IMPACTOS DA POLÍTICA ECONÔMICA FEDERAL</u>	200
. <u>O CRESCIMENTO DAS EXPORTAÇÕES AGROINDUSTRIAIS</u>	201
. <u>O IMPACTO DO PROÁLCOOL</u>	202
. <u>O CRESCIMENTO DAS EXPORTAÇÕES DE MANUFATURADOS</u>	203
D) <u>OS INVESTIMENTOS ESTATAIS NO SETOR PRODUTIVO E NO DESENVOLVIMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA</u>	204
E) <u>AS DESECONOMIAS DE AGLOMERAÇÃO E DEMAIS FATORES LOCACIONAIS</u>	208
2.3. TRANSFORMAÇÕES ARTICULADAS AO PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO DA INDÚSTRIA	210
2.3.1. EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA	210
2.3.2. EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA	215
2.3.3. A INTERIORIZAÇÃO DA INDÚSTRIA PAULISTA	219
2.3.3.1. EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA METROPOLITANA	220
2.3.3.2. EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA DO INTERIOR.....	223
. O INTERIOR E O EMPREGO INDUSTRIAL.....	229
2.4. O PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO DA INDÚSTRIA NOS ANOS 80	232
2.4.1. DINÂMICA AGRÍCOLA	233
2.4.2. DINÂMICA AGROINDUSTRIAL.....	238
. COMPLEXO CANAVIEIRO: AÇÚCAR E ÁLCOOL.....	239
. COMPLEXO CÍTRICO: SUCO DE LARANJA E FARELO DE POLPA CÍTRICA.....	241
. COMPLEXO SOJA: GRÃOS, FARELO E ÓLEO	242
. PRODUÇÃO PECUÁRIA.....	242

2.4.3. A NOVA ESPACIALIZAÇÃO DA INDÚSTRIA PAULISTA	244
. A INDÚSTRIA METROPOLITANA	246
. A INDÚSTRIA INTERIORIZADA.....	248
. AS REGIÕES ADMINISTRATIVAS	250
CONCLUSÕES.....	252
BIBLIOGRAFIA CITADA	257

INTRODUÇÃO

DESCONCENTRAÇÃO, REVERSÃO DA POLARIZAÇÃO E ESPRAIAMENTO INDUSTRIAL

INTRODUÇÃO: DESCONCENTRAÇÃO, REVERSÃO DA POLARIZAÇÃO E ESPRAIAMENTO INDUSTRIAL

Desde o início da década de 80, a problemática da desconcentração da indústria paulista vem chamando a atenção de vários pesquisadores. As principais avaliações desse fenômeno foram influenciadas pelos estudos acerca dos processos de "reversão da polarização", evidenciadas em países desenvolvidos, sobretudo os EUA³. Estas explicações buscavam relacionar as chamadas "polarizações reversas" com o desenvolvimento de "deseconomias de aglomeração" provocadas pela intensificação do crescimento industrial e urbano nos grandes centros, que ocorria em paralelo ao surgimento de novas economias de aglomeração em outros espaços urbanos.

Por "deseconomias de aglomeração" entendia-se um conjunto de variáveis entre as quais se destacam os maiores custos de transportes, de terrenos, de serviços e de infraestrutura urbana, incluindo-se outras que provocavam alteração na organização da produção e na sua produtividade, como maiores dispêndios de tempo com transporte, ampliação do poder sindical da classe trabalhadora, questões ambientais, com deterioração das condições de vida nos grandes centros urbanos, queda na produtividade do trabalho, etc.

Segundo estas análises, o Brasil seria o primeiro caso de "reversão da polarização" entre os países em desenvolvimento⁴. Depois de décadas de um processo de concentração econômica e populacional em São Paulo, finalmente começa-se a assistir a uma tendência inversa, decorrente não só dos próprios constrangimentos criados com o excessivo crescimento da Área Metropolitana de São Paulo. Mas, se estes primeiros ensaios tinham o apego de reproduzir processos em curso em outras economias, e para tanto, contavam com o suporte das metodologias que se desenvolviam para avaliar estes mesmos fenômenos, ainda assim, comportavam inúmeras dificuldades. Em primeiro lugar, a própria fragilidade da base empírica utilizada, muitas vezes restrita a indicadores demográficos e sem uma qualificação precisa de dados econômicos, em particular da indústria de transformação. Em segundo lugar, e bem mais problemática que a primeira, era a fragilidade dos

³ Ver a respeito o trabalho de RICHARDSON, H.W. "Polarization Reversal in Development Countries. Papers of the Regional Science Association, 1980, vol.45, pp.67-85

⁴ Ver REDWOOD III, J. "Reversión de Polarización, Ciudades Secundarias, y Eficiencia en el Desarrollo Nacional: Una Vision Teórica Aplicada al Brasil Contemporáneo" Revista EURE, março de 1985 e TOWNROW, P.M. & KEEN, D. "Polarization Reversal in the State of São Paulo". Regional Studies 18, 1984, pp. 45-54.

conceitos que buscavam explicar a "reversão da polarização". Uma série de exames críticos fariam que se reavaliasse de forma radical essa abordagem.

Há aqui duas questões relevantes. De um lado, como indica Azzoni, "por trás de toda a discussão sobre a polarização em si e, principalmente, sobre a reversão da polarização, está o fenômeno das economias de aglomeração"⁵. E este aspecto jamais chegou a receber um tratamento satisfatório, se é que isto seria possível. De outro lado, é impossível imaginar que a complexidade dos processos em curso, num país da dimensão do Brasil e com sua história econômica recente, marcada por grandes transformações estruturais, pudesse estar dentro de um quadro explicativo tão simplificado, ainda que esta simplicidade possa parecer atraente. Não é por outra razão que grande parte dos analistas que iriam escrever, ao longo desta década, sobre o problema regional brasileiro, invariavelmente qualificariam de uma forma ou de outra - o processo de desconcentração.

De fato, afora os autores que, no extremo, descartam que tenha ocorrido uma reversão da polarização, os demais indicam uma série de limites para este processo: para alguns foi um processo de dimensões restritas, para outros sua abrangência regional esteve circunscrita às regiões e estados próximos de São Paulo. Mais interessante ainda, nestas análises, é que a tentativa de formar um quadro explicativo desse movimento foi exigindo que se incorporassem temáticas cada vez mais abrangentes, fugindo da simplicidade inicial da idéia de "reversão da polarização". É esta abrangência temática que levou Clélio Campolina Diniz a afirmar que "não há uma abordagem teórica compreensiva que permita avaliar a situação regional brasileira"⁶. Vejamos se é possível trazer alguma contribuição para este desafio, avaliando em primeiro lugar as duas análises que se mostravam mais influentes neste debate: a do próprio Diniz e a de Azzoni⁷.

-
- 5. Conforme AZZONI, Carlos Roberto. Indústria e Reversão da Polarização no Brasil. São Paulo, IPE-USP, 1986. Ensaio Econômico no. 58 e "A lógica da Dispersão da Indústria no Estado de São Paulo" in Estudos Econômicos, São Paulo, IPE-USP, 1986a, no. 16 (Especial).
 - 6. Conforme DINIZ, Clélio Campolina. Dinâmica Regional da Indústria no Brasil: Início de Desconcentração, Risco de Reconcentração. Tese ao Concurso de Professor Titular ao Departamento de Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, Belo Horizonte, 1991, mimeo, p.32.
 - 7. Principalmente DINIZ, C.C. (1991) op.cit.; DINIZ, C.C. "Desenvolvimento Poligonal no Brasil - nem desconcentração nem contínua polarização". Belo Horizonte, outubro de 1991, mimeo, pp. 1-53; AZZONI, C.R. (1986) op.cit. e AZZONI, C.R. "La Nueva Dirección de la Indústria Paulista". Anais do Seminário Internacional Revolución Tecnológica y Reestructuración Productiva: Impactos e Desafíos Territoriales, Santiago de Chile, 22 a 25 de agosto de 1989.

Os trabalhos de Azzoni, independentemente de suas conclusões, são particularmente úteis, porque evidenciam os dilemas da idéia de economia/deseconomia de aglomeração e de polarização reversa. Partindo exatamente do mesmo corpo teórico da economia regional, em que estes conceitos foram produzidos, Azzoni procura dar um sentido mais claro aos fatores que influenciavam as decisões locacionais, para tentar compreender o processo de desconcentração, a partir da Grande São Paulo.

De forma sintética, pode-se dizer que estas decisões estão determinadas, de um lado, pelos fatores aglomerativos, que indicam a concentração urbana ou regional de atividade industrial e, de outro, pelos custos associados a estas decisões, que são variáveis segundo o tamanho das cidades.

Para o autor, os custos locacionais crescem com o tamanho urbano, (por exemplo, custo de mão-de-obra e custo da terra)⁸. Assim, as firmas que se localizam em centros maiores - com custos mais elevados - seriam aquelas que "dependem mais estritamente das vantagens aglomerativas oferecidas"⁹. Não é aqui, pelo lado dos custos, que residem as críticas do autor às análises de reversão da polarização. Ao contrário, seus comentários centram-se sobre as chamadas "forças aglomerativas".

Azzoni parte da tradicional divisão das vantagens aglomerativas em três tipos: economias de escala (internas à planta), de localização (internas ao setor) e de urbanização. E o conjunto de seu argumento se volta para a crítica da idéia de que as economias de urbanização podem ser identificadas, exclusivamente, com as áreas centrais das grandes cidades. Em São Paulo, para o autor, elas assumiriam uma dimensão regional. Na verdade, Azzoni propõe-se a repensar os fenômenos ocorridos com a indústria paulista, a partir da idéia da consolidação de um "centro aglomerativo", que transcende a Área Metropolitana de São Paulo. Assim, "longe de prenciar uma independência do crescimento industrial com relação à atração exercida pela área central, a dinâmica industrial do anel externo à Área Metropolitana Paulista, guarda estreita relação com a Capital, caracterizando uma fuga dos custos locacionais maiores

⁸ Conforme AZZONI, C.R. (1986a), p.49. O ponto de partida dessa análise encontra-se em RIZZIERI, Juárez A.B. Desenvolvimento Econômico e Urbanização: Produtividade das cidades e Custos de Serviços Públicos por Tamanho Urbano, São Paulo, IPE-USP (1982), Ensaio Econômico, no.18.

⁹ Conforme AZZONI, C.R. (1986a), p.49.

do centro, para o caso daquelas empresas que encontram condições práticas para fazê-lo"¹⁰.

Ou seja, a idéia fundamental, segundo o próprio autor, é que "a atração regional transcende o âmbito do urbano, enquanto os custos locacionais são basicamente urbanos"¹¹. Assim, "dadas as altas taxas de crescimento populacional e industrial evidenciadas nessas áreas, vale dizer, o elevado crescimento da demanda pelos insumos urbanos em geral e considerando-se a relativa rigidez da sua oferta, parece inevitável o crescimento dos custos locacionais em importante dimensão. Levando-se em conta a existência de centros urbanos de porte considerável em pontos internos aos campos aglomerativos dessas cidades, com o nível de atração suficiente e sem os custos locacionais da área urbana maior, parece lógico que as empresas tenham preferido áreas periféricas das regiões metropolitanas em um processo de urbanização da indústria e da população"¹².

Azzoni conclui afirmando que "longe de constituir-se um sinal de reversão da polarização, o fenômeno observado em São Paulo estaria mais próximo de um espraiamento da indústria dentro da área mais industrializada do País, em um processo do tipo "desconcentração concentrada". Seria aproximadamente um tipo de suburbanização das atividades industriais em âmbito mais abrangente, o que é possível pelas oportunidades abertas pelo desenvolvimento tecnológico, em um sentido amplo, para a separação das atividades produtivas das atividades de comando empresarial"¹³.

Azzoni, portanto, não se remete à Região Metropolitana de São Paulo como referencial espacial para a análise das modificações espaciais internas ao território paulista. Para esse autor, as economias de aglomeração - em especial de urbanização - ultrapassam a área metropolitana, para se tornarem economias de regionalização. Levando adiante sua argumentação, seu conceito de "campo aglomerativo" inclui as cidades num raio, a partir da RMSP, de aproximadamente 150 quilômetros. Nesse "campo aglomerativo", mais abrangente que a RMSP, não existiriam grandes

¹⁰ Idem, p. 66

¹¹ Idem, p. 50

¹² Idem, p. 51.

¹³ Conforme AZZONI, C.R. Indústria e Reversão da Polarização no Brasil. IPE-USP. Ensaios Econômicos no. 58, 1986, pp. 125-126.

diferenças quanto às economias de aglomeração, mesmo existindo diferenças de custos locacionais, segundo o tamanho das cidades¹⁴.

Assim, essa macroregião se transforma em um campo de forças que passa a atrair as mais variadas atividades econômicas. À medida que ocorre avanços tecnológicos, esse campo locacional amplia-se, ao mesmo tempo que reduz o próprio poder de atração do centro¹⁵.

Esses são os argumentos e condições que levaram Azzoni a concluir que nos anos 70 ocorreu, em São Paulo, um processo de "espraiamento da indústria" da Região Metropolitana de São Paulo para o seu Entorno num raio de, aproximadamente, 150 quilômetros, numa espécie de "desconcentração concentrada".

Mas, mesmo chamando a atenção para o fenômeno do crescimento do interior paulista¹⁶, os trabalhos de Azzoni acabam estruturando um conjunto de respostas muito parciais para os fenômenos em curso. Ao tentar explicitar as causas das modificações espaciais, deixa sem respostas: a) por que certas regiões, mesmo tendo índices de excedentes (calculado pela diferença entre Valor de Transformação Industrial e Salário total da Indústria) superiores à média nacional, reduzem suas participações relativas no valor da transformação industrial do país, como são os casos de São Paulo e Rio de Janeiro; b) por que certas regiões com índices de excedentes inferiores à média nacional ampliam suas participações relativas nesse mesmo total, como são os casos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina; c) como explicar o desenvolvimento industrial de regiões do Estado de São Paulo que não se encontram dentro do campo aglomerativo tal como definido, a exemplo de Ribeirão Preto e São José do Rio Preto; e d) como explicar que subsistam áreas pouco industrializadas, em municípios de pequeno porte, no mesmo campo aglomerativo.

¹⁴ Ver AZZONI, C.R. (1986) em especial Capítulo IV, pp. 71-93.

¹⁵ Como bem sintetizou Diniz: "deixa-se de pensar a cidade como centro de atração e passa-se a pensar como "campo aglomerativo", composto por um conjunto de cidades que manteriam certa ubiquidade. Azzoni busca assim quantificar a força de atração urbana em função da força de atração de cada cidade, e do potencial aglomerativo da região. Neste último caso o poder de atração regional seria a função do volume de sua produção industrial, do número de centros urbanos de tamanho mínimo e da diversificação industrial da região". Conforme DINIZ, Clélio Campolina, Dinâmica Regional da Indústria no Brasil: Início de Desconcentração, Risco de Reconcentração, Belo Horizonte, Tese apresentada ao concurso de professor titular, apresentada ao Departamento de Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, 1991, pp. 80-81.

¹⁶ Quase simultaneamente, a pesquisa desenvolvida em 1986 pelo Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional - NESUR, do Instituto de Economia da UNICAMP, A Interiorização do Desenvolvimento Econômico em São Paulo (1920-1980), também examinava esse processo, porém sob enfoque teórico e empírico radicalmente distinto. Ver CANO, W. et alii, (1988).

A abordagem de Azzoni constitui-se, na verdade, numa crítica interna aos pressupostos metodológicos dos economistas da polarização reversa. Mas, não transcende este quadro e busca indicar que a perda de importância relativa da Área Metropolitana de São Paulo foi compensada pelo crescimento do Interior do Estado, que forma com a Grande São Paulo - segundo o autor - um único campo aglomerativo.

Há, assim, muitas questões a serem qualificadas nesta abordagem. Em primeiro lugar, a análise locacional, mesmo quando acompanhada de cortes analíticos por tamanho de estabelecimento ou propriedade do capital, deixa de lado uma série de contribuições novas da moderna organização industrial: a) oligopólios e barreiras a entrada; b) novas estruturas de mercado; c) novos padrões de competições capitalistas; e d) diversificação da produção visando ocupar mercados potenciais¹⁷. Estes aspectos são relevantes, não apenas para qualificar, ao nível microeconômico, as hipóteses de comportamento das empresas frente a custos locacionais crescentes e eventuais economias de aglomeração, como também são particularmente importantes, para a avaliação da desconcentração industrial, porque esta insere-se num quadro mais amplo, num momento específico do processo de unificação do mercado nacional, que muito propriamente Wilson Cano chamou de passagem da integração comercial para a da integração produtiva¹⁸.

Em segundo lugar, é preciso chamar a atenção que mesmo sendo possível internalizar, parcialmente, a ação pública na análise, por esta se constituir num elemento fundamental de custos urbanos para as empresas e por estruturar novas economias de aglomeração (infraestrutura, qualificação de mão-de-obra, etc.), seu marco analítico inevitavelmente subestima o papel do Estado. Isto é evidente no caso do investimento direto estatal e seus desdobramentos, nem sempre ditados por regras de "mercado" ou, também, nas políticas de incentivos, subsídios fiscais e creditícios, ou mesmo nos casos de maior restrição locacional por questões estratégicas ou ambientais. Estes foram, como enfatizaremos, um componente importante do movimento recente de desconcentração.

¹⁷ Essas análises baseiam-se em autores como SYLOS-LABINI, Paulo (1984), BAIN, Joe (1963), PENROSE, Edith (1962) e STEINDL, Joseph (1983). Esse assunto é tratado de forma sistemática por POSSAS, Mário Luiz Estruturas de Mercado em Oligopólio. São Paulo, Editora HUCITEC, 1985.

¹⁸ Ver CANO, Wilson. Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil (1930-1970). São Paulo, Global Editora, Campinas, Editora da UNICAMP, 1985.

Em terceiro lugar, há um conjunto de outras determinações externas à indústria e ao plano microeconômico das decisões locacionais que se constituíram também em determinantes específicos de desconcentração. Entre eles poderíamos mencionar o desenvolvimento agrícola, das exportações de manufaturados, o processo de urbanização, e o movimento sindical, que não só têm dinâmica própria, como têm história.

Por fim, antes de discutir a tese em si do corpo aglomerativo, também há que se levar em conta a dificuldade destes modelos explicativos, quando as decisões locacionais são avaliadas fora do contexto econômico em que se realizam. Nos referimos, em particular, ao movimento cíclico recente, aos perfis setoriais de investimento em cada momento e à forma de inserção internacional que sinalizavam. Aqui é que se encontram as razões para se diferenciar os distintos efeitos espaciais dos investimentos do "milagre", do II PND, ou os investimentos intensivos em recursos naturais dos anos 80 e destinados às exportações¹⁹. Várias destas críticas foram explicitadas por DINIZ²⁰. Neste caso, em que pese, como veremos, existir alguma correspondência entre a idéia de um "desenvolvimento poligonal" e a de um "campo aglomerativo" no entorno da Grande São Paulo²¹, o que chama a atenção é a busca de uma explicação mais ampla dos determinantes do processo de desconcentração.

De fato, Diniz vai incorporar uma série de outros aspectos, além das economias de aglomeração e dos custos locacionais. Para este autor, "dada a insuficiência da teoria da localização e do desenvolvimento regional para a análise das condições contemporâneas de localização industrial, reforçados pelas transformações estruturais em curso e dada a especificidade setorial da indústria brasileira e sua etapa histórica de desenvolvimento, entendo que, pelo menos, cinco aspectos teóricos ou metodológicos deverão ser considerados, de forma alternativa ou conjunta para analisar a dinâmica geográfica da indústria brasileira nos anos recentes"²²: a) a distribuição espacial dos recursos naturais; b) o papel do Estado; c) o processo de unificação do mercado nacional e suas consequências para a concorrência inter-capitalista e para as estruturas produtivas regionais; d) as economias de aglomeração;

¹⁹ Ver a esse respeito LESSA, Carlos. *A Estratégia de Desenvolvimento Econômico 1974-1976: Sonho e Fracasso*. Rio de Janeiro, FEA-UFRJ, 1978, mimeo e DINIZ, Clélio Campolina *Capitalismo, Recursos Naturais e Espaço*. Campinas, IE-UNICAMP, 1987, mimeo.

²⁰ Ver DINIZ, Clélio Campolina. *Dinâmica Regional da Indústria no Brasil*..., 1991, op.cit., em especial Capítulo III, pp. 73-89.

²¹ Ver DINIZ, Clélio Campolina *Desenvolvimento Poligonal no Brasil*..., outubro de 1991, op.cit.

²² Idem, p.22.

e) a concentração regional da pesquisa e da renda, que obstaculiza a desconcentração regional da indústria.

Há aqui, portanto, a preocupação de formar um quadro explicativo bem mais abrangente, ainda que isto se manifeste na preocupação do autor com o suposto "ecletismo teórico" decorrente. Vejamos, sinteticamente, o significado de cada um destes determinantes:

a) Recursos Naturais: as experiências mais relevantes de abertura de fronteira econômica no capitalismo, ocorreram pela via dos recursos naturais; a ocupação do espaço geográfico brasileiro; num primeiro momento, foi determinada pela busca de recursos naturais - café em São Paulo e minérios em Minas Gerais são bons exemplos -; a estrutura industrial do país indica peso significativo das indústrias orientadas por recursos naturais²³.

b) Papel do Estado: no caso brasileiro foram decisivos três aspectos - investimento direto, incentivos fiscais e implantação de infraestrutura básica; o Estado brasileiro assumiu, de forma crescente, desde os anos 30, os investimentos básicos para a implantação do parque industrial do país que, após 70, teve clara orientação locacional; os incentivos regionais setoriais que sempre existiram na economia brasileira, foram generalizados pós 70; o Estado sempre atuou no sentido de expandir a malha rodoviária, de aumentar a oferta energética e modernizar a rede de telecomunicações²⁴.

c) Unificação do Mercado, Concorrência Intercapitalista e Estrutura Produtiva: o processo de unificação do mercado nacional, em curso desde 1930, consolida-se nas últimas décadas, com a construção e ampliação da malha viária, com ampliação da frota de veículos e com o desenvolvimento das telecomunicações; a concorrência interempresarial ganhou importância a nível regional, apoiada na infraestrutura mínima, no potencial dos mercados e nos incentivos regionais e setoriais, quando empresas investem na procura de recursos naturais, de ocupação e abertura de mercados; as alterações na estrutura produtiva, provocadas pelas modificações técnicas e de composição de demanda, alteram a posição relativa das regiões²⁵.

²³ Ver Dinis, C.C. (1991), pp. 22-24 e 44-50.

²⁴ Idem, pp.24-25 e 50-53.

²⁵ Idem, pp. 25-27 e 53-56.

d) Economias e Deseconomias de Aglomeração: várias possibilidades se abrem para um país com as características do Brasil: 1) processo de desconcentração micro-localacional ou intra-urbano, com deslocamento das atividades produtivas para a periferia com manutenção da base de serviços originais; 2) processo de desconcentração urbana dentro de uma área limitada, originando o conceito de "campo aglomerativo", através de uma rede urbana hierarquizada e geograficamente integrada e 3) processo de desconcentração macro-espacial para cidades ou regiões distantes, com possibilidade de expansão para a fronteira dinâmica do Centro-Oeste ou Norte do País, dotada de grande disponibilidade de recursos naturais e, de expansão para regiões densamente ocupadas e mais pobres como o Leste e Nordeste brasileiro, esta com menores possibilidades de ocorrer²⁶.

e) Concentração Regional de Pesquisa e Renda: a distribuição regional da pesquisa e do mercado de trabalho qualificado são importantes para a localização industrial; as transformações tecnológicas e o conjunto de atividades, altamente intensivas em conhecimentos também alteram os padrões locacionais²⁷. Por sua vez, "o perfil da distribuição regional e pessoal da renda, se apresenta como grande obstáculo para uma efetiva política de desconcentração regional da indústria no Brasil"²⁸, na medida em que não se constitui um amplo mercado de consumo de massa que alavanque a indústria de bens de consumo não duráveis e mesmo de bens duráveis, que poderiam assumir um desenho regional menos concentrado.

Em termos prospectivos, para o autor, esta é uma das questões mais relevantes para as possibilidades de concentração/desconcentração regional da indústria. Em conjunto com a concentração espacial do aparato de pesquisa e de mercado de trabalho profissional - que induzem a um bloqueio à desconcentração produtiva, sobretudo dos segmentos mais intensivos em tecnologia - a distribuição regional da renda tende a assumir um papel, ainda mais relevante, no futuro próximo.

A partir deste arcabouço, Diniz estrutura o que seriam as razões básicas da perda de posição relativa da indústria paulista nos anos 70, e faz uma avaliação do desempenho de cada uma das economias regionais nesta década. Como consequência, afirma "que o 'espraiamento' industrial no Brasil, não ocorreu apenas

²⁶ Idem, pp. 27-30 e 58-59.

²⁷ Idem, pp.30-32.

²⁸ Idem, p. 71

dentro do limitado raio de 150 km da área metropolitana de São Paulo. Em primeiro lugar, o crescimento dentro do próprio Estado de São Paulo ocorreu em regiões distintas como as cidades de Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, entre outras. Em segundo, em situação semelhante estariam os estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e mesmo Minas Gerais. Isto nos permite qualificar a idéia de Azzoni e dizer que a 'reversão da polarização' da área metropolitana de São Paulo ocorreu, prioritariamente, na macro-região próxima e, secundariamente, para regiões mais distantes, conforme procuramos demonstrar em outro trabalho"²⁹.

Em outro trabalho Diniz volta a qualificar a idéia de "campo aglomerativo", tal como Azzoni. São suas as palavras: "minha idéia de desenvolvimento poligonal amplia o conceito anterior, considerando uma ampla região como capaz de capturar este processo de desconcentração. Este movimento estaria condicionado à existência de uma rede urbana dotada de serviços básicos, infraestrutura de ensino e pesquisa e alguma base industrial, além do maior nível relativo de renda destas regiões. Este processo, na minha concepção, tenderia a atingir as cidades do Interior do próprio estado de São Paulo, o sul do triângulo de Minas Gerais e norte do Paraná, podendo estender, no sentido sul, para o estado de Santa Catarina e nordeste do Rio Grande do Sul e, no sentido norte, para a região central de Minas Gerais"³⁰.

Inclui em sua análise outros aspectos importantes como as deseconomias de aglomeração da RMSP, o papel do Estado, por meio de suas políticas regionais, a disponibilidade diferenciada de recursos naturais, a unificação do mercado nacional, modificações em sua estrutura produtiva, etc., Diniz conclui que o "processo de polarização da área metropolitana de São Paulo, e mesmo no estado de São Paulo, foi revertido no período pós 70". Entretanto, não parece que esta tendência de reversão, em sentido amplo continuará, até o final do século. Ao contrário, a grande ênfase em indústrias de alta tecnologia e o relativo declínio e fracasso das políticas regionais e do investimento estatal, abrem uma terceira possibilidade. Nesta o processo de desconcentração será enfraquecido e o crescimento tenderá a se circunscrever ao

²⁹ Conforme DINIZ, C.C. (1991a), p. 81

³⁰ Conforme DINIZ, C.C. Desenvolvimento Regional no Brasil - Nem Desconcentração nem Continua Polarização, Belo Horizonte, CEDEPLAR-UFMG, outubro de 1991. Esta versão, "de seu desenvolvimento poligonal", evidentemente está marcada não apenas pela concepção do autor dos fenômenos ocorridos nas duas décadas, mas também dos problemas futuros de continuidade de desconcentração. Mesmo assim, pode-se dizer que ele sintetiza seu pensamento acerca dos limites da desconcentração em curso desde os anos 70.

estado de São Paulo e ao grande polígono em torno dele. Estamos chamando este processo de aglomeração poligonal"³¹.

A partir desta concepção de Diniz, é possível qualificar melhor algumas das observações de Azzoni sobre o movimento espacial da indústria brasileira pós 1970, principalmente a de São Paulo:

a) seria até possível concordar com a idéia de que não tenha se iniciado o processo de reversão da polarização da indústria de São Paulo, no sentido de que mantêm-se ainda elevados índices de concentração. No entanto, as razões para isso não seriam as apresentadas por Azzoni, mas se encontram, muito mais na articulação da estrutura produtiva dessa indústria com o restante da indústria nacional, onde São Paulo comanda o processo de acumulação de capital industrial, liderado por sua mais moderna e diversificada indústria, principalmente de bens de capital, de consumo durável e de bens intermediárias;

b) não é possível concordar com a idéia de que tenha havido, em São Paulo, um fenômeno de "espraçamento" da indústria metropolitana para cidades a uma distância máxima de 150 quilômetros da Capital pois, a indústria paulista sempre teve presença marcante tanto no Interior como na Metrópole, onde cada região teve um desenvolvimento com características próprias, resultado das determinações de natureza histórica do processo de acumulação capitalista, no espaço regional de São Paulo; além do mais, no raio de 150 quilômetros, sugerido por Azzoni encontram-se diversas cidades e regiões que não tiveram grande desenvolvimento industrial, principalmente nas regiões de governo de Registro, Itapeva e Vale do Ribeira, esta bastante deprimida.

c) algumas regiões como Campinas, Ribeirão Preto e Sorocaba, sempre possuíram dinâmicas e expressivas produções industriais e principalmente agropecuárias, que se ampliam pós 70, em decorrência de elevados recursos em infraestrutura básica - transportes, energia, saneamento - e do intensivo processo de agroindustrialização, incentivado pela política federal de incrementar as exportações de produtos com maiores valores adicionados, fenômenos que guardam pequenas relações com o denominado "espraçamento industrial"; nas áreas do "oeste" paulista

³¹ Conforme DINIZ, C.C. (1991b), p. 39 (o grifo é nosso)

essa questão é ainda mais específica, em virtude da importância do setor agropecuário e do sistema viário.

d) Por fim, se não é possível compreender a desconcentração industrial do país, sem atentar para o fenômeno da "interiorização" do desenvolvimento, o contrário também é válido. É equívoco sustentar que os novos determinantes locacionais derivam, exclusivamente, de um "espraiamento limitado do campo aglomerativo da metrópole", quando se examinam os dados do crescimento absoluto da indústria brasileira nos últimos vinte anos. De fato, entre 1970 e 1990, o produto industrial brasileiro foi multiplicado por 2,2³², mais que duplicando a capacidade produtiva. O problema é que este "outro Brasil" construído nestes vinte anos assumiu uma distribuição espacial radicalmente distinta da anterior: apenas 12% do acréscimo do produto foi localizado na Metrópole de São Paulo; 30% no Interior paulista; 22% no Sul do País; 11% em Minas Gerais; 6% na Bahia; 5% no Rio de Janeiro; 4% nos demais estados do Nordeste e quase 10% nas regiões Norte, Centro-Oeste e no estado do Espírito Santo³³.

Uma série destes aspectos críticos já foi indicada por Diniz em seus trabalhos, que, como dissemos, alinha um conjunto bem mais amplo de razões para explicar o processo de desconcentração dos últimos anos. Com relação a estes trabalhos, temos apenas algumas considerações, que buscam salientar aspectos nem sempre ressaltados com a devida ênfase pelo autor ou evidenciar formas ligeiramente distintas de abordagem.

É conveniente ter em conta as informações disponíveis que mostram a distribuição da indústria de transformação por região, para qualificar a idéia de Diniz de um "desenvolvimento poligonal", que amplia o conceito de "campo aglomerativo" de Azzoni para uma região que compreende não só o Interior de São Paulo, mas, também, as áreas situadas entre Belo Horizonte, Uberlândia, Londrina/Maringá, Porto Alegre e Florianópolis³⁴. Nas palavras de Diniz "seria um processo de desconcentração interurbana, porém dentro de uma área limitada, correspondendo aproximadamente ao

³² Mesmo sabendo que o produto industrial de 1990 situa-se próximo ao de 1980, utilizamos os dados de 1970 e 1990, porque em termos regionais há alterações relevantes no último decênio.

³³ Os dados utilizados baseiam-se no crescimento real do produto da indústria de transformação entre 1970 e 1990, bem como da distribuição espacial da Tabela II.1. Mesmo sabendo que os resultados de 1990 podem distorcer alguns números, pela severa recessão desse ano, os números não seriam muito diferentes para outras datas e a idéia fundamental muito menos.

³⁴ Basicamente englobaria as áreas dos estados do Sul do País, o Interior de São Paulo e o Sul e Sudoeste de Minas Gerais. Ver DINIZ, C.C. (1991), p. 5, mapa 2.

"campo aglomerativo" de São Paulo, como analisado por Azzoni (1986). Minha idéia de desenvolvimento poligonal amplia o conceito anterior, considerando uma ampla região como capaz de capturar esse processo de desconcentração"³⁵.

Além da analogia indevida com Azzoni, que não tem sentido pelo descompasso metodológico entre as duas análises, é preciso salientar que há um problema no diagnóstico de Diniz quando ele circunscreve os efeitos da desconcentração ao polígono, que vai de Porto Alegre a Belo Horizonte. Ainda que esta região, como aponta o autor, tenha sido a maior beneficiária da desconcentração dos últimos 20 anos, quando ampliou sua participação na indústria nacional de 33,1% para 49,2%³⁶, isto não foi incompatível com o crescimento de regiões fora deste polígono. Ao contrário, entre 1970 e 1990, as únicas quedas relativas devem-se à Grande São Paulo (de 43,4% para 26,3%) e ao Rio de Janeiro (de 15,7% para 9,8%). Enquanto o Nordeste (exclusive Bahia) praticamente manteve o mesmo percentual (de 4,2% para 4,5%), Espírito Santo, Bahia, os estados do Norte e Centro-Oeste também ampliaram seu peso no total nacional. Juntas, estas regiões representam 3,6% da transformação industrial em 1970 e devem ter alcançado uma cifra próxima a 10,2% em 1990³⁷.

O significado destes números é de que a desconcentração não se circunscreveu ao polígono indicado. Primeiro, porque houve significativo crescimento da indústria de outras regiões: agroindústria no Centro-Oeste, parque têxtil no Ceará, química e petroquímica no Nordeste, sobretudo na Bahia, produção mineral e siderúrgica no Maranhão e Pará, de celulose no Espírito Santo e da expansão industrial da Zona Franca de Manaus. Segundo, é preciso destacar que internamente ao polígono mencionado, não foram apenas a Região Metropolitana de São Paulo e o Estado do Rio de Janeiro a perderem peso no total nacional. Na verdade, este polígono reúne realidades bastante heterogêneas, e as regiões que ampliaram seu peso no total nacional tendem a restringir-se ao entorno das áreas metropolitanas de Porto Alegre, Curitiba e Belo Horizonte, bem como parte do Interior de São Paulo e poucas cidades de porte médio da rede urbana do Sul e Sudeste. Este fato é visível em São Paulo, em que os ganhos do Interior tendem a concentrar-se nas regiões de Campinas, São José dos Campos e Ribeirão Preto.

³⁵ Conforme DINIZ, C.C. (1991), p. 8.

³⁶ Estes percentuais baseiam-se nos dados da Tabela de distribuição espacial da indústria de transformação brasileira, que cobre o período 1970/1990 e representam o agregado Sul/Minas Gerais/Interior de São Paulo. São até mais expressivos que os números indicados por Diniz para o período 1970/89: 32% e 45%. Ver DINIZ, C.C. (1991), p.45

³⁷ Esta crítica já foi explicitada por NEGRI, Barjas & PACHECO, Carlos Américo (1992), pp. 68-69.

Resumidamente, o que se procura chamar a atenção é que, se as limitações indicadas por Diniz para uma efetiva desconcentração são reais, a tese do desenvolvimento poligonal não explica as expansões industriais fora do polígono, apontadas acima e, muito menos, explica a decadência do Rio de Janeiro que encontra-se no polígono. Este raciocínio é importante porque revela um aspecto central no prognóstico do que poderá acontecer nos anos 90: que esta desconcentração deve continuar, mas com repercussões muito diferenciadas, quer em termos setoriais, quer em termos das sub-regiões que compõem o espaço nacional.

É até possível compreender a ênfase de Diniz em buscar qualificar o processo de desconcentração brasileiro, indicando a natureza desigual como se distribuiu a nova capacidade produtiva e a falácia da proposição de uma "desconcentração exitosa". Suas qualificações servem de alerta para a avaliação do discurso corrente, ao menos até o início da década de 80, de que se tenham revertido as condições que asseguravam a concentração da indústria no Sudeste. Por outro lado, é inegável que a tese do "desenvolvimento poligonal" está colocada, para o autor, não só como um dispositivo da situação corrente, mas como um condicionante futuro, determinado pelos novos requisitos locacionais da chamada "acumulação flexível" da III Revolução Industrial. Contudo, ainda assim, a concepção de uma desconcentração restrita ao "polígono" Belo Horizonte/Porto Alegre colidem o movimento destes vinte anos.

Esta questão transparece, com maior clareza, quando a análise transcende os anos 70 e discute a dinâmica espacial da década de 80. Neste caso, com alguma razão, Diniz indica uma redução do ritmo da desconcentração, em razão da paralização dos investimentos e de que a desconcentração industrial no Brasil quase sempre foi movida pela interação da nova capacidade produtiva e não por quebra ou sucateamento da indústria em área de esvaziamento. Mas, se de fato Diniz tem razão sobre o menor ritmo da desconcentração, esta ainda continuou sendo dominante ao longo dos anos 80 e os bloqueios à sua continuidade não se prenderam ao surgimento de novos determinantes decorrentes da atualização tecnológica do parque produtivo. Ao contrário, a desconcentração prevaleceu, sobretudo, em virtude do perfil setorial do investimento dos anos 80, fortemente associado a bens intensivos em recursos naturais e típicos do padrão industrial da II Revolução Industrial.

Essa é a questão chave. Foi a forma de inserção internacional do Brasil, através de produtos manufaturados relativamente padronizados e, em grande medida, ligados

ao processamento contínuo de recursos naturais (metalurgia básica, química básica e petroquímica, celulose e papel, alimentos industrializados, ...), que determinou o perfil de investimentos deste decênio, parte do qual responde à maturação das metas do II PND. Mesmo com um investimento agregado baixo, este tipo de aumento de capacidade produtiva acabaria por impactar numa continuidade de desconcentração. É para isto que buscamos chamar a atenção em textos anteriores³⁸.

Buscamos aqui construir uma exploração para o processo de desconcentração industrial recente. E neste momento, somos igualmente movidos a incorporar um conjunto de determinantes, cuja complexidade, invariavelmente, escapa às explicações mais singelas e, eventualmente, mais elegantes. Porém, este "ecletismo" longe de ser um problema, é a contra face de um processo extraordinariamente complexo e, de fato, com inúmeras determinações. Aqui apenas há de se entender a natureza histórica deste fenômeno e buscar alguma hierarquia que organize o entendimento da desconcentração.

Procuramos deixar claro que desta explicação deve também fazer parte a forma de inserção internacional da economia brasileira, que acabaria determinando uma trajetória específica para boa parte de sua indústria com ênfase em segmentos que favoreciam a desconcentração. Por outro lado, esta análise deve incorporar ainda outros determinantes decisivos: a forma de unificação do mercado nacional, com a passagem da integração comercial à produtiva; o papel do Estado, quer através das políticas explícitas de desenvolvimento regional, quer através de investimentos diretos ou da infra-estrutura; o surgimento de deseconomias de aglomeração na metrópole de São Paulo, com a introdução de um bloqueio ao crescimento de seu parque produtivo, por fim, a evolução da própria urbanização brasileira, com tendências à desconcentração de seu sistema urbano e, em menor grau, dos próprios mercados de consumo final, mesmo no contexto de um perfil regressivo de distribuição de renda.

³⁸ Ver NEGRI, Barjas & PACHECO, C.A. (1993) e PACHECO, C.A. et alii. A Dinâmica Industrial e Financeira na Especialização das Regiões. IPEA, Seminário sobre o Novo Mapa da Economia Brasileira, Rio de Janeiro, dezembro de 1993, mimeo.

PARTE I

**A CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL EM SÃO PAULO
1880-1970**

CAPÍTULO 1.1: O CRESCIMENTO INDUSTRIAL SUBORDINADO AO CAFÉ

Este tópico procura mostrar o movimento da economia de São Paulo até a crise de 1929 e está dividido em três partes: as raízes da concentração industrial em São Paulo; o nascimento e diversificação da indústria paulista até a "crise de 1929" e a distribuição espacial da indústria paulista.

1.1. As Raízes da Concentração Industrial em São Paulo³⁹

O Brasil do final do século XIX era um país eminentemente rural constituído de economias regionais com escassas relações mercantis entre si. Entre suas células exportadoras a de maior vulto era a economia cafeeira, que já na década de 1870 o avanço da acumulação mostra-se obstado pela permanência do escravismo.

Com o fim do tráfico, os preços dos escravos haviam atingido níveis insuportáveis e, portanto, era preciso equacionar a "questão da mão-de-obra". Em que pese o conservadorismo da época e das políticas dominantes, a solução ganha concretude com a migração européia. Antes mesmo da abolição formal da escravatura, e contribuindo para ela, a nova cafeicultura de São Paulo já estava se constituindo à base do trabalho assalariado⁴⁰.

É importante verificar o significado desse fato: ao mesmo tempo que permite a continuidade da acumulação de capital na cafeicultura - o compartimento mais rentável da economia - cria-se um mercado de trabalho rural e urbano e amplia-se o mercado de bens de consumo leve. Não é por coincidência que no bojo dessas profundas modificações da década de 1880, vai nascer, junto com o capitalismo brasileiro, um implante industrial, ainda que subordinado à dinâmica da economia cafeeira⁴¹.

³⁹ Nossa análise baseia-se fundamentalmente em CANO, Wilson. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo, São Paulo, T.A. Queiroz, 1981.

⁴⁰ Sobre a constituição do mercado de trabalho assalariado e a importância da migração ver CARDOSO DE MELLO, J.M. O Capitalismo Tardio, São Paulo, Editora Brasiliense, 1986, em especial o capítulo II.

⁴¹ Não se pode ignorar as precoces implantações industriais no Nordeste e no Rio de Janeiro, principalmente no setor têxtil e na produção de açúcar.

Recordemos, ainda que brevemente, o movimento da economia cafeeira. A enorme expansão do plantio do período 1886/1896 provocaria uma crise de superprodução que precipitaria os preços do café para baixo, engendrando longo estancamento no plantio que se estende até a primeira década do século XX⁴². Expansão e crise que foram estimuladas pela política econômica, quer na forma da expansão monetária e desvalorização do câmbio até 1898, quer pela contração do crédito depois desta data⁴³.

A recuperação da economia já se anuncia em 1903, com a elevação do gasto público, mas vai mostrar-se mais significativa a partir de 1906. Em dezembro desse ano é assinado o Convênio de Taubaté composto pelo programa de valorização do café - compra de excedentes e garantia de preços mínimos - e pela criação da Caixa de Conversão - estabilização da taxa de câmbio. O êxito dessa política, garantindo elevadas rentabilidades das atividades cafeeiras, permitiu a transferência de recursos para as demais atividades agrícolas, para as ferrovias, geração de energia elétrica e, notadamente para as atividades industriais⁴⁴. Com isso, o período 1907/1913 representou a realização de notáveis investimentos industriais, fortemente concentrado em São Paulo, que, neste caso, contou ainda com extraordinária diversificação agrícola, desenvolvendo uma agricultura comercial de alimentos.

Com o advento da I Grande Guerra - 1914/1918 - e a retração do comércio mundial, as plantações cafeeiras não se expandiram. Contudo, o extraordinário desenvolvimento da agricultura de alimentos nos primeiros anos deste século e o notável avanço do setor industrial, principalmente do ramo têxtil, permitiram ao país evitar uma crise ainda mais grave⁴⁵.

Os anos 20 mostrariam novas e profundas transformações da economia brasileira: a agricultura de alimentos e de matérias-primas continuaria se expandindo; a política cafeeira através dos Planos de Estabilização do Café aponta para uma elevada expansão da produção que acabaria por gerar uma crise de superprodução ao final da

⁴² Sobre o movimento cafeeiro desse período veja-se por exemplo CANO (1981) op. cit., capítulo I e DELFIN NETO, Antonio. O Problema do Café no Brasil. São Paulo, USP, 1966.

⁴³ A respeito desse assunto ver TANNURI, Luiz Antonio. O Encilhamento. São Paulo. Editora HUCITEC-FUNCAMP, 1981.

⁴⁴ Além dos trabalhos apontados, as repercussões dessa política de defesa do café é analisada também por CASTRO, Antonio Barros de. "Herança Regional do Desenvolvimento Brasileiro" in Sete Ensaios sobre a Economia Brasileira, Rio de Janeiro. Editora Forense, 1971, vol. 2.

⁴⁵ O desenvolvimento da indústria têxtil brasileira é amplamente analisada por STEIN, Stanley Jr. Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil, 1850-1950, Rio de Janeiro, Editora Campus, 1979.

década; a expansão das exportações e a maior rentabilidade industrial possibilitaram elevadas inversões industriais aumentando a capacidade produtiva e a produção de bens de consumo leve.

Em resumo, a subordinação da indústria ao café se manifesta de diferentes formas. A primeira subordinação dessa indústria nascente se manifesta pela procedência do seu capital, no que se denominou capital cafeeiro: capitais excedentes das atividades cafeeiras - tanto nos períodos de auge como de declínio - que "vazam" para várias atividades da economia cafeeira - comércio, banco e ferrovia. A segunda subordinação está na incipiente produção de bens de capital e intermediários, fato que implica na necessidade de importá-los e são as exportações de café que fornecem as divisas suficientes para financiar suas importações. A terceira subordinação refere-se à incipiência do mercado urbano: na verdade é a expansão cafeeira que gera direta ou indiretamente os mercados da indústria. Em menor escala, a quarta subordinação refere-se ao mercado de mão-de-obra para a indústria nascente, que também se formou com a imigração em massa patrocinada pela economia cafeeira.

É nesse sentido que Cardoso de Mello sintetiza as relações entre café e indústria - "o próprio complexo exportador cafeeiro engendrou o capital-dinheiro disponível para transformação em capital industrial e criou as condições a ela necessárias: parcela da força de trabalho disponível ao capital industrial e uma capacidade para importar capaz de garantir a compra de meios de produção e de alimentos e bens manufaturados de consumo, indispensáveis à reprodução da força de trabalho industrial"⁴⁶.

A indústria brasileira, em particular aquela que vai indicar mais tarde a liderança paulista, nasce atrelada à dinâmica da acumulação da economia cafeeira. Não há ainda industrialização, entendida "stricto sensu" como uma dinâmica assentada no capital industrial. Mas o nascimento industrial já indica a natureza contraditória de uma dinâmica que tende a negar-se pelo próprio crescimento da atividade fabril.

Estes são os anos em que se define a liderança industrial de São Paulo, onde se conformam os processos que vão possibilitar a concentração da produção manufatureira nesse estado. Vale a pena examinar com mais vagar a estrutura industrial deste período. Vejamos, portanto, os traços gerais dessa estrutura, tendo

⁴⁶ Conforme CARDOSO DE MELLO, (1986), p. 147.

como base as informações disponíveis nos censos de 1907 e 1919, para em seguida mostrar as principais modificações nas economias regionais do país⁴⁷.

Em que pese os problemas metodológicos do uso de diferentes fontes de informações, não há dúvida que a indústria brasileira teve expressivo crescimento no período 1907/1919, principalmente no compartimento produtor de bens de consumo leve, tanto para São Paulo como para o Resto do País. A indústria alimentar ampliou sua participação no valor da produção industrial de São Paulo de 19,4% para 30,7% e no Resto do País de 33,5% para 40,3%. Essa forte ampliação na participação relativa do ramo alimentar não pode induzir à conclusão de um suposto retrocesso dos demais ramos; ao contrário, praticamente todos ampliaram suas produções físicas, como é o caso especial da indústria têxtil que, contudo, reduziu sua participação na indústria paulista de 38,7% para 29,3%, aumentando na do Resto do País de 33,5% para 40,3%. Juntos, esses dois ramos - têxtil e alimentos - ampliaram suas participações no total da indústria de São Paulo e do Brasil por conta de sua diversificação, pelo aumento do consumo de bens tipicamente urbanos e porque, de fato, ocorreu um processo de substituição de importação de produtos de consumo leve. Ainda que perdendo participação relativa no total, merecem destaque as ampliações físicas, em São Paulo, de ramos de produtos metálicos, de madeira e de vestuário.

Nos anos 20 a diversificação da indústria paulista seria ainda maior com a implantação de segmentos que recebem políticas específicas de incentivos como cimento e siderurgia⁴⁸. Com a superação do problema de limitação na capacidade para importar na segunda metade da década, implantam-se várias unidades de ramos mais dinâmicos e complexos como cimento, siderurgia, fibras químicas para o setor têxtil, equipamentos agrícolas, teares, implementos agrícolas, etc. Uma diversificação e modernização do parque industrial que não ocorreu com a mesma intensidade no Resto do País.

De fato, as condições da acumulação acabam por gerar em São Paulo um crescimento industrial acelerado, em que a menor idade média das plantas vai criando diferenciais crescentes de produtividade em relação ao Resto do País. As "raízes" deste processo, como denominou Cano, estão na própria economia cafeeira. Vale a

⁴⁷ A estrutura produtiva industrial desse período encontra-se em CANO (1981), Tabelas 23 pág. 192 e Tabela 58 pág. 295.

⁴⁸ Uma análise mais recente da indústria brasileira nessa década encontra-se em SUZIGAN, Wilson. Indústria Brasileira - Origem e Desenvolvimento. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986 e VERSIANI, Flávio Rabelo. A Década de 20 na Industrialização Brasileira. Rio de Janeiro, IPEA-INPES, 1987. Série PNPE nº 14.

pena, portanto, para melhor compreender a liderança industrial de São Paulo, avaliar por que as demais economias regionais perdem em termos relativos e são incapazes de diversificar-se de forma mais intensa.

- A economia do Norte teve uma significativa expansão entre 1870 e 1912, decorrência das elevadas exportações de borracha, que por vezes até mesmo superam os valores alcançados pelo café. Ainda assim em 1907 sua indústria detinha 4,3% do valor da produção industrial do país e centrava-se na elaboração de produtos leves como alimentos, bebidas e beneficiamento de madeira, que perfaziam pouco mais da metade do valor da sua produção industrial. Se a queda nas exportações é o principal fator que explica a decadência desta economia, as razões fundamentais para que o "ciclo" da borracha não tenha deixado herança econômica mais significativa residem em outros aspectos. Desde logo o predomínio mercantil expresso nas relações de aviação. A estrutura da "economia de aviação" bloqueou o assalariamento da força de trabalho. E, ao mesmo tempo em que a carência de mão-de-obra e de terras, em consonância com a centralização mercantil, impediam o desenvolvimento de uma agricultura comercial de alimentos, as próprias características da Amazônia reduziam os requisitos dos gastos em infra-estrutura. Com a "crise da borracha", antes da primeira guerra mundial, a economia da região ficaria estagnada, entrando em decadência: o censo industrial de 1919 mostra que sua participação no valor da produção industrial do país acabaria por declinar para apenas 1,3%.

- A economia do Nordeste sustentava-se em três produtos: açúcar, algodão e pecuária. O açúcar estava com seus preços rebaixados desde o século passado e em situação de produto marginal no comércio internacional. É significativo destacar que a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre constituiu relações de produção capitalistas muito frágeis, decorrência da elevada concentração da renda e da propriedade manifestas em formas arcaicas de trabalho no campo. O algodão, produzido com baixa produtividade, estava também com seus preços rebaixados e igualmente em condições marginais no mercado internacional. A pecuária propiciou a gravitação de uma elevada quantidade de pessoas que se mantinham e se reproduziam graças à oferta de alimentos de uma agricultura de subsistência. Mas afora possibilitar uma vasta ocupação do território, e ligar-se de forma tênue aos escassos circuitos mercantis que iam ligando o território nacional desde o "ciclo" da mineração, pouco podia se esperar da pecuária nordestina, que vai, inclusive,

gradativamente perdendo seus mercados urbanos para a produção do Rio Grande do Sul.

Com a expansão e consolidação da economia cafeeira na região Sudeste - São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, e Espírito Santo - o açúcar nordestino, com preços baixos, encontraria maiores mercados para sua produção, e o algodão ganharia nova importância com o surgimento da indústria têxtil no Rio de Janeiro e em São Paulo a partir de 1870. Apesar desse ensaio de integração no mercado nacional, o peso relativo da economia nordestina no país cai pelo seu fraco dinamismo e também porque outros estados cresceram mais, como é o caso típico de São Paulo. A indústria nordestina continuaria crescendo, mas sua estrutura mais frágil reduziria o ritmo de seu desempenho, como pode ser comprovado pela queda no total do valor da produção industrial do país: de 16,7% em 1907, para 16,1% em 1919 e para 10,4% em 1939⁴⁹.

- A indústria do Sul respondia em 1907 por 19,9% do valor da produção industrial do país: Rio Grande do Sul com 13,5%, Paraná 4,5% e Santa Catarina 1,9%. Sua base industrial estava vinculada ao processamento de produtos agrícolas: em 1907 metade da produção industrial do Paraná era proveniente do beneficiamento de erva mate, cifra que em Santa Catarina era de 27%; outros três produtos (banha, manteiga e farinha) somavam 26%. No Rio Grande do Sul o charque representava 37% do total, que somado à produção de banha e beneficiamento de couros totalizavam 55%. A principal característica de sua economia era a estruturação da produção agrícola e industrial - salvo a pecuária bovina - em unidades de pequeno e médio portes localizados em diversos pontos dos territórios desses estados, o que mais tarde inibiria sua competição com as modernas e diversificadas indústrias paulista, do Rio de Janeiro e Guanabara, reduzindo, então, sua participação no valor da produção industrial do país: para 16,2% em 1919 e para 13,8% em 1939. É preciso frisar que a indústria sulina também apresentou significativo crescimento, mas inferior ao da indústria paulista, razão da perda de seu peso relativo.

- A indústria de Minas Gerais respondia, em 1907, por 4,4% do total nacional, índice que se elevaria a 5,6% em 1919, tornando-se um dos poucos estados a ampliar sua participação. Minas respondia por cerca de um quinto da exportação de café, e ao mesmo tempo assistia ao desenvolvimento da agricultura de alimentos e da pecuária,

⁴⁹ Os principais estados nordestinos foram os que perderam mais pesos relativos no período 1907/19: Pernambuco (de 7,4% para 6,8%) e Bahia (de 3,4% para 2,8%).

estabelecendo uma série de vínculos comerciais importantes com os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Guanabara, principalmente de gado vivo e de laticínios. Também neste caso, tanto a agricultura como a indústria desenvolveram-se através da predominância da pequena e média unidade de produção, distribuídas em várias regiões de seu vasto espaço territorial.

A integração do comércio mineiro com seus principais estados vizinhos, primeiro pela exportação de produtos alimentícios e gado, e depois pela exportação de produtos de extração mineral e de produtos metalúrgicos básicos, explicam o extraordinário crescimento de sua indústria, que ampliaria sua participação no total nacional para 6,5% em 1939. Este rápido crescimento, em parte determinado pela dinâmica cafeeira, em parte resultado de sua "integração" comercial e também da herança manufatureira do ciclo do ouro, só não se mostraria ainda mais relevante pelo atraso no desenvolvimento mais amplo de suas relações capitalistas de produção.

- A região do Rio de Janeiro (estado do Rio de Janeiro e antigo Distrito Federal) respondia em 1907 por 37,8% da indústria brasileira, o que lhe conferia a condição de mais importante centro industrial com a mais diversificada estrutura produtiva. Mas, diferentemente de São Paulo, a trajetória econômica do Rio de Janeiro já revela os dilemas da difícil transição das antigas zonas cafeeiras estruturadas com base no trabalho escravo⁵⁰. Ali, diferentemente de São Paulo, a crise do escravismo atingiria profundamente sua economia, não permitindo sua recuperação, o que acabaria por refletir-se sobre sua indústria.

O antigo Distrito Federal - então a sede do governo - era a principal praça financeira e comercial do país, e além de "intermediar os fluxos de sua vizinha e tributária região cafeeira (Rio de Janeiro, parte de Minas Gerais e de São Paulo), o comércio atacadista da Guanabara também estendia suas atividades participando ativamente da distribuição comercial para outras regiões do país"⁵¹. Com a derrocada da economia fluminense sua praça foi sensivelmente afetada e, a despeito de que o investimento e sua produção industrial continuariam a crescer no período, isso se dá a taxas menores que São Paulo, perdendo peso relativo: o censo de 1919 apontaria uma

⁵⁰ Recente análise da economia fluminense encontra-se em MELO, Hildete Pereira de "O Café e a Economia Fluminense: 1889/1920", Rio de Janeiro, DE-UFF, s.d.

⁵¹ Conforme CANO (1981), p. 244.

redução para 20,8% de sua participação no valor da produção industrial do país e para 17,0% em 1939.

É em São Paulo, no final do século XIX, com o advento da economia cafeeira assalariada, que se consolida o nascimento do capitalismo brasileiro. No início do século XX, o estoque médio de cafeeiros em produção em São Paulo já ultrapassava 600 milhões e a sua produção exportável totalizava a média de oito milhões de sacas, concentrando dois terços do valor das exportações totais do país. Nos anos 20, o estoque médio de cafeeiros no estado de São Paulo alcançaria a casa de um bilhão e a sua produção exportável passaria à média anual de onze milhões de sacas, mantendo a mesma proporção sobre as exportações brasileiras⁵².

O café exigiu a montagem de uma rede urbana no estado de São Paulo, compreendendo um sistema de transportes e uma rede de comércio e de serviços para uma grande massa de trabalhadores. À medida que o "complexo cafeeiro" foi se desenvolvendo, gerou-se em paralelo um processo de urbanização que também propiciou a expansão de uma agricultura de alimentos e de matérias-primas, que passava a operar com recursos próprios, fora da propriedade agrária cafeeira.

Esse "complexo" envolvia, além da atividade principal - o café, uma série de outros importantes componentes, como a agricultura produtora de alimentos e de matérias-primas; o sistema de transporte ferroviário; o sistema bancário; as atividades comerciais internas e de exportação e importação; os serviços de infra-estrutura como portos e armazéns, transportes urbanos e comunicações; atividades do setor público e a atividade industrial. Para completar, é importante destacar ainda algumas outras variáveis de fundamental significância para a expansão do complexo cafeeiro paulista, como o movimento migratório, a disponibilidade de terras agriculturáveis, o capital estrangeiro, as políticas governamentais - tarifária, monetária e cambial, manifestas muitas vezes nas várias políticas de valorização e de defesa do café; bem como os saldos da balança comercial estadual em relação ao exterior e às demais regiões do país⁵³.

⁵² A literatura à respeito da atividade cafeeira paulista é muito vasta, achamos conveniente destacar cinco trabalhos clássicos: MILLIET, Sérgio. Roteiro do Café e Outros Ensaios. São Paulo, HUCITEC, 1982; SILVA, Sérgio. Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976; MELLO, João Manuel Cardoso de. O Capitalismo Tardio. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986; DEAN, Warren. A Industrialização de São Paulo (1880-1945). São Paulo, DIFEL-EDUSP, 1971 e CANO, Wilson. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo, São Paulo, T.A. Queiroz, 1981.

⁵³ Ver a respeito CANO (1981), cujo capítulo I faz a mais completa análise do "Complexo Cafeeiro" Paulista.

A economia cafeeira paulista foi mais promissora que a dos demais estados cafeeiros - Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Guanabara: sua expansão ferroviária possibilitava-lhe a incorporação de novas terras férteis e a utilização das máquinas de beneficiamento de café reduzindo os custos de produção, e ampliando as margens de lucro e o potencial de acumulação.

A ferrovia era duplamente lucrativa, primeiro porque reduzia os custos de transportes e segundo porque era um excelente investimento de capital fora da atividade do café, com altas taxas de retorno. A rede ferroviária paulista, que em 1870 contava com apenas 139 quilômetros ligando Santos a Jundiaí, já alcançava 2.425 quilômetros em 1890 (cerca de um quarto do total do país), 3.373 em 1890, 6.616 em 1920, 7.000 em 1928 e 7.540 em 1940. Assim, 88% dessa rede estava implantada em 1920⁵⁴.

Enquanto no Rio de Janeiro a crise do escravismo refletia-se na decadência da ferrovia, em São Paulo o problema obstaculizava a acumulação cafeeira, isto é, ameaçava cessar a abertura de novos plantios. As lideranças cafeeiras de São Paulo souberam articular seus interesses e financiar a imigração do trabalho livre proveniente da Europa, resolvendo, portanto, essa questão. A imigração resolveu o problema da mão-de-obra em São Paulo, liberou capital, antes imobilizado na compra de escravos, criou mercado de trabalho com oferta abundante para o café e atividades urbanas da economia, com o que ampliou-se o mercado de bens de consumo leve, propiciando oportunidade de novos investimentos. Nas palavras de Cano "libertava-se assim o capital, de inversões e custos fixos com mão-de-obra, convertendo-os em custos variáveis, ainda, dada a superabundância da oferta de trabalhadores, permitiu flexibilidade na taxa de salários, tão importante em períodos de crise"⁵⁵.

O café propiciava elevadas margens de lucros nos períodos de auge e margens moderadas nos períodos de crise, o que abria possibilidades de altas taxas de investimentos na indústria, através de transferência de recursos da economia cafeeira.⁵⁶ O desdobramento da acumulação cafeeira acabaria por resolver sérios

⁵⁴ A respeito do sistema de transportes por ferrovia no estado de São Paulo foram produzidos diversos e importantes trabalhos entre os quais destacamos MATOS, Odilon Nogueira de. *Café e Ferrovias*, São Paulo, Alfa Ômega, 1974 (2^a edição) e SAES, Flávio Azevedo Marques de. *As Ferrovias de São Paulo (1870-1940)*, São Paulo, HUCITEC-INL-MEC, 1981.

⁵⁵ Conforme CANO, Wilson. *Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil: 1930-1970*, São Paulo, Global Editora; Campinas, Editora da Unicamp, 1985, pag. 61.

⁵⁶ Não devemos entender a economia cafeeira como as atividades, desenvolvidas na fazenda de café mas, um conjunto de atividades, que se compõe, além do café, por sua comercialização, transportes, armazenamento, etc.

problemas de infra-estrutura, como o de transportes ferroviários, do porto marítimo, de comunicações e de urbanização, além de, via imigração, montar e desenvolver vasto mercado de trabalho.

Os dados da expansão industrial de São Paulo não deixam dúvidas: em 1907 a indústria paulista já concentrava 15,9% do valor da produção industrial brasileira e 30,7% em 1914. Os anos 20 iriam propiciar nova expansão consolidando o processo de concentração em seu espaço territorial que em 1929 responderia por 37,5% do valor da produção do país⁵⁷.

A expansão industrial paulista ocorria concomitantemente com o relativo retrocesso industrial da Guanabara: ao aumentar sua participação no total nacional, São Paulo deslocava a oferta industrial da Guanabara do mercado interno do estado de São Paulo, preservando-o para sua própria indústria.

Com o advento da Primeira Grande Guerra, evidencia-se sério estrangulamento no comércio externo do Brasil, com reduções tanto nas importações como nas exportações. Nesse momento, São Paulo, possuidor de uma indústria e agricultura que se expandiam e se diversificavam, foi o maior beneficiário, abastecendo com seus produtos parte da demanda de diversos estados.

Com o término da guerra e com a reabertura do comércio externo nos anos 20, São Paulo adianta-se de novo em relação às demais regiões, no que diz respeito à acumulação de capital industrial: a onda de inversões industriais dos anos 20 vai provocar uma super-inversão e, conseqüentemente, o aumento da concorrência entre indústrias de vários estados, onde o capitalismo industrial paulista leva vantagem⁵⁸.

Esta década traz consigo também um primeiro ensaio de participação do capital estrangeiro na forma de investimentos diretos na indústria, alavancando alguns ramos modernos como transportes, química, metalurgia, etc.⁵⁹. São Paulo foi o principal receptor desses investimentos, que permitiram a complementação de sua estrutura

⁵⁷ Ver a respeito o trabalho de CANO (1981) op. cit. em especial o capítulo III item 2, pp. 227-259.

⁵⁸ Ver o recente trabalho de SUZIGAN, Wilson & SZMERECSENYI, Tamás. "Os Investimentos Estrangeiros no Início da Industrialização do Brasil". Campinas, UNICAMP, s.d.

⁵⁹ A análise da estrutura industrial da indústria paulista em 1928 encontra-se em NEGRI, Barjas. A Interiorização da Indústria Paulista (1920-1980), capítulo 1, in A Interiorização do Desenvolvimento Econômico no Estado de São Paulo (1920-1980), São Paulo, Fundação SEADE, 1988, Coleção Economia Paulista vol. 1 nº 2.

industrial, de fundamental importância para a expansão da década seguinte. Portanto, nos anos 20 ampliam-se as bases da indústria paulista, que contou com aportes de capital nacional e estrangeiro, possibilitando sua expansão e diversificação, como mostram as estatísticas disponíveis para 1928: 9.516 estabelecimentos empregando 157.205 operários e ampliando para 37,1% sua participação no total da indústria nacional⁶⁰.

Na verdade, foi o maior desenvolvimento das relações capitalistas de produção que permitiu a notável expansão de sua economia. A visão analítica proporcionada pela noção de "complexo cafeeiro capitalista" deixa claro, conforme mostrou Wilson Cano, o equívoco que parte da antiga historiografia cometeu, ao descrever a cafeicultura como latifundiária e monocultora. A análise do "complexo" mostra exatamente o contrário: em primeiro lugar que a cafeicultura não era apenas latifundiária e em segundo, que além do café, São Paulo possuía a mais moderna agricultura de alimentos e a mais expressiva indústria de transformação do país.

A complementariedade entre as atividades desse "complexo" proporcionou o desenvolvimento do setor produtor de serviços. Este, mais a indústria de transformação que se instala, vão propiciar uma das mais importantes redes urbanas do país, concentradamente na Capital Paulista, cuja população salta de 239 mil para 579 mil habitantes entre 1900/1920 e ampliando de 8,3% para 21,5% sua participação no valor da produção industrial do país, no período 1907/1928⁶¹.

A crise internacional do final dos anos 20 reforçaria sobremaneira a crise de superprodução cafeeira, que já se anunciava, reduzindo em 60% a capacidade de importação do Brasil. Não fosse a política de defesa implementada por Vargas no início dos anos 30, o país teria se defrontado também com uma crise industrial ainda mais grave, que poderia ter alterado sensivelmente, para pior, sua trajetória histórica⁶².

⁶⁰ É conveniente lembrar que muitas das transformações industriais que se processaram no período decorreu de inversões do capital estrangeiro, como as da implantação de unidades da Ford, G.M., Philips, Rhodia e Siemens, entre outras.

⁶¹ Sobre a expansão propriamente urbana de São Paulo nesse período ver o trabalho de LANGENBUCH, JUERGEN RICHARD. Estruturação da Grande São Paulo - estudo de geografia urbana. Rio de Janeiro, IBGE, 1971, em especial o capítulo 2.

⁶² Conforme bem destacou FURTADO, "A política de defesa do setor cafeeiro nos anos da grande depressão concretiza-se num verdadeiro programa de fomento da renda nacional. Praticou-se no Brasil, inconscientemente, uma política anticíclica de maior amplitude que a que se tenha sequer preconizado em qualquer dos países industrializados", in: FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961, Cap. XXXI, pag. 192.

Sem querermos nos alongar nos comentários a respeito da crise de 1929 é importante salientar que ela é "o resultado de um padrão de acumulação, cuja dinâmica supõe a dominância do capital mercantil exportador e, ao mesmo tempo, dissolve, no limite, suas condições de dominação" surgindo num momento em que a economia mercantil exportadora cumpria suas potencialidades de desenvolvimento⁶³.

Como bem analisou Cano, "a crise de 1929 e sua recuperação provocariam o deslocamento do eixo dinâmico da acumulação, do setor agro-exportador para o industrial. Desarticulado o comércio exterior, isto causaria forte reversão no abastecimento interno: as restrições às importações forçariam a periferia nacional a importar, agora, produtos manufaturados de São Paulo; este, por sua vez, deveria, crescentemente, importar mais matérias-primas e alimentos de outros estados. Passava-se, portanto, a integrar o mercado nacional sob o predomínio de São Paulo. À periferia, nada mais restava do que ajustar-se a uma função complementar da economia de São Paulo, embora mantendo ainda sua antiga dependência do exterior, através de suas exportações tradicionais"⁶⁴.

1.2 Nascimento e Diversificação da Indústria Paulista até a "Crise de 1929"

A expansão e reprodução do "complexo cafeeiro" não significou apenas o aumento físico da produção de café, mas sobretudo um processo de criação de novos "espaços" para a acumulação, que se fez acompanhar de efeitos multiplicadores ao nível da urbanização, migração, atividades industriais, de serviços, comerciais, de administração pública, e em especial, na estrutura e dinâmica da circulação dentro do território estadual, chegando mesmo aos estados limítrofes.

Vejamos, ainda que sucintamente, a interdependência dos principais elementos constitutivos do "complexo" e como se propícia a implantação industrial.

Retomemos a questão das ferrovias, seu papel dinamizador no complexo foi extraordinário: diminuíram os custos de distribuição do café, aumentando os lucros dos produtores; proporcionaram lucros às Cias das Estradas de Ferro, tornando-se excepcional destino para capitais "sobrantes"; desbravaram frentes pioneiras,

⁶³ Conforme AURELIANO, Liana Maria. No limiar da Industrialização. Editora Brasiliense, São Paulo, 1981, pag. 92.

⁶⁴ Conforme CANO, W. (1985), op. cit., p. 62/63.

ampliando a oferta de terras para o café e outros produtos e criaram verdadeiras cidades, pelo adensamento urbano que se manifestaria em torno de suas estações.

Além disso, as ferrovias também deram significativas contribuições para o desenvolvimento da indústria de material de transportes, mediante a instalação de oficinas de montagem e reparação de locomotivas, carros e vagões, que além de permitir a obtenção de tecnologia de sua produção, eram importantes núcleos formadores de mão-de-obra industrial especializada, contribuindo para acentuar o processo de urbanização em diversos municípios do Estado. As doze oficinas retratadas pelas Estatísticas Industriais de 1928 empregavam 1.759 operários, representado 3,7% dos operários da indústria. Algumas eram de grande e médio porte, como as de Mairinque (581 operários), Sorocaba (561) e Dourado (115).

A migração constituiu outro fator sumamente importante para aquela transformação; a entrada em massa de homens livres e despossuídos assegurou a continuação do mercado de trabalho rural e urbano, ajustando para baixo o custo médio da força de trabalho. No século XIX São Paulo recebera quase um milhão de imigrantes estrangeiros. E, entre 1901/1930, recebe 1.579 mil imigrantes, sendo 1.299 mil estrangeiros (82% do total): 356 mil vieram para São Paulo no período 1911/1915 e 409 mil no período 1926/1930, este último em momento de grande expansão da lavoura cafeeira. Somente nos anos 20 entraram em São Paulo 688 mil imigrantes, e ao final da década começa a ampliar-se a participação de imigrantes nacionais, que a partir daí assumiriam o papel de principal fator de crescimento da força de trabalho paulista⁶⁵.

A marcha do café em direção ao oeste e a abertura de frentes pioneiras possibilitaram crescente oferta de terras para a diversificação agrícola. O considerável aumento populacional e do emprego-rural e urbano - numa economia em expansão, criavam substancial demanda por alimentos e matérias-primas para a produção industrial de alguns bens de consumo⁶⁶.

⁶⁵ A respeito da migração nesse período veja-se por exemplo HOLLOWAY, Tomaz H. Imigrantes para o Café. São Paulo, Editora paz e Terra, 1984 e GRAHM, Douglas H. & HOLLANDA FILHO, Sérgio B. Migrações Internas no Brasil: 1872-1970. IPE-USP, São Paulo, 1984.

⁶⁶ Sobre a marcha do café ver MONBEIG, Pierre. Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo. Hucitec-Poli, São Paulo, 1984, em especial o livro II - a marcha pioneira.

A agricultura paulista foi se tornando mais capitalizada e diversificada, ao mesmo tempo que passava a ser auto-suficiente em vários produtos, contribuindo assim para o abastecimento do mercado nacional. Em 1920 a área cultivada (excetuando café) em São Paulo era de 2 milhões de hectares, equivalente a 30% da área cultivada no Brasil, e utilizava número significativo de tratores, arados de tração mecânica e animal e outros instrumentos como semeadeiras, grades, cultivadores e ceifadores.

Com isso, a agricultura paulista vai se consolidando no cenário nacional e, de acordo com o censo de 1920, era a maior produtora de café, arroz e feijão, a segunda maior produtora de milho e de batata inglesa. Além disso, concentrava também o segundo lugar no efetivo de aves e o terceiro lugar em rebanho de bovinos, suínos e de produção leiteira. Nesse ano, o valor da produção agropecuária paulista representava 25% do total do país.

É importante destacar que da área cultivada no estado de São Paulo, a cultura cafeeira ocupava pouco menos da metade (47%), ao mesmo tempo que o café representava 60% do valor da produção agrícola estadual⁶⁷.

O desenvolvimento e diversificação da agricultura de alimentos, que de início era vinculada ao sistema de colonato e interna à propriedade cafeeira, aprofunda-se à medida que vai se tornando independente das fazendas de café. Na verdade, esse foi um fenômeno típico paulista, engendrado dentro do "complexo cafeeiro", e que por sua vez possibilitou e acelerou a transformação deste para uma economia industrial.

Essa transformação agrícola não só propiciaria os efeitos já apontados, primeiramente através das atividades simples de beneficiamento e mais tarde pelas atividades de transformação, traria consigo também o surgimento de uma precoce e notável agroindústria.

Com o "complexo cafeeiro" vai também se estruturando o sistema urbano paulista, que passa a contar com capitais acumulados no complexo e que são transferidos para o comércio, indústria e serviços. Por sua vez, o novo sistema bancário substitui as antigas relações tradicionais dos "comissários" do café por novas

⁶⁷ Ver TARTAGLIA, J.C. e OLIVEIRA, O.L., A Agricultura Paulista e sua Dinâmica Regional (1920-1980), capítulo I in A Interiorização do Desenvolvimento Econômico no Estado de São Paulo (1920-1980). São Paulo, Fundação SEADE, 1988 (Coleção Economia Paulista, v. 1, nº 2). O valor da produção agrícola foi calculado com base nas informações disponíveis para os principais produtos da lavoura paulista em cada período.

relações financeiras. As demais atividades terciárias - comércio, transportes, serviços públicos e pessoais - foram, também, sumamente dinamizadas, proporcionando novos efeitos expansionistas para a urbanização.

O complexo cafeeiro proporcionou, dessa forma, o mercado de trabalho e de consumo para a nascente indústria paulista, as divisas necessárias à importação de bens de produção e, os capitais necessários para a sua instalação. Em resumo, foi a grande interdependência entre todas essas atividades e o modo de produção capitalista que desde cedo floresceu, que engendraram essa precoce indústria de transformação⁶⁸.

O crescimento da indústria de São Paulo pode ser percebido pela Tabela I.1 onde se destaca o acelerado processo de concentração do valor da produção num período de vinte anos.

A estrutura produtiva tinha na produção de bens de consumo não durável, seu maior peso, responsável por pouco mais de três quartos do valor da produção e do pessoal ocupado. O ramo têxtil, mais importante segmento industrial, absorvia mais de 40% do pessoal ocupado e mais de 30% do valor da produção industrial. O ramo alimentício era o segundo em ordem de importância absorvendo cerca de 10% do pessoal ocupado e em torno de 20% do valor da produção. Juntos esses dois ramos detinham metade da indústria de São Paulo, destacando-se que o ramo de vestuário, calçados e artefatos de tecidos também possuía uma dimensão bastante significativa.

TABELA I.1 : EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO: 1907-1928

ANOS	NUMERO DE ESTABELECIMENTOS	NUMERO DE OPERARIOS	V.P. DE SP V.P. DO BR.
1907	327	24.686	15,9%
1919	4.112	80.782	31,5%
1928	9.603	158.746	37,1%

FONTE DOS DADOS BASICOS: 1. Censo Industrial de 1907
2. IBGE - Censo Industrial de 1920
3. DEIC - SAIC/SP - Estatística Industrial de São Paulo, 1928.
4. CANO, W. (1981), Tabela 29, p.241.

⁶⁸ Ver CARDOSO DE MELLO, J.M. (1986), pp. 143-144.

As indústrias predominantemente produtoras de bens intermediários respondiam por cerca de um quinto da indústria paulista e tinham na química, minerais não-metálicos e na metalurgia suas maiores expressões e, as indústrias produtoras de bens de capital e de consumo durável eram bastante incipientes, como percebe-se pela tabela 1.2.

TABELA 1.2 - ESTRUTURA SETORIAL DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO: 1907-1928

GRUPOS E RAMOS DE INDÚSTRIAS	Pessoal ocupado			Valor da produção		
	1907	1919	1928	1907	1919	1928
I. PREDOMINANTEMENTE PRODUTORES DE						
BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEL	75,7	70,5	70,5	77,7	77,6	77,0
1. Têxtil	42,2	41,7	42,6	38,7	29,1	29,0
2. Vest., Calçados e Art. Tecidos	15,2	12,1	8,4	10,7	9,5	13,3
3. Alimentos	11,6	8,8	9,1	19,4	31,4	20,5
4. Outros	6,7	7,9	10,4	8,9	7,6	14,2
II. PREDOMINANTE PRODUTORES DE						
BENS INTERMEDIÁRIOS	22,8	26,9	20,7	20,8	19,6	20,2
1. Química	4,4	3,0	2,5	3,3	4,7	7,1
2. Minerais não Metálicos	7,4	12,0	6,0	6,2	4,1	2,2
3. Metalurgia	8,5	6,0	4,8	6,7	4,4	3,3
4. Outros	2,5	5,9	7,4	4,6	6,4	7,6
III. PREDOMINANTEMENTE PRODUTORES DE						
BENS DE CAPITAL E DE CONSUMO DURÁVEIS	1,5	2,6	8,8	1,5	2,8	2,7
1. Mecânica	-	-	3,8	-	-	1,2
2. Material de Transportes	0,9	2,3	3,1	0,6	2,2	1,1
3. Material Elétrico	-	-	0,5	-	-	0,2
4. Outros	0,6	1,3	1,4	0,9	0,6	0,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: 1. Censo Industrial de 1907

2. IBGE - Censo Industrial de 1920

3. DZIC - SAIC/SP. Estatística Industrial de São Paulo, 1928 e 1932.

O censo de 1919 mostraria que o emprego industrial também era concentrado no setor produtor de bens de consumo não durável (71%). Somente a têxtil, com seus 217 estabelecimentos e 33.665 operários, respondia por 42% do emprego industrial do estado, vindo a seguir vestuário e artefatos de tecidos com 12% e alimentos com 9% - juntos, esses três setores empregavam 63% da força de trabalho industrial. Outro grande empregador era o setor de minerais não metálicos, com 9.662 operários (12% do total), impulsionado pela urbanização e pela indústria da construção civil⁶⁹.

Se, em 1919, a indústria de São Paulo já representava 32,2% do valor de transformação industrial do país, alguns setores já concentravam quase metade do

⁶⁹ Mais detalhes sobre a indústria paulista pode ser encontrado em NEGRI, Barjas, "A Interiorização da Indústria Paulista (1920-1980)", Capítulo 1 in *A Interiorização do Desenvolvimento Econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)*, São Paulo, Fundação SEADE, 1988, Coleção Economia Paulista, Vol. 1, n.º 2.

total nacional: minerais não metálicos (55,6%), material de transportes (48,8%), metalurgia (48,5%) e diversos (47,2%). Esses eram setores atrelados à urbanização de São Paulo e ao "complexo cafeeiro" - principalmente ferrovias, construção civil.

A ausência de censo industrial em 1929/1930 não impediu uma avaliação mais concreta do avanço da indústria do estado de São Paulo, uma vez que se dispõe das informações levantadas pela Diretoria de Estatística Industrial do Estado de São Paulo da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo⁷⁰.

O avanço da indústria nos anos 20 pode ser percebido pelas informações da Tabela 1.1 onde o número de empregados salta de 80,7 mil para 158,7 mil entre 1919/1928. Em 1928 o grupo de indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo não durável continuaria sendo responsável por mais de três quartos do valor de produção industrial e por 70% do pessoal ocupado: o setor têxtil e a indústria de produtos alimentares juntos respondiam por mais da metade da indústria paulista (pessoal ocupado e valor da produção). Os demais setores mais expressivos eram o de vestuário, calçados e artefatos de tecidos, química, perfumaria, sabões e velas, minerais metálicos e metalurgia.

Vimos que a economia cafeeira se diferencia dos demais complexos exportadores por seu dinamismo exigir uma rápida urbanização, a implantação de um sistema de transportes, a consolidação de diversificado elenco de serviços de apoio à produção e porque sua própria característica implica numa economia descentralizada, que se expandia para o Interior do estado. Cabe agora, portanto, analisar a estrutura setorial de sua indústria de transformação no final dos anos 20, para que na outra parte do trabalho possamos verificar as suas transformações espaciais.

. Estrutura da Indústria Paulista em 1928

Em 1928, a indústria de transformação do estado de São Paulo contava com 9.603 estabelecimentos empregando 158.746 operários, responsáveis por um valor de produção industrial da ordem de 2.837 mil contos de réis, incluindo-se aí as chamadas

⁷⁰ Tais informações encontram-se no Apêndice Estatístico elaborado por NEGRI, Barjas (1988), op. cit., que analisa a indústria paulista na década de 20 em seu primeiro capítulo. O ano de 1928 foi o escolhido por representar o final da década e ser imediatamente anterior à crise de 1929.

"indústrias rurais" como usinas de açúcar, frigoríficos, laticínios e beneficiamento de cereais⁷¹.

Sua estrutura setorial - mais diversificada do País - possuía estabelecimentos em todos os ramos e, especialmente, estava fortemente concentrada na área da Grande São Paulo principalmente na Capital. No entanto, há que se destacar dois aspectos peculiares dessa indústria: a) a alta concentração da produção de bens de consumo não duráveis como têxtil, alimentos, vestuário, calçados e artefatos de tecidos e, b) a penetração dessa indústria no espaço territorial interiorizado, com plantas relevantes em alguns municípios das atuais regiões administrativas de Sorocaba, Campinas e Ribeirão Preto.

Conforme mostra a Tabela I.3 a indústria de bens de consumo não duráveis, (grupo I), representava 77% do valor da produção total; a produtora de bens intermediários (grupo II), representava 20,2%, e a de produção de bens de capital e de consumo duráveis (grupo III), respondia pelos 2,8% restantes. A têxtil era a maior empregadora de mão-de-obra, vindo a seguir a alimentícia e a de vestuários, calçados e artefatos de tecidos. Em conjunto estes segmentos respondiam por 60% do emprego industrial.

Para entender melhor essa estrutura, é conveniente verificar as principais características dos ramos mais expressivos, no que se refere ao número de operários e/ou em relação ao valor da produção industrial. Eram eles: alimentos, têxtil, vestuário, calçados e artefatos de tecidos e bebidas (grupo I); minerais não metálicos, química e metalúrgica, (grupo II); e mecânica e material de transportes (grupo III). No conjunto esses ramos concentravam 83,1% dos operários e 81,6% do valor da produção da indústria de transformação paulista.

⁷¹ Um detalhamento das Estatísticas Industriais deste período foi feito para o trabalho A Interiorização do Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo (1920-1980). (1988), op. cit.

TABELA 1.3 - ESTRUTURA SETORIAL DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO - 1928

GRUPOS E RAMOS	Estabelecimentos		Pessoal Ocupado		Valor da Produção	
	N°	%	N°	%	Contos de Réis	%
I. PREDOMINANTE PRODUTORES DE BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEL						
1. Produtos Alimentares	4.189	43,62	14.438	9,09	581.642,3	20,50
2. Têxtil	508	5,29	67.673	42,62	822.166,1	28,98
3. Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	2.617	27,25	13.273	8,36	376.639,7	13,28
4. Bebidas	176	1,83	4.441	2,79	111.536,4	3,93
5. Produtos Farmacêuticos e Veterinários	44	0,46	578	0,37	42.620,2	1,50
6. Fumo	18	0,19	1.009	0,64	36.981,3	1,30
7. Perfumaria, Sabões e Velas	104	1,08	1.223	0,78	50.350,5	1,77
8. Editorial e Gráfica	198	2,06	5.461	3,44	81.116,4	2,86
9. Mobiliário	201	2,08	3.884	2,44	81.475,4	2,88
II. PREDOMINANTE PRODUTORES DE BENS INTERMEDIÁRIOS						
1. Minerais não Metálicos	200	2,08	9.541	6,01	61.810,8	2,19
2. Química	114	1,19	3.920	2,46	202.074,4	7,12
3. Metalurgia	232	2,42	7.652	4,82	92.687,8	3,27
4. Papel e Papelão	37	0,39	4.086	2,57	39.765,2	1,40
5. Borracha	11	0,11	1.049	0,67	13.378,4	0,47
6. Couros, Peles e Similares	155	1,62	2.373	1,50	70.321,1	2,48
7. Madeira	198	2,07	4.181	2,65	93.702,3	3,30
III. PREDOMINANTE PRODUTORES DE BENS DE CAPITAL E DE CONSUMO DURÁVEIS						
1. Mecânica	166	1,73	5.977	3,76	33.326,9	1,17
2. Material de Transportes	317	3,30	4.930	3,10	31.500,0	1,11
3. Material Elétrico	18	0,19	741	0,46	5.294,2	0,19
4. Diversos	100	1,04	2.316	1,47	8.533,0	0,30
TOTAL	9.603	100,00	158.746	100,00	2.836.908,4	100,00

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: 1. DEIC - SAC/SP. Estatística Industrial de São Paulo, 1928.
2. DEIC - SAC/SP. Estatística Agrícola e Zootécnica de São Paulo - 1932.

A indústria têxtil operava nos setores de fiação e tecelagem de algodão, de lã, de malha e de seda, além do beneficiamento de algodão. Os estabelecimentos de fiação e tecelagem de algodão caracterizavam-se por serem de grande porte, com 525 operários por estabelecimento, média que se elevava para 1.278 por estabelecimento na de fiação e tecelagem de juta, enquanto as demais atividades eram de porte bem menor⁷².

Os principais setores da indústria de alimentos eram o da produção e refinação de açúcar e o de carnes e derivados, responsáveis por quase metade dos operários e do valor da produção. Entre os demais setores evidenciavam-se os moinhos de trigo, as unidades de beneficiamento de café, de arroz, de mandioca e de milho, a fabricação de chocolate, balas, bombons, caramelos, massas alimentícias e óleos vegetais. A indústria frigorífica, com 16 estabelecimentos, participava com 31,2% da produção alimentícia e já havia se tornado importante exportadora de carne bovina

⁷² A análise da expansão e hegemonia da indústria têxtil no Estado de São Paulo é realizada por ALBUQUERQUE, Rui H.P.L., *Capital Comercial, Indústria Têxtil e Produção Agrícola - As Relações de Produção na Cotonicultura Paulista (1920-1950)*, São Paulo, HUCITEC-CNPq, 1985, pp. 128-144.

congelada e resfriada, tendo exportado em 1928 um total de 29,5 mil toneladas⁷³. A produção açucareira estava concentrada em 20 usinas, que na safra de 1929/30 foram responsáveis por 1,1 milhão de sacas de açúcar (quase 15% do total nacional). Os moinhos de trigo e as fábricas de óleos vegetais eram em número reduzido, mas seus tamanhos médios eram significativos. Os demais setores, em geral, possuíam número elevado de unidades industriais de reduzido porte.

A indústria de vestuário, calçados e artefatos de tecidos incluía extensa variedade de produtos como roupas brancas, roupas para homens, senhoras e crianças, agasalhos, acessórios, artigos do vestuário, fabricação de calçados e chapéus, gorros e bonés. Seus tamanhos médios eram os mais variados, com predominância dos pequenos; no entanto, no setor de calçados operavam alguns de grande porte, como eram os casos da Cia. de Calçados Clark com 568 operários, Fábrica de Calçados Melillo com 307 e a São Paulo Alpargatas Company com 177, todos localizados no Capital, onde se concentrava quase um terço do capital aplicado no ramo de calçados. No caso da fabricação de chapéus operavam diversas fábricas com mais de cem operários sendo a maior delas a Ramenzoni & Cia com 640 operários, que juntamente com outras seis fábricas de médio porte concentravam quase metade do capital e dos operários do setor. É importante observar que, "durante a década de 1920, a produção de calçados aumentou rapidamente ... e que foram realizados novos investimentos na indústria de calçados, particularmente nos anos de 1919-1921 e 1924-1929"⁷⁴.

O ramo de bebidas, incluindo a fabricação de licores, xaropes, gasosos, cervejas e demais bebidas alcoólicas ou não, tinha sua produção concentrada no setor de cervejas: as 51 cervejarias existentes respondiam por pouco mais de 60% do valor da produção de bebidas e empregavam 3.601 operários. As duas maiores cervejarias (a Cia. Antártica com 2.333 operários e a Cia. Brahma com 370 operários) detinham mais de dois terços do emprego total⁷⁵.

⁷³ Sobre a indústria de processamento de carnes veja-se SUZIGAN, Wilson, *Indústria Brasileira - Origem e Desenvolvimento*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1986, pp. 331-344 onde se destaca o início da operação de frigoríficos de grande porte: Frigorífico Anglo em Barretos (1913), The Continental Products Co. em Osasco (1915), Frigorífico Anglo em Santos (1918) e Cia. Armour do Brasil em São Paulo (1921).

⁷⁴ Conforme SUZIGAN, W. (1986) p. 189; sobre a indústria de chapéus ver pp. 167-176.

⁷⁵ Sobre a indústria de cervejas ver SUZIGAN, W. (1986), pp. 217-225.

A indústria de minerais não metálicos produzia cal e cimento, tijolos, telhas, ladrilhos e mosaicos, espelhos, vidros lapidados, vidros, garrafas, louça de pó de pedra, entre outros. A produção de vidros, garrafas, tijolos e telhas concentrava 57,2% dos operários e 38,3% do valor da produção da indústria de minerais não metálicos. A de vidros e garrafas, com poucos estabelecimentos tinha elevada concentração em dois deles: a vidraria Santa Marina com 914 operários e a Crystalleria Barone com 750 operários, ambos localizados na Capital. A indústria de cal e cimento respondia por 28,7% do valor da produção e apenas um estabelecimento produzia cimento, a Cia. Brasileira de Cimento Portland S.A. localizada em Perus, na Capital, com um capital aplicado de 25.000 contos de réis e 700 operários. Esta fábrica inicia a produção em 1926, e, no ano seguinte, ampliou sua capacidade de produção de 60 mil para 200 mil toneladas por ano, atendendo 15,2% da demanda interna⁷⁶.

Em que pese o reduzido número de estabelecimentos, o ramo da química também possuía unidades na produção de anilinas, ácido carbônico, carbonatos, fosfatos e silicatos, fósforos, pólvoras, explosivos, inflamáveis e fogos artificiais, adubos, tintas, vernizes e esmaltes, extração de óleos vegetais e fiação de seda artificial⁷⁷. Neste setor se destacavam as Indústrias Reunidas Matarazzo, produtora de rayon, localizada na Capital (com capital de 3.200 contos de réis e empregando 850 operários), e a Cia. Rhodia Brasileira em São Bernardo do Campo (com capital de 6.000 contos de réis e 500 operários) produtora de ácidos e outros produtos químicos⁷⁸.

A metalurgia caracterizava-se pela produção de ferros esmaltados, artefatos de alumínio, ferro, aço, e bronze, serralherias e fundições. A maior parte dos estabelecimentos operava na produção de artefatos de ferro, aço e bronze: enxadas, enxadões, ferragens, facas, facões e ferragens para arreios e produtos diversos. Quatro fundições de aço - com grande importância para a indústria mecânica e de

⁷⁶ Conforme SUZIGAN, W. (1986), p. 252; ver também PELAEZ, Carlos M. História da Industrialização Brasileira. Rio de Janeiro, APEC, 1972, p. 100.

⁷⁷ A indústria de tintas não havia se desenvolvido suficientemente e era dependente de matérias primas importadas; a indústria farmacêutica e de cosmético era considerada mais desenvolvida. Conforme SUZIGAN, W. (1986), p. 315.

⁷⁸ Essa planta da Matarazzo iniciou sua produção em 1926 com capacidade anual de 400 toneladas de fios, única do setor no país até 1933, conforme SUZIGAN, W. (1986), p. 330.

material de transportes - empregavam 715 operários e a maior delas, a Cia Brasileira de Minerais e Metalurgia, em São Caetano, empregava 418 operários⁷⁹ e 80.

A indústria mecânica produzia máquinas e peças para a lavoura e indústrias diversas. O setor mais importante era o de máquinas, equipamentos, peças e acessórios de reposição para a agricultura e outras indústrias, como a têxtil, de chapéus, metalúrgicas, gráficas, massas alimentares, serrarias, torrefação de café, indústria açucareira, beneficiamento de café, de arroz, de algodão, de mandioca e milho, óleos vegetais, ferramentas, implementos agrícolas, entre outras.

Por último, a indústria de material de transportes era formada por oficinas de reparação e conserto de veículos e produção de peças para locomotivas, carros e vagões. Os maiores estabelecimentos pertenciam às próprias Estradas de Ferro entre os quais destacam-se as oficinas de Estradas de Ferro Sorocabana no município de Mairinque com 588 operários e de Sorocaba com 561 operários. Por outro lado, operavam na Capital as unidades da Ford Motor Company Exports Inc. com 223 operários e da General Motors do Brasil S.A., em São Caetano, com 600 operários na montagem e acabamento de automóveis e caminhões⁸¹.

1.3. Distribuição Espacial da Indústria Paulista

No período 1870/1929 consolidou-se a estrutura da rede urbana paulista que foi organizada basicamente pelo traçado das ferrovias, processo articulado à expansão e ao desenvolvimento da economia cafeeira. Assim, "a marcha da ocupação do estado de São Paulo, articulada ao 'complexo cafeeiro', realizou-se pelo avanço da fronteira agrícola (onde o café foi acompanhado de outras culturas) e pela concomitante criação de núcleos urbanos que a seguir se transformaram em novos municípios. Em 1870, havia 81 municípios no estado, e em 1929 São Paulo possuía 245 municípios"⁸².

⁷⁹ Essa metalúrgica passou a "produzir aço em 1918, quando foram instalados um forno Siemens-Martins de seis toneladas de capacidade e laminadores" de acordo com SUZIGAN, W. (1986), p. 244.

⁸⁰ Inúmeras oficinas metalúrgicas foram abertas durante a Guerra, muitas das quais desapareceram após a guerra devido à abertura das importações; no entanto algumas tornaram-se grandes unidades fabris de metal-mecânica, conforme DEAN, Warren. A Industrialização de São Paulo, São Paulo, DIFEL, 1971, pp. 106-107.

⁸¹ "A General Motors e a Ford Motor Company instalaram em São Paulo oficinas para montagem de veículos motores com peças importadas de suas fábricas norte-americanas; aos poucos algumas destas peças ou partes de veículos foram sendo fabricadas nessas oficinas". Conforme PRADO Jr., Caio, História Econômica do Brasil, São Paulo, Editora Brasiliense, 1977, p. 267.

⁸² Ver GONÇALVES OHTAKE, Maria Flora, O Processo de Urbanização em São Paulo: dois momentos, duas faces, São Paulo, Dissertação de Mestrado apresentada a PUC - SP para a obtenção do Título de Mestre em Ciências Sociais, 1982, capítulo I.

Os estudos do processo de urbanização paulista desse período apontam para a primazia da Capital: "aqui se concentrariam os principais serviços de apoio à produção e o crescimento industrial. As particularidades da ligação com o porto, sobretudo após a ferrovia, assegurariam para a cidade uma situação privilegiada"⁸³. No entanto, vale destacar que o alargamento das funções urbanas de diversos municípios do Interior pode ser acompanhado pelo comércio e atividades industriais do começo do século, numa evidência de que a urbanização não se restringia à Capital⁸⁴.

É importante destacar que do ponto de vista espacial a indústria de São Paulo estava fortemente concentrada na Capital, que detinha, em 1907, cerca de 52% do valor da produção industrial⁸⁵.

O Censo demográfico de 1920 mostra que a população estadual era de 4,6 milhões de habitantes, sendo 721 mil na área da futura "Grande São Paulo" e 3,8 milhões no Interior. A Capital tinha 593 mil habitantes, Santos 102 mil e vários municípios do interior possuíam mais de 40 mil habitantes.

O acelerado crescimento populacional das últimas décadas do século XIX, faz com que a Capital ultrapasse rapidamente as dimensões de Campinas e de Santos, tornando-se uma grande cidade. Com isso, se amplifica cada vez mais a urbanização, facilitando ainda mais a concentração espacial das atividades econômicas na Capital.

O aumento de sua importância econômica pode ser melhor apreendido, lembrando-se que já "em 1920, a produção do Rio fora de 662,2 mil contos e a de São Paulo (capital), representando 50% da produção do Estado, teria sido de 504,5 mil contos"⁸⁶ e que "entre 1886 e 1938, a proporção da Capital na renda total dos

⁸³ Conforme PACHECO, Carlos Américo. Café e Cidades em São Paulo. Um Estudo de Caso da Urbanização na Região de Araraquara e São Carlos (1880-1930). Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP para obtenção do Título de Mestre em Economia, Campinas, 1988, p. 68.

⁸⁴ De acordo com MELLO, Zélia Maria Cardoso de & SAES, Flavio A.M. Características dos Núcleos Urbanos em São Paulo. Revista Estudos Econômicos, São Paulo, FIEP/USP, 15(2), maio/agosto, 1985, pp. 310-320.

⁸⁵ Acreditamos que a tabulação que fizemos do censo industrial de 1907 seja a primeira que permite verificar a distribuição espacial da indústria em São Paulo. Até então havia apenas alguns levantamentos não sistematizados que evidenciavam a concentração industrial na Capital de São Paulo. Ver, entre outros: BANDEIRA Jr., Antonio F.A. A Indústria no Estado de São Paulo. São Paulo, 1908 e LIMA, Heitor Ferreira. Evolução Industrial de São Paulo. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1954.

⁸⁶ Conforme SINGER, Paul. Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1977, p. 49.

municípios cresceu, embora irregularmente, de 27 para 56%... (e) baseava-se nos impostos pagos pelos setores industrial e comercial em expansão"⁸⁷.

A respeito da formação econômica da Capital Paulista foram produzidos diversos e importantes trabalhos, razão pela qual não vamos apresentar uma análise específica⁸⁸. Ela, em 1907, concentrava 51,8% do valor da produção industrial estadual e 8,3% da brasileira e apresentava estrutura industrial bastante diversificada, com forte presença de ramos produtores de bens de consumo não durável, sendo que os três mais importantes - produtos alimentares, têxtil e vestuário e calçados - respondiam por cerca de dois terços do pessoal ocupado e do valor da produção industrial.

TABELA 1.4 -POPULAÇÃO TOTAL DOS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS DE SÃO PAULO EM 1920

MUNICÍPIOS	Mil Habitantes	MUNICÍPIOS	Mil Habitantes
1. Capital	593	9. Rio Claro	50
2. Campinas	115	10. Araraquara	48
3. Santos	102	11. Taubaté	45
4. Piracicaba	78	12. Jundiaí	44
5. Ribeirão Preto	68	13. Franca	44
6. Bragança Paulista	55	14. Sorocaba	43
7. São Carlos	54	15. Guaratinguetá	43
8. São J. da Boa Vista	52	16. Jau	42

FONTE: IBGE- Censo Demográfico de 1920.

Já em 1907, podia-se notar que o Entorno da Capital possuía um embrião industrial onde se destacavam algumas fábricas de médio e grande porte: em São Bernardo do Campo a Silva Seabra & C. com 500 operários e a Bergman, Kowaric & C. com 204 operários no ramo de fiação e tecelagem e a Streiff Irmãos com 50 operários na produção de móveis; em Caieiras a Cia. Melhoramento de São Paulo com 100 operários na produção de papel e papelão e em São Caetano do Sul a Virgínia Rezende na fabricação de produtos químicos e a Pamplona Sobrinho & C. na produção de sabões e velas, ambas com 35 operários.

⁸⁷ Conforme LOVE, Joseph. A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937), Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, pp. 52-53.

⁸⁸ Vale mencionar pelo menos dois: MORSE, Richard M. Formação Histórica de São Paulo - de Comunidade a Metrópole. São Paulo, DIFEL, 1970 e LANGENBUCH, Juergen Richard. Estruturação da Grande São Paulo - estudo de geografia urbana, (1971), op. cit.

As estatísticas disponíveis para 1907 mostram que a área geográfica que daria conformação ao que se denominaria de Grande São Paulo concentrava 57,1% do pessoal ocupado e 58,2% do valor da produção industrial estadual, ou 9,3% da nacional. Por outro lado, o Censo Industrial de 1907 mostra que a indústria interiorizada respondia por 42% do total estadual (Ver Tabelas I.5 e I.7) e nela dois ramos (alimentos e têxtil) respondiam por cerca de três quartos do valor da produção. O têxtil empregava 5.578 operários e respondia por 52,7% do pessoal ocupado no Interior e por 46,6% de sua produção; a alimentícia, por 21,5% do pessoal ocupado e por 26,6% da produção, destacando-se que 12 usinas de açúcar eram responsáveis por 83% do pessoal ocupado na indústria alimentícia e por 56% do respectivo valor da produção⁸⁹.

TABELA I.5 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO EM 1907

REGIÕES	Estabele- cimentos		Pessoal ocupado (operários)		Valor do Capital		Valor da Produção	
	No.	%	No.	%	Contos de Réis	%	Contos de Réis	%
1. Grande São Paulo	168	51.4	14.096	57.1	74.275.312	58.2	68.757.550	58.2
1.1. Capital	154	47.1	12.773	51.7	60.737.812	47.6	61.180.130	51.8
1.2. Outros Municíp.	14	4.3	1.323	5.4	13.537.000	10.6	7.577.420	6.4
2. Interior	159	48.6	10.590	42.9	53.426.879	41.8	49.329.541	41.8
TOTAL	327	100.0	24.686	100.0	127.702.191	100.0	118.087.091	100.0

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: Censo Industrial de - 1907. O Brasil suas Riquezas Naturais, suas Indústrias, Rio de Janeiro, 1909.

Em 1907, o Interior contava ainda com a presença de unidades fabris de couros e peles, metalurgia, produtos químicos e material de transportes, as quais, embora dispersas, apresentavam forte presença na região de Sorocaba (têxtil, em Sorocaba, Salto, Itu e Tatuí), aparecendo num segundo plano Campinas, cuja estrutura era mais diversificada (têxtil, alimentício- açúcar, vestuário e calçados, metalurgia, mecânica e minerais não metálicos), conforme mostra a Tabela I.6.

A concentração na área da Grande São Paulo, se apresentava em quase todos os ramos, enquanto no Interior o predomínio era em couros e peles, produtos químicos, diversos e alimentos. A indústria alimentícia interiorizada respondia por 80% do pessoal ocupado e por 57,2% do valor da produção estadual, enquanto a têxtil - mais

⁸⁹ O peso relativo do Interior na indústria de São Paulo deve ser maior do que verificado no Censo de 1907, principalmente no ramo de alimentos pois, não se computou dados de 60 engenhos de açúcar espalhados no Interior.

importante ramo industrial da época - distribuía-se equilibradamente entre o Interior e a Grande São Paulo.

No Interior, onde se desenvolvera uma agricultura mercantil, o beneficiamento de café e de outros produtos incentivou o surgimento de um segmento produtor de peças de reposição de máquinas e equipamentos para a agroindústria, embrião de uma futura indústria de máquinas e implementos agrícolas mais simples. Esse espaço também se beneficiou pela proximidade das fontes fornecedoras de matérias-primas, por questões de suprimento de água e por questões energéticas (aproveitamento de quedas d'água): a têxtil instala-se em diversos locais do Interior por questões energéticas e a instalação de usinas de açúcar dependia, em grande medida, da proximidade das fontes fornecedoras de matérias-primas, bem como do suprimento de água e da possibilidade de se gerar energia própria.

Nesse sentido, o exemplo de Sorocaba é ilustrativo. No início do século já contava com suprimento de energia elétrica, através da usina da Fábrica de Tecidos Votorantim em Sorocaba, da Empresa Elétrica de Sorocaba, ligada ao Banco União de São Paulo e da Cia Ituana de Força e Luz, organizada em 1903 e que atendia os municípios de Salto e Itú. Com a aquisição da Empresa Elétrica de Sorocaba pela Light, em 1911, e sua integração ao sistema de produção e distribuição de energia a partir desta data, não é difícil compreender porque essa região se consolidou como segundo maior centro produtor têxtil estadual, perdendo apenas para a Capital, uma vez que as fábricas em operação podiam se expandir sem ter que aplicar recursos na geração de energia⁹⁰.

Além da dinâmica transformadora que o café exercia sobre a urbanização do interior, alguns outros aspectos ajudam a entender porque a indústria em São Paulo já nasce com forte penetração no Interior: a de bens de consumo leve estava se diversificando e não possuía razões locacionais rígidas, a de beneficiamento tinha que acompanhar a penetração espacial das culturas pelo Interior; a de madeira, a de papel e papelão e a de minerais não metálicos, assim como a maior parte da produção de bens intermediários, tinham que se instalar junto às fontes fornecedoras de suas matérias-primas. Os demais segmentos industriais, evidentemente, se concentrariam

⁹⁰ A questão de produção e distribuição de energia, bem como sua importância para o desenvolvimento industrial em São Paulo é analisada por Lorenzo, Helena Carvalho de. O Setor de Energia Elétrica no Estado de São Paulo (1900-1980). Campinas, FECAMP/SEP 1987, especialmente capítulo 1.

na Capital paulista e nos municípios do seu Entorno, acompanhando o acelerado processo de urbanização do espaço territorial, já se beneficiando de economias de escala e de aglomeração.

Destaque-se que a agricultura apresentava-se mais avançada nas regiões administrativas de Campinas e de Ribeirão Preto "onde a fertilidade do solo, o beneficiamento do café, as ferrovias, o financiamento à produção promovidos pelo capital comercial e o apoio institucional fizeram-se presente, antes das demais regiões"⁹¹. Elas respondiam por 42,8% do valor da produção agrícola estadual e eram as maiores produtoras de café, cana-de-açúcar, milho e feijão.

Em plano secundário, a de Sorocaba respondia por cerca de 10% do valor da produção agrícola estadual com destaque para a cultura algodoeira, que representava cerca de um terço da produção estadual de algodão em 1920⁹². Não é sem razão que estavam instaladas na região as mais importantes fábricas têxteis do estado conforme mostra a Tabela I.6, além de diversas unidades de beneficiamento de algodão.

A rede ferroviária paulista articulava espaços novos e mais distantes em relação aos centros mais importantes como a Capital e Santos, começando por Campinas e Sorocaba e se alastrando por todo o estado. Assim, a ferrovia expandiu-se caminhando em direção ao norte, noroeste e oeste, chegando inclusive a ultrapassar as fronteiras estaduais, integrando São Paulo com Minas Gerais, Mato Grosso e Paraná.

⁹¹ Conforme TARTAGLIA, J.C. e OLIVEIRA, O.L. (1988), op.cit., p. 11.

⁹² Diversas dessas fábricas haviam sido fundadas no final do século passado: ver CANABRAVA, Alice Piffer. O Desenvolvimento da Cultura do Algodão na Província de São Paulo (1861-1875). São Paulo. Tese apresentada ao concurso da X Cadeira da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP, 1951 e STEIN, Stanley Jr. Origem e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil: 1850-1950. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1979.

TABELA 1.6 - RELAÇÃO DOS MAIORES ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS LOCALIZADOS NO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO EM 1907

DENOMINAÇÃO	Localização	Produtos	Número de Operários	Valor do Capital em mil Contos de Réis	Valor da Produção em Mil Contos de Réis
Soc. Italo Americana	Itú/S. Roque	Fiação/Tecel.	1.131	9.779,0	7.646,0
Moinho de Santos	Santos	Moag. de Cereais	153	2.000,0	3.410,0
Fábrica Votorantin	Sorocaba	Fiação/Tecel.	696	6.920,0	2.600,0
S.A. de Piracicaba	Piracicaba	Açúcar	170	2.000,0	2.330,0
Fábr. Sta Rosalina	Sorocaba	Fiação/Tecel.	507	2.826,8	2.240,0
Cia. Santiata	Santos	Fiação/Tecel.	326	816,5	2.100,0
Souza Pereira S.C.	Sorocaba	Chapéus	158	920,0	1.435,0
Dr. Henrique Dumont	Sao Simao	Açúcar	400	1.000,0	1.040,0
Aren & Irmãos	Jundiaí	Fundição	168	650,0	920,0
Cia. Mac Kardy	Campinas	Fundição	254	978,0	860,0
S.A. Vila Rafard	Rafard	Açúcar	170	1.017,6	832,0
Fábrica Carioba	Americana	Fiação/Tecel.	253	440,0	810,0
Fábrica Arethusina	Piracicaba	Fiação/Tecel.	300	1.800,0	750,0
Fábrica Santa Maria	Sorocaba	Fiação/Tecel.	200	300,0	720,0
Fábrica Sao Martinho	Tatui	Fiação/Tecel.	370	1.800,0	720,0
Fábrica Sao Bento	Jundiaí	Fiação/Tecel.	206	800,0	720,0
Dias S.C.	Sorocaba	Artigos de Couro	108	150,0	700,0
Fábr. Fonseca Fº S.C.	Sorocaba	Fiação/Tecel.	246	365,0	675,0
J.P. Marques Valla	Araraquara	Açúcar	320	600,0	635,0
Arthur Nogueira S.C.	Campinas	Açúcar	200	1.500,0	600,0
Dr. A.A. de Carvalho	Piracicaba	Açúcar	350	750,0	574,0
Cia. Taubaté Industria	Taubaté	Fiação/Tecel.	261	703,0	523,2
Hoffman S.C.	Jacarei	Fiação/Tecel.	100	40,0	522,0
Fábrica Monte Serrote	Salto	Fiação/Tecel.	172	100,0	504,0
Motta S.C.	Guaratingueta	Fósforos	250	400,0	450,0
Cia. C.C. de Ferro	Campinas	Mat. Transportes	87	237,6	350,0
A.R. Pereira S.C.	Rodovão/Piraju	Cal/Cimento	100	5.000,0	293,0
Fábrica São Luiz	Itú	Fiação/Tecel.	131	200,0	160,0

FONTE: Censo Industrial do Estado de São Paulo - 1907. O Brasil, suas Riquezas Naturais, suas Indústrias, Rio de Janeiro, 1909.

Em 1919 a população economicamente ativa - PEA do estado de São Paulo chegava à casa de 1,5 milhão de pessoas, (na Capital 250 mil e no Interior 1.250 mil), quase um terço de sua população.

O nível de renda do Interior pode ser melhor percebido pelas cifras disponíveis e estimadas para os setores agrícola e industrial para 1919: esses dois setores totalizaram um valor da produção de cerca de 2 milhões de contos de réis (30% gerado diretamente pelo café), sendo 50,5% da produção agrícola e 49,5% da produção industrial. Como 95% da renda agrícola era gerada no Interior e, supondo-se, 60% do valor da produção industrial na Grande São Paulo, isso nos leva a concluir que da renda gerada por esses dois setores, 67% ocorria no Interior e 33% na Grande São Paulo. Por outro lado, o valor da produção per capita (em relação à PEA) da Grande São Paulo seria pouco mais que o dobro do verificado no Interior⁹³.

⁹³ Nos anos 20, praticamente duplica o valor da produção agrícola e industrial do estado de São Paulo, enquanto sua população crescerá cerca de 35% totalizando algo em torno de 6,2 milhões de habitantes em 1928.

Esse desenvolvimento da economia paulista, articulado sob a estruturação e consolidação do "complexo cafeeiro", implicou e por vezes exigiu acelerada urbanização. Sua articulação com o investimento industrial possibilitou a concentração do maior parque industrial neste estado e, em especial, em sua Capital. A participação do Estado de São Paulo no valor da produção do país saltou de 15,9% em 1907 para 33,0% em 1919 e para 37,1% em 1928 e estimamos que a da Capital Paulista no valor da produção industrial brasileira era 8,3% em 1907 e teria passado para 21,5% em 1928 (Tabela I.7). Em resumo, no período 1907/1928 assistimos a um forte aumento da concentração industrial em São Paulo, principalmente em sua Capital, embora tanto a indústria do Entorno da Capital como a do Interior também tivessem crescido de forma expressiva.

TABELA I.7 - CONCENTRAÇÃO ESPACIAL DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO: 1907-1928

REGIÕES	VALOR DA PRODUÇÃO (%)				PESSOAL OCUPADO	
	Em relação a São Paulo		Em relação ao Brasil		Em relação a São Paulo	
	1907	1928	1907	1928	1907	1928
1. Grande São Paulo	58,2	65,0	9,3	24,1	57,1	67,8
1.1. Capital	51,8	58,0	8,3	21,5	51,7	63,5
1.2. Outros Municípios	6,4	6,7	1,0	2,6	5,4	4,3
2. Interior	41,8	35,0	6,6	13,0	42,9	32,2
TOTAL DO ESTADO	100,0	100,0	15,9	37,1	100,0	100,0

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: 1 - 1907: Tabela 5
2 - 1928: Tabela 8 e FECAMP/SEP (1987).

Em função da disponibilidade de dados para 1928 é possível estimar a participação relativa do valor da produção industrial da Grande São Paulo (65%) e do Interior (35%) nesta data⁹⁴.

Na Capital iriam se instalar novos segmentos industriais, notadamente os de maior complexidade, que requeriam maiores economias de escalas, externas e de aglomeração. No entorno da Capital - São Bernardo, São Caetano, Caieiras e Osasco - surgiriam assentamentos industriais, em sua maioria ao longo do traçado da ferrovia que facilitava a importação de matérias-primas do Interior de São Paulo e do exterior.

⁹⁴ A estimativa foi feita com base na totalidade da amostra, sem levar em conta a regionalização por ramos. A amostra regionalizada contempla 94% do total de operários ocupados em 1928.

Com a extensão das linhas de transmissão de energia elétrica gerada em Sorocaba até a Capital, em 1914, e com as posteriores extensões das redes implantadas pela Light, as indústrias passam a ter diminuídas suas necessidades de inversão, (não precisando mais investir em geração de energia) e nem ficavam obrigadas a localizar suas novas unidades próximas às quedas d'água do Interior. Portanto, a partir desse momento, cria-se mais um importante fator aglomerativo, pelo aumento da oferta de energia na Capital e seu Entorno, contribuindo para aumentar a concentração industrial.

A própria expansão industrial na área da Grande São Paulo acabaria por reforçar a concentração, atraindo setores produtores de peças complementares e de reposição, indústrias auxiliares, etc. Além disso, instalam-se na Capital setores industriais com características mais urbanas: química, metalurgia, material elétrico e gráfica e, também, porque aí existe mais facilidade para exportação para outros estados, através do porto de Santos.

Ainda que as informações de 1907 e 1928 pertençam a fontes diferentes, o que traz problema de comparabilidade, elas evidenciam a grande expansão industrial da Capital, de seu Entorno e do Interior, e também evidenciam um inequívoco processo de concentração na Capital paulista. No período 1907/1928 criaram-se 124,5 mil novos empregos industriais, sendo 81,9 mil na Capital, 5,2 mil no seu Entorno e 37,5 mil no Interior⁹⁵.

Às vésperas da crise de 1929, apesar do processo de diversificação do parque industrial da Grande São Paulo, as indústrias produtoras de bens não duráveis de consumo ainda concentravam 68,0% do total de seus operários. Ao nível de ramos, o têxtil era o mais importante, empregando 42,1 mil vindo a seguir o de minerais não metálicos, o metalúrgico, o de vestuário, calçados e artefatos de tecidos, o de alimentos e o de editorial e gráfica, que em conjunto, totalizavam 73,4% do total dos operários.

⁹⁵ Em outras palavras significa dizer que nesse período o emprego industrial estadual cresceu 6,4 vezes, sendo 7,4 vezes na Capital, 5,0 vezes no seu Entorno e 4,5 vezes no Interior.

TABELA I.9 - ESTRUTURA SETORIAL E DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO NÚMERO DE OPERÁRIOS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO, POR GRUPOS E RAMOS DE INDÚSTRIAS - 1928

GRUPOS E RAMOS DE INDÚSTRIAS	(Valores em Porcentagem)				
	Estrutura Setorial		TOTAL	Distribuição Espacial	
	Grande São Paulo	Interior		Grande São Paulo	Interior
GRUPO I	68,0	76,4	100,0	65,2	34,8
Produtos Alimentares	5,8	17,9	100,0	40,9	59,1
Têxtil	41,7	49,8	100,0	63,8	36,2
Vestuários, Calçados e Artefatos de Tecidos	6,7	3,6	100,0	79,6	20,4
Prod. Farmacêut. e Veterinários	0,6	0,0	100,0	97,1	2,9
Fumo	0,9	0,3	100,0	94,6	15,4
Perfumaria, Sabões e Velas	0,8	0,9	100,0	66,1	33,9
Editorial e Gráfica	4,9	0,6	100,0	94,2	5,9
Mobiliário	3,3	1,0	100,0	88,0	12,0
Bebidas	3,3	2,2	100,0	75,4	24,6
GRUPO II	25,0	15,0	100,0	77,8	22,2
Minerais não Metálicos	7,5	4,1	100,0	79,5	20,5
Química	2,9	2,2	100,0	73,4	26,6
Metalurgia	6,8	1,0	100,0	93,6	6,4
Papel e Papelão	2,8	2,5	100,0	70,0	30,0
Borracha	1,0	-	100,0	100,0	-
Couros, Peles e Similares	1,1	2,5	100,0	47,7	52,3
Madeira	2,9	2,2	100,0	69,5	30,5
GRUPO III	7,0	8,6	100,0	63,1	36,9
Mecânica	2,9	2,5	100,0	71,0	29,0
Material de Transporte	2,2	5,6	100,0	45,7	54,3
Material Elétrico	0,7	-	100,0	100,0	-
Diversos	1,2	0,5	100,0	81,8	18,2
TOTAL (%)	100,0	100,0	100,0	67,8	32,2
TOTAL (Números Absolutos)	101.151	48.023	149.174	101.151	48.023

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: DEIC-SAIC/SP - Estatística Industrial de São Paulo - 1928.

Do ponto de vista espacial, cinco ramos concentravam mais de 90% dos seus operários na Grande São Paulo: produtos farmacêuticos e veterinários, editorial e gráfica, metalurgia, borracha e material elétrico; entre 70% e 90%, situavam-se nove outros ramos industriais. Algumas indústrias que se instalavam próximas à fonte fornecedora de matéria-prima como são os casos das indústrias têxtil, de alimentos, de couros, peles e similares e a de madeira apresentavam índices menores de concentração na Grande São Paulo⁹⁶. A indústria de minerais não metálicos, com as mesmas características locais estava mais fortemente concentrada nessa área em decorrência de operação nessa região da fábrica de cimento de Perus. Os ramos de química e de papel e papelão começavam a se instalar nos municípios localizados no Entorno da Capital, concentrando nessa área, respectivamente, 23,1% e 21,7% do total dos operários. As indústrias com menor concentração na Grande São Paulo eram as de produtos alimentares, couros, peles e similares e a de material de transportes.

⁹⁶ Os ramos têxtil e de alimentos possuíam menores índices de concentração na Grande São Paulo, não apenas em função do avanço da cotonicultura e da agropecuária do Interior, mas da própria história do desenvolvimento anterior da indústria interiorizada.

No Interior o peso das indústrias produtoras de bens de consumo não duráveis era bem maior - mais de três quartos do total -, fortemente concentrado em apenas dois ramos, que em conjunto respondiam por mais de dois terços do total de operários: têxtil (49,8%) e o alimentar (17,9%). Vinha a seguir, material de transportes, pois se localizavam no Interior as principais oficinas de reparação, fabricação de peças e montagem de equipamentos das principais Ferrovias, que ocupavam pouco mais de 50% dos operários do ramo⁹⁷.

Do ponto de vista espacial, o Interior concentrava mais da metade dos operários de três ramos: produtos alimentares (50,1%), couros, peles e produtos similares (52,3%) e material de transportes (54,3%).

Analisando a indústria de alimentos é importante mencionar alguns de seus principais produtos. A frigorífica, que com onze estabelecimentos no Interior respondia por pouco mais de 60% do abate bovino e por um terço do valor da produção frigorífica estadual, merecendo ser destacado o frigorífico Anglo, de Barretos, com 23% do valor da produção do estado e a Cia. Frigorífica de Santos, com 7,8%. A açucareira, totalmente interiorizada, estava concentrada nas regiões de Campinas (44,1%) e Ribeirão Preto (40,0%). As de beneficiamento, de laticínios e a de alimentos diversos dispersaram-se pelo Interior, nos centros urbanos mais importantes e próximas à produção da matéria-prima agrícola. Dois exemplos ilustram bem o caso: a de óleos vegetais, próxima à zona algodoeira de Sorocaba e os laticínios, próximos às bacias leiteiras no Vale do Paraíba, Campinas e Ribeirão Preto⁹⁸.

A de couros e peles (basicamente cortumes e pequenas fábricas de artefatos de couro) encontrava nas principais regiões interiorizadas urbanas seus maiores mercados consumidores e fornecedores de insumos. Esse fato, aliado à grande concentração de abate bovino nessas regiões, fornecendo matéria-prima em abundância, explica o elevado peso relativo das unidades fabris e de seus operários no Interior.

⁹⁷ Maiores detalhes sobre a indústria interiorizada nesse período encontra-se em NEGRI, Barjas A Interiorização da Indústria Paulista (1920-1980), Cap. I in A Interiorização do Desenvolvimento, op. cit., razão pela qual mencionaremos apenas os aspectos mais relevantes.

⁹⁸ O desenvolvimento de diversas indústrias do ramo alimentício como açúcar, carnes, óleos vegetais e laticínios é analisado por SUZIGAN, W. (1986), op. cit. em especial nos capítulos 3 e 4.

Além dos três ramos apontados anteriormente, os que possuíam peso relativo expressivo no Interior eram o têxtil (36,2%), papel e papelão (30,0%) e a indústria mecânica (29,0%). Vejamos, suas principais características⁹⁹.

Destaquemos em primeiro lugar o têxtil, responsável por metade dos operários do Interior. Empregava 23.904 operários e encontrava-se espacialmente concentrada em 19 estabelecimentos operando na região de Sorocaba (21,7% dos operários têxteis do estado e 59,9% do interior), aparecendo em segundo lugar a região de Campinas (8,0% do estado e 22,1% do interior). A maior parte dos grandes estabelecimentos do Interior havia surgido no período anterior.

Os estabelecimentos da mecânica, no Interior, caracterizavam-se pelo pequeno porte, fornecedores de peças e equipamentos simples para a agropecuária e agroindústria. Entre os maiores estavam a Cia. Mecânica e Importadora São Paulo, em Jundiaí e a Cia. MacHardy em Campinas.

O terceiro ramo apontado - papel e papelão -, empregava 1.226 operários em seis estabelecimentos localizados no Interior, o que dava um tamanho médio duas vezes maior que os localizados na Grande São Paulo. A maior fábrica localizava-se em Cubatão, empregava 585 operários na produção de papel para impressão e tinha uma capacidade de produzir cinco mil toneladas por ano.

Para finalizar, é necessário enfatizar mais uma vez que apesar da elevada concentração industrial na Região da Grande São Paulo, o peso da indústria do Interior era bastante expressivo: cerca de 35,0% do valor da produção estadual e 13,0% do total do país. Isso só foi possível em função da dinâmica do "complexo cafeeiro", que exigiu uma rápida urbanização nos principais municípios do estado, a implantação de um sistema de transportes e a consolidação de diversificado elenco de indústrias e serviços de apoio à produção, que pelas suas próprias características exigiu uma economia relativamente descentralizada.

⁹⁹ Mais detalhes a respeito desses ramos ver NEGRI, B. (1988), pp. 65-74.

CAPÍTULO 1.2: A INDÚSTRIA BRASILEIRA DURANTE A INDUSTRIALIZAÇÃO RESTRINGIDA

Para reter os aspectos que mais nos interessam para compreender a dinâmica regional da industrialização paulista, dividimos este capítulo em cinco partes: a primeira é referente à expansão e diversificação da indústria brasileira de 1929 a 1955, a segunda envolve a aceleração da concentração industrial em São Paulo, a terceira analisa as modificações na estrutura setorial da indústria de São Paulo, a quarta mostra as articulações da agricultura e do sistema viário com o seu desenvolvimento industrial e a quinta evidencia as transformações espaciais da indústria em São Paulo destacando a concentração na área da Grande São Paulo e as características da indústria do Interior.

2.1. A Expansão Diversificada da Indústria Brasileira

No período que vai de 1929/33 a 1955 ocorre no Brasil um processo de industrialização, "restringida", em virtude da reprodução ampliada do capital produtivo ter grande dependência do crescimento das exportações como fator fundamental na geração das divisas necessárias para viabilizar as importações de bens de capital e de bens intermediários. A inexistência de um expressivo compartimento produtor de bens de produção (bens de capital e bens intermediários) faz com que a industrialização não tenha autonomia para sua reprodução, isto é; ela não consegue "caminhar com seus próprios pés".

Como bem mostrou Cardoso de Mello, "a partir de 1933 se inicia nova fase do período de transição, porque a acumulação se move de acordo com novo padrão. Há um processo de industrialização porque a dinâmica da acumulação passa a se assentar na expansão industrial, ou melhor, porque existe um movimento endógeno de acumulação, em que se reproduzem, conjuntamente, a força de trabalho e parte crescente do capital constante industrial; mas a industrialização se encontra restringida porque as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implante, num golpe, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permitirá a capacidade produtiva crescer adiante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial"¹⁰⁰.

¹⁰⁰ Conforme CARDOSO DE MELLO, J.M. (1985), op. cit., p. 110.

O corte temporal que delimita esse processo começa em 1929/33 e estende-se até 1955/56, momento em que se dariam profundas modificações no padrão de acumulação, com a implantação de setores de bens de produção e de consumo durável.

Antes de nos determos sobre este período, é preciso indicar, ainda que resumidamente, como se desencadeou a crise cafeeira de 1929 e os mecanismos de sua recuperação, pois é uma questão de fundamental importância para o entendimento do crescimento industrial brasileiro a partir dos anos 30¹⁰¹, e especialmente relevante para a dinâmica regional de São Paulo.

A recuperação da economia brasileira já se inicia em 1933, sob o comando do setor industrial, que passa a ditar o ritmo da acumulação de capital. A expansão do setor industrial deu-se mais rapidamente que dos demais setores e, em 1931, a indústria já recupera os índices de produção do ano imediatamente anterior à crise. Entre 1933 e 1939 vamos assistir a um surto industrial no país, com taxas de crescimento da ordem de 11,2% ao ano¹⁰², bem superior à taxa média anual de 5,7% verificada no período 1919/39.

Mesmo assim, as dificuldades econômicas da década de 30, e, mais tarde, as advindas da II Grande Guerra Mundial, provocaram restrições na capacidade de importar e, conseqüentemente, nas inversões industriais. Isto levou a um rápido esgotamento da capacidade ociosa gerada na década anterior, ao mesmo tempo que elevava o esforço interno da produção de bens de produção. Com isso, "o encurtamento da capacidade para importar, e a mudança da estrutura dos preços relativos, que encarecera sobremodo os produtos importados, tornou o mercado nacional cativo para a indústria nacional"¹⁰³.

A expansão da indústria nacional no período 1919/39 revelou alguns aspectos relevantes nesse período: o segmento que mais cresceu foi o de bens de capital e de

¹⁰¹ Nossa análise baseia-se, fundamentalmente nos trabalhos clássicos de FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1968, Capítulos XXXI "Os Mecanismos de Defesa e a Crise de 1929" e XXXII "Deslocamento do Centro Dinâmico"; de CARDOSO DE MELLO, João Manoel (1982), Capítulo II, item II.2; CANO, Wilson (1985), Capítulo V, item 1 e AURELIANO DA SILVA, M.L. No Limiar da Industrialização, (1981), op. cit.

¹⁰² Os índices de crescimento industrial encontram-se em HADDAD, Cláudio L.S. Crescimento do Produto Real no Brasil: 1900-1947. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1978.

¹⁰³ Conforme CANO, Wilson. Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil: 1930-1970. São Paulo, Global Editora - Campinas, Editora de Unicamp, 1985, p. 77.

bens de consumo durável com taxas bem superiores à média da indústria (12,6%), aparecendo num segundo plano o produtor de bens intermediários (com 7,0% ao ano), enquanto as indústrias de bens de consumo não durável ficaram com taxas inferiores (5,0% ao ano). Dessa forma, as indústrias mais tradicionais reduziram de 78,0% para 67,5% sua participação relativa no valor do produto industrial nacional, ao mesmo tempo que as produtoras de bens intermediários elevavam a sua participação de 20,2% para 25,9% e as produtoras de bens de capital e de consumo durável de 1,8% para 6,6%.

Em 1919, o mais importante segmento industrial ainda era o têxtil seguido pelo de alimentos. Juntos respondiam por metade da produção industrial nacional. Vinte anos depois a têxtil tem sua participação reduzida de 29,6% para 21,9% e a alimentícia supera-a passando de 20,6% para 23,3%. Agora, juntas perfaziam 45,2% da produção industrial nacional. Uma análise mais detalhada evidencia as principais mudanças em cada uma de suas estruturas: na de alimentos, os segmentos mais dinâmicos passaram a ser a produção e o refino de açúcar, o beneficiamento e moagem, o abate de animais, a fabricação de conservas, banhas e outros derivados de carne, e, num segundo plano, a pasteurização de leite e fabricação de laticínios, massas alimentícias e biscoitos. Na têxtil, cerca de 90% da produção continuou concentrada no beneficiamento, e fiação e tecelagem, com destaque para a produção de tecidos sintéticos, de seda natural e lã. No ramo de vestuários, calçados e artefatos de tecidos, cuja participação relativa praticamente caiu pela metade, as principais modificações ocorreram em relação à significativa perda da posição relativa da produção de chapéus e da correspondente elevação na de fabricação de roupas para homens e meninos¹⁰⁴.

Entre as indústrias que produzem bens intermediários, os maiores crescimentos se deram na química e na metalurgia. Na primeira percebe-se o incremento na produção de derivados de petróleo e carvão, de fios artificiais e matérias plásticas (até então não fabricados), de óleos e essências vegetais e matérias graxas animais e, da farmacêutica, num claro processo de expansão e diversificação da indústria química nacional. Na metalurgia são introduzidos dois novos segmentos: a siderurgia e metalurgia dos não ferrosos, que passam a responder por um quarto da sua produção. No ramo de minerais não metálicos é iniciada a produção de cimento e expandida a de

¹⁰⁴ A análise dos respectivos ramos e sub-ramos industriais, baseiam-se nas informações disponíveis na publicação IBGE. Censo Industrial - Resultados Retrospectivos de 1920, 1940 e 1950. Rio de Janeiro, 1957.

cal, de material cerâmico e beneficiamento de minerais não metálicos. Em suma, no período 1919/39 ficam mais evidentes as modificações na estrutura produtiva das indústrias predominantemente produtoras de bens intermediários¹⁰⁵.

Nas indústrias produtoras de bens de capital e de bens de consumo durável, destacam-se a montagem (caminhões e ônibus) por empresas estrangeiras que haviam se instalado nos anos 20, e também a fabricação de motores elétricos, máquinas e equipamentos para a agricultura.

A expansão ocorrida se realizou, em grande parte, movida por capitais nacionais, cujos empreendimentos se caracterizavam por plantas de pequeno e médio porte, baixa intensidade de capital e reduzidos riscos de investimentos. Mesmo com as dificuldades impostas às importações, durante os anos 30, e as restrições ainda maiores do período de guerra, a recuperação industrial ocorre tanto porque essas restrições tornaram cativo o mercado nacional para a sua indústria, quanto pela ação da política de sustentação da economia cafeeira; além disso foram importantes algumas decisões de política econômica adotadas após 1937¹⁰⁶.

Entre 1939 e 1949 a indústria brasileira cresceria a um ritmo médio anual de 7,8%, com taxas bastante expressivas nos segmentos produtores de bens intermediários (10,0%) e de bens de capital e de bens de consumo durável (9,3%); e ainda altas na de bens de consumo não durável (6,7%), superior à verificada no período 1919/39 e muito acima da taxa de crescimento populacional¹⁰⁷.

A indústria têxtil, por exemplo, foi beneficiada pelos acordos firmados durante a segunda guerra mundial, entre o Brasil e os Aliados, visando o abastecimento das forças armadas e também pelos novos mercados importadores de países sul-americanos e africanos. A de cimento, implantada ao final dos anos 20, expande-se, substituindo as importações; a pneumática se implantara pouco antes da guerra; a química desenvolveu vários setores durante essa guerra; o problema siderúrgico teve solução parcial com a inauguração da Usina de Volta Redonda em 1946, enquanto a

¹⁰⁵ Iniciativas para dinamizar o processo de industrialização antes da II Grande Guerra Mundial são comentadas por BAER, Werner. *A industrialização e Desenvolvimento Econômico do Brasil*. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1975, pág. 9 a 28.

¹⁰⁶ Ver: MALAN, Pedro S. e outros. *Política Econômica Externa e Industrialização no Brasil (1939/52)*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1980 2ª ed., Capítulo V. e DRAIBE, Sonia. *Rumos e Metamorfoses - Estado e Industrialização no Brasil (1930-1960)*, Rio de Janeiro, 1985, em especial capítulo 1.

¹⁰⁷ Ver CANO (1985), pp. 77-83.

Fábrica Nacional de Motores, (FNM) possibilitou a rápida produção de caminhões. Dessa forma, foram criados alguns graus de liberdades em importantes segmentos industriais como o de transportes, mecânica, metalurgia, borracha, papel, construção civil e sobretudo na indústria química¹⁰⁸.

Já durante o final dos 30, o crescimento industrial seria ainda mais intenso, graças, inclusive, ao amparo de medidas governamentais visando a organização e melhoria da produção e "de modo geral, estas ações consistiam na criação de comissões e institutos com amplos poderes econômicos e, se bem que em muitos casos o campo de ação destes órgãos não fosse especificamente o setor industrial, o caráter geral de muitas medidas então tomadas certamente agiu como estímulo e/ou proteção às atividades manufatureiras então existentes"¹⁰⁹. Em linhas gerais, a produção industrial esteve protegida pela redução das importações em suas origens durante a Guerra e, a partir daí, por uma política cambial sobrevalorizada com controle de licenciamento para importações¹¹⁰.

Mesmo com todas essas modificações, as indústrias têxtil e alimentícia continuaram sendo as mais importantes, respondendo cada uma por um quinto do produto industrial brasileiro, aparecendo em seguida a metalurgia (9,4%), minerais não metálicos (7,1%) e a química (5,3%). Também ganham maior significância outros ramos como o de madeira, papel e papelão, borracha e mecânica, num evidente processo de expansão diversificada.

Essa diversificação é também evidente internamente aos próprios ramos, onde alguns segmentos, novos ou não, adquirem ampliação de seus pesos relativos como foi o caso do cimento no de minerais não metálicos, a siderurgia fundição, laminação e trefilação na metalúrgica. Crescem as participações de derivados de petróleo, produtos farmacêuticos, tintas e vernizes, desinfetantes e inseticidas, e matérias plásticas na química; de pneumáticos e câmaras de ar na da borracha, figurando ainda o maior peso da produção de papel, de peças e montagem de automóveis, caminhões e outros

¹⁰⁸ Sobre a industrialização nesse período ver TAVARES, Maria da Conceição. Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil. Campinas, Editora da UNICAMP, 1986, Capítulo III, pp. 97-152. A respeito das políticas de apoio à indústria ver MALAN, Pedro & outros (1980), pp. 296-327; BAER, Werner (1975), pp. 9-28; VILLELA, Annibal Vilanova & SUZIGAN, Wilson Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira (1889-1945). Rio de Janeiro, IPEA, 1975, 2a. Edição, Monografia n. 10, pp. 191-200.

¹⁰⁹ Ver DRAIBE, Sonia (1985) e MALAN, Pedro & outros (1980).

¹¹⁰ Sobre a questão das restrições às importações ver TAVARES, Maria da Conceição Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1973, primeiro capítulo "Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil" item II "O caso do Brasil", pp.59-124.

veículos, aparelhos e material elétrico, construção de máquinas, equipamentos e aparelhos da indústria mecânica em geral, etc.

No período 1947/55, as medidas de política econômica, adotadas pelo Governo Federal, contribuíram para o rápido crescimento industrial, que foi da ordem de 9,0% ao ano. Como bem sintetizou Serra, "para isso foi decisivo um conjunto de condições, entre as quais se destacam: a significativa ampliação do mercado doméstico nos anos 30; as políticas protecionistas da indústria interna e de apoio à substituição de importações e os investimentos estatais tanto em infraestrutura de energia e de transportes como na produção de bens intermediários"¹¹¹.

Entre os fatos mais significativos para o crescimento industrial do pós guerra até meados da década de 50, destacam-se a crise internacional de superprodução de algodão a partir de 1952 e a crise cafeeira pós 1954 que acabam por provocar novo estrangulamento externo. Entre os instrumentos de política econômica evidenciam-se a reforma cambial de 1953, através da Instrução 70 da SUMOC que estabeleceu o regime de taxas múltiplas de câmbio e passou a remunerar melhor o exportador. O Estado assume um papel fundamental no processo de industrialização, através da realização de investimentos diretos no setor produtivo ou órgãos de apoio: em 1942 cria-se a Cia. Vale do Rio Doce; em 1943 a Fábrica Nacional de Motores; em 1944, a ACESITA e, em 1946 a Cia Siderúrgica Nacional. O início dos anos 50 seria marcado por novos e importantes empreendimentos estatais como a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico em 1952 e a instituição do monopólio do petróleo com a organização da Petrobrás em 1954. Todos esses empreendimentos teriam forte impacto sobre o crescimento industrial dos últimos anos da "industrialização restringida" e dos primeiros anos de "industrialização pesada".

Durante a "industrialização restringida" a produção nacional de bens de produção continuou reduzida, apesar das elevadas taxas anuais de crescimento. A diminuição da capacidade para importar reduziu as importações de bens de consumo e a própria política de sustentação do nível de renda imposta pelo Governo permitiu à indústria nacional enxugar sua capacidade ociosa e ampliar sua produção. A expansão industrial e a aceleração do processo de urbanização constituíram-se em fatores de estímulo para o aumento da produção agrícola destinada ao mercado interno.

¹¹¹ Conforme SERRA, José. "Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Pós-Guerra" in Revista de Economia Política, vol.2/2, no. 6, abril-junho 1982. São Paulo, Editora Brasiliense, 1982, pp.21-22.

Como bem destacou Cano "para prosseguir com o desenvolvimento do capitalismo brasileiro havia, necessariamente, que integrar o mercado nacional e, para tanto, não mais poderia o Estado permitir a supremacia de interesses especificamente regionais sobre os nacionais"¹¹². Durante 1930/55 o Estado passaria cada vez mais a converter determinados problemas regionais em questões nacionais e as propostas para suas soluções também passariam a ser de âmbito nacional. Assim, a questão da industrialização brasileira passou a ser considerada uma prioridade nacional e, conseqüentemente, as medidas adotadas para o desenvolvimento industrial brasileiro passaram a ser centralizadas pelo Governo Federal. As iniciativas do Instituto Brasileiro do Café - IBC, do Instituto do Açúcar e Alcool - IAA, a criação de diversas empresas estatais, a política de comércio exterior, as preocupações com as produções de aço, cimento, café, açúcar, álcool, petróleo, veículos, etc., deram um sentido unificador à indústria nacional, contribuindo com a integração do mercado nacional¹¹³.

Assim, "no início dos anos 30, (...) além de encampar(...) a política cafeeira através do Departamento Nacional do Café (1933), o governo federal criou o Instituto Nacional do Açúcar e do Alcool (1933) para 'ordenar' o setor açucareiro e evitar que a expansão da dinâmica agricultura paulista (...) ameaçasse vitalmente a velha oligarquia nordestina. Posteriormente, outros institutos (...) foram sendo criados, tais como o Instituto Nacional do Mate (1938), o Instituto Nacional do Pinho (1941), o Instituto Nacional do Sal (1941) e o Instituto do Cacau da Bahia (1931)"¹¹⁴.

As questões relativas aos recursos naturais também receberam atenção da esfera federal como a estruturação do Departamento Nacional da Produção Mineral-DNPM (1934) e da criação de Conselhos de âmbito nacional como o do Petróleo (1938), de Águas e Energia Elétrica (1939), de Minas e Metalurgia (1940), "todos encarregados de conceber, originar e articular políticas setoriais para os seus respectivos campos". Na área industrial" foram criadas comissões para responder a problemas correntes e oferecer diretrizes de política para o avanço setorial": Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional (1940), Comissão Executiva Têxtil (1942), Comissão Nacional de Combustíveis e Lubrificantes (1941), Comissão Nacional de

¹¹² Conforme CANO, W. (1985), op. cit., p. 185.

¹¹³ Para a análise da integração do mercado nacional, ver CANO, W. (1985), Capítulo V, pp. 157-298 e GUIMARÃES NETO, L. Nordeste: Da Articulação Comercial à Integração Econômica. Campinas. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia da Unicamp, 1982.

¹¹⁴ Conforme DRAIBE, Sonia, (1985) p.89.

Ferrovias (1941), Comissão Vale do Rio Doce (1942), Comissão de Indústria de Material Elétrico, etc.¹¹⁵.

Além disso, houve avanço significativo no sistema de transportes rodoviário, quadruplicando a extensão da rede (federal, estadual e municipal) no período 1928/1955: passando de 113,6 mil quilômetros para 459,7 mil quilômetros. Entre 1930 e 1950 foram construídas, entre outras, as rodovias Rio-Petrópolis, São Paulo-Campinas, São Paulo - Santos e São Paulo-Rio de Janeiro e no início dos anos 50 ocorreram importantes ligações rodoviárias como as de São Paulo-Curitiba, Curitiba-Porto Alegre, Rio de Janeiro-Belo Horizonte e Rio de Janeiro-Salvador¹¹⁶. Com isso, os investimentos públicos na infraestrutura estimulam a integração do mercado nacional, pela redução dos custos do transporte rodoviário.

Estes são aspectos importantes para que se possa avaliar o significado do desenvolvimento da indústria de São Paulo. Já não se tratava simplesmente de um crescimento industrial subordinado à dinâmica cafeeira e sim à lógica da expansão da economia nacional, que tinha em São Paulo seu centro dominante e onde se concentrariam os principais resultados da industrialização.

2.2 A Aceleração da Concentração Industrial em São Paulo

Em razão das características da economia de São Paulo - elevado grau de urbanização, produção de bens de capital e de bens intermediários e agricultura dinâmica -, os efeitos das políticas de recuperação fizeram-se sentir mais forte e mais rapidamente neste Estado. Com isso, não é de surpreender que caberia a São Paulo conduzir, de forma dominante, o processo de integração do mercado nacional. O novo padrão de acumulação seria comandado pelo capital industrial em São Paulo. Era aí que se encontravam os maiores interesses da indústria brasileira. A dimensão de sua população, de sua renda e o seu elevado grau de urbanização faziam de São Paulo o maior mercado consumidor do país; aí se encontrava também o mais desenvolvido mercado de trabalho e as dimensões de sua base produtiva agrícola e industrial aliadas à sua expressiva estrutura do setor terciário lhe conferiam a maior capacidade de articulação inter-regional.

¹¹⁵ Idem, pág. 89 e 90.

¹¹⁶ Essas informações encontram-se em GUIMARÃES NETO, Leonardo (1982), pág. 117. CANO, Wilson (1985), pág. 190.

Entre 1919/39 a indústria de São Paulo cresceria a uma taxa anual de 7,0%, superior aos 5,0% verificados para a média das demais regiões brasileiras. No período 1930/49 sua taxa de crescimento industrial anual continuou bastante superior à média nacional (9,7% contra 7,8%), avançando ainda mais a concentração industrial em São Paulo, que passa de 32,2% em 1919 para 40,7% em 1939 e 48,9% em 1949¹¹⁷.

A concentração industrial em São Paulo aprofundou-se nos três grupos de indústrias. No de bens de consumo não duráveis, a participação de São Paulo no Brasil elevou-se de 30,7% para 37,6% no período 1919/39; no têxtil, de 38,6% para 51,2%, no de mobiliário, de 26,7% para 41,0%, mantendo no de alimentos em torno de um quarto do total nacional¹¹⁸.

No grupo de indústrias predominantemente produtoras de bens intermediários, a participação de São Paulo no total do valor da transformação industrial saltou de 36,6% para 40,9%, com crescimentos expressivos nos ramos da química, da borracha e de papel e celulose.

A concentração mais acentuada ocorreu no grupo de indústrias predominantemente produtoras de bens de capital e de bens de consumo durável, que passa de 52,5% em 1919 para 72,4% em 1939. Isto foi particularmente importante no ramo de material de transportes, que passaria a concentrar 85,4% do total nacional em 1939.

Em São Paulo as taxas de crescimento foram elevadas em todos os grupos de indústrias: bens de consumo não duráveis com 8,5% a.a.; bens intermediários com 12,7%; e 8,9% na produção de bens de capital e de consumo duráveis, pouco inferior aos 10,3% alcançado pela respectiva indústria do "Brasil exceto São Paulo", que, contudo, tinha reduzida expressão em termos absolutos.

Na produção de bens de consumo não duráveis, a têxtil paulista continuou ganhando peso, passando a concentrar 55,4% do total; o ramo de alimentos ampliou-a de 25,1% para 35,3%; os de vestuário, calçados e artefatos de tecidos passariam a

¹¹⁷ Considerando o conjunto do período 1919/1949, Santa Catarina foi o único estado que juntamente com São Paulo, ganhou peso no total da indústria brasileira. Nos anos 40 as únicas regiões que ampliaram suas participações foram o Paraná, Santa Catarina, o Centro-Oeste e o Espírito Santo. Nesta década, os Estados que mais perderam posições relativas fora o Rio de Janeiro e o Distrito Federal, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Ver CANO, W. (1985), p. 79.

¹¹⁸ A participação de vestuário e calçados também não se altera significativamente.

deter quase metade da indústria nacional e os demais ramos também ampliaram suas participações relativas, acelerando a concentração industrial em São Paulo também nos ramos mais tradicionais¹¹⁹.

Na produção de bens intermediários, cuja concentração em São Paulo atinge 51,9% em 1949, os maiores aumentos da participação ficaram por conta da metalurgia (de 34,2% para 49,5%), papel e papelão (de 39,4% para 55,7%), borracha (de 35,5% para 84,0%) e química (de 44,3% para 70,5%). Alguns Estados do Nordeste e da Região Centro Oeste, bem como Minas Gerais superaram o crescimento de São Paulo na produção de madeira, de minerais não metálicos (principalmente olarias e material cerâmico) e metalurgia, sobretudo Minas que, na década anterior, havia implantado a Cia Siderúrgica Belgo Mineira, o Rio de Janeiro com a implantação da Cia Siderúrgica Nacional e Santa Catarina em consequência de sua base de minerais não metálicos e da metalurgia.

O ritmo de crescimento da indústria de São Paulo continuaria elevado na primeira metade dos anos 50, com o que passa a concentrar 52,2% do produto da indústria brasileira em 1955, acentuando ainda mais a concentração industrial nesse Estado.

Assim, vamos encontrar em São Paulo, ao final da industrialização restringida, uma base produtiva industrial de grandes proporções e ampla diversificação, responsável por 47,2% do produto gerado pelas indústrias de bens de consumo não durável, por 53,2% no caso de bens intermediários e por 76,6% em relação ao total da produção de bens de capital e consumo durável.

2.3. Transformações na Estrutura da Indústria Paulista

Como vimos, a indústria de São Paulo continuou a se expandir à frente da indústria dos demais estados durante os anos 20, movimento que persistiu ao longo dos anos 30, uma vez passados os efeitos da crise. Em 1939, os 12.867

¹¹⁹ A indústria alimentícia foi, dentro do seu grupo, a que mais ampliou sua participação, sobretudo em razão do desempenho dos setores de preparação de conservas de frutas e legumes, abate de animais, pasteurização de leite e fabricação de laticínios, fabricação de açúcar e sua refinação e fabricação de chocolates.

estabelecimentos industriais do estado empregavam 329,4 mil pessoas, três vezes mais que em 1919¹²⁰.

Essa expansão foi acompanhada de substancial modificação na estrutura industrial. No período 1919/39 o segmento de bens de consumo não durável perde posição relativa (74,3% para 62,3%) na sua participação no produto estadual, como consequência da diversificação da base produtiva e do aumento da indústria de bens intermediários (de 22,7% para 26,0) e da de bens de capital e de consumo durável (de 3,0% para 11,7%).

As indústrias têxtil, de alimentos, de vestuário, calçados e artefatos de tecidos, perdem posições relativas mas continuam responsáveis por quase metade da produção industrial paulista, onde o têxtil concentra 27,8% do seu produto e 37,0% do pessoal ocupado. Alguns ramos tradicionais, como mobiliário, bebidas, editorial e gráfica, ganharam posições relativas, refletindo o aumento de demanda provocada pelo processo de urbanização.

A diversificação foi mais acentuada na produção de bens intermediários, principalmente nos ramos químico, de minerais não metálicos e metalúrgica, como já informamos no tópico anterior. Na de bens de capital e de bens de consumo duráveis, destaque-se o aumento da produção de peças e montagens de material de transportes, e de máquinas e equipamentos mecânicos para a lavoura e indústria.

Dos 230 mil novos empregos gerados no período 1919/1939, as indústrias de bens de consumo não duráveis foram responsáveis por mais de 60% do total, seguida da de bens intermediários com 30%. A têxtil foi a que mais contribuiu (cerca de um terço do total) para a geração do emprego industrial, seguida pela alimentícia (14,1%), química e metalurgia (8,6% cada).

Após 1939, a indústria paulista seguiria ampliando-se num ritmo superior ao do Resto do País: empregando 546,3 mil pessoas em 1949, quando concentrava 48,9% do valor da transformação industrial (VTI) brasileira, números que passariam em 1956 para 723.5 mil pessoas e 52,2% do VTI.

¹²⁰ Ver NEGRI, Barjas (1988), cujos dados encontram-se no Anexo Estatístico dessa pesquisa

Entre 1939 e 1949 a participação das indústrias de bens de consumo não duráveis no VTI estadual diminuiu ainda mais, atingindo 55,5%, ao final do período enquanto a de bens intermediários se elevam para 33,7% e a de bens de capital e de consumo durável sofre um ligeiro declínio.

A têxtil continuou crescendo, porém a ritmo inferior ao de outros ramos, diminuindo assim (para 22,2%) sua participação. Graças a uma agropecuária bastante dinâmica e diversificada, ao crescimento da demanda interna e à urbanização, a alimentícia ampliou ligeiramente sua participação (atingindo 14,9%) continuando a ser o segundo ramo mais importante da indústria do Estado de São Paulo.

No grupo de indústrias de bens intermediários o ramo químico continuaria sendo o de maior peso¹²¹. A metalurgia cresceria à frente dos demais ramos desse grupo, refletindo o desenvolvimento da mecânica e de material de transportes, seus principais demandantes. Duas novas atividades passam a fazer parte nesse grupo: borracha e papel e papelão.

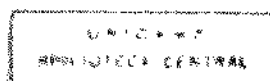
Expansão, modernização e diversificação foi a tônica do movimento da indústria paulista durante a industrialização restringida, fazendo com que sua composição setorial, ao longo do período 1919/1956, fosse diminuindo o peso relativo das indústrias de bens de consumo não durável (de 74,3% para 45,4%), e aumentando as da de bens intermediários (de 22,7% para 38,3%), e das de bens de capital e de consumo durável (de 3,0% para 16,3%).

Em relação ao emprego, o segmento de bens de consumo não durável continuou a ser o mais expressivo tendo, em 1949, cerca de 55% do pessoal ocupado na indústria de transformação de São Paulo; o de bens intermediários ocupava pouco mais de um terço; o das indústrias produtoras de bens de capital e de bens de consumo durável ocupavam pouco menos de dez por cento, e, entre seus diversos ramos, o principal empregador era o da mecânica¹²².

A cada subperíodo, as indústrias de bens de consumo não durável foram perdendo importância na geração de novos empregos: de 61,1% do total no período

¹²¹ Para efeito de comparação com os anos anteriores, há necessidade de se incluir os ramos de produtos farmacêuticos, matéria plástica e perfumaria, sabões e velas, incluídos no ramo químico nos anos de 1919 e 1939. Com esta inclusão, o peso do ramo químico atinge 11,2% do produto em 1949.

¹²² Conforme NEGRI, Barjas (1988) pp. 77-80.



1919/1949 para 34,2% no período 1949/1959. Neste último, as participações de cada grupo de indústrias foram praticamente equivalentes, em torno de um terço do total de cada um, tendo havido significativa redução da importância da têxtil na geração de novos empregos graças ao reequipamento efetuado no período¹²³.

2.3.1. Da Crise de 1929 ao Início da II Grande Guerra Mundial

A disponibilidade de informações específicas sobre a produção industrial paulista no período 1928 a 1937¹²⁴ abre a oportunidade de que se detalhe um pouco mais os efeitos da crise e o ritmo de recuperação econômica neste período. Ainda que ligeiramente distintas dos Censos Industriais, estas informações fornecem um quadro quase completo da evolução setorial e regional dessa indústria de 1928 a 1937¹²⁵.

Por elas vê-se que a depressão econômica de 1929/33 reflete-se na redução do número de estabelecimentos, de operários e no valor da produção. Os ramos mais atingidos foram, pela ordem: têxtil, vestuário, calçados e artefatos de tecidos, química e farmacêutica, metalurgia, bebidas, mobiliário e minerais não metálicos¹²⁶.

Poucos foram os ramos que tiveram aumento em sua produção: a indústria alimentícia, beneficiada pelo drástico corte das importações e de forma significativa pelas exportações de açúcar; a de papel e papelão, cuja produção acabara de tomar impulso e os ramos de couros, peles e similares e de fumo.

A têxtil, que já estava em crise antes de 1929, aprofunda essa situação com a depressão de 1929/33, tendo inclusive reduzido sua produção aos níveis alcançados em 1915/1916. Com efeito, num primeiro instante reduziu-se o número de horas de

¹²³ As informações disponíveis indicam que na segunda metade dos anos 50 a indústria têxtil do país liberou mão-de-obra em todo período, da ordem de 0,5% ao ano conforme CEPAL-BNDE. *Brasil 66 - A Evolução da Economia Brasileira*, Rio de Janeiro, 1967, p. 40-41, mimeografado pelo DEPE-IFCH da Unicamp em 1972.

¹²⁴ Ver: Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, *Estatística Industrial do Estado de São Paulo* - SAIC-DEIC/SP, anos de 1928 a 1937 e *Estatística Agrícola e Zootécnica de São Paulo*, anos de 1932 a 1938.

¹²⁵ Ver acerca desses dados: NEGRI, BARJAS (1988), PP. 75-84; SUZIGAN, Wilson (1971), PP. 94-105; BARROS, José Roberto Mendonça de & GRAHAM, Douglas H. "A Recuperação Econômica e a Desconcentração de Mercado da Indústria Têxtil Paulista durante a Grande Depressão: 1928/37". In *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, Volume 11 nº 1, abril de 1981, pp. 79-106.

¹²⁶ Conforme SUZIGAN, W. (1971), p. 96.

trabalho diário nas fábricas, posteriormente o número de dias de trabalho, para finalmente reduzir-se também o número de teares em operação¹²⁷.

Como São Paulo era o maior parque industrial, mais integrado e com muito mais interdependência que os demais estados, é natural que uma crise tão profunda como essa atingisse mais fortemente a sua indústria¹²⁸.

A recuperação também foi beneficiada pelas dificuldades impostas às importações, utilizando a grande capacidade ociosa gerada pela onda de inversões realizada na década de 1920¹²⁹. Em decorrência do Decreto nº 19.739 de 07 de março de 1931, a têxtil passou, ainda, a contar com a proibição da importação de equipamentos. Mas foi apenas depois de 1933, que a indústria de São Paulo tomaria novos rumos, crescendo a uma taxa anual média de 14,0%, entre 1933 e 1939, contra 11,2% para o conjunto do Brasil.

Ao longo do período 1928/1937, o número de estabelecimentos da indústria de transformação do Estado de São Paulo salta de 9,6 mil para 14,3 mil, o de operários de 158,7 mil para 253,3 mil representando uma taxa de crescimento anual de 5,3% e o valor da produção quase duplicou (Ver Tabelas I.3 e I.9)¹³⁰.

TABELA I.9: ESTRUTURA SETORIAL DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO - 1937

GRUPOS E RAMOS	Estabelecimentos		Pessoal Ocupado		Valor da Produção	
	n°	%	n°	%	Contos de Réis	%
I. Predominantemente Produtores de Bens de Consumo não Durável	9.243	62,42	153.028	60,50	1.342.354,7	71,14
1. Produtos Alimentares	3.213	28,47	53.191	34,77	1.156.732,0	58,57
2. Têxtil	747	8,14	59.531	39,50	1.728.827,6	77,19
3. Vest., Calçados e Art. Tecidos	406	4,37	18.169	11,96	448.395,5	9,39
4. Bebidas	313	3,33	3.895	2,57	137.466,7	3,49
5. Prod. Farm. e Veterinário	114	1,25	135	0,09	109.931,5	1,58
6. Fumo	27	0,29	1.908	1,26	79.378,7	1,43
7. Perfumaria, Sapoões e Velas	193	2,10	1.324	0,87	57.871,6	1,58
8. Editorial e Gráfica	507	5,50	8.817	5,79	117.625,3	1,56
9. Mobiliário	496	5,36	10.160	6,63	60.314,4	1,46
II. Predominantemente Produtores de Bens Intermediários	1.661	15,58	84.561	33,58	1.226.422,1	61,94
1. Minerais não Metálicos	1.051	10,44	31.205	12,32	129.660,7	5,83

¹²⁷ Ver a respeito: STEIN, J. Stanley. Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil: 1850-1950. Editora Campus Ltda., Rio de Janeiro, 1979 e CANO, Wilson (1981), Capítulo II.

¹²⁸ Sobre a crise e sua recuperação ver CANO, W. (1985), pp. 166-181.

¹²⁹ Ver CANO, Wilson (1985) pp. 180 e 181. Este autor indica, seguindo as observações de Furtado que, ao lado das restrições às importações e da desvalorização cambial de 1931, a recuperação foi determinada pelos mecanismos de defesa da renda interna, retratados no rígido controle do estoque de café, financiado em grande parte pelo déficit e por empréstimos públicos.

¹³⁰ As tabulações especiais para o período 1928/1937 encontram-se no Apêndice Estatístico do Setor Industrial da Pesquisa A Interiorização do Desenvolvimento Econômico no Estado de São Paulo (1920-1980). Campinas, Convênio SEP/SEADE-FECAMP/UNICAMP, 1987.

1. Química	333	0,37	3.457	0,32	523.565,8	0,45
2. Metalurgia	321	0,34	3.686	0,33	392.355,3	0,33
3. Papel e Papelão	42	0,37	5.265	0,20	117.031,9	0,17
4. Borracha	123	0,65	1.345	0,22	3.547,7	0,17
5. Couros, Peles e Similares	140	0,71	1.372	0,22	1.298,1	0,13
6. Madeira	766	0,57	4.231	0,25	67.672,6	1,59
III. Predominantemente Produtores de Bens de Capital de Consumo Durável						
	1.713	12,20	11.489	12,43	170.573,6	1,92
1. Mecânica	714	0,54	3.230	0,24	27.757,7	1,22
2. Material de Transporte	628	0,37	16.399	0,18	127.421,7	2,10
3. Material Elétrico	98	0,62	1.121	0,26	34.260,8	0,98
4. Diversos	273	0,17	1.439	0,25	13.133,4	0,42
TOTAL	14.302	100,00	253.548	100,00	5.541.350,4	100,00

Fonte dos Dados Básicos: 1. IBIC-SAIC/SP, Estatística Industrial de São Paulo, 1937.
2. IBIC-SAIC/SP, Estatística Agrícola e Zootécnica de São Paulo, 1938.

É necessário deixar claro que "de 1933 em diante, a industrialização tomaria um novo impulso no estado, notadamente nos setores não tradicionais, com o estabelecimento de novas indústrias destinadas à produção de matérias-primas básicas (cimento e aço principalmente), e indústria de máquinas e equipamentos, ..., enquanto alguns setores puderam desenvolver-se modernizando e aumentando sua capacidade produtiva, como foi o caso das indústrias de cimento (que gozavam de proteção contra a concorrência estrangeira), produtos metalúrgicos, indústrias de máquinas e equipamentos, e energia elétrica, outros setores da indústria, principalmente, uma vez mais, a têxtil, aumentavam a sua produção através da utilização intensiva do equipamento existente, sem preocupação quanto à necessidade de renovação e modernização, que a intensa utilização tornava mais premente"¹³¹.

Em 1937, São Paulo, além de responder por cerca de 41% da indústria nacional e ser a mais diversificada, também desenvolveu "as relações capitalistas de produção mais amplas do que as verificadas na maior parte da periferia nacional. Os efeitos da política de recuperação da economia se fizeram sentir mais decisivamente em São Paulo do que no Resto do País, dada sua maior base econômica - tanto cafeeira quanto a industrial e urbana... Daí não haver dúvidas sobre o fato de que seria a região de São Paulo que poderia conduzir dominantemente o novo padrão de acumulação e integrar o mercado nacional sob sua determinação econômica"¹³².

¹³¹ Conforme SUZIGAN, W. (1971), pp. 98 e 99.

¹³² Conforme CANO, W. (1985), p. 187

. Modificação na Estrutura Industrial

O expressivo crescimento deste período dá-se novamente com redução (de 77% para 71%) do peso das produtoras de bens de consumo não duráveis (grupo I), que mesmo assim mantém elevada participação na produção industrial paulista de 1937. As de bens intermediários (grupo II) ampliam sua participação de cerca de um quinto para cerca de um quarto e as de bens de capital e de consumo duráveis (grupo III) aumentam de 2,8% para 4,9% (Tabela I.10).

TABELA I.10: MODIFICAÇÃO NA ESTRUTURA SETORIAL DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO, POR GRUPOS DE INDÚSTRIAS: 1928/1937

Grupos de Industriais	Número de Estabelecimentos		Número de Operários		Valor de Produção	
	1928	1937	1928	1937	1928	1937
Grupo I	63,3	62,4	71,5	60,5	77,0	71,1
Grupo II	9,2	13,6	20,7	27,1	20,0	24,0
Grupo III	6,1	12,0	9,8	12,4	3,5	4,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte dos Dados Básicos: 1. CEC-SEIC/SP. Estatística Industrial de São Paulo, 1928 e 1937.
2. CEC-SEIC/SP. Estatística Agrícola e Cistécnica de São Paulo, 1932 e 1933.

A ampliação das indústrias de bens intermediários se deve ao expressivo crescimento de minerais não metálicos, metalurgia, papel e química. Os dois ramos mais importantes desse grupo - química e metalurgia - ampliaram consideravelmente suas participações relativas.

Do incremento do valor de produção entre 1928 e 1937, as indústrias do Grupo I foram responsáveis por 65,0%, as do Grupo II por 27,8% e as do Grupo III por 7,2%. A alimentícia foi responsável por um terço do incremento e a têxtil por 21,3%. Entre os demais ramos, os principais foram química (11,9%), metalurgia (7,4%) e minerais não-metálicos (5,1%).

2.3.2. Da II Grande Guerra Mundial ao Limiar da Industrialização Pesada

Em 1939, ao início da II Guerra, a indústria paulista de transformação concentrava 40,7% do produto industrial brasileiro e 38,0% do seu pessoal ocupado. O setor agropecuário paulista também era muito expressivo, responsável por 22,7% da renda interna do Estado e 28,3% da renda agrícola brasileira.

Durante a guerra, a indústria enfrentaria sérias restrições para importar matérias-primas essenciais e combustíveis, prejudicando sobremaneira o crescimento de setores como metalurgia e material elétrico. Por outro lado, alguns segmentos acabariam por se beneficiar desta conjuntura, como foi o caso da têxtil, em decorrência direta dos acordos para abastecimento das forças aliadas¹³³.

A indústria têxtil, merece um destaque à parte, porque teve dois comportamentos bastante distintos: o primeiro referente a 1939/1943, quando a expansão do mercado internacional propiciado pelos aliados fez com que sua taxa de crescimento fosse extraordinária (bem superior à média); o segundo, entre 1943/1945, de declínio, também extraordinário e, em parte, explicado pelos "abusos cometidos por algumas firmas, que ludibriavam os compradores estrangeiros enviando mercadorias de qualidade inferior àquelas apresentadas como amostras. Além dos altos preços cobrados, acabaram por desalojar o produto nacional dos mercados conquistados assim que as dificuldades de guerra foram se amainando e os compradores puderam voltar aos mercados tradicionais. Como resultado, a produção da indústria têxtil brasileira, em particular a de São Paulo, passou a declinar de 1943 em diante, fazendo com que a produção da indústria como um todo fosse afetada"¹³⁴. Assim, durante a II Guerra, o ritmo de crescimento da indústria paulista pode ser considerado satisfatório, pois contou com as dificuldades para importação de matérias-primas, combustíveis, máquinas e equipamentos.

Com o término da Guerra, a indústria brasileira ganha novo impulso, elevando consideravelmente sua média de crescimento para 9,0% ao ano no período 1947/1955, sendo que a indústria paulista alcançaria uma taxa de crescimento bem acima dessa média. Nas palavras de Baer "a causa imediata do esforço de industrialização que se

¹³³ Veja a respeito do período da II Grande Guerra Mundial o trabalho de SUZIGAN, W. "A Industrialização de São Paulo: 1930-1945" in Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro, abr/jun 1971, pp. 90 - 111.

¹³⁴ Idem pp. 108 e 109.

seguir à II Guerra Mundial foi semelhante à de outras situações que, anteriormente, haviam provocado surtos de desenvolvimento industrial - ou seja, dificuldades no setor externo da economia - mas sua característica principal foi bem diversa da apresentada por outros períodos. A diferença básica consistiu em ter a industrialização deixado de ser um expediente ocasional para transformar-se em uma decidida política de modificar drasticamente a estrutura da economia brasileira"¹³⁵.

Com a substituição do setor exportador da condição de determinante principal da renda e do emprego, ocorre acentuada queda no coeficiente de exportação de São Paulo para o exterior, que passa de 23,9% em 1939, para 15,0% em 1950 e para 9,2% em 1955, o mesmo ocorrendo com o do Restante do Brasil, ainda que em menor grau, que passa de 9,1% para 7,3% no mesmo período. Em relação ao comércio interno, embora também se verifique redução nos coeficientes de exportação, que passam de 18,3% para 12,2%, no caso de São Paulo, entre as mesmas datas, o que deve ser evidenciado é outro fato: o comércio interno passa a adquirir importância quantitativa maior que o externo. De fato, o comércio interno, que representava 37,3% do total exportado por São Paulo em 1928, passa para 43,3% em 1939 e 57,0% em 1955, superando o valor das vendas para o exterior¹³⁶.

O que estes números revelam é o progressivo aumento de importância do comércio interno e da integração do mercado nacional. "São Paulo recuperava-se do revés no mercado internacional, quase duplicando suas exportações para o resto do País. Embora a periferia nacional também tivesse expandido (em 41%) suas vendas para o mercado paulista, o fez em proporção bem menor do que o observado para São Paulo. Isto deveu-se à maior diversificação da estrutura industrial paulista e à maior expansão e modernização de sua capacidade produtiva. As dificuldades decorrentes das restrições às importações durante a Segunda Guerra e o posterior aprofundamento da crise do balanço de pagamentos nos anos seguintes, ampliariam ainda mais as trocas inter-regionais. As duas regiões entre 1928 e 1950, triplicariam suas exportações inter-regionais, e o aprofundamento da industrialização, associado às restrições externas, faz com que o comércio de gêneros alimentícios e de matérias-primas cresça mais do que o de produtos acabados, mostrando claramente o aumento

¹³⁵ Conforme BAER, Werner. A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil, Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1975, p. 29.

¹³⁶ Conforme CANO, W. (1985), p. 211 e 212.

do grau de interdependência e complementariedade entre as duas regiões"¹³⁷. Com isso, acelerou-se a concentração industrial em São Paulo, cujo peso no total brasileiro saltou no período 1939/1949 de 40,7% para 48,9%.

No período 1939/1955, o coeficiente global das exportações de São Paulo (para o Exterior e para o Resto do País), cairia à metade, não em razão da queda das exportações, que ao contrário têm forte aumento real, mas em virtude do grande aumento da renda interna de São Paulo. Ao contrário, o de importações manteve-se estabilizado em torno de 25%, evidenciando o forte grau de dependência por importações nacionais e estrangeiras, no contexto do esforço industrializante¹³⁸.

Durante 1939/1955 a indústria de São Paulo expandiu-se à frente da indústria nacional em quase todos os ramos, menos no de materiais de transportes, que, como foi dito, teve expressivo crescimento no Rio de Janeiro, em razão do dinamismo de sua indústria naval e do desempenho da Fábrica Nacional de Motores.

Em termos setoriais, esse crescimento refletiu-se numa nova rodada de alterações da estrutura produtiva: o peso relativo da produção de bens de consumo não durável no produto industrial declinou de 62,3% para 45,4%; com o avanço das indústrias de bens intermediários (de 26,0% para 38,2%) e da produção de bens de capital e de consumo durável (de 11,7% para 16,4%). Por sua vez o processo de concentração industrial em São Paulo avançou nos três grupos: de 37,6% para 47,2% no Grupo I; de 40,9% para 53,2% no Grupo II e de 72,4% para 76,6% no Grupo III.

Ao final da industrialização restringida (1955-56), a indústria de transformação do Estado de São Paulo empregava 721,8 mil pessoas e concentrava 53% do valor da transformação industrial brasileiro. Essa concentração, era mais notória na cidade de São Paulo e seu entorno: os municípios que formariam a Grande São Paulo eram responsáveis, em 1956, por 69,8% da indústria estadual, enquanto o Interior paulista

¹³⁷ Conforme CANO, W. (1985), p. 211 e 212. A relativa folga cambial dos primeiros anos da década de 50 faz com que as importações do exterior cresçam mais rapidamente que o comércio inter-regional, inclusive em razão do avanço da industrialização. Mas mesmo incluindo-se este período, a tônica principal a destacar é o papel progressivamente mais relevante do mercado interno, no contexto da integração "comercial" do espaço (nacional). Idem p.212.

¹³⁸ A questão do comércio inter-regional nesse período é analisado por CANO, W. (1985), pp. 209-214.

era responsável pelo restante e por praticamente toda agropecuária estadual¹³⁹.

É importante destacar este aspecto, que é crucial para o argumento central deste texto. O forte processo de concentração industrial no estado de São Paulo, cujas raízes se encontram no período cafeeiro, mas que avança de forma intensa durante a industrialização restringida e mais tarde durante a primeira fase da industrialização pesada, iria se refletir em especial na Grande São Paulo. E, em grande parte, é este processo que determina a formação da futura metrópole, que detinha cerca de um quarto da indústria nacional ao final dos anos 20 e que chegaria a concentrar aproximadamente um terço no início dos anos 50.

Mas esta concentração na Grande São Paulo não obstaculizou o crescimento da indústria no Restante do Estado. De certa maneira, tal como a indústria "metropolitana" não pode ser resumida ao "Plano de Metas" ou à instalação da indústria automobilística, que são seus momentos mais ilustrativos, o Interior paulista também não pode ser avaliado pelo que, décadas mais tarde, viria a se denominar de "interiorização" da indústria. Assim, de forma análoga aos estudos sobre o desenvolvimento do espaço estadual, é preciso examinar com cuidado as "raízes" do processo de constituição do espaço econômico do interior de São Paulo. Vale a pena, portanto, estender-se um pouco mais em alguns aspectos que foram importantes para a formação econômica de seu território.

2.4. Transformações Articuladas Ao Desenvolvimento Industrial Paulista

Entre 1930 e 1956, uma série de outros determinantes iriam contribuir para conformar o espaço econômico de São Paulo. Cabe aqui salientar dois destes aspectos: o desenvolvimento da agricultura, que passava por extraordinário crescimento das áreas cultivadas e da produção física de produtos alimentares e de matérias-primas, alargando sobremaneira sua produção; e, b) a estruturação de importante sistema viário por todo seu território.

¹³⁹ A agropecuária paulista havia se mostrado muito dinâmica no período, ampliando sua participação na renda interna gerada pelo agro brasileiro. São Paulo era, em 1949, o principal produtor nacional de algodão, arroz, banana, batata inglesa, café, cana-de-açúcar, possuía o maior efetivo de aves e era o primeiro em abate de bovinos. Além disso, o estado era o segundo produtor de laranja, milho e no abate de suínos. Ver CANO, W. (1985), p. 221-223 e TARTAGLIA, J.C. & OLIVEIRA, O.L. (1988), capítulo 2 "A Agricultura Paulista nos Anos 1930-60".

2.4.1. A Expansão e Diversificação Agrícola

A "fronteira" agrícola de São Paulo que havia se ampliado em direção à região noroeste do Estado durante os anos 20, passaria por nova expansão durante a década de 1930. O nível tecnológico de sua agricultura, superior ao da média nacional, ofereceria as pré condições para sua expansão diversificada, beneficiada pelas pesquisas realizadas com recursos do Governo estadual, entre outras, aquelas para a melhoria e desenvolvimento das culturas de algodão e da cana-de-açúcar. Além disso, a urbanização exigiria maior esforço do setor agrícola no sentido de ampliar a produção de alimentos¹⁴⁰. Em suma, como diz CANO "terras férteis disponíveis e incorporadas, abundante oferta de trabalho e disponibilidade tecnológica, eis os requisitos - entre os mais fundamentais com que dispunha para sua expansão"¹⁴¹.

Para avaliar a dinâmica da agricultura paulista neste período, utilizamos aqui uma amostra dos dezenove principais produtos¹⁴², para as médias das safras de 1931/33, 1936/38, 1949/51 e 1958/59, sendo as duas primeiras derivadas das Estatísticas Agrícola e Zootécnica, organizadas, pela Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio da Secretaria dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, e as demais através dos levantamentos efetuados pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (Ver Tabelas I.11 e I.12)¹⁴³. Para comparações com o Brasil utilizaremos os dados censitários de 1939, 1949 e 1959¹⁴⁴.

Vejamos, portanto, o desempenho das principais culturas:

- O Café, após 1929, teve uma política que o transformou em "questão nacional", com a criação do Departamento Nacional do Café: a utilização de impostos para bloquear o seu plantio; o financianeto de sua compra para a destruição e a

¹⁴⁰ E, mesmo tendo em conta o baixo nível de renda *per capita* e a elevada concentração da renda pessoal do país nessa época, pode-se afirmar que o ritmo de crescimento da agricultura brasileira foi satisfatória para atender essa demanda, uma vez que o crescimento do seu produto real entre as safras 1928/29 e 1954/55 foi da ordem de 2,1% ao ano no mesmo período.

¹⁴¹ Conforme CANO, W. (1985), p. 162.

¹⁴² Os produtos mensurados são: algodão, amendoim, arroz, banana, batata, café, cana-de-açúcar, cebola, feijão, laranja, mamona, mandioca, milho, soja, tomate, trigo, uva, limão e outras cifras.

¹⁴³ Estes dados são encontrados em TARTAGLIA, J.C. & OLIVEIRA, O.L. (1987); e a apresentação das características das fontes, sua organização e regionalização, é disponível no capítulo "Metodologia de Pesquisa da Agricultura Paulista" do Relatório Parcial - Indicadores da Agricultura do Estado de São Paulo: 1920-1980, do Projeto "A Interiorização do Desenvolvimento no Estado de São Paulo", Convênio SEP/FECAMP, Campinas, 1986.

¹⁴⁴ Essa questão é analisada por CANO, W. (1985), item "o movimento da produção agrícola", pp. 214-239.

manutenção de preços baixos para as quotas a serem sacrificadas, provocaram a manutenção da atividade cafeeira, permitindo a rápida recuperação da renda e do emprego¹⁴⁵.

A partir do final de 1937, o Governo Federal adotaria uma série de medidas visando diminuir os excedentes do café e aumentar suas exportações. As principais foram a redução das taxas cobradas para exportação; manutenção de quota de sacrifício; permissão para que parte do café fosse exportado livremente, ao mesmo tempo que permitia a livre negociação das receitas cambiais. Como resultado, as exportações continuaram crescendo, mas as receitas começaram a declinar, provocando nova destruição do café, que estendeu-se até 1944.

Durante a guerra, o Brasil praticamente perdeu o mercado europeu e o quadro só não se agravou mais em razão do "Acordo Americano" de 1940, beneficiando as exportações do café brasileiro, ao garantir quotas proporcionais às exportações anteriores, que eram elevadas¹⁴⁶. Entre 1949 e 1954 vamos assistir a uma grande alta dos preços internacionais, provocando no final dos anos 50 nova crise de superprodução, onde o Paraná tomaria a dianteira nacional¹⁴⁷.

A área cultivada com café em São Paulo declina de 2,2 milhões de hectares em 1931, para 1,8 milhão em 1936/38 e para 1,0 milhão em 1949/51, ampliando-se para 1,4 milhão em 1958/59. No início dos anos 30 a produção física permanece estável - em torno de 920 mil toneladas, para cair à metade em 1949/59, atingindo 700 mil toneladas no final dos anos 50. Por fim, vale mencionar que a participação do café no valor da produção agrícola paulista vai declinando gradativamente (Ver Tabela I.12)¹⁴⁸.

- O Algodão paulista, a partir dos anos 30, teria três importantes fatores a seu favor: a política de sustentação dos preços do algodão pelo governo Americano, por mais de uma década; a ampliação substancial de "brechas" no mercado internacional para o produto brasileiro, com a importação adicional por parte de alemães, japoneses

¹⁴⁵ Ver CANO, W. (1985), pp. 166-180.

¹⁴⁶ Em 1942/43, com as geadas que atingem São Paulo, avança ainda mais a gradativa substituição da cultura cafeeira paulista pela de algodão, cana de açúcar e demais produtos, num fenômeno que já vinha ocorrendo desde 1934/35.

¹⁴⁷ Conforme CANO, W. (1985), p. 231.

¹⁴⁸ Em 1931/33 sua participação era de 57,7% em 1949/51 e 44,5% e 32,2% em 1958/59. Ver TARTAGLIA, J.C. & OLIVEIRA, O.L. (1988), pp.15-29.

e italianos; o espetacular crescimento da indústria têxtil nacional e das indústrias de óleos vegetais, que, juntamente com a têxtil, formavam um conjunto de interesses que pode-se denominar de agroindústria algodoeira¹⁴⁹.

O surto algodoeiro dos anos 30, como indica Rui Albuquerque, "não se tratou simplesmente de 'uma substituição de cultura', mas antes de uma mudança na orientação dos investimentos, das relações de produção e das áreas cultivadas, de acordo com o capital do produtor e o seu poder financeiro"¹⁵⁰.

Com a expansão da cultura do algodão possibilitou-se melhor ocupação do "oeste" paulista, inclusive através de grandes loteamentos para pequenos e médios plantadores nas novas áreas de expansão. O resultado foi um salto espetacular na área cultivada com algodão, que passou de 107,1 mil hectares em 1931/33 para 805,4 mil em 1936/39, enquanto a produção física cresceria quase oito vezes (Tabela I.11).

TABELA I.11: ÍNDICE DA PRODUÇÃO FÍSICA DOS DEZ PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DE SÃO PAULO: 1931/33 - 1958/59

Principais Produtos	SAFRAS			
	1931/33	1936/38	1949/51	1958/59
1. Café	100,0	100,6	49,7	75,1
2. Cana-de-açúcar	100,0	139,9	724,3	1.955,2
3. Algodão	100,0	776,9	756,6	633,2
4. Laranja	100,0	101,7	23,6	120,8
5. Amendoim	100,0	-	100,0	225,4
6. Milho	100,0	90,2	78,3	95,6
7. Arroz	100,0	88,6	114,0	103,9
8. Feijão	100,0	51,1	61,4	57,9
9. Batata	100,0	73,4	144,8	248,3
10. Mandioca	100,0	100,0	394,3	989,1

Fonte dos Dados Básicos: Indicadores da Agricultura do Estado de São Paulo: 1920-1980.
Convênio SEP-FECAMP, Campinas, 1986.

Vale mencionar que a expansão do algodão responde às necessidades da indústria têxtil paulista e, a partir de 1934, à demanda internacional por essa matéria prima, atingindo o maior volume de exportações em 1944. Daí, até o início dos anos 60, permaneceria com exportações em menores volumes, agravado pela queda dos preços internacionais. A área cultivada com algodão, que havia atingido 1,1 milhão de hectares em 1949/51 declina para 447,7 mil em 1958/59, com redução da produção

¹⁴⁹ Sobre a indústria têxtil ver STEIN, J. (1979) e SUZIGAN, W. (1985); sobre a indústria de óleos vegetais ver SUZIGAN, W. (1986); sobre a lavoura algodoeira ver ALBUQUERQUE, R.H.P.L. (1982).

¹⁵⁰ Conforme ALBUQUERQUE, R.H.P.L. (1982), p. 149.

física¹⁵¹. Por fim, vale destacar que o algodão, que participava com apenas 1,7% do valor da produção agrícola paulista em 1931/33, salta para 7,8% em 1936/38, para 20,1% em 1949/51 e declina para 10,6% em 1958/59 (Ver Tabela I.12).

- A Cana de Açúcar paulista teve excelente desempenho, com espetacular expansão da área cultivada e significativo aumento de produtividade do seu cultivo, resultado de sua maior intensificação capitalista agrícola e industrial, possibilitando a São Paulo a autosuficiência na produção de açúcar no início dos anos 50.

Com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool, o açúcar também passou a ser tratado como questão nacional: a exportação foi estimulada através de subsídio; os planos de defesa da produção e de safras como estabelecimento de quotas de produção regulou a produção dos estados; definiram-se as relações entre produtores e compradores de cana¹⁵².

TABELA I.12: PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS DEZ PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS NO TOTAL DA ÁREA CULTIVADA E NO VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DE SÃO PAULO: 1931/33 - 1958/59

Principais produtos	Área cultivada				Valor da produção			
	1931/33	1936/38	1949/51	1958/59	1931/33	1936/38	1949/51	1958/59
Grupo I	79,8	81,5	78,6	75,6	81,9	81,2	82,4	73,2
1. Café	51,1	39,2	24,9	29,1	57,7	53,4	45,4	32,2
2. Cana	0,7	1,7	3,9	8,8	3,0	3,9	5,4	12,5
3. Algodão	2,5	17,8	26,0	9,3	1,7	7,8	20,1	10,6
4. Laranja	1,0	0,9	0,3	1,4	6,7	5,4	0,4	2,0
5. Amendoim	-	-	3,7	5,1	-	-	2,4	4,1
6. Milho	24,5	21,9	19,8	21,8	12,8	10,7	8,7	11,8
Grupo II	19,4	17,5	20,3	22,4	15,3	16,9	16,1	21,7
1. Arroz	9,1	8,1	12,9	11,9	8,3	11,0	9,2	11,2
2. Feijão	9,4	7,6	5,1	7,5	3,4	3,6	1,9	3,4
3. Batata	0,9	0,8	1,1	0,9	3,6	2,3	3,5	4,8
4. Mandioca	-	1,0	1,2	2,1	-	0,0	1,5	2,3
Outros	0,8	1,0	1,1	2,0	2,8	1,9	1,5	5,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte dos Dados Básicos: Indicadores da Agricultura do Estado de São Paulo: 1920-1980. Convênio SEP-FECAMP, Campinas, 1986.

Com a finalidade de se proteger o açúcar nordestino, estabeleceu-se a garantia de preços remunerados, que resultou em ampliação das margens de lucro do setor

¹⁵¹ Ver TARTÁGLIA, J.C. & OLIVEIRA, O.L. (1988), em especial o Apêndice Estatístico.

¹⁵² Ver SZMRECSANYI, T. (1976) Capítulo 3: RAMOS, Pedro Um Estudo da Evolução e da Estrutura da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo (1930-1982). Dissertação de Mestrado apresentada à EAESP-FGV, São Paulo, 1983, Capítulo I e QUEDA, Oriowaldo A Intervenção do Estado e a Agroindústria Açucareira Paulista. Tese de Doutorado apresentada à ESALQ/USP, Piracicaba, 1972, Capítulo IV e NEGRI, Barias Um Estudo de Caso da Indústria Nacional de Equipamentos: Análise do Grupo Dedini (1920-1975). Dissertação de Mestrado apresentada ao DEPE/IFCH/UNICAMP, Campinas, 1977, Capítulos II e III.

açucareiro paulista, decorrência de seus menores custos de produção. Além disso, os produtores paulistas sempre souberam exercer pressões junto ao governo federal visando elevar sua produção para adequá-la à sua demanda.

A Segunda Grande Guerra Mundial representou duro golpe para a produção açucareira nordestina: queda nas exportações e dificuldades no comércio de cabotagem prejudicando o abastecimento do mercado interno. Para enfrentar a escassez do produto no Centro Sul, o IAA adotou importantes medidas à partir de 1942: liberação de quotas de produção; autorização de instalação de novas usinas; transferência para a região Centro-Sul de quotas da produção que não podia ser produzida no Nordeste¹⁵³.

Esse conjunto de fatores e de medidas permitiu que São Paulo se tornasse no início dos anos 50 o maior produtor de açúcar do país: a área cultivada salta de 30,9 mil hectares em 1931/33 para 166,3 mil em 1949/51 e 421,6 mil em 1958/59, com ampliação de sua participação no valor de produção agrícola estadual de 3,0% para respectivamente 5,4% e 12,5% (Tabela I.12)¹⁵⁴.

- No grupo dos produtos alimentares - milho, arroz, feijão, batata e mandioca -, o milho sempre foi o mais importante com uma área de 1,0 milhão de hectares em 1931/33, responsável por 12,8% do valor da produção agrícola estadual; o arroz com 391,5 mil hectares, detinha 8,3% do valor da produção agrícola; o feijão com 405,8 mil hectares detinha 3,4% do valor da produção; a batata com 40,5 mil hectares respondia por 3,6% do valor da produção e a mandioca tinha pequena expressão (Ver Tabelas I.11 e I.12)¹⁵⁵.

Como a depressão cafeeira foi mais acentuada em São Paulo, ocorre queda na produção de culturas consorciadas - café, milho e feijão - ao passo que a produção de arroz, batata e mandioca cresceram a taxas superiores à da população total, compensando o desempenho daqueles produtos.

Ao longo do período 1931/33 - 1958/59 a produção física de arroz apresentou ligeiro crescimento com ampliação de sua participação no total do valor da produção

¹⁵³ Ver SZMRECSANYI, T. (1976), em especial capítulo 3.

¹⁵⁴ De acordo com as informações do IAA, a participação de São Paulo no total da produção açucareira brasileira, que era inferior a 10% no final dos anos 20, alcança 15,6% em 1940, 26,9% em 1950 e 43,1% em 1960.

¹⁵⁵ Uma análise mais detalhada do movimento dessas culturas encontra-se em TARTÁGLIA, J.C. & OLIVEIRA, O.L. (1988).

agrícola estadual de 8,3% para 11,2%; o feijão manteve em 3,4% sua participação no valor da produção agrícola estadual; houve aumento da produção de batata e com isso sua participação no valor da produção agrícola eleva-se de 3,6% para 4,8%, enquanto a expansão da cultura de mandioca eleva para 2,3% sua participação no valor da produção agrícola estadual em 1958/59 (Ver Tabelas I.11 e I.12).

- Entre os demais produtos destacam-se: a laranja que em 1931/33 detinha 6,7% do valor da produção agrícola estadual, em grande parte devido ao comércio exterior, que, contudo, sofreria acentuada queda, devido à enorme redução das exportações, durante a Segunda Grande Guerra. Mesmo com a recuperação ocorrida nos anos 50, reduz para 2,0% sua participação no total do valor da produção agrícola; a banana, que em 1931/33 respondia por 2,8% do valor da produção agrícola também sofre acentuada queda na sua produção, durante a Segunda Grande Guerra Mundial, reduzindo essa participação relativa a 1,6% em 1949/51, com recuperação nos anos 50.

Em suma, durante 1931/33-1949/51 assistimos a um processo marcado pelos seguintes aspectos: a) "substituição da lavoura cafeeira por algodoeira, com área cultivada com café reduzindo-se em 1.155 mil hectares e o algodão ampliando a sua em 994 mil; b) grande crescimento da lavoura canavieira tanto em área e quantidade produzida, como em produtividade e, c) aumento da produção de culturas, como arroz, batata inglesa, mandioca e amendoim¹⁵⁶. O Censo Agropecuário de 1949 iria mostrar que São Paulo se tornara o maior produtor nacional de cana-de-açúcar¹⁵⁷ o mesmo acontecendo com a batata inglesa. O Estado manteve-se ainda como principal produtor de algodão, arroz, banana e café e segundo na produção de laranja e milho e terceiro na de feijão. No setor agropecuário, São Paulo se destacaria como terceiro maior rebanho de bovinos e suínos e o primeiro em relação ao abate de bovinos e ao efetivo de aves¹⁵⁸.

Este processo de modernização e diversificação ganharia expressão maior no início da década de 50, mediante a intensificação no uso de tratores e implementos agrícolas e as facilidades para importação de insumos básicos como adubos, fertilizantes e inseticidas. A demanda do conjunto destes insumos crescia, em São

¹⁵⁶ Ver TARTÁGLIA, J.C. & OLIVEIRA, O.L. (1988), pp. 19-25.

¹⁵⁷ Em 1939 ocupava a terceira colocação.

¹⁵⁸ Ver a respeito do movimento da produção agrícola CANO, W. (1985), pp.214-239.

Paulo, a um ritmo superior ao conjunto dos demais Estados brasileiros, e repercutiu na ampliação da participação de São Paulo no total da renda agrícola gerada no País, que passou de 30,0% para 34,7%, no período 1949/55.

A agropecuária paulista respondia em 1949 por 21,8% da renda interna do Estado, ocupando cerca de cinco milhões de hectares, três quartos dos quais ocupados com produtos de exportações e matérias primas.

Nos anos 50, pela primeira vez a área cultivada ultrapassa a casa dos 4,8 milhões de hectares, inclusive com ampliação da participação dos principais produtos alimentares. No caso da produção de alimentos, o aumento de produtividade é bem visível no caso da batata inglesa, que eleva a relação tonelada por hectare de 5,0 para 9,2 entre as safras de 1949/51 e 1958/59¹⁵⁹. A agricultura do final da década vai refletir as transformações ocorridas desde o pós guerra, com uma significativa diversificação da produção, tanto em termos de área cultivada, como valor de produção. As razões para este processo são muitas, mas vale a pena destacar algumas:

a) nos anos 40, parte da produção cafeeira desloca-se para o Paraná, transformando-se no principal produtor nacional. Além disso, embora as cotações internacionais do café tivessem se mantido altas entre 1949 e 1954, entraram em crise a partir de então, o que perdura até a década de 1960, quando se implanta a política de erradicação do café¹⁶⁰.

b) depois do término da segunda guerra, países como os Estados Unidos, Egito, União Soviética e México voltam gradativamente a suprir os mercados internacionais de algodão, adotando técnicas de produção modernas e obtendo ganhos de qualidade e produtividade, com o que provocam violenta queda nas cotações internacionais do produto. Além disso, o aumento da produção de fibras sintéticas a preços reduzidos contribui para abalar ainda mais a demanda de algodão e,

c) a política de produção de açúcar e álcool por parte do IAA acaba beneficiando os Estados da Região Centro Sul, principalmente São Paulo, que, com melhores

¹⁵⁹ Conforme TARTAGLIA, J.C. & OLIVEIRA, O.L. (1986), p. 25.

¹⁶⁰ Idem, p. 23.

condições produtivas e financeiras, expande e desenvolve mais rapidamente essa agroindústria¹⁶¹.

Tanto a área cultivada como a produção de café crescem entre as safras 1949/51 - 1958/59. Contudo, a queda nos preços internacionais reduz de 45,4% para 32,2% a participação desse produto no total do valor da produção agrícola do Estado. A cana-de-açúcar amplia sua área 2,5 vezes, com ganhos de produtividade física e a produção salta de 7,8 milhões de toneladas para 20,9 milhões (2,7 vezes), elevando de 3,9% para 8,8% sua participação no total da área cultivada e mais que duplicando sua participação no valor da produção. O algodão teve sua área reduzida a mais da metade, o que em conjunto com a redução nos preços internacionais contribuiu, apesar do aumento da produtividade, para diminuir de 20,1% para 10,6% sua parcela no valor da produção agrícola estadual.

O resultado disso é que, café e algodão, chegaram a concentrar dois terços do valor da produção agrícola estadual em 1949/51, reduzem este percentual para 42,8%. Os produtos alimentares, aumentaram a produção física em mais de um milhão de toneladas, e também em função do declínio dos preços do café e do algodão, aumentam suas participações no valor da produção agrícola total, principalmente arroz e milho.

Ao longo dos anos 50 processa-se uma onda de modernização da agricultura de São Paulo, evidenciada pela elevação dos índices de tratorização e consumo de fertilizantes, processo que pode ser atestado pelos indicadores do censo agropecuário de 1960: 27,1 mil tratores nos estabelecimentos agrícolas paulistas, representando 44,3% do total do País; quase um quinto dos estabelecimentos que utilizavam de adubação localizavam-se em São Paulo e 45,3% do valor das despesas com adubos, corretivos, inseticidas e fungicidas realizados no Brasil foram feitas no Estado.

A agropecuária paulista chegaria em 1960 concentrando um quinto do valor produzido no País e, com o avanço da indústria de bens de produção e de insumos básicos, a onda de modernização iniciada na década anterior tomaria novo fôlego. Inicia-se assim a "industrialização da agricultura", que iria impor um novo padrão tecnológico para a agricultura paulista e brasileira¹⁶².

¹⁶¹ Conforme CANO, W. (1985), p. 231 e 232.

¹⁶² Essa questão é analisada de forma mais aprofundada no item relativo à dinâmica agrícola dos anos 70 pois, o melhor corte analítico para estudar as transformações da agricultura brasileira compreende o período 1960/80.

2.4.2. A Expansão do Sistema Viário

A expansão da ferrovia paulista, no contexto da acumulação cafeeira, proporcionou rápida integração econômica do território paulista, chegando inclusive a estender seus trilhos para o sul de Minas Gerais, Mato Grosso e norte do Paraná. Mais que um redutor de custos do transporte cafeeiro, a ferrovia implicava na abertura de novas frentes de colonização e na constituição da rede urbana básica, permitindo a proliferação de novos municípios¹⁶³.

Essa rede, ao articular espaços novos e distantes dos centros mais importantes como São Paulo, Sorocaba e Campinas, agilizava a distribuição de bens agrícolas e industriais, integrando o mercado interno¹⁶⁴. Além disso, viabilizava outros investimentos em atividades econômicas integrantes do complexo produtivo, afora o próprio café. A instalação da Cia. Frigorífico e Pastoril de Barretos, inaugurada em 1913, é um desses exemplos, uma vez que envolveu capitais oriundos da cafeicultura, da indústria, do comércio de importação e da Cia. Paulista de Estrada de Ferro, que passou a transportar o gado abatido em vagões refrigerados, tendo exportado para a Grã-Bretanha, em 1914, o primeiro carregamento de carne resfriada¹⁶⁵.

Como diz Costa, avaliando o legado das ferrovias: "*os grandes eixos de circulação, urbanização e industrialização atuais, são tão somente a ossatura estruturada e consolidada pelas vias férreas.*"¹⁶⁶. Isto, porque as linhas troncos das estradas de ferro acabariam condicionando a posição das capitais regionais. Os chamados centro médios urbanos atuais, entre os quais destacam-se as capitais das atuais Regiões Administrativas do Estado, passaram, naquela época, a ter maior importância em decorrência de sua agricultura e de seu papel na malha ferroviária, como entroncamentos ou "*pontas de trilhos*", que definiam sua importância relativa dentro dessa rede urbana.

¹⁶³ A importância da ferrovia no desenho econômico do território paulista já foi ressaltada por vários autores. Mongeig, ao qualificar o papel desta "rede hidrográfica invertida", nos anos 40 diz que são muito reveladores os nomes das regiões de fronteira - Alta Araraquarense, Alta Paulista, Alta Sorocabana - originários dos nomes das companhias de estrada de ferro. E, complementa com um argumento que poderia ser estendido a todo território paulista "revela esse o laço que vive os pioneiros de um espigão. Terra sem passado, não viu ainda a franja pioneira desabrocharem regiões, mas está dividida em redes de comunicação e essa divisão que se apóia na topografia, será talvez o germe das regiões vindouras", conforme MONBEIG, P. (1984), p. 385.

¹⁶⁴ Nos anos 20, quando se consolida o estado de São Paulo como principal núcleo da indústria brasileira, a malha ferroviária já estava praticamente consolidada, tendo se expandido apenas 485 quilômetros na década de 20 e 439 quilômetros na década de 30. Ver SAES, Flávio Azevedo Marques de. *As Ferrovias de São Paulo: 1920-1940*, São Paulo, Hicitec-INL-MEC, 1981, pp. 28-35.

¹⁶⁵ Conforme SUZIGAN, Wilson. *A Industrialização Brasileira: Origem e Desenvolvimento*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1986, pp. 334-335.

¹⁶⁶ Conforme COSTA, Wanderley Messias de. "O Sistema Viário". Relatório de Pesquisa *A Interiorização do Desenvolvimento Econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)*, Campinas, FECAMP-SEP, 1987, p. 4.

Os anos 40 marcariam o encerramento do longo ciclo de expansão física das vias férreas, bem como a consolidação do essencial da ocupação territorial de São Paulo. Entre 1940 e 1955, a rede ferroviária paulista praticamente não se expandiu, permanecendo com aproximadamente 7.500 quilômetros.

Até os anos 20, as estradas de rodagem tinham função complementar às linhas ferroviárias¹⁶⁷. Apenas nos anos 20 são realizados empreendimentos rodoviários importantes no sentido Capital-Interior, tais como a inauguração da rodovia São Paulo - Campinas, em 1921; o trecho São Paulo - Jacareí da rodovia São Paulo - Rio de Janeiro, em 1922, para em 1928 ser completada a ligação entre São Paulo - Rio de Janeiro, integrando o Vale do Paraíba à Capital Paulista. Investimentos que iriam assumindo forma mais articulada, após a adoção de algumas medidas institucionais tais como: elaboração do Plano de Viação de Rodagem do Estado de São Paulo em 1921, criação da Inspetoria de Estradas de Rodagem em 1922 e da Diretoria de Estradas de Rodagem em 1926.

Nos anos 30, enquanto as ferrovias apresentaram expansão inferior a 500 quilômetros, as estradas de rodagem estaduais e federais tiveram crescimento expressivo: de uma rede de 2.880 quilômetros, em 1930, passa para 6.845 quilômetros em 1940. Acréscimo muito superior ao verificado na década seguinte, quando a rede rodoviária aumentou pouco mais de 500 quilômetros. No final dos anos 40 o sistema viário rodoviário estadual possuía extensão equivalente ao sistema ferroviário, merecendo destaque a existência de 261 quilômetros de rodovias asfaltadas.

Os principais empreendimentos realizados durante o período 1930/1950 foram: construção das rodovias ligando Paraibuna ao Litoral Norte; Piedade a Juquiá; da nova estrada ligando São Paulo a Jundiaí; das vias Anchieta e Anhanguera; correção de traçado em vários trechos da São Paulo - Rio de Janeiro; São Paulo - Paraná; Campinas - Ribeirão Preto; diversas ligações entre centros urbanos importantes do Interior como Bauru - Pirajuí, São Carlos - Rio Claro, Amparo - Monte Alegre, Batatais - Altinópolis, além de outros trechos de menor importância. Em 1947 foi instituída cobrança de pedágio na via Anchieta, destinando recursos para melhoria de sua conservação.

¹⁶⁷ Idem, p. 13.

O maior dinamismo ocorre, sobretudo, após 1933, com a transformação da antiga Diretoria de Estradas de Rodagem no Departamento de Estradas de Rodagem, tradicionalmente conhecido por DER. A partir de então, a construção e reconstrução de rodovias são pensadas visando o atendimento do crescimento populacional e do crescimento industrial do Estado, mediante a elaboração de planos específicos como o Plano Rodoviário do Estado (1933) ou o Plano de Viação Rodoviária do Estado de São Paulo (1936). Em 1942, o DER elabora novo Plano Rodoviário, que contou com financiamento do Governo Federal, garantido pela Quota-Parte Estadual do Imposto Único sobre Combustíveis e Lubrificantes. Em 1946 é constituído o Fundo Rodoviário Federal, lastreado pelo mesmo imposto federal que permitiu executar o importante Plano Rodoviário do Estado do período 1947/1951¹⁶⁸.

A partir de 1950, o DER passa a realizar levantamentos estatísticos sobre a frota de veículos, tendo divulgado nesse ano a existência de 62.425 caminhões, 91.400 automóveis e 4.889 ônibus. Estes números e as estatísticas industriais vão subsidiar a elaboração, em 1951, do novo Plano Rodoviário do Estado, que procurava viabilizar trechos de obras ligando pequenas cidades aos centros urbanos de porte médio do Oeste Paulista, principalmente nas atuais Regiões Administrativas de Presidente Prudente, Araçatuba e São José do Rio Preto¹⁶⁹.

No primeiro quinquênio dos anos 50 intensificam-se as obras de construção e pavimentação asfáltica da rede rodoviária: as estaduais passam de 7.129 quilômetros para 8.163 quilômetros sendo que as pavimentadas passam de 261 quilômetros para 817 quilômetros, perfazendo, em 1955, uma rede de quase 9 mil quilômetros de estradas de rodagem. Entre os principais empreendimentos, vale mencionar: em 1952 iniciam-se obras no trecho paulista da Estrada São Paulo - Belo Horizonte, as pavimentações das ligações Campinas - Limeira, Campinas - Mogi Mirim e São Paulo - Sorocaba; é inaugurada a 2ª. pista das Vias Anhanguera e Anchieta; em 1954/1955 conclui-se a pavimentação de 251 quilômetros da Via Dutra (federal), 51 quilômetros da São Paulo - Mogi das Cruzes, 65 quilômetros da Via Anchieta, 32 quilômetros da São Paulo - Barueri, 97 quilômetros de São Paulo - Sorocaba, 17 quilômetros da Jundiaí - Itú, 116 quilômetros da Via Anhanguera, 49 quilômetros da Campinas - Limeira, 52 quilômetros da Campinas - Mogi Mirim, 65 quilômetros da São Carlos - Araraquara, 48 quilômetros da Araraquara - São José do Rio Preto, 41 quilômetros da

¹⁶⁸ Idem, pp. 14-15.

¹⁶⁹ Em 1952 o Estado de São Paulo contava com 8.177 quilômetros de estradas de rodagem federal e estadual, sendo 800 quilômetros pavimentados e mais de 220 mil veículos entre automóveis, ônibus e caminhões.

Limeira - Leme, 23 quilômetros e 17 quilômetros ligando Ribeirão Preto a Sertãozinho¹⁷⁰.

O início dos anos 50 marca com clareza a inflexão do sistema viário ferroviário para o rodoviário e, todos os planos rodoviários, elaborados a partir daí, apenas confirmam essa tendência. As execuções que se sucedem passam a configurar um sistema de circulação terrestre em que as grandes interligações e adensamentos da rede ficam cada vez mais dependentes das rodovias, que passam a diminuir, gradativamente, as distâncias entre, pequenos núcleos urbanos ou agrícolas, como também, as de médios e grandes núcleos urbanos interiorizados, e destes com a Região da Grande São Paulo.

2.5. Transformações na Estrutura Espacial da Indústria de São Paulo: A Concentração Industrial na Grande São Paulo

Em decorrência da inexistência do Censo Industrial de 1929/30, optamos por utilizar as estatísticas disponíveis em 1928 e compará-las com as de 1937, visando, dessa forma, captar as principais transformações espaciais ao longo dos anos 30, quando a indústria paulista cresceu acima da média nacional, ampliando de 37,5% para 41,1% sua participação no valor da produção industrial do país¹⁷¹.

Assim, dividimos o período de nossa análise em dois: o de 1928/1937, que fornece uma radiografia espacial da indústria paulista nos anos 30; o segundo, de 1939/1956, com informações dos Censos industriais de 1939 e 1949 e da pesquisa industrial do IBGE para 1956.

Os dados de 1928 e 1937 foram regionalizados para se adequarem à divisão mais comumente adotada para São Paulo¹⁷². Este trabalho não pode ser levado a cabo para a totalidade dos estabelecimentos que constam dos inquéritos - 9.516 em 1928 e 13.466 em 1937 - em razão da dificuldade em identificar corretamente o município a partir de suas denominações da época. Mesmo assim, alcançou-se uma

¹⁷⁰ Ver COSTA, W.M. (1987), p. 15 e 16.

¹⁷¹ As estimativas da produção industrial de São Paulo e do Brasil para 1928/1937 encontram-se em SIMONSEN, Roberto. A Evolução Industrial do Brasil e outros estudos. São Paulo, Ed. Nacional e EDUSP, 1973, pp. 24-34.

¹⁷² O Decreto Estadual nº 52.576 de 12 de dezembro de 1970 criou 11 Regiões Administrativas que prevaleceram até 1987, quando foram alteradas pelo Decreto Estadual nº 26.581 de 05 de janeiro de 1987. Para efeito da pesquisa trabalhamos com as 11 regiões administrativas originais e, algumas vezes agrupamos as regiões administrativas de São José do Rio Preto, Araçatuba, Presidente Prudente e Marília numa Grande Região denominada de "Oeste".

cobertura bastante expressiva, regionalizando-se um percentual elevado de estabelecimentos, que respondiam em 1928 por 94% do emprego industrial e, em 1937, por 99,7% (Ver Tabelas I.8 e I.13)¹⁷³.

TABELA I.13: ESTRUTURA SETORIAL E DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO NÚMERO DE OPERÁRIOS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO, POR GRUPOS E RAMOS DE INDÚSTRIAS - 1937

GRUPOS E RAMOS DE INDÚSTRIAS	Estrutura Setorial		Distribuição Espacial		
	Grande São Paulo	Interior	Total	São Paulo	Interior
GRUPO I	50.0	63.0	100.0	63.0	37.0
Produtos Alimentares	5.3	16.7	100.0	33.5	31.5
Têxtil	30.3	35.9	100.0	42.4	37.6
Peat., Calçados, Art. Têxteis	7.3	1.7	100.0	73.2	26.8
Prod. Farm. e Veterinário	1.1	1.1	100.0	100.0	0.0
Fumo	1.1	1.1	100.0	100.0	0.0
Parfumaria, Sabões e Velas	1.3	1.3	100.0	100.0	0.0
Editorial e Gráfica	4.3	1.3	100.0	85.3	14.7
Mobiliário	5.7	1.7	100.0	73.3	26.7
Seráficas	1.1	1.1	100.0	100.0	0.0
GRUPO II	29.0	21.9	100.0	70.3	29.7
Minerais não Metálicos	7.3	17.2	100.0	29.4	43.6
Química	4.3	1.2	100.0	82.3	17.7
Metallurgia	11.0	2.3	100.0	82.7	17.3
Papel e Papelão	2.3	1.3	100.0	74.3	25.7
Borracha	1.3	1.3	100.0	100.0	0.0
Confeç., Peles e Similares	5.3	1.3	100.0	80.3	19.7
Madeira	4.3	4.3	100.0	51.7	48.3
GRUPO III	11.0	5.1	100.0	56.5	43.5
Mecânica	7.3	3.6	100.0	67.3	32.7
Materiais de Transportes	4.3	1.4	100.0	75.3	24.7
Materiais Elétricos	1.4	1.1	100.0	56.5	43.5
Diversos	1.0	1.0	100.0	100.0	0.0
TOTAL *	100.0	100.0	100.0	64.1	35.9
TOTAL (Números Absolutos)	161.950	90.592	252.542	161.950	90.592

Fonte dos dados básicos: IEPG-SAU-SP - Estatística Industrial de São Paulo - 1937

2.5.1. Os Anos 30 - Momento Importante da Indústria do Interior

Em 1928 a Grande São Paulo empregava pouco mais de cem mil operários, aumentando esse número para 161,9 mil em 1937. Contudo, o crescimento ocorrido nos municípios do Entorno da Capital triplicou, ampliando sua participação em relação ao total do Estado de 4,3% para 7,6%; a da Capital cai de 63,5% para 56,5% e a do Interior quase duplica, passando sua participação de 32,2% para 35,9%. Todas as Regiões Administrativas apresentaram crescimento, porém Campinas foi a que mais cresceu, ultrapassando a de Sorocaba e passando a constituir a região de maior importância industrial do interior.

¹⁷³ Mais detalhes sobre a indústria paulista desses anos encontram-se em NEGRI, B. (1988), pp. 75-87.

- A Indústria da Grande São Paulo

Entre 1928 e 1937, o grupo de indústrias produtoras de bens de consumo não durável da Grande São Paulo diminuiu sua participação relativa no emprego industrial (de 68,0% para 60,0%) a favor dos demais grupos: o de bens intermediários, que passa a deter 29,0% e o de bens de capital e de consumo durável, que passa a deter 11,0%. (Ver Tabelas I.8 e I.13).

TABELA I.14: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO NÚMERO DE OPERÁRIOS NA
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO:
1928-1937

REGIÕES	Porcentagem	
	1928	1937
1. Grande São Paulo	67,8	64,1
1.1 Capital	63,5	56,5
1.2.Demais municípios	4,3	7,6
2. Interior	32,2	35,9
2.1. Litoral	1,5	1,0
2.2. Vale do Paraíba	2,8	3,6
2.3. Sorocaba	12,5	8,5
2.4. Campinas	9,7	11,2
2.5. Ribeirão Preto	4,5	5,5
2.6. Bauru	0,7	1,7
2.7. "Oeste"	0,5	1,6
TOTAL	100,0	100,0

FONTE: 1. DEIC - Saic/SP - Estatística Industrial 1928 e 1937
2. DEIC - Saic/SP - Estatística Agr. e Zootécnica 1932 e 1938.

Em 1928, na Grande São Paulo, a indústria têxtil respondia por 41,7% dos operários, e, em 1937, a diversificação industrial faria com que se reduzisse a um terço¹⁷⁴.

Entre os ramos que mais cresceram destacam-se: em primeiro lugar, os de produtos farmacêuticos e veterinários, material de transportes, material elétrico e diversos, que mais que triplicaram o número de seus operários - ; os ramos que menos crescem com taxas abaixo da média foram: têxtil, bebidas, editorial e gráfica, papel e papelão e couros, peles e similares. (Ver Tabela I.15). De um total de 21 ramos industriais, sete foram responsáveis por mais de 70% dos novos empregos: têxtil,

¹⁷⁴ Além da indústria têxtil, o único ramo que reduziu significativamente sua posição relativa foi o de bebidas, passando de 3,3% para 1,1%. Neste caso específico, este foi o resultado da montagem de uma filial da Cia. Antártica Paulista em Ribeirão Preto, que implicou na redução do número de operários da fábrica da Capital.

metalurgia, vestuário, calçados e artefatos de tecidos, mobiliário, minerais não metálicos, química e material de transportes.

TABELA 1.15: ESTRUTURA OCUPACIONAL DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DA REGIÃO DA GRANDE SÃO PAULO POR GRUPOS E RAMOS DE INDÚSTRIAS (1928-1937)

GRUPOS E RAMOS DE INDÚSTRIAS	1928 Operá- rios	%	1937 Operá- rios	%	Índice 1928=100	Incremento operários	1928/1937 %
Grupo I - Indústrias Predominantemente Produtoras de Bens de Consumo não Durável	68.806	68.0	97.260	60.0	141	28.454	46.8
1. Produtos Alimentares	5.511	8.1	8.049	8.2	146	2.538	31.5
2. Têxtil	42.183	61.2	54.021	59.5	128	11.838	29.5
3. Vest., Calçad. e Art. Tecidos	5.774	8.4	11.814	12.1	204	6.040	87.3
4. Outros	15.338	22.3	22.376	22.2	146	6.938	45.2
Grupo II - Indústrias Predominantemente Produtoras de Bens Intermediários	25.292	25.0	46.961	29.0	186	21.669	35.6
1. Minerais Não Metálicos	7.945	15.6	11.555	14.4	147	3.610	45.3
2. Química	1.878	3.6	4.371	4.3	233	2.493	67.7
3. Metalurgia	11.931	23.4	18.418	22.1	154	6.487	54.3
4. Outros	3.538	6.9	12.617	16.2	357	9.079	143.6
Grupo III - Indústrias Predominantemente Produtoras de Bens de Capital e de Consumo Durável	7.053	7.0	17.729	11.0	251	10.676	17.6
1. Mecânicos	1.929	2.9	3.008	3.1	156	1.079	55.9
2. Material de Transporte	1.561	2.3	6.894	4.1	442	5.333	342.0
3. Material Elétrico	411	0.6	3.268	2.0	795	2.857	700.0
4. Outros	1.152	1.8	4.559	2.8	396	3.407	295.7
TOTAL	101.151	100.0	161.950	100.0	159	60.799	60.1

Fonte dos dados básicos: 1. IBIC-SAIC/SP - Estatística Industrial de São Paulo, 1928 e 1937.
2. IBIC-SAIC/SP - Estatística Agrícola e Zootécnica de São Paulo, 1928 e 1938.

Os dados disponíveis sugerem que, entre 1928 e 1937, o ritmo do crescimento industrial da Grande São Paulo tenha sido inferior ao da indústria interiorizada, diminuindo seu peso relativo, que cai dos 71,6% do valor da produção industrial paulista, para 67,2% em 1937¹⁷⁵. As informações a respeito do número de operários são mais precisas e confirmam essa tendência, isto é, um declínio de 67,8% para 64,1%.

O declínio da participação do município de São Paulo foi mais acentuado, refletindo o início do processo de "metropolização", pois um número expressivo de estabelecimentos industriais passou a instalar-se nos municípios do entorno da Capital,

¹⁷⁵ Estimativa feita pelo autor com base nos dados disponíveis, já incluído o valor da produção açucareira, com base nas Estatísticas Agrícola e Zootécnica de São Paulo.

que teriam ampliado de 4,2% para 7,9% sua participação no total do valor da produção industrial paulista e, na Capital, declinado de 64,4% para 59,3%¹⁷⁶.

Vejamos agora as modificações ocorridas na concentração industrial da Grande São Paulo no período 1928/1937, por grupos e ramos industriais¹⁷⁷. As indústrias produtoras de bens de consumo não durável reduziram sua participação de 65,2% para 63,0% no emprego industrial estadual. As de bens intermediários diminuíram de 77,8% para 70,3%; (papel e papelão e a química sendo os únicos que ampliaram suas participações relativas), e as de bens de capital e de consumo durável reduziram de 63,1% para 60,0%.

É importante lembrar que os municípios do Entorno da Capital, que, em 1928, respondiam por parcelas expressivas do emprego na indústria química (23,1% do Estado) papel e papelão (21,7%) e material elétrico (31,3%), passam, em 1937, a concentrar quase a metade dos operários da química (45,0%), mantendo suas participações nos outros dois ramos. Mesmo os ramos cuja presença neste Entorno era reduzida, em 1937 aumentam-na, como foi o caso da têxtil (5,5%), perfumaria, sabões e velas (12,1%), minerais não metálicos (17,2%), material de transportes (7,1%) e diversas (12,6%).

- A Indústria Interiorizada

Esta ampliou sua participação no total dos operários do Estado de 32,2% para 35,9% no período 1928/1937 e estimamos que em relação ao valor da produção industrial, ela passou de 28,4% para 32,8% - a nível nacional, de 10,5% para 13,5% - foi acompanhada de acentuada diversificação¹⁷⁸. As indústrias de bens de consumo não durável, reduzem sua participação no total dos operários industriais do Interior, de 76,4% para 63,0%, ao passo que as de bens intermediários passam a ocupar mais de um quinto do total e as de bens de capital e de consumo durável ultrapassavam 15%. (Ver Tabelas I.8 e I.13).

A têxtil, que em 1928 empregava quase metade dos operários do Interior, reduz-se, em 1937, para 35,9%; nos demais ramos que perdem participação, com exceção da

¹⁷⁶ Em relação ao total dos operários o processo é semelhante (Ver Tabela I.14).

¹⁷⁷ A análise será realizada levando-se em conta o total dos operários empregados em cada ramo.

¹⁷⁸ A indústria interiorizada foi analisada por mim em NEGRI, B. "A Interiorização da Indústria Paulista: 1920/1980", Campinas, UNICAMP, 1987. Aqui tratarei apenas de apresentar seus principais aspectos e em alguns casos aprofundar sua análise.

química, essas reduções foram pequenas. Os ramos que mais ampliaram suas participações foram: minerais não metálicos, que quase duplicou sua participação (10,1%) e material de transportes (10,4%); seguem, num segundo plano, metalurgia, mecânica, madeira e mobiliário. (Ver Tabela I.16).

TABELA I.16: ESTRUTURA OCUPACIONAL DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, POR GRUPOS E RAMOS DE INDÚSTRIAS (1928-1937)

GRUPOS E RAMOS DE INDÚSTRIAS	1928 Operários	%	1937 Operários	%	Índice 1928=100	Incremento operários	1928/1937 %
Grupo I - Indústrias Predominantemente Produtoras de Bens de Consumo não Durável	36.699	76.4	57.071	63.0	156	20.372	47.9
1. Produtos Alimentares	8.367	22.8	14.442	25.1	169	6.075	72.5
2. Têxtil	10.904	29.8	12.530	21.9	115	1.626	15.3
3. Vest., Calçados e Art. Dezidos	1.734	4.7	3.355	5.9	194	1.621	93.8
4. Outros	2.724	7.3	6.754	11.9	248	4.030	148.6
Grupo II - Indústrias Predominantemente Produtoras de Bens Intermediários	7.203	15.0	19.864	21.9	276	12.661	29.7
1. Minerais Não Metálicos	1.846	2.6	3.150	4.3	171	1.304	70.6
2. Química	1.442	2.0	1.488	2.1	103	46	3.2
3. Metalurgia	375	0.5	6.593	11.5	176	6.218	1653.3
4. Outros	1.540	2.1	8.633	15.0	560	7.093	459.9
Grupo III - Indústrias Predominantemente Produtoras de Bens de Capital e de Consumo Durável	41.121	8.6	13.657	15.1	331	9.536	22.4
1. Mecânica	1.591	3.9	3.432	7.7	216	1.841	115.7
2. Material de Transporte	1.773	4.3	3.585	8.1	202	1.812	102.2
3. Material Elétrico	-	-	11	0.0	-	11	100.0
4. Outros	1.557	3.8	579	1.2	268	978	62.2
TOTAL	48.023	100.0	90.592	100.0	187	42.569	100.0

Fonte das Categorias Básicas: I. IBGE-SÃO PAULO - Estatística Industrial de São Paulo, 1928 e 1937.
II. IBGE-SÃO PAULO - Estatística Agrícola e Agropecuária de São Paulo, 1928 e 1937.

Entre as de menor crescimento estavam: alimentícia, têxtil, perfumaria, sabões e velas, papel e papelão, couros, peles e similares e química. As de menor expressividade eram as de fumo, produtos farmacêuticos e veterinários, borracha e de material elétrico.

Entre 1928 e 1937, criaram-se 42,5 mil novos empregos diretos na indústria interiorizada, onde mais de dois terços ficaram por conta de quatro ramos: têxtil (20%), material de transportes (16%), minerais não metálicos (17%) e produtos alimentares (14%).

A nível das regiões administrativas, o fato mais importante foi a mudança de posições entre as regiões de Sorocaba e Campinas: em 1928, Sorocaba empregava 18,6 mil operários (12,5% do total do Estado), destacando-se como principal núcleo

industrial interiorizado, e Campinas 14,5 mil operários (9,7%); em 1937, o número de operários da região de Sorocaba amplia-se para 21,4 mil que representavam agora 8,5% do total do Estado, enquanto a região de Campinas saltaria para 28,4 mil operários, concentrando cerca de um terço dos operários do Estado. À exceção das regiões de Sorocaba e Litoral, todos as demais ampliaram suas participações no total dos operários ocupados no Estado.

O confronto estatístico de 1928 e 1937 sugere, portanto, uma diminuição da participação da Capital do Estado em relação aos municípios localizados no seu entorno e em relação ao Interior do Estado. As informações disponíveis não dão conta de todos os setores industriais, em virtude das estatísticas do DEIC-SAIC/SP serem incompletas. Contudo, os ajustamentos que nelas realizamos, estimando e incluindo os dados quantitativos das denominadas "indústrias rurais", como as usinas de açúcar, frigoríficos, laticínios e beneficiamento agrícola, devem ter reduzido as margens de erros, razão pela qual cremos que, nesse período, a indústria interiorizada teve desempenho superior à da Grande São Paulo.

Fenômeno importante para essa expansão da indústria do Interior foi a descentralização e desconcentração de determinadas empresas localizadas na Capital, que passaram a montar unidades agroindustriais no interior, como a Anderson Clayton, a Matarazzo, a Soc. Nacional Exportadora em 1935/36, a Swift do Brasil S.A. e a Indústria Votorantin, que, em 1937/38, instalaram no município de Campinas grandes unidades produtoras de óleo de caroço de algodão e montaram importantes unidades de beneficiamento de algodão em Presidente Prudente. Em Marília, ocorreu a montagem de unidades de beneficiamento de algodão por parte da Anderson Clayton em 1936 e pela SANBRA e Matarazzo em 1937. Sua base de recursos naturais também atraiu a Fábrica de Cimento Votorantin em Sorocaba que, em 1937, contava com mais de 600 operários¹⁷⁹. Nas palavras de Suzigan, o avanço da indústria de óleo de algodão ocorreu na década de 30, especialmente no período 1934-1939: "esse progresso esteve certamente relacionado com o crescimento do cultivo do algodão no Estado de São Paulo, que fez com que ele se tornasse, ao menos naquele período, o principal produto básico de exportação do Estado. Com isso, a supremacia da produção de óleo de caroço de algodão se transferiu do Nordeste para o Estado de

¹⁷⁹ Conforme NEGRI, B. (1988), p. 81.

São Paulo. Ao final da década de 1930, o Brasil era o maior exportador mundial de óleo de caroço de algodão¹⁸⁰.

Entre 1928 e 1937, diversas oficinas vão se transformando em importantes fábricas de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas, beneficiadas pelas dificuldades impostas às importações. Alguns exemplos significativos são: a Fábrica B. Penteado S.A., em Limeira, que ampliou o número de seus operários de 50 para 377 e que produzia máquinas para beneficiamento de café; a Fábrica D'Andrea & Irmão, novamente em Limeira, que empregava, em 1937, uma centena de operários também na produção de máquinas de beneficiamento de café; a Fábrica Basílio Romi, em Santa Bárbara D'Oeste, com 35 operários encarregados da produção de máquinas e implementos para a lavoura; a M. Dedini, em Piracicaba, que utilizava 80 operários na produção de máquinas e acessórios para as usinas de açúcar; e a Cia Mecânica e Importadora São Paulo, em Jundiaí, que empregava 416 operários na fabricação de enxadas e demais instrumentos para a lavoura¹⁸¹.

2.5.2. O Período 1939/1956 - A Expansão da Concentração Industrial Na Grande São Paulo

Neste período, assiste-se a uma aceleração da concentração industrial em São Paulo, que, em 1949, passa a deter 48,9% do VTI brasileiro, chegando, em 1956, a 52,2%. O crescimento industrial da Grande São Paulo (GSP) foi o principal responsável por isso, com sua participação, naquele VTI, passando de 29,3% para 34,8%, no período 1939/56 enquanto o Interior, embora reduzisse sua participação na indústria de São Paulo, ganhava peso no total da indústria nacional (Ver Tabela I.17).

TABELA I.17.: CONCENTRAÇÃO ESPACIAL DO VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO: 1939 - 1956						
REGIÕES	EM RELAÇÃO A SÃO PAULO			EM RELAÇÃO AO BRASIL		
	1939	1949	1956	1939	1949	1956
1. GRANDE SÃO PAULO	64,5	66,3	66,6	29,3	31,8	34,8
1.1. Capital	53,9	54,2	51,1	24,5	26,0	26,7
1.2. Outros Munic.	10,6	12,1	15,5	4,8	5,8	8,1
2. INTERIOR	35,5	33,7	33,4	16,1	16,2	17,4
TOTAL DO ESTADO	100,0	100,0	100,0	45,4	48,0	52,2
FONTE DOS DADOS BÁSICOS: 1. IBGE - Censos Industriais de 1940 e 1950 2. IBGE - Pesquisa Industrial de 1956.						

¹⁸⁰ Conforme SUZIGAN, W. (1986), p. 324.
¹⁸¹ Ver NEGRI, B. (1988), p. 81.

Essa indústria cresceu e diversificou-se, com a implantação e expansão de segmentos complexos. Infelizmente, as informações censitárias do período não permitem a regionalização dos dados segundo ramos industriais, o que impossibilita compreender melhor o aprofundamento da concentração industrial na Grande São Paulo pela ótica da estrutura setorial da indústria.

Os Dados Sintéticos do Censo Industrial de 1950, por municípios, fornecem informações sinóticas do pessoal ocupado e valor da produção industrial, referentes aos grupos de indústrias que formavam pelo menos 80% do valor da produção industrial. É baseado nessa publicação que teceremos algumas considerações adicionais.

Entre 1939 e 1956, a indústria da Grande São Paulo eleva, de 5.478 para 8.151, o número de seus estabelecimentos e, de 201,3 mil para 489,4 mil o de pessoal ocupado, aumentando, porém, seu tamanho médio, o qual, em 1939, era 2,5 vezes maior que os localizados no Interior, passando a ser 3 vezes maior em 1949 e 5 em 1956, evidenciando a diferenciação do crescimento industrial da metrópole.

Esse elevado crescimento industrial da Grande São Paulo ocorreu tanto na Capital como no seu Entorno, ampliando a participação de ambas as áreas em relação ao total estadual, em pessoal ocupado na produção. É importante destacar que a ampliação industrial no Entorno da Capital já era mais expressiva, evidenciando o início do processo de formação da metrópole¹⁸².

Exemplo disso é a consolidação da região do ABC, formada por Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul: em 1939 Santo André empregava 22.183 pessoas; em 1949 Santo André empregava 27.775 pessoas, São Bernardo 4.822 e São Caetano 13.711; no conjunto, o ABC passava a empregar 45.308 pessoas, no setor industrial, praticamente o dobro de 1939, representando 8,3% do total do estado, ainda abaixo do total da região de Campinas¹⁸³.

O aumento da concentração industrial nessa Região deveu-se principalmente ao fato de que a expansão da indústria na década de 1940 ocorreu, sobretudo, nos ramos

¹⁸² A respeito do processo de metropolização da região da Capital, veja-se LANGENBUCH, J.R. (1971), capítulos 3 e 4.

¹⁸³ Sobre a expansão industrial do ABC ver GEIGER, Pedro Pinchas, Evolução da Rede Urbana Brasileira. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Ministério de Educação e Cultura, Rio de Janeiro, 1903, pp. 214-215.

mais complexos (química, metalurgia, plásticos, material de transportes, mecânica, borracha e material elétrico), que já ali se concentravam e onde instalam seus mais novos estabelecimentos. É ilustrativo mostrar as expressivas participações que alguns segmentos da Grande São Paulo passam a ter, em relação à produção industrial do Estado em 1949:

a) Mais de 95%: Siderurgia, laminação, estamparia, caldeiraria, construção de material elétrico e de comunicações, carrocerias, peças e montagens de veículos automotores, pneus e câmaras de ar, fibras artificiais e matérias plásticas, produtos farmacêuticos e veterinários e fiação e tecelagem de lã;

b) De 90 a 95%: Vidros, fundições de metalurgia, máquinas e ferramentas, artefatos diversos de borracha;

c) De 80 a 90%: Máquinas, aparelhos e equipamentos para instalação hidráulica, térmica e de ventilação, máquinas e aparelhos diversos, produtos químicos, fiação e tecelagem de fios artificiais¹⁸⁴.

Por último, cabe destacar a implantação de alguns novos segmentos na região do ABC e de Mogi das Cruzes, que resultaram em elevadas participações destas áreas no valor da produção estadual em 1949. Em Mogi das Cruzes, 44% da produção siderúrgica e 16% em Santo André; no ABC, cerca de 30% dos produtos de fundição, e de laminados, 43% de material elétrico, 55% de material de transportes (automóveis e caminhões), 52% de pneumáticos e câmaras de ar, 43% de produtos químicos e mais de dois terços de produção de fios artificiais e de matérias plásticas.

Esse processo transparece com clareza nas elevadas taxas de crescimento demográfico dos municípios do Entorno, impulsionados por forte componente migratório, com saldo superior a 800 mil pessoas nos anos 40, enquanto em quase todas as regiões administrativas do Interior esses saldos eram negativos. A população da Grande São Paulo saltava de 1,6 milhão em 1940 para 2,7 milhões em 1950, ampliando, de 21,8% para 29,2%, sua participação no total estadual; é importante

¹⁸⁴ Os dados foram calculados pelo autor através das informações disponíveis para o conjunto dos seguintes municípios: São Paulo, Guarulhos, Mogi das Cruzes, Santo André, São Bernardo, São Caetano e Suzano.

salientar que enquanto a população residente na Capital cresceu 1,6 vezes, a do Entorno quase duplicou¹⁸⁵.

O extraordinário crescimento industrial do Entorno (Tabela I.18) fez com a participação da Capital, que em 1939 concentrava 53,9% do valor da produção industrial estadual, declinasse em 1956 para 51,1%, enquanto o Entorno aumentava a sua, dos 10,6% para 15,5% em 1956¹⁸⁶.

TABELA I.18: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO PESSOAL OCUPADO E DO VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO, POR REGIÃO ADMINISTRATIVA: 1939/56

REGIÕES ADMINISTRATIVAS	(valores em porcentagem)					
	PESSOAL OCUPADO			VALOR DA PRODUÇÃO		
	1939	1949	1956	1939	1949	1956
1. REGIÃO METROPOLITANA	61,1	65,3	67,7	64,5	66,3	66,6
1.1. Capital	52,9	54,8	54,4	53,9	54,2	51,1
1.2. Outros Municípios	8,2	10,5	13,3	10,6	12,1	15,5
2. INTERIOR PAULISTA	38,9	34,7	32,3	35,5	33,7	33,4
2.1. Litoral	3,2	1,9	1,6	4,5	2,2	3,9
2.2. Vale do Paraíba	3,9	3,8	3,0	2,2	2,6	2,0
2.3. Sorocaba	7,7	6,4	5,2	5,4	3,9	3,9
2.4. Campinas	12,4	12,5	12,5	8,5	9,1	10,3
2.5. Ribeirão Preto	6,2	4,5	4,5	6,9	5,2	4,9
2.6. Bauru	1,9	1,6	2,1	2,4	2,6	2,1
2.7. Região "Oeste"	3,6	4,0	3,4	5,6	8,1	6,4
2.7.1. São José do Rio Preto	1,1	1,0	1,0	1,6	1,7	1,6
2.7.2. Araçatuba	0,8	0,8	0,6	0,9	1,6	1,1
2.7.3. Presidente Prudente	0,5	0,8	0,7	0,7	2,1	1,7
2.7.4. Marília	1,2	1,4	1,1	2,4	2,7	1,9
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: 1. FIBGE - Censos Industriais de 1940 e 1950.

2. FIBGE - Pesquisa Industrial de São Paulo de 1956.

Como se viu, a participação do Interior declinou (de 35,5% para 33,7%, na década de 40, estabilizando-se em 33,4% em 1956); em relação ao pessoal ocupado essa queda foi de 38,9% para 32,3% em 1956.

O Interior paulista também continuaria crescendo como importante área industrial, com destaque para a região de Campinas que vai, gradativamente, ganhando peso no total estadual e no próprio Interior, graças não só à sua indústria, mas também à expansão da sua agricultura mais articulada com aquele setor. A região de Ribeirão Preto, por conta de sua dinâmica agricultura e interação com sua

¹⁸⁵ Essas informações encontram-se nos Indicadores Demográficos do Estado de São Paulo: 1920-1980, in A Interiorização do Desenvolvimento no Estado de São Paulo (1920-1980), Campinas, SEP-FECAMP, 1986, diversas tabelas.

¹⁸⁶ Durante o período 1939/1956 foi possível obter informações para o conjunto de cada uma das Regiões Administrativas para as seguintes variáveis: número de estabelecimentos, número de operários, pessoal ocupado e valor da produção industrial e, só em 1956 obteve-se informações por ramos industriais e por regiões.

agroindústria, experimentava também expansão industrial; enquanto o "Oeste" (São José do Rio Preto, Araçatuba, Presidente Prudente e Marília) continuava em processo de ocupação e de expansão da fronteira agrícola, com avanço do algodão e uma incipiente indústria alimentar. Nesse período a regionalização econômica estadual vai adquirindo novos contornos, com destaque para a região de Campinas¹⁸⁷.

Nos anos 40, a população do Interior paulista saltou de 5,6 milhões para 6,5 milhões, com taxa média anual bem inferior à obtida pela Grande São Paulo. Assistimos nesse período à lenta urbanização no Interior, que, em 1950, ainda tinha mais de 60% da população na zona rural, processo diferenciado entre as várias regiões administrativas: o litoral ampliou sua elevada taxa de urbanização de 65,8% para 69,4%, as duas outras regiões mais urbanizadas - Campinas e Vale do Paraíba - não ultrapassariam a taxa de 46,0%, ao passo que nenhuma das regiões do "Oeste" paulista teriam mais de 30%.

Entre 1940 e 50, o êxodo rural faria com que importantes regiões como Campinas, Sorocaba e Ribeirão Preto apresentassem saldos migratórios negativos, ao contrário das áreas em processo de ocupação, como Presidente Prudente e Araçatuba¹⁸⁸. Em 1950, vamos encontrar, nas regiões de Campinas e Ribeirão Preto, algo em torno de um milhão de habitantes em cada uma e cinco regiões - Sorocaba, Bauru, São José do Rio Preto, Presidente Prudente e Marília - com populações superiores a meio milhão cada¹⁸⁹.

Nos anos 50, embora a população do Interior crescesse a ritmo inferior ao da Grande São Paulo, o crescimento de sua população urbana ultrapassava o da população rural, resultado das transformações da agricultura paulista, com o esvaziamento do campo nas regiões maduras¹⁹⁰. Praticamente todas as regiões do interior perderam posições relativas no total da população estadual: em 1960, Campinas consolidou-se como a região de maior população do Interior (com 11,9%), seguida por Ribeirão Preto (9,3%), São José do Rio Preto (6,9%) e Sorocaba (6,8%);

¹⁸⁷ Ver NEGRI, Barjas, GONÇALVES, Maria Flora, CANO, Wilson. A Interiorização do Desenvolvimento Econômico no Estado de São Paulo (1920-1980), São Paulo, Fundação SEADE, 1988, Coleção Economia Paulista, volume 1, nº 1, "A Sociedade Urbana em Desenvolvimento: 1930-1935", pp. 29-56.

¹⁸⁸ O litoral é a única região do leste do Estado a apresentar saldo migratório negativo.

¹⁸⁹ Nas palavras de GEIGER, P.P. (1963) "a rede urbana de São Paulo caracteriza-se, de um lado, por apresentar grandes tipos de cidades, grande escalonamento hierárquico, cidades de diversos estilos; de outro, por apresentar, em relação às demais redes do País, apreciável quantidade de cidades evoluídas, centros urbanos grandes e médios, de funções múltiplas", p. 250.

¹⁹⁰ O Litoral seria a região mais urbanizada com 78,5%, seguida pelo Vale do Paraíba com 60,0%, por Campinas com 59,8%, enquanto na região "Oeste" encontraríamos ainda as menores taxas de urbanização, inferiores a 40%.

No conjunto essas três regiões somavam mais de um terço da população estadual e mais da metade da do Interior.

O "Oeste" chegou a concentrar, em 1949/51, metade da área agrícola estadual, 47,9% do valor da produção agrícola e 54,5% do efetivo de bovinos. Sua participação estadual nas principais culturas era de 72,3% na produção física de algodão, 47,2% no café, 47,7% no arroz, 39,8% no feijão e 34,0% no milho. Por outro lado sua base industrial era inexpressiva e, mesmo crescendo, perdia gradativamente participação relativa no total estadual¹⁹¹.

A região de Campinas respondia, em 1949/51, por 10,4% do valor da produção agrícola estadual e por 10,3% da industrial, enquanto Ribeirão Preto respondia, respectivamente, por 15,6% e 4,9%. Em conjunto, concentravam cerca de 70% da produção estadual de açúcar e álcool e suas agriculturas detinham parcelas significativas das produções de café, algodão, arroz, feijão e milho.

O Litoral e o Vale do Paraíba possuíam agricultura inexpressiva, compensados por uma indústria mais dinâmica que a maioria das demais regiões do "Interior". A Região de Sorocaba era importante produtora têxtil, mas gradativamente perdia participação no total estadual; sua agricultura especializou-se na produção alimentícia, com destaque para o feijão, cebola, batata e milho. A Região de Bauru tinha indústria de beneficiamento agrícola e uma agricultura que respondia, em 1949/1951, por cerca de 14% do valor da produção agrícola estadual e um quarto da produção paulista de café.

Como se vê, o Interior paulista vai ganhando os traços que mais tarde serão ressaltados pela "interiorização". As antigas regiões cafeeiras maduras - Campinas e Ribeirão Preto - vão sobrepassando o papel que tinha assumido Sorocaba. O "Oeste", uma vez "esgotado" o processo de ocupação, apresentava trajetória de esvaziamento populacional crônico que perduraria até o início da década de 80. As regiões do Interior vão gradativamente perdendo as características de "zonas ferroviárias", para transformarem-se em regiões econômicas mais homogêneas. Assim, "a instauração do processo de industrialização, simultaneamente ao término da ocupação do Estado, significou deslocar a impulsão do processo de urbanização das mãos da acumulação cafeeira para as da acumulação de capital industrial. Com isso redefiniu-se a divisão

¹⁹¹ O "Oeste" agrega, aqui, as regiões administrativas de São José do Rio Preto, Araçatuba, Presidente Prudente e Marília.

inter-regional do trabalho, incorporando-se a ela novas regiões, e referindo-se à divisão do trabalho, agora, não apenas à agricultura mas também à indústria, que passou a subordiná-la¹⁹².

. Característica da Indústria Metropolitana

Às vésperas do Plano de Metas, a Grande São Paulo já concentrava dois terços do valor da produção industrial estadual e pouco mais em pessoal ocupado. A Capital, sozinha, era responsável por 54,4% do pessoal ocupado e por 51,1% da produção industrial.

A indústria da Grande São Paulo possuía uma estrutura setorial mais diversificada que a média estadual, com segmentos mais novos e complexos de bens de capital e de bens de consumo durável respondendo por cerca de um quinto do total regional, enquanto a produção de bens intermediários já igualava o valor de produção de bens de consumo não durável.

A têxtil continuava sendo o principal ramo, com 16,7% do valor da produção industrial, índice pouco superior ao da química (14,9%), da metalurgia (12,2%) e da alimentícia (11,6%). No conjunto esses quatro ramos respondiam por 55,4% da produção industrial da metrópole. Num segundo plano aparecia a indústria de material elétrico e comunicações com 8,8% do total.

Em alguns ramos o nível dessa concentração alcançava valores extremamente elevados, como nos de material de transportes, material elétrico e fumo, em que mais de 90% da produção estava localizada na metrópole; outros ficavam na faixa de 75% a 90% (vestuário, calçados e artefatos de tecidos, editorial e gráfica, mobiliário, metalurgia e borracha). Por outro lado, poucos eram os ramos com concentração abaixo de 60% (alimentos com 36,2%, couro, peles e produtos similares com 37,7%, madeira com 51,2% e bebidas com 59,8%).

A Capital concentrava a maior parcela da produção em quase todos os ramos, salvo as da indústria alimentícia interiorizada, que era duas vezes maior que a da Capital. Além disso os Municípios do Entorno eram, em 1956, os maiores produtores

¹⁹² Conforme NEGRI, B., GONÇALVES, M.F. e CANO, W. (1988), p. 56.

estaduais do ramo de borracha e concentravam pouco mais de um quarto da produção industrial estadual da química, metalurgia, material de transportes e material elétrico e de comunicações; concentravam também 22,7% de minerais não metálicos e possuíam significativo peso nos ramos mobiliário, papel e papelão, couros e peles e produtos similares¹⁹³. Em suma, a Capital Paulista empregava 393,2 mil trabalhadores industriais e concentrava 51,1% do valor da produção industrial estadual¹⁹⁴.

Uma comparação entre a estrutura setorial da indústria da Capital do Estado e dos "*Municípios da Grande São Paulo exceto a Capital*", salienta o que afirmamos anteriormente. Isto é, os segmentos industriais com participação crescente no "entorno" da Capital são principalmente de bens intermediários como química, metalurgia, papel e papelão, borracha, ou de bens de consumo durável dos ramos de material de transportes e de material elétrico. Na Capital evidencia-se maior presença das indústrias produtoras de bens de consumo não durável, responsáveis por 46,5% do valor de sua produção, enquanto nos "demais municípios" o peso relativo das indústrias produtoras de bens intermediários, era de 60,7%.

No município de São Paulo, os quatro ramos de maior peso eram, pela ordem: têxtil, alimentos, metalurgia e química, que concentravam 54,4% do valor de sua produção industrial. No seu Entorno, os quatro ramos mais importantes eram química, metalurgia, material elétrico e de comunicações, papel e papelão, que juntos respondiam por 62,3% do valor de sua produção industrial.

Características da Indústria Interiorizada

A indústria do Interior era fundamentalmente produtora de bens de consumo não durável, que respondia por 69,4% de seu valor de produção, restando ao grupo de bens intermediários algo superior a um quarto do total e participação de bens de capital e de consumo durável inferior a cinco por cento do total. Essa distribuição evidencia uma estrutura bastante diferente da Grande São Paulo, bem mais modesta e voltada ao processamento de insumos da agropecuária.

¹⁹³ Ver NEGRI, B. (1988), pp. 86-87.

¹⁹⁴ Para comprovar nossa afirmativa vale mencionar que a média de pessoas ocupadas por estabelecimentos no conjunto das indústrias produtoras de bens de capital e de bens de consumo durável era maior nos municípios do entorno da Capital (98,1) do que na Capital (70,0), com destaque para o setor de material elétrico (251,0 contra 102,5) e material de transportes (112,7 contra 79,3). No grupo de indústrias produtoras de bens intermediários algumas diferenças são marcantes a favor dos estabelecimentos do Entorno da Capital: borracha - estabelecimentos com média de 1865,0 pessoas ocupadas no Entorno da Capital contra 53 estabelecimentos com média de 118,8 pessoas nos estabelecimentos da Capital; papel e papelão - média de 298,9 contra 55,1 pessoas e metalurgia - 79,9 contra 62,2 pessoas.

A indústria do Interior estava fortemente concentrada em três ramos: alimentos, com 40,6%; têxtil, com 21,8%, e química com 27,2%. No conjunto, estes ramos respondiam por 89,6% do valor total de sua produção industrial. Como foi dito, o Interior paulista era responsável, desde os anos 30, pela mais dinâmica e diversificada agropecuária e agroindústria do País¹⁹⁵.

A expressiva agropecuária do Interior fez com que aí se concentrassem quase dois terços (63,8%) da produção estadual de alimentos, principalmente beneficiamento de café, arroz, milho e outras culturas; boa parte dos frigoríficos do estado; bem como a produção de açúcar e álcool¹⁹⁶.

A têxtil, por outro lado, desde a década de 20 tinha consolidado uma importante estrutura industrial no Interior, chegando, em 1956, a responder por 39,6% do valor da respectiva produção estadual.

Além dos ramos alimentar e têxtil, o Interior possuía participações relevantes em bebidas que concentrava 40,2% da produção estadual; minerais não metálicos (35,6%), química (29,3%) papel e papelão (25,7%), couros, peles e produtos similares com 62,3%, madeira com 48,8% e mecânica com 30,7%. A indústria de minerais metálicos além de produzir cimento em Sorocaba, era responsável por produtos cerâmicos destinados tanto à demanda interiorizada como a metropolitana; a indústria química, conforme já destacamos, tinha na produção de álcool e na extração de óleos vegetais, seus principais produtos; a indústria de papel e papelão passava a encontrar, no Interior, para sua produção uma grande disponibilidade de matéria-prima para sua produção, como madeira ou bagaço de cana-de-açúcar; a indústria de couros, peles e similares procurava se localizar nas proximidades dos abatedouros bovinos que se espalhavam pelo Interior e, finalmente, a indústria mecânica se desenvolveu com e para a agricultura, fornecendo peças, equipamentos e implementos para a lavoura, e para a agroindústria do Interior, como são os exemplos das unidades de beneficiamento de café, milho, arroz e algodão, das usinas de açúcar e álcool, da produção de óleos comestíveis, abatedouros, laticínios, entre outros.

¹⁹⁵ Além dos produtos agropecuários, o Interior também era responsável por insumos para a produção cerâmica e de cimento estadual.

¹⁹⁶ Dados obtidos nas séries estatísticas produzidas pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, mostram que na safra 1955/56 operaram em São Paulo 78 destilarias que produziram 173 milhões de litros de álcool e 92 usinas de açúcar responsáveis por uma produção de 13 milhões de sacas, mais da metade da produção nacional.

Uma síntese da dimensão regional da industrialização paulista, antes do Plano de Metas, indica, portanto, uma indústria fortemente concentrada na Grande São Paulo mas, também, um crescimento expressivo no Interior do Estado, que ganha peso em termos nacionais. Em todo esse processo "definiram-se novos parâmetros para a divisão do trabalho inter-regional, com base na articulação agricultura-indústria. Confirmou-se a liderança de Campinas e Ribeirão Preto, potencialmente existente desde os anos 20. Incorporou-se o Litoral à concentração industrial interiorizada, em que se mantinham participando, embora com menor importância relativa, as regiões de Sorocaba e do Vale do Paraíba. Estas três regiões, em que a indústria não tinha o suporte de um desenvolvimento agrícola importante, mantiveram-se, assim, desenvolvendo condições para agregar-se à nova expansão industrial que ocorreria a partir da industrialização pesada, com uma indústria que prescindiria cada vez mais de produtos naturais locais. Em toda região Oeste, incluindo-se aí Bauru, caracterizou-se um processo de desenvolvimento subordinado, com base na articulação agricultura-indústria, que desde o início foi o que lhe deu origem"¹⁹⁷.

¹⁹⁷ Conforme NEGRI, B.; GONÇALVES, M.F. e CANO, W. (1988), p. 56.

CAPÍTULO I.3: A INDÚSTRIA PAULISTA DURANTE A PRIMEIRA FASE DA INDUSTRIALIZAÇÃO PESADA

A primeira fase da industrialização pesada (1955/67), consolidou a expansão industrial brasileira e sua concentração em São Paulo, aí instalando grande parte da nova capacidade produtiva metal-mecânica¹⁹⁸. É em São Paulo, também, em função da maior diversificação de sua estrutura industrial, que se vêem, com maior clareza, os efeitos de encadeamento dos investimentos do Plano de Metas, a exemplo da montagem do setor de autopeças em relação à automobilística. Isto significa alteração na estrutura industrial paulista, ampliando o peso dos ramos mais dinâmicos de bens intermediários (principalmente química e metalurgia) e de bens de capital e de consumo durável.

3.1. A Expansão Industrial Diversificada no Brasil

O período que vai de 1956 a 1967 pode ser considerado como a "primeira fase da industrialização pesada", com a articulação de um bloco expressivo de investimentos apoiados no setor produtivo estatal e na entrada de capitais estrangeiros, propiciando a instalação de amplo conjunto de plantas produtoras de bens de capital, intermediários e de consumo durável¹⁹⁹. Nas palavras de Cardoso de Mello "a implantação de um bloco de investimentos altamente complementares, entre 1956 e 1961, correspondeu a uma verdadeira "onda de inovações" schumpeteriana: de um lado, a estrutura do sistema produtivo se alterou radicalmente, verificando-se um profundo "salto tecnológico"; de outro, a capacidade produtiva se ampliou muito à frente da demanda pre-existente. Há, portanto, um novo padrão de acumulação, que demarca uma nova fase, e as características da expansão delineiam um processo de industrialização pesada, porque este tipo de desenvolvimento implicou em um crescimento acelerado da capacidade produtiva do setor de bens de produção e do

¹⁹⁸ A participação relativa do estado no VTI do País saltou de 52% em 1955 para 58,2% em 1970.

¹⁹⁹ Entre os diversos e importantes trabalhos acadêmicos que analisam esse período destacam-se: LESSA, Carlos. Quinze Anos de Política Econômica, Campinas, Cadernos do IFCH, 1975; CANO, Wilson (1985), Capítulo III item 2.2 e Capítulo V item 3; SERRA, José. "Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Pós Guerra" in BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello e COUTINHO, Renata. Desenvolvimento Capitalista no Brasil, São Paulo, Editora Brasiliense, 1982, volume 1 e, TAVARES, Maria da Conceição. Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil, Campinas, Editora da UNICAMP, 1986, Capítulo III, nos quais a análise sobre a economia brasileira está baseada.

setor de bens duráveis de consumo antes de qualquer expansão previsível de seus mercados"²⁰⁰.

Ainda no início da década de 50, haviam sido tomadas algumas medidas no âmbito governamental que se tornaram decisivas para a industrialização que se segue a partir de 1956, como a reforma cambial de 1953, através da Instrução 70 da SUMOC, estabelecendo o regime de taxas múltiplas de câmbio e remunerando melhor o exportador; a instituição, em 1955, da Instrução 113 da SUMOC com o objetivo de atrair o capital estrangeiro por força do problema cambial e que estimulou o ingresso de capital de risco, graças aos subsídios para a remessa de lucros para o exterior; ainda o Estado implantaria novos organismos e empreendimentos como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE (1952) e instituiria o monopólio estatal do petróleo com a criação da PETROBRÁS (1954)²⁰¹.

O impacto dessas novas medidas teria extraordinária importância para a formação da base produtiva do setor industrial durante o ciclo expansivo de 1956/62. É importante salientar que o BNDE iria tornar-se o principal agente de financiamento de inúmeras indústrias, principalmente nas áreas de energia elétrica e siderurgia, enquanto a PETROBRÁS iria constituir-se na base fundamental da indústria de prospecção e refino de petróleo, precursora da indústria petroquímica nacional.

Ainda assim, é importante compreender que a conjuntura pós 1956 se diferencia do período anterior exatamente pela presença do novo capital estrangeiro²⁰² e pela ação do Estado, que estabelece as bases de associação entre capital estrangeiro e nacional e investe pesadamente na infraestrutura. A diferença reside, portanto, nas formas de mobilização de capital necessário para dar conta das pesadas inversões do Plano de Metas. Como diz Cardoso de Mello "...a industrialização pesada tinha escassas possibilidades de nascer como mero desdobramento do capital nacional e estrangeiro empregado nas indústrias leves: nem se dispunha de instrumentos prévios de mobilização e centralização de capitais, indispensáveis à maciça concentração de recursos externos e internos exigida pelo bloco de investimentos pesados, nem se

--- Conforme Cardoso de Mello, J.M. (1986), p. 117

--- Sobre os organismos e empreendimentos estatais do período ver DRAIBE, Sonia. Rumos e Metamorfoses - Estado e Industrialização no Brasil: 1930-1960. São Paulo, Paz e Terra, 1985, em especial capítulo 3.

--- Ver CARDOSO DE MELLO (1986), p. 118. Com este termo esse autor chama a atenção para os novos investimentos no Brasil, da grande empresa estrangeira, sobretudo de origem européia, em decorrência do acirramento da competição oligopólica nos países centrais.

poderia obter a estrutura técnica e financeira dos novos capitais a partir da diversificação da estrutura produtiva existente"²⁰³.

Evidentemente, esse conjunto de inversões traz consigo uma alteração significativa da composição setorial da indústria. É durante a implantação do Plano de Metas do Governo J.K. que se completa a instalação das indústrias automobilísticas, através inicialmente das montadoras de origem europeia, de material elétrico pesado, de construção naval, além de máquinas e equipamentos que possibilitaram considerável expansão do grupo de indústrias produtoras de bens de capital e de consumo durável.

Também implantaram-se e expandiram-se outros setores pertencentes ao grupo de indústrias produtoras de bens intermediários como a siderurgia, papel e celulose, materiais não ferrosos, petróleo e química pesada.

Além dos investimentos estatais na produção direta de insumos básicos e em infra-estrutura básica (transportes e energia), foram decisivas a utilização de instrumentos de política econômica apontadas anteriormente e o oferecimento de crédito subsidiado a setores considerados prioritários, concessão de terrenos industriais e isenções de importações de máquinas e equipamentos objetivando a viabilização de projetos setoriais previamente selecionados e, não menos importante, foi a Lei nº 3244/57, que ampliou e consolidou a proteção oferecida à indústria nacional²⁰⁴.

O amplo programa de investimentos realizados durante 1956/61 modificaria o padrão de crescimento industrial do país, reforçando a concentração econômica em São Paulo. Mas, em paralelo, ao exigir um maior grau de complementariedade entre agricultura e indústria, este processo também conduziria, ao contrário do que muitos pensavam, a um forte estímulo ao desenvolvimento do restante do espaço econômico do País²⁰⁵.

O grande esforço de inversões industriais do Plano de Metas, em virtude da estreita base técnica industrial do País, do desajuste entre a oferta e a demanda

²⁰³ Idem, p. 118.

²⁰⁴ A respeito da política econômica adotada durante a implantação do Plano de Metas, veja-se o clássico trabalho de LESSA, C. (1975).

²⁰⁵ Essa questão é profundamente analisada por TAVARES, M.C. (1986), Capítulo III, pp. 117-138.

industrial, *vis-à-vis* o nível de distribuição de renda e a deficiência do sistema financeiro, sofreria uma grave crise de realização de seu crescente potencial de acumulação, entre 1962 e 1967"²⁰⁶. Dessa forma, esta primeira fase da industrialização pesada (1956-1967) divide-se em dois momentos: o primeiro, de 1956 a 1962, de expansão, e o segundo, de 1962 a 1967, de desaceleração da economia.

Durante o ciclo expansivo, a liderança do crescimento esteve a cargo dos segmentos de bens de capital e de consumo durável, refletindo significativamente no desempenho da produção de bens intermediários. No período 1962/67 a economia passou pelo seu pior momento desde o pós-guerra, com destaque para a desaceleração de ritmo de crescimento do produto industrial e da construção civil. A recuperação inicia-se em 1967 e vai até 1973, caracterizando importante ciclo expansivo da economia, decorrência do conjunto de reformas econômicas do final dos anos 60, das políticas fiscal e monetária mais flexíveis do segundo governo militar, bem como das condições favoráveis propiciadas pela economia internacional²⁰⁷.

Os Censos Industriais de 1949 e 1959, refletem a fase áurea das inversões industriais realizadas durante o Plano de Metas, quando a indústria de transformação cresceu a uma taxa média de 9,3% ao ano: ligeiramente superior no período 1949/55 (8,9% ao ano) e, um pouco inferior no período 1955/62 (10,0% ao ano). No período 1959/70 - que contém a fase de desaceleração de 1962/67 - a taxa de crescimento da indústria brasileira foi de 7,3% ao ano, graças às taxas mais elevadas entre 1967 e 1970²⁰⁸.

Em todo o período, as indústrias de bens de capital e de bens de consumo durável foram os que apresentaram as maiores taxas de crescimento, em especial na segunda metade dos anos 50. Os principais segmentos foram os ramos de material de transportes, tendo à frente a indústria automobilística, de material elétrico e de bens de capital (principalmente nos ramos de máquinas ferramentas, de equipamentos sob encomenda e na produção de máquinas e implementos agrícolas), predominantemente instalados na Grande São Paulo, com presença majoritária do investimento externo²⁰⁹. O desempenho do setor de bens intermediários também foi importante

²⁰⁶ Conforme CANO, W. (1985), p. 252.

²⁰⁷ As principais características desses períodos são analisados por SERRA, J. (1982).

²⁰⁸ Ver CANO, W. (1985), pp. 84-101.

²⁰⁹ De acordo com as informações do IBGE o ramo de material de transportes cresceu 8 vezes no período 1956/62.

(principalmente na química e na metalurgia, que contaram com investimentos diretos do Estado)

Em decorrência desse processo, a estrutura da indústria de transformação brasileira passou por profundas modificações entre 1949 e 1959, quando a participação relativa da produção de bens salários teve uma queda bastante acentuada, passando de 60,7% para 45,2% do VTI, a de bens intermediários sobe (de 31,7% para 38,0%) e a de bens de capital e de consumo durável duplicam-na (de 7,6% para 16,8%). Ainda assim, os ramos têxtil e alimentício continuaram a ser os mais importantes, apesar de considerável queda em suas participações relativas: a alimentícia ainda era superior ao conjunto dos três ramos privilegiados pelo Plano de Metas - mecânica, material de transportes e material elétrico e de comunicações²¹⁰. Os ramos que mais ganham peso relativo foram os da química, da metalurgia, da mecânica e o de material de transportes (Ver Tabela I.19).

TABELA I.19: MODIFICAÇÃO NA ESTRUTURA SETORIAL DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO BRASILEIRA: 1949-1970

(Valores em Porcentagem do VTI)		ANOS		
GRUPOS E RAMOS DE INDÚSTRIA SELECIONADAS		1949	1959	1970
Grupo I - Indústrias Predominantemente Produtoras de Bens de Consumo não Durável		60.7	45.2	40.4
Têxtil		19.6	12.6	9.3
Vest., Calçados e Art. Tecidos		4.3	3.6	3.3
Alimentos		29.5	16.4	13.5
Outros		16.3	13.2	14.3
Grupo II - Indústrias Predominantemente Produtoras de Bens Intermediários		31.7	38.0	37.1
Química		5.3	33.6	17.9
Minerais não Metálicos		7.1	6.6	3.9
Metalurgia		9.4	13.3	11.6
Outros		9.9	11.0	3.6
Grupo III - Indústrias Predominantemente Produtoras de Bens de Capital e de Consumo Durável		7.6	16.8	22.5
Mecânica		2.1	3.4	7.1
Material de Transporte		3.2	7.6	8.0
Material Elétrico e de Comunicação		1.6	4.0	5.4
Outros		1.7	1.8	2.0
TOTAL		100.0	100.0	100.0

Fonte dos Dados Básicos - Censos Industriais: 1950, 1960 e 1970.

²¹⁰ Uma importante modificação da estrutura industrial deste período diz respeito à modernização do setor têxtil no início dos anos 50 que se refletiu na redução acentuada do emprego no setor. Ver PORTUGAL, José Geraldo. Crescimento Acelerado e Absorção de Força de Trabalho no Brasil. Campinas, Dissertação de Mestrado apresentada ao IE-UNICAMP, 1989, pp. 58-60.

Durante os anos 60, as modificações na estrutura setorial da indústria brasileira foram menos acentuadas que as da década anterior²¹¹. As indústrias de bens de consumo não duráveis mantiveram o mesmo ritmo de crescimento da década anterior (da ordem de 6,2% ao ano), ao passo que os demais grupos tiveram seus ritmos de crescimento reduzidos, com o que a queda do peso relativo da produção de bens de consumo não durável foi menos acentuada - de 45,2% para 40,4% do total. A indústria de bens intermediários cresceu a uma taxa de 7,2% ao ano, valor ligeiramente abaixo da média do setor industrial, ao passo que o grupo de bens de capital e de consumo durável continuou a apresentar as maiores taxas de crescimento, ganhando mais peso na estrutura setorial de 16,8% para 22,5% do valor da transformação industrial.

Ainda em 1970, a indústria alimentícia detinha 13,5% do produto industrial total, mantendo-se como o principal ramo industrial do País, enquanto que metalurgia (11,6%) e química (10,0%) ultrapassam o peso relativo da indústria têxtil (que havia declinado de 12,0% para 9,3% do total). Abaixo delas, ganham destaque as indústrias de material de transportes (8,0%) e mecânica (7,1%).

O aprofundamento da concentração industrial no Estado de São Paulo, foi acentuado: em 1949 a indústria paulista concentrava pouco menos da metade do produto industrial brasileiro, em 1956 alcançaria 52%, em 1959 totalizaria 55,6%, atingiria 57,3% em 1967 e, em 1970, 58,2% do total. Em oposição a este fato, no Rio de Janeiro (inclusive Guanabara), apesar do crescimento da indústria naval e segmentos da mecânica e de material elétrico, não foi possível reverter nem mesmo atenuar o processo da perda de importância relativa da indústria fluminense, que se manifestava desde o início do século, com o que declinou sua participação no total do produto industrial brasileiro de 20,5% para 15,5% no período 1949/70.

A produção de bens de consumo não duráveis ampliou-se exatamente naquelas regiões de maiores crescimento da renda, como São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e que estavam melhor estruturadas para responder aos requisitos do investimento industrial. Surpreendentemente, ao contrário do que se poderia supor, São Paulo também ampliou seu peso relativo em ramos tradicionais como o têxtil, vestuário, calçados e artefatos de tecidos e de bebidas.

²¹¹ A utilização de dados censitários decenais dificulta, na verdade uma periodização mais adequada que podem ressaltar as transformações do período 1957/62 em que o produto industrial teve expressivo crescimento.

Os anos 60 evidenciariam um ritmo menor de crescimento da indústria de São Paulo, que amplia seu peso relativo numa proporção menor do que a da década anterior. Essa "inflexão" é acompanhada por uma ligeira perda de posição relativa nos segmentos de bens de capital e de consumo durável, graças a investimentos regionalmente descentralizados²¹². Mas essa alteração deve ser ponderada, dado o elevado grau de concentração que alguns ramos industriais haviam atingido em 1955²¹³. Na verdade a indústria paulista seguiu ganhando peso até 1970, e os poucos ramos em que há uma desconcentração mais importante, entre 1959 e 1970, são aqueles que em São Paulo já concentrava dois terços da produção industrial como mecânica, química, material de transporte e material elétrico e de comunicações.

3.2. A Consolidação da Concentração Industrial em São Paulo

Para melhor compreensão desse processo, trabalharemos com um corte analítico de duas áreas distintas: o Estado de São Paulo e o "Resto do País" (Brasil exceto São Paulo)²¹⁴.

Conforme já mostramos, a indústria de São Paulo, que já concentrava cerca da metade do produto industrial brasileiro, elevaria essa cifra, entre 1956 e 1967 para 57,3%²¹⁵. Isto foi possível porque apresentou taxas médias de crescimento real da sua indústria, acima da média nacional entre 1949-1970 (9,2% ao ano, contra 7,2% obtida pelo "Resto do País"). Note-se que esse desempenho foi superior ao dos demais Estados em todos os três grupos de indústrias analisados neste trabalho, principalmente no de bens de capital e de consumo durável.

O final dos anos 50 foram excepcionais para a indústria de São Paulo, reflexo da implantação de diversos programas do Plano de Metas, com a atração de investimentos estrangeiros e expansão de empreendimentos públicos e privados nacionais. Os principais exemplos são a implantação do parque automobilístico e de

²¹² Nas palavras de Cano "essa expansão periférica baseou-se fundamentalmente nos ramos da mecânica e de material de transportes e, em várias regiões, também sobressaiu de material elétrico e comunicações. Penso que os maiores responsáveis por esse aumento foram os efeitos derivados da grande expansão automobilística do País e dos investimentos governamentais em eletricidade e comunicações. CANO, W. (1985), p. 99.

²¹³ Maiores informações podem ser encontradas em CANO, W. (1985), p. 111 ou NEGRI, B. (1988), p. 127.

²¹⁴ Uma análise mais profunda desse processo de "concentração" industrial no período 1949/70 encontra-se em CANO (1985), capítulo 3, item 2.2.

²¹⁵ Para o ano de 1967 utilizamos as informações disponíveis na Pesquisa Industrial do IBGE.

auto-peças na Região do ABC²¹⁶, a expansão da indústria mecânica, na produção de máquinas ferramentas, e equipamentos pesados sob encomenda, e também da indústria de material elétrico, fortemente concentrada na Capital²¹⁷. A indústria paulista de bens de consumo não durável também cresceu a taxas superiores ao Resto do País, e apenas a produção de bens intermediários apresentou taxas similares à média nacional, sem elevar o grau de concentração do estado.

Mas, a partir de 1962, a desaceleração no ritmo de crescimento industrial do país, como resultado da conjuntura do período 1962/67, parece ter afetado mais a indústria paulista, diminuindo a diferença entre as taxas de crescimentos anuais das indústrias de São Paulo e as do Resto do País.

Um aspecto interessante desse processo não foi apenas o extraordinário crescimento dos departamentos de bens intermediários e de bens duráveis, mas também a continuidade da concentração em São Paulo, da produção de bens não duráveis, cuja taxa de crescimento durante 1949/70 foi da ordem de 7,1% ao ano, superior à média de 5,4% para o Resto do País²¹⁸. Sem dúvida, isso evidencia o acelerado processo de urbanização em São Paulo, bem como o dinamismo e diversificação de sua agricultura²¹⁹.

Contudo é preciso deixar claro que a indústria das demais regiões continuaram crescendo significativamente e que "a política regional de incentivos contribuiu inequivocamente para o crescimento industrial das regiões Norte e Nordeste, além da expansão que se verificou em outros estados através de políticas estaduais de incentivos das quais destacaria a de Minas Gerais e a do Espírito Santo"²²⁰. A diminuição do diferencial de crescimento entre São Paulo e o resto do País "era absolutamente normal para uma economia que já atingira o porte da brasileira e cujo mercado se encontrava em acelerado nível de integração nacional"²²¹.

²¹⁶ A respeito do desenvolvimento da indústria automobilística ver GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SEPLAN Aspectos Estruturais do Desenvolvimento da Economia Paulista - Indústria Automobilística. São Paulo, 1978, Série Estudos e Pesquisas, no. 14.

²¹⁷ O ramo da química também ganharia novos impulsos com a entrada em funcionamento da Refinaria Presidente Bernardes, da Petrobrás, em Cubatão em 1955.

²¹⁸ Vale mencionar que essa indústria pesada incorporou contingente de trabalhadores, elevando o nível de renda e a demanda de bens de consumo e não durável: Ver TAVARES, M.C. (1986), Capítulo III.

²¹⁹ Descendo a nível de sub-ramos vamos encontrar alguns segmentos que se expandiram bastante como a produção de açúcar, de óleos vegetais, de beneficiamento em geral, de carnes, de calçados e de mobiliário, entre outros.

²²⁰ Conforme CANO, W. (1985), p. 94.

²²¹ Idem pp. 99-100.

No setor de bens intermediários o crescimento industrial de São Paulo pode ser considerado significativo pois, o Governo Federal através de seus investimentos no setor produtivo ou de incentivos ao capital privado, viabilizou empreendimentos industriais próximos às fontes de recursos naturais, como minérios, madeiras e petróleo, em outros Estados brasileiros²²².

Assim, entre 1949/1970, aprofunda-se a concentração em São Paulo em praticamente todos os grupos industriais. A indústria paulista de bens de consumo não durável eleva sua participação no total do VTI do país de 44,6% para 53,1%.

Na produção de bens intermediários apenas o ramo de papel e celulose ganha peso relativo em todo período; o da borracha ampliou-o durante os anos 50, reduzindo-o nos anos 60; o de minerais não metálicos teve sua participação estabilizada em torno da metade do total nacional; a metalurgia e os de produtos de matérias plásticas perdem posição nos anos 50 e ganham na década seguinte e, finalmente, os ramos de química, de madeira e de couros e peles foram os únicos a perderem posições ao longo desse período, dentro daquela lógica de localização.

Os quatro ramos do grupo de indústrias predominantemente produtoras de bens de capital e de consumo durável ganharam consideráveis pesos relativos durante 1949/59 e durante os anos 60 perdem um pouco, mantendo ainda percentuais mais elevados do que tinham em 1949. Mantiveram, em 1970, concentração superior a 80% do total do VTI nacional, os ramos de material de transportes e borracha; entre 70% e 80% os de material elétrico e de comunicações e diversos; entre 60 e 70%, mecânica, papel e papelão; farmacêutica, perfumaria, matérias plásticas e têxtil. Abaixo de 50% do total nacional situavam-se apenas seis ramos: minerais não metálicos; madeira; couros e peles; produtos alimentares; bebidas e fumo.

3.3. Transformações Setoriais da Indústria Paulista

As informações da Pesquisa Industrial de São Paulo, realizada pelo IBGE em 1956, fornecem apenas o valor da produção industrial e não o VTI. Contudo, com os Censos Industriais de 1950 e 1960 pudemos fazer uma estimativa do VTI de São Paulo

²²² Entre as áreas que tiveram crescimentos maiores que São Paulo na produção de bens intermediários no período 1949/70 destacam-se o Nordeste (Maranhão, Pernambuco e Bahia), Minas Gerais e Espírito Santo.

em 1956, ano que marca o início da primeira fase da *industrialização pesada*²²³. A estrutura industrial naquele momento tinha a seguinte composição: Grupo I 45,4%, Grupo II 38,2% e Grupo III 16,4%. Esses dados atestam, o processo de modernização e diversificação que estava em curso na indústria de São Paulo desde o pós-guerra, com diminuição no peso relativo de alguns ramos mais tradicionais. As informações relativas ao pessoal ocupado e ao valor da produção industrial encontram-se na Tabela I.20.

Durante o Plano de Metas, a indústria paulista cresceu 11,0% ao ano, no período 1956/59, com ampliação da participação das indústrias de bens de capital e de consumo durável para um quarto do total. Essa modificação estrutural é reflexo imediato da implantação do parque automobilístico e da indústria de autopeças no ABC paulista²²⁴. Em paralelo, também foi expressivo o avanço da mecânica e de material elétrico e de comunicações que juntos passaram a concentrar mais de dez por cento do produto industrial estadual.

TABELA I.20: ESTRUTURA SETORIAL DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO: 1956

Grupos e Ramos de Indústrias	Estabelecimentos		Pessoal ocupado		Valor da Produção (%)
	Número	%	Número	%	
Grupo I	14.515	48,87	130.036	43,87	43,80
1. Metalúrgico	3.186	8,72	24.871	8,42	1,87
2. Têxtil	1.660	6,76	131.804	18,13	14,38
3. Vestuário, Pelçados e Art.Têxtil	1.138	7,41	37.932	9,08	1,88
4. Produtos Alimentares	1.465	10,16	17.121	11,67	11,00
5. Bebidas	843	5,87	17.813	11,45	2,16
6. Fumo	41	0,18	1.248	1,47	0,08
7. Borracha e Plásticos	108	0,83	10.732	8,14	1,73
Grupo II	11.368	37,71	103.614	34,56	35,32
1. Minerais não metálicos	1.079	10,44	1.174	1,43	1,64
2. Metalurgia	1.860	16,34	11.818	11,38	8,08
3. Papelaria	1.608	14,18	14.889	14,11	1,22
4. Papel e Papelão	171	1,49	1.588	1,49	0,88
5. Borracha	17	0,15	11.113	10,68	1,83
6. Corais e Resinas	173	1,51	1.813	1,76	0,77
7. Química, Petróleo Prod.Farm.	1.086	9,55	31.846	30,48	14,07
8. Produto Mat. Plástico	44	0,38	33	0,03	0,01
Grupo III	1.034	8,08	114.407	38,56	14,75
1. Mecânica	822	7,93	32.263	11,56	1,97
2. Mat.Elétrica e Comunicações	101	0,97	11.688	4,08	8,07
3. Material de Transporte	89	0,86	13.188	3,81	3,83
4. Diversas	72	0,69	11.668	3,13	2,02
Total	27.485	100,0	291.014	100,0	100,0

Fonte dos Dados Básicos: 1. IBGE - Pesquisa Industrial de 1956.
2. SEADE - Pesquisa Industrial de 1956.

²²³ Esses valores foram calculados com base na média de relação entre os valores da transformação e da produção industrial de 1949 e 1959 encontradas nos censos industriais.

²²⁴ "Apesar de alguns estabelecimentos se situarem a certa distância da Via Anchieta, a maioria fica às margens de suas estradas marginais (destinadas ao tráfego local), chegando a formar verdadeiro colar de indústrias em alguns trechos. Destacam-se, sobretudo, as indústrias automobilísticas: 'Willys-Overland', 'Mercedes', 'Karmann-Ghia', 'Volkswagen', 'Simca'. Conforme LANGENBUCH, J.R. (1971), p. 208.

O grupo de indústrias de bens intermediários também teve expressivo crescimento, em que pese a perda de posição relativa de 38,2% para 35,6%. Nelas, a metalúrgica e a química ganham posição na estrutura setorial da indústria, esta última como resultado da entrada em funcionamento, em 1955, da Refinaria Presidente Bernardes, em Cubatão, que gerou efeitos em cadeia para o desenvolvimento de outros segmentos da química.

No curto período 1956/59, aumentou significativamente o número de estabelecimentos e o crescimento industrial gerou 103,2 mil novos empregos em apenas três anos, sendo três quartos no Grupo III e um quinto no Grupo II. O maior movimento no emprego foi justamente em material de transportes, seguindo-se a metalurgia, ao passo que reduzia-se o número de postos de trabalho na têxtil e na indústria de bebidas, sujeitas a um processo de modernização tecnológica²²⁵.

Mesmo com a desaceleração da economia entre 1962 a 1967, prosseguiu o processo de diversificação de sua estrutura setorial, com as indústrias do Grupo I reduzindo sua participação no VTI para 36,8%, as do Grupo III para 33,9% e ampliando-se as do Grupo III para 29,3% em 1970 (Ver Tabela I.22).

Em 1970, vamos encontrar a indústria de transformação de São Paulo, empregando quase 1,3 milhão de pessoas, com um incremento líquido de 463,9 mil novos postos de trabalho durante a década de 1960. A distribuição desses novos empregos esteve concentrada no grupo predominantemente produtor de bens de capital e de consumo durável, que respondeu por 38,8% do incremento total seguida da indústria de bens intermediários com 31,2%.

²²⁵ A indústria de material de transportes criou 33,6 mil postos de trabalho, duplicando o número de pessoas ocupadas; a metalurgia criou 16,2 mil empregos; material elétrico e de comunicações 12,7 mil; alimentos 11,1 mil. Por outro lado, a têxtil perdeu 18,5 mil postos de trabalho, equivalente a 10% do total empregado em 1956 e reduziu a quase metade o número das pessoas ocupadas, provocando redução de 7,9 mil postos de trabalho.

TABELA I.21: ESTRUTURA SETORIAL DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO: 1970

Grupos e Ramos de indústrias	Estabelecimentos		Pessoal ocupado		Valor da Produção (%)
	Número	%	Número	%	
Grupo I	25.757	51.74	516.745	40.09	39.41
1. Mobiliário	3.596	7.22	44.096	3.42	1.70
2. Prod. Farm. e Veterinário	207	0.42	18.694	1.45	2.53
3. Perf. Sabões e Velas	294	0.59	9.405	0.73	1.58
4. Têxtil	3.251	6.53	185.307	14.38	10.26
5. Vestuário, Calçados e Art. Tecidos	4.087	8.21	78.625	6.10	3.53
6. Produtos Alimentares	11.102	22.30	116.797	9.06	15.43
7. Bebidas	1.025	2.06	19.233	1.49	1.45
8. Fumo	10	0.02	2.936	0.23	0.52
9. Editorial e Gráfica	2.185	4.39	41.625	3.23	2.40
Grupo II	16.115	32.37	419.018	32.51	32.77
1. Minerais não metálicos	6.569	13.20	95.893	7.44	3.70
2. Metalurgia	4.389	8.82	148.937	11.56	10.94
3. Madeira	1.768	3.55	17.359	1.35	0.75
4. Papel e Papelão	618	1.24	38.444	2.98	2.86
5. Borracha	398	0.80	23.760	1.84	2.49
6. Couros e Peles	405	0.81	7.259	0.56	0.35
7. Química, Perf. e Prod. Farm.	1.069	2.15	57.478	4.46	9.71
8. Prod. de Mat. Plástico	899	1.81	29.888	2.32	2.53
Grupo III	7.907	15.89	353.126	27.40	27.82
1. Mecânica	3.185	6.40	109.792	8.52	7.06
2. Mat. Elétrico e Comunicações	1.630	3.27	85.723	6.65	6.56
3. Material de Transporte	1.389	2.79	118.130	9.17	12.32
4. Diversos	1.703	3.42	39.481	3.06	1.89
Total	49.779	100.0	1.288.889	100.0	100.0

Fonte dos Dados Básicos: IBGE - Censo Industrial de 1970

Os ramos industriais que mais contribuíram para a geração de empregos durante 1959/70 foram, pela ordem: a mecânica e material de transportes com 13% cada, metalurgia (12,5%), de material elétrico e de comunicações (9,0%) e alimentos (8,2%). Juntos esses cinco ramos foram responsáveis por 56,0% do aumento.

Analisando a distribuição do valor da transformação industrial a nível de ramos, em 1970 dois terços concentravam-se em apenas sete atividades: material de transportes (11,1%), metalurgia (10,5%), alimentos (10,2%), têxtil (9,9%), química (9,3%), mecânica (8,3%) e material elétrico e de comunicações (7,3%), (Tabela I.22). Dos ramos mais expressivos, verificamos que três ampliaram suas participações em relação ao produto industrial estadual - a metalurgia, a mecânica e a de material elétrico e de comunicações - no primeiro caso, registre-se como principal fator a entrada em operação da Cia. Siderúrgica Paulista S.A. - COSIPA, em Cubatão durante 1963/64.

TABELA 1.22: MODIFICAÇÃO NA ESTRUTURA SETORIAL DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO - 1919/1970-

(Em percentagem do VTI)					
GRUPOS E RAMOS DE INDÚSTRIAS SELECIONADOS	1919	1939	1949	1959	1970
I. PREDOMINANTEMENTE PRODUTORES DE BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEL					
1. Têxtil	32.2	27.8	22.2	12.5	9.9
2. Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	10.1	5.2	4.2	3.6	3.3
3. Alimentos	20.4	14.5	14.8	12.3	10.2
4. Outros	11.0	14.8	14.3	11.2	13.4
II. PREDOMINANTE PRODUTORES DE BENS INTERMEDIÁRIOS					
1. Química	7.6	11.6	7.4	10.2	9.3
2. Min. não metálicos	8.7	5.8	7.4	6.1	5.0
3. Metalurgia	3.5	6.5	9.5	9.5	10.5
4. Outros	2.9	2.1	9.4	9.8	9.1
III. PREDOMINANTEMENTE PRODUTORES DE BENS DE CAPITAL E DE CONSUMO DURÁVEIS					
1. Mecânica	-	-	3.1	4.9	8.3
2. Material de Transportes	2.9	10.5	3.2	11.9	11.1
3. Material Elétrico e Comunicações	-	-	2.6	5.7	7.3
4. Outros	0.1	1.2	1.9	2.3	2.6
TOTAL	100,00	100,0	100,00	100,00	100,00

PONTE DOS DADOS BÁSICOS: FIBGE - Censos Industriais de 1920, 1940, 1950, 1960 e 1970.

Além dessas transformações setoriais, a indústria paulista sofreu também consideráveis transformações espaciais, com aumento da concentração industrial na Grande São Paulo e diminuição relativa em muitas regiões do Interior.

3.4. Transformações Articuladas ao Desenvolvimento da Economia Paulista

Para auxiliar o entendimento da dinâmica regional da indústria paulista não é demais mencionar que a indústria pesada que se implanta exigiria a expansão e transformação técnica da agricultura, que vai se modernizar e mais tarde ser alvo de política específica de incentivos às suas exportações; além disso, exigiria também a expansão e modernização do sistema viário nacional. Mostraremos, na sequência as principais articulações da agricultura e do sistema viário com o desenvolvimento da indústria paulista.

3.4.1. Expansão e Diversificação Agrícola

Durante os anos 60 o setor industrial ampliaria ainda mais sua participação no total da renda interna de São Paulo, o mesmo ocorrendo, em menor intensidade, com o

terciário, e reduzindo-se ainda mais a do setor agropecuário - de 12,0% para 5,0% no período 1959/70. Por sua vez, a agropecuária do Resto do País continuaria crescendo a ritmo maior que a de São Paulo, com o que também diminui a participação de São Paulo na renda gerada pela agropecuária brasileira - de 21,8% para 17,7%.

Contudo, isto obscurece a expansão e diversificação ocorridas na produção agrícola, estimuladas pelo acelerado processo de urbanização e pela política de incentivos fiscais e creditícios às exportações. Esse processo fundamentou-se na constituição de um sistema nacional de crédito rural, na consolidação dos complexos agroindustriais e de um departamento produtor de equipamentos e implementos para a agricultura, bem como no fortalecimento de um sistema nacional de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, que culminaria com a criação da EMBRAPA²²⁶.

Em 1970, a agricultura de São Paulo concentrava 40% dos tratores utilizados no Brasil e tinha participação semelhante nas despesas realizadas com "adubação, corretivos e fungicidas" e um terço do total do crédito rural.

Entre as safras de 1958/59 e 1969/71 as principais modificações na estrutura da produção agrícola paulista resultaram do aumento na área das culturas do milho, da cana-de-açúcar, do algodão, da laranja, do amendoim e da soja²²⁷. A política de erradicação do café durante 1960/67, implementada pelo Governo, com a finalidade de promover a valorização do produto, reduziu o número de pés de café de 4,4 milhões para 2,2 milhões ao longo dos anos 60, diminuindo a participação do café no total da área cultivada de 29,1% para 14,1% entre as safras 1958/59 - 1969/71 e em relação ao valor da produção, de 32,2% para 22,0%²²⁸.

A cana-de-açúcar continuou espalhando-se pelo Interior, alcançando na safra 1969/71 a cifra de 36.0 milhões de toneladas produzidas em 737,9 mil hectares plantados. Com isto continuou tomando o espaço deixado pelo café. Além disso a cana-de-açúcar beneficiou-se da abertura do mercado norte-americano para as importações de açúcar brasileiro, face à Revolução Cubana em 1959 e posterior rompimento das relações entre esses dois países.

²²⁶ Conforme KAGEYAMA, A. Modernização, Produtividade e Emprego na Agricultura - uma análise regional. Tese de Doutorado apresentada ao IE - UNICAMP, Campinas, 1986, Capítulo 1, p. 9-81.

²²⁷ Conforme TARTÁGLIA, J.C. & OLIVEIRA, O.L. (1988) p. 35-36. Ainda segundo esses autores "outros produtos como a soja, trigo e tomate começavam a ganhar significação em área".

²²⁸ A área com café reduz-se de 1.616,8 mil para 832,5 mil hectares.

Com essa alteração o Instituto do Açúcar e Alcool definiu uma política expansionista ampliando a capacidade produtiva do parque industrial e da lavoura, beneficiando sobretudo São Paulo. Em 1968 foi criado o Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar e o Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira que criaram as condições para melhorar as pesquisas, a comercialização e o melhor aproveitamento da capacidade instalada²²⁹.

A expansão de produtos sintéticos da indústria têxtil e a queda nos preços internacionais do algodão não permitiram grandes expansões dessa cultura. Mesmo assim, sua área passou de 447,7 mil hectares para 584,8 mil.

Em suma, em todo o período 1949/51 - 1969/71 a agricultura de São Paulo expandiu-se, modernizou-se, mas continuou tendo sua área concentrada em alguns poucos produtos. Café e algodão reduziram suas participações em relação à área total, enquanto cana-de-açúcar e milho ampliaram-nas, com o milho passando a ocupar mais de um quarto da área de lavouras²³⁰.

Essas foram as principais transformações da estrutura da produção agrícola estadual, que perdeu posições a nível nacional. Poucas foram as lavouras que continuaram a ocupar as primeiras colocações em relação a produção dos principais estados: o algodão, a cana-de-açúcar e a laranja (que havia alcançado essa posição em 1959).

Para finalizar, é conveniente lembrar que até as safras 1969/71 o café ainda continuava sendo o mais importante produto agrícola paulista em termos de valor, seguido pela cana-de-açúcar, algodão e milho. Ao mesmo tempo, reduz-se a participação relativa dos produtos como arroz, feijão, batata e mandioca, cresce a de produtos como cebola, trigo, tomate, mamão e banana, mostrando o sentido capitalista da diversificação dessa agricultura.

No que se refere à produção animal, São Paulo ocupava em 1949, a primeira colocação nacional no abate de bovinos e na produção de ovos de galinhas, a segunda

²²⁹ Ver SZMRECSANYI, T. (1976), Capítulo IV, itens 4.4 e 4.5

²³⁰ O café continuaria a ser o mais importante produto em termos de valor da produção mas com um peso relativo duas vezes menor; a cana de açúcar que ocupava a quinta colocação em 1949/51 passou para o segundo lugar; o milho passou ao terceiro lugar e o algodão desceu da segunda para a terceira colocação e a laranja começou a mostrar a importância que se consolidaria nos anos 70.

no abate suíno e de aves e na produção de leite e, a terceira colocação no efetivo de bovinos e de suínos e primeira no de aves. Em 1969 a situação altera-se muito pouco perdendo posição na produção de suínos mas ganhando posição no seu abate e passando à primeira posição no de aves²³¹.

O rebanho bovino do País e de São Paulo não evoluiu muito do ponto de vista das técnicas de produção, comparativamente a índices internacionais (idade de abate, taxas de desfrute e peso de carcaças), mas apresentou um certo avanço na produção de pastagens artificiais com importação de novas variedades de forrageiras²³².

As alterações na comercialização e na produção ampliaram a integração com alguns Estados, como Mato Grosso e Goiás, que se constituíram em centros de cria e recria, enquanto São Paulo ficava com a engorda e o abate de bovinos, principalmente em áreas a oeste do estado e próximas àqueles estados. Isto explica o fato de São Paulo ter o terceiro rebanho (10,6 milhões de cabeças) brasileiro e ocupar a primeira colocação no abate, e ocupando área de pastagens de 9,8 milhões de hectares, metade dos quais artificiais²³³.

A suinocultura paulista, a partir desse período, reduziria sua participação nacional, como resultado da evolução técnica e concentração da atividade em Santa Catarina e Paraná, onde a agroindustrialização dos derivados da carne suína teria um desenvolvimento mais intenso.

A produção leiteira constituía-se ainda numa atividade secundária, com baixa produtividade em relação aos padrões internacionais. A modernização que então se inicia estava mais ligada à agroindustrialização dos derivados do leite do que à melhoria da produção leiteira.

Nos anos 60 vamos assistir a uma onda de modernização da pecuária bovina, que passa por melhorias técnicas em pastagens, seleção de novas variedades de forrageiras e, também, por seleção de espécies mais precoces para ganho de peso. Inicia-se também a implantação dos bancos de sêmen de reprodutores. Com a criação

²³¹ As tabulações realizadas para regionalizar a produção agropecuária em São Paulo são relativas às médias 1949/51, 1958/59 e 1969/71 das informações do Instituto de Economia Agrícola da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo; no entanto, para realizar a comparação com a produção brasileira são utilizados os dados censitários de 1949, 1959 pre 1970.

²³² Conforme TARTÁGLIA, J.C. & OLIVEIRA, O.L. (1988) pp.25-26

²³³ Idem

da EMBRAPA e o desenvolvimento de novas pesquisas viabiliza-se mais à frente, durante os anos 70, a adoção de técnicas de confinamento²³⁴.

O acelerado processo de urbanização dos anos 60 exigiria amplas modificações na estrutura de produção, abate e comercialização de aves²³⁵. Expande-se o sistema intensivo de engorda e instalam-se empresas comercializadoras de linhagens para corte. O número de cabeças cresceu 2,3 vezes, totalizando 84,6 milhões de cabeças em 1969/71 e São Paulo continuava a ser, em 1970, o principal produtor de aves e ovos. A efetiva integração da criação, engorda, abate e distribuição de aves viria a ocorrer somente na década de 1970, beneficiada pela ampliação do mercado interno e pelos incentivos fiscais e creditícios do Estado, inclusive voltados para o aumento das exportações²³⁶.

3.4.2. Evolução do Sistema Viário

Após 1950, os investimentos em estradas de rodagens superaram largamente os das ferrovias, cujo quadro é de estagnação no número de vagões e locomotivas e a supressão de grande número de ramais ferroviários. Essa "racionalização" ferroviária foi operacionalizada: a) com a criação da Rede Ferroviária Federal - REFESA -, em 1957, que incorporando empresas que operavam no território paulista, entre as quais se destacam a Estrada de Ferro Noroeste e a Central do Brasil e, b) com a encampação por parte do Governo Estadual, da Cia. Paulista de Estradas de Ferro, desativando imediatamente 967 quilômetros de ramais.

Os crescentes déficits operacionais das ferrovias pressionaram a adoção dessas medidas: em 1966 desativam-se mais 450 quilômetros de ramais; em 1967 a E.F. Araraquara é incorporada pela Cia. Paulista; em 1969 a Cia. Mogiana transforma-se em empresa de economia mista sob controle do Estado; em 1971 é criada a Ferrovias Paulistas S.A. - FEPASA englobando cinco empresas estatais existentes que passa a contar com metade do acervo ferroviário do País, contando com 17.800 vagões, 650 locomotivas e 55 automotrizes.

²³⁴ Em 1969/71 São Paulo continuaria a ocupar a terceira colocação no rebanho brasileiro com 11,0 milhões de cabeças de gado.

²³⁵ As empresas independentes produziam a ração, mantinham o matrizeiro e realizavam o abate.

²³⁶ A respeito da avicultura brasileira veja-se, LIMA, M.A. Mudanças Tecnológicas, Organização Industrial e Expansão da Produção de Frango de Corte no Brasil. São Paulo, FEA/USP, Dissertação de Mestrado, 1984.

Em 1955 havia em todo estado de São Paulo um total de 8.980 quilômetros de estradas de rodagem, dos quais 817 quilômetros com pavimentação asfáltica. A partir de então, o Departamento de Estradas de Rodagem - DER aumentou seu ritmo de obras, contribuindo, para isso, o início das atividades da Refinaria Presidente Bernardes em Cubatão, resolvendo o problema da oferta de asfalto e viabilizando o aumento de pavimentação: entre 1956/60 são pavimentados quase 5,0 mil quilômetros de estradas de rodagem em São Paulo, com o que se totaliza 5,9 mil quilômetros asfaltados em 1962, representando 48% das estradas paulistas (Ver Tabela I.23).

TABELA I.23: EVOLUÇÃO DA REDE RODOVIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO: 1946/62

Anos	ESTRADAS DE RODAGEM				
	Total	Pavimentadas	%	Em terra	%
	Km	Km		Km	
1946	6.340	64	1,0	6.276	99,0
1947	6.520	99	1,5	6.421	98,5
1948	6.700	147	2,2	6.533	97,8
1949	6.900	220	1,8	6.680	98,2
1950	7.390	261	2,2	7.129	97,8
1951	7.600	339	4,5	7.261	95,5
1952	7.760	449	5,8	7.266	94,2
1953	8.530	539	6,2	7.991	94,8
1954	8.720	735	8,4	7.985	91,6
1955	8.980	817	9,1	8.163	90,9
1956	9.296	1.130	12,3	8.076	87,7
1957	9.971	1.835	18,4	8.136	81,6
1958	10.555	3.037	28,8	7.518	71,2
1959	10.945	3.655	33,4	7.290	66,6
1960	11.704	4.293	36,7	7.411	63,3
1961	11.704	5.261	45,0	6.552	55,0
1962	12.155	5.870	48,3	6.283	51,7

Fonte dos Dados Básicos: Costa, W.M. (1986), p. 25.

Em 1961, o DER havia concluído o asfaltamento de todas as estradas mestras do estado, equivalente a "40% da rede rodoviária paulista. Partindo da Capital, o asfalto atingiu em cinco pontos diferentes a barranca do Rio Paraná. O território paulista integrava-se, por via rodoviária com todos Estados vizinhos, além do Sul do País e o Centro-Oeste. Estava completado o principal da rede rodoviária paulista, composta por uma série de radiais-troncos e transversais..."²³⁷.

Em 1963, a quilometragem de estradas pavimentadas superaria a das sem pavimentação. A presença da indústria automobilística em São Paulo, e a expansão da

²³⁷ Conforme COSTA, W.M. (1986), pp. 20-26.

refinaria de petróleo em Cubatão, capaz de refinar derivados de base asfáltica, "criaram a necessidade da pavimentação e as possibilidades técnicas e econômicas de sua execução". Em 1966/67 havia mais de 9.000 quilômetros de estradas pavimentadas, correspondendo a dois terços da extensão da rede, "período em que as rodovias radiais são totalmente asfaltados, juntamente com as transversais mais importantes"²³⁸.

Portanto, o Interior do Estado de São Paulo passou a ter, além de extensa rede ferroviária, uma completa rede rodoviária ligando suas Regiões Administrativas aos Estados vizinhos e à Capital. Esses aspectos, aliados à agricultura de dimensão nacional, ao acelerado progresso de urbanização do período 1959/70 e à resolução da oferta energética, constituem bases para a consolidação de uma indústria interiorizada, que, em 1970, respondia por quase 30% do valor de produção industrial de São Paulo e por 16% do nacional.

3.5. Modificações na Estrutura Espacial da Indústria de São Paulo

A primeira fase da industrialização pesada, entre 1956 e 1970, representa para o país, e sobretudo para São Paulo, o período de consolidação das bases materiais de uma sociedade urbana e industrial. As modificações havidas na estrutura se refletiram também, pelo espaço do Interior do Estado de São Paulo, exigindo transformações no setor agropecuário e no terciário de suas cidades.

Os segmentos industriais mais complexos, como material de transportes, material elétrico, mecânica, metalúrgica e química ampliaram seus pesos relativos na estrutura industrial. Assim, "os setores de bens de consumo redimensionaram suas bases produtivas, com a produção em massa para um mercado nacional unificado. As novas formas de articulação entre a indústria e agricultura reordenaram a atividade agrária, com a subordinação crescente de seu movimento à acumulação industrial, manifestada pelo surgimento de um segmento de bens de produção para o setor e pelo crescimento da atividade agroindustrial de processamento. Com essa nova indústria estabeleceram-se as condições para o desenvolvimento de novos serviços de apoio à

²³⁸ Conforme MARQUES, Moacyr. "A Estruturação da Rede Viária Terrestre de São Paulo. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, novembro de 1978, nº 55, p. 59.

produção. Cresceram e se modernizaram os serviços de transportes, de comunicações, a intermediação financeira, etc"²³⁹.

O impacto sobre o espaço econômico paulista e principalmente sobre suas cidades foi acentuado. Em primeiro lugar, pela intensa migração com destino às cidades, pela crescente urbanização do domicílio do trabalhador rural e com a unificação dos mercados de trabalho do campo e da cidade. Em segundo lugar, pelas alterações nos hábitos de consumo a partir da industrialização. E ainda que estes fatos remetam-se a todo o território paulista, seu maior exemplo é o vertiginoso crescimento da Área da Grande de São Paulo e sua consolidação enquanto metrópole. A Grande São Paulo que já concentrava 66,6% do valor da produção industrial do Estado em 1956, salta, em 1967 para 70,7% (Tabela I.24). E essa concentração se destacaria no desempenho industrial dos municípios do entorno da Capital (notadamente o ABC) fazendo com que se reduzisse a participação relativa da Capital. Em 1970, pela primeira vez, a cidade de São Paulo deixa de concentrar metade do valor da produção industrial do estado, ao mesmo tempo que também se reduz a do Interior.

TABELA I.24: CONCENTRAÇÃO ESPACIAL DO VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL DE SÃO PAULO:
1956 - 1970

REGIÕES	Valores em Percentagem					
	Em relação a São Paulo			Em relação ao Brasil		
	1956	1959	1970	1956	1959	1970
1. Grande São Paulo	66,6	71,1	70,7	34,8	37,1	38,5
1.1. Capital	51,1	51,7	43,8	26,7	27,0	23,8
1.2. Outros Municípios	15,5	19,4	26,9	8,1	10,1	14,7
2. Interior	33,4	28,9	29,3	17,2	15,1	15,9
TOTAL DO ESTADO	100,0	100,0	100,0	52,2	55,7	54,4

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: 1. IBGE - Censos Industriais de 1960 e 1970
2. IBGE - Pesquisa Industrial de 1956.

3.5.1. A Concentração Econômica na Região Metropolitana de São Paulo: o crescimento industrial do "ABC Paulista"

A Grande São Paulo abrigava, em 1950, uma população de 2,7 milhões de habitantes, (dos quais 2,2 milhões na Capital), e sua taxa de urbanização atingia

²³⁹ Conforme NEGRI, B. GONÇALVES, M.F. e CANO, W. (1988) op.cit, p. 58

87,6%, concentrando 29,2% da população total do Estado e quase metade da sua população urbana²⁴⁰.

Nesse mesmo ano a população economicamente ativa da GSP totalizava 1,1 milhão de pessoas, equivalente a quase um terço do total estadual e tinha a seguinte distribuição: o setor terciário respondia por quase metade da PEA, o secundário detinha 44,9%, restando ao primário 5,4%. A GSP concentrava pouco menos de dois terços da PEA do setor secundário estadual e pouco menos da metade da PEA do setor terciário²⁴¹.

Ao longo do período 1950/70, a população da GSP cresceu a taxas bastante superiores à da média estadual. Com isso a concentração da população nessa área passou de 29,2% em 1950 para 37,0% em 1960 atingindo 45,6% do total estadual em 1970. Em termos absolutos a população metropolitana passou de 4,8 milhões em 1960 a 8,1 milhões em 1970, dos quais 5,9 milhões na Capital. O processo de urbanização foi tão intenso que sua taxa atingiu 96,8% em 1970²⁴².

A GSP passou a ser um centro de atração populacional, recebendo saldo migratório de 1,3 milhão de pessoas no período 1950/60 e quase 2,0 milhões no período 1960/70, tendo o componente migratório sido responsável por cerca de 60,0% do crescimento populacional nesses 20 anos. Migraram para essa área pessoas tanto oriundas de outros estados, como das principais áreas de esvaziamento do "Oeste" paulista, como Bauru, Presidente Prudente, Marília, São José do Rio Preto e Araçatuba.

Nos anos 50 evidencia-se, na Região intenso processo de terciarização com a duplicação da PEA terciária da GSP: saltando de 555 mil em 1950 para 1082 mil em 1960, e 1.721 mil em 1970, com taxa de crescimento mais reduzida que na década anterior²⁴³.

²⁴⁰ A taxa de urbanização do município de São Paulo era mais elevada ainda, atingindo 93,4%.

²⁴¹ A agricultura da DIRA de São Paulo possuía pequeno peso no total estadual, ou seja, 2,9 da área cultivada e 3,7 do valor da produção agrícola durante as safras 1949/51, com crescente especialização na produção de hortifrutigranjeiros, todos com significativas participações na produção estadual.

²⁴² Ver PACHECO, C.A. (1986), p. 32-35.

²⁴³ Conforme GONÇALVES, Maria Flora. "Mudanças na Composição do Emprego" in A Interiorização do Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo

Na PEA do setor secundário ocorreria movimento oposto: menor taxa de crescimento na década de 50 quando salta de 502 mil para 656 mil; nos anos 60 praticamente dobraria, passando a 1.296 mil em 1970. Esses resultados estão condicionados pela modernização industrial da década de 50, que destruiu inúmeros postos de trabalho, enquanto na de 60 torna-se visível o crescimento do emprego associado aos investimentos do Plano de Metas.

Vejamos as principais modificações na indústria de transformação, que em 1956 era responsável por dois terços do valor da produção e das pessoas ocupadas no setor, em termos estaduais, e que concentrava um terço do valor da produção industrial do país.

Em 1956 operavam na GSP mais de oito mil estabelecimentos industriais, que empregavam 489,4 mil pessoas²⁴⁴. Entre 1956 e 1959, cresce bastante o número dos estabelecimentos industriais e o de pessoas ocupadas, atingindo 583,6 mil. Nos anos 60, o crescimento do valor de produção foi da ordem de 8,2% ao ano, com o número de estabelecimentos passando para 25,5 mil e o pessoal ocupado para 904,0 mil em 1970.

Com isso, o ritmo de crescimento da indústria metropolitana, foi durante os anos 50 superior à indústria interiorizada, processo que não se manteve na década seguinte. Em 1959 a Grande São Paulo passa a concentrar 71,1% do valor de produção industrial do estado, declinando ligeiramente para 70,7% em 1970 (Tabela 1.24), melhorando entretanto, sua posição no VTI do país de 37,7% para 42,6%²⁴⁵.

Dentro da própria Grande São Paulo ocorrem significativas modificações espaciais, com a Capital começando a perder peso a favor do Entorno, sem que isso signifique que sua indústria tenha interrompido seu crescimento; ao contrário, continuou a apresentar elevado ritmo, porém inferior ao dos demais municípios da região, processo que se acelera nos anos 60, quando a Capital cresceu à média de 6,6% ao ano, o Entorno a 11,5% e o Interior a 8,4%. Com isso a Capital, que em 1956

²⁴⁴ A exemplo do período 1940/56, trabalharemos com o valor da produção industrial para fazer as análises setoriais e espaciais dentro do Estado de São Paulo, em virtude da impossibilidade de obtenção de informações especializadas e por ramos industriais até 1956. Assim analisaremos o período 1956/70 pela ótica do valor de produção e somente a partir de 1959 utilizaremos algumas informações do VTI, facilitando a comparação do extenso período 1940/70, através da análise do valor de produção.

²⁴⁵ A título de informação, vale mencionar que pela ótica do VTI aumenta um pouco a concentração industrial na Grande São Paulo no período 1959/70, de 73,8% para 74,7% do total estadual.

concentrava pouco mais da metade do valor da produção industrial estadual declina, em 1970, para 43,8%, enquanto o Entorno passa do patamar de 15,5% e atinge um quarto, em 1970 (Tabela I.24).

Em 1956, o peso relativo das indústrias produtoras de bens de consumo não durável era equivalente ao das de bens intermediários (em torno de 40,0% cada). Os quatro mais importantes ramos eram, pela ordem - têxtil, química, metalurgia e alimentos - todos com participação superior a dez por cento do valor da produção da indústria da GSP e, em conjunto, respondiam por 55,4% do total (Ver Tabela I.25).

TABELA I.25: MODIFICAÇÃO NA ESTRUTURA SETORIAL DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DA REGIÃO DA GRANDE SÃO PAULO: 1956/1970

(Valores em Percentagem do Valor da Produção)

GRUPOS E RAMOS DE INDÚSTRIAS SELECIONADOS	REGIÃO DA GRANDE SÃO PAULO								
	Total			Capital			Outros Municípios		
	1956	1959	1970	1956	1959	1970	1956	1959	1960
GRUPO I									
Indústrias predominant. produtoras de bens de consumo não durável	40.1	37.3	34.1	46.5	45.4	45.0	19.2	15,8	14,9
- Têxtil	16.7	11.5	9.4	19.1	13.8	12.7	8.7	5,4	3,9
- Vest., calçados e art. tecidos	4.3	4.1	3.9	5.3	5.5	6.0	0.7	0,3	0,4
- Alimentos	11.6	10.1	8.9	12.7	11.6	10.1	7.7	6,0	6,9
- Outros	7.5	11.6	12.0	9.4	14.5	16.2	2.1	4,1	3,7
GRUPO II									
Indústrias predomín. produtoras de bens intermediários	39.9	14.2	31.7	33.6	30.2	29.4	60.7	44,9	37,0
- Química	14.9	8.6	8.0	11.2	5.9	4.5	27.2	16,1	13,7
- Minerais não metálicos	4.3	3.8	3.5	3.6	3.6	3.0	6.5	4,6	4,4
- Metalurgia	12.2	11.6	11.5	11.4	12.1	11.9	14.8	10,0	10,9
- Outros	8.5	10.2	8.7	7.4	8.6	10.0	12.2	14,2	8,0
GRUPO III									
Indústrias Predom. produtoras de bens de capital e de bens de cons. durável	20.0	28.5	34.2	19.9	24.4	25.6	20.0	39,3	49,1
- Mecânica	3.2	4.4	7.8	1.7	5.3	7.4	1.4	2,0	9,4
- Material de transportes	5.2	14.4	15.8	4.8	9.0	5.5	6.3	28,9	32,5
- Material elétrico e de comunicac.	8.8	7.6	9.4	8.0	7.5	9.7	11.3	7,9	6,4
- Outros	2.8	2.1	2.2	3.4	2.6	3.0	1.0	0,5	0,8
TOTAL	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: 1. FIBGE - Censos Industriais de 1960 e 1970.
2. FIBGE - Pesquisa Industrial de São Paulo, 1956.

No decorrer da primeira fase da industrialização pesada, a diversificação industrial da Grande São Paulo torna-se ainda mais evidente no curso da década de 1960, quando as indústrias de material de transportes e a metalurgia passam a concentrar mais de um quarto do valor de produção total. É em 1970 que esse processo atingiria seu auge, com a produção de bens de capital e de consumo durável

somando mais de um terço do valor da produção industrial, cifra que era de um quinto em 1956²⁴⁶.

Também houve diversificação na Capital, confirmando ali a predominância, entretanto, as indústrias "leves", com forte presença da têxtil, alimentícia, mobiliário e editorial e gráfica; por outro lado, indústrias mais complexas como a química, metalurgia, material de transportes, produtos de matéria plástica, borracha, papel e papelão foram, gradativamente, se instalando no seu Entorno²⁴⁷.

Diversas foram as causas dessa descentralização e desconcentração: elevação dos preços de terrenos²⁴⁸; deterioração das condições de vida que já se faziam presentes nos transportes e na habitação; manifestações que já se faziam contra empresas poluidoras e problemas de abastecimento de água, entre outros. Tais problemas, mais tarde reproduzir-se-iam também nessas novas áreas, e em certos casos, com maior vigor que na Capital, como são os casos de Mauá, Mogi das Cruzes, Suzano e Diadema. Por outro lado, deve-se ter em vista as facilidades da localização no ABC, em especial no que toca à estrutura de transporte ferroviário e rodoviário, a partir da via Anchieta. Deve-se recordar que o ABC já se havia constituído em opção locacional nos anos 20, por fazer parte do trajeto da ferrovia (EFS), tal como alguns dos principais bairros industriais do próprio município de São Paulo²⁴⁹.

Em relação ao total estadual, embora a concentração industrial na Grande São Paulo se evidencie com maior força nas indústrias mais complexas, seu amplo mercado consumidor "metropolitano" continua a permitir elevada concentração em alguns ramos leves, como têxtil, vestuário, e mobiliário (Tabela I.26). Graças ao extraordinário ritmo de crescimento da indústria localizada no entorno da Capital, esta área, entre 1959 e 1970, ampliou sua participação estadual de 15,5% para 26,9%, enquanto a da Capital se reduzia de 51,1% para 43,8%.

²⁴⁶ Conforme NEGRI, B. (1988) pp. 94-95.

²⁴⁷ Os dados da tabela I.25 indicam que a indústria de material de transportes respondia por apenas 6,3% do valor da produção do Entorno da capital em 1956. Em 1959 já alcança 28,9% e 32,5% em 1970.

²⁴⁸ Nas palavras de Singer "deste modo, se verifica a expulsão das empresas para a periferia da cidade, ou melhor, para a periferia da Grande São Paulo e a transformação de bairros industriais em bairros mistos e estes em bairros predominantemente residenciais". SINGER, Paul. Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1977, p.75.

²⁴⁹ "Uma das principais indústrias a se estabelecer na faixa ferroviária do município de São Bernardo foi a "General Motors do Brasil S.A", com sua linha de montagem de automóveis. Trata-se, aliás, de fábrica que inicialmente se estabelecera na cidade (de São Paulo), e que a seguir - por necessitar de mais espaço - para aí se transferira, processo este que posteriormente se tornaria cada vez mais frequente". Conforme LANGENBUCH, J.R. (1971), p.143.

Essa expansão diversificada da indústria metropolitana manifesta-se também, e de forma acentuada, na estrutura do emprego: os setores metal-mecânico e eletro-eletrônico foram os que geraram mais postos de trabalho, enquanto as indústrias de bens de consumo não duráveis perderam proporção no peso relativo do emprego.

TABELA 1.26: CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL NA REGIÃO DA GRANDE SÃO PAULO POR GRUPOS DE INDÚSTRIAS E RAMOS SELECIONADOS: 1956/1970

GRUPOS E RAMOS DE INDÚSTRIAS SELECIONADAS	(Valores em Porcentagem do Valor da Produção Industrial Estadual)								
	REGIÃO DA GRANDE SÃO PAULO								
	Total			Capital			Outros Municípios		
	1956	1959	1970	1956	1959	1970	1956	1959	1970
GRUPO I									
Indústrias predominant. produtoras de bens de consumo não durável	53.6	59.5	60.1	47.7	52.6	50.0	5.9	6.9	10.1
- Têxtil	60.4	60.8	64.5	53.1	53.1	54.1	7.3	7.7	10.4
- Vest., calçados e art. tecidos	78.0	83.1	77.3	75.1	81.3	74.3	2.9	1.8	3.0
- Alimentos	36.2	40.5	40.5	30.6	33.9	28.5	5.6	6.6	12.0
- Bebidas	59.8	64.7	42.6	58.7	60.1	38.2	1.1	4.6	4.4
- Mobiliário	78.9	81.5	75.8	64.3	70.1	59.9	14.6	11.4	15.9
GRUPO II									
Indústrias predomín. produtoras de bens intermediários	75.2	73.4	69.6	48.6	47.1	39.2	26.6	26.3	30.0
- Química	70.7	57.4	58.4	40.8	28.3	20.3	29.9	29.1	38.1
- Minerais não metálicos	64.5	66.6	68.8	41.7	45.0	35.0	22.8	21.6	31.8
- Metalurgia	89.5	89.3	74.6	64.3	68.2	47.7	25.2	21.1	26.9
- Borracha	91.3	91.3	84.4	42.2	34.3	38.7	49.1	57.0	45.7
- Papel e papelão	74.3	75.2	73.1	62.7	58.1	52.5	11.6	17.1	20.6
GRUPO III									
Indústrias Predom. produtoras de bens de capital e de bens de cons. durável	90.1	91.2	86.9	69.0	56.8	40.3	21.1	34.6	46.6
- Mecânica	69.3	75.9	77.9	62.1	66.4	45.9	7.2	9.5	32.0
- Material de transportes	94.7	95.2	90.6	68.1	43.2	19.5	26.6	52.0	71.1
- Material elétrico e de comunicac.	96.7	94.3	91.0	67.9	67.5	64.8	28.9	26.8	26.2
TOTAL	66.6	71.1	70.7	51.1	51.7	43.8	15.5	19.4	26.9

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: 1. FIBGE - Censos Industriais de 1960 e 1970.
2. FIBGE - Pesquisa Industrial de São Paulo de 1956.

3.5.2. A Dinâmica da Indústria do Interior de São Paulo

O Interior abrigava, em 1950, uma população de 6,5 milhões de habitantes concentrando 70,8% do total estadual, dos quais mais de 4,0 milhões viviam na área rural. O emprego industrial era responsável por 12,9% da PEA do Interior e o terciário por 10,5%. Esses indicadores, mesmo sendo modestos, representavam parcelas significativas de emprego estadual: o secundário concentrava 37,3% do correspondente estadual e o terciário pouco menos da metade.

Quanto à infra-estrutura de transportes estadual nesta data, sabe-se que a rede ferroviária - federal, estadual e particular - cobria praticamente todas as regiões do

estado, fazendo ligações com Minas Gerais, Mato Grosso, Paraná e Rio de Janeiro. Por sua vez, a rede rodoviária estadual totalizava, em 1956, mais de 9,2 mil quilômetros, dos quais mais de 1,1 mil quilômetros pavimentados e todas saindo da Capital: no sentido Rio de Janeiro pela Via Dutra; em direção ao Litoral pela Via Anchieta, em direção ao Interior pela Via Anhanguera, que em 1953 havia inaugurado a segunda pista até o município de Jundiaí. Além disso, haviam sido pavimentados diversos outros trechos de rodovias ligando importantes centros urbanos nas regiões de Campinas, Sorocaba e Ribeirão Preto²⁵⁰.

Em relação à infra-estrutura de energia, já tivemos oportunidade de indicar que o pós guerra assistiu a uma prolongada crise de suprimento de energia elétrica, que só seria resolvida nos anos 60 com a intervenção direta do Estado. O crescimento industrial de São Paulo só não foi prejudicado em virtude de medidas emergenciais adotadas pelas empresas do setor, como a instalação de usinas térmicas e racionamento. A auto geração acabou sendo utilizada em larga escala, tanto pelas empresas industriais como de serviços e, durante 1949/54, elevou-se significativamente o consumo de óleo diesel como consequência da utilização de geração termo-elétrica²⁵¹.

Em síntese, às vésperas do Plano de Metas, o Interior de São Paulo já era, sob vários aspectos, uma região economicamente importante. Ainda que com uma indústria dispersa e voltada para segmentos leves, possuía uma base produtiva significativa, que se via reforçada pela própria agropecuária paulista. Este dado é importante, porque o primeiro momento da industrialização pesada sempre aparece associado somente à consolidação da Metrópole, e fica difícil compreender porque a indústria do Interior de São Paulo também cresce a taxas próximas à média estadual. É o que procuraremos avaliar na sequência, utilizando-se de no período 1956/67, ou por vezes, em virtude da disponibilidade de dados referentes aos anos de 1950 e 1970, que abrangem o período em questão.

Entre 1950 e 1970 o sistema de cidades do estado de São Paulo, eleva seu número de 369 para 571 municípios, em sua maioria, localizados no Interior, sendo significativo o número de cidades com população superior a 20 mil habitantes, que ampliam suas participações no total da população estadual. Ao mesmo tempo, aumenta

²⁵⁰ Conforme COSTA, W.M. (1986) pp. 16-18

²⁵¹ Conforme LORENZO, M.C. (1987) pp. 113-117.

o número de pequenas cidades com população na faixa de 2 mil e cinco mil habitantes (de 23 para 145 cidades). No entanto, em 1970 aumenta a importância dos municípios com mais de cem mil habitantes: Campinas, São José dos Campos, Jundiaí, Piracicaba, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e Bauru, entre outros, muitos dos quais foram importantes centros regionais e que gradativamente transformaram-se em expressivos centros urbanos do Estado²⁵².

Durante o período 1950/70, a população do Interior eleva-se de 6,5 milhões em 1950 para 9,6 milhões em 1970, mas como sua taxa de crescimento ficou bem abaixo da média da Grande São Paulo, sua participação no total da população estadual diminuiu de 71% para 55%.

Esse processo foi bastante diferenciado: apenas a região do Litoral ampliou sua participação no total da população estadual, enquanto as de Campinas, Ribeirão Preto e Sorocaba continuaram sendo as que mais concentravam população. Ao final do período o Litoral apresentava a maior taxa de urbanização no Interior, superior a 85%, enquanto as do Vale do Paraíba, Campinas e Ribeirão Preto ficaram na faixa de 70% a 80%, Bauru na de 69% e as demais entre 60% e 50% (destacando-se a região de Presidente Prudente com apenas 51%).

Na década de 1950 três regiões tiveram saldo migratório positivo - Campinas (50 mil pessoas) Litoral (74 mil) e Sorocaba (4,1 mil) - ao passo que as demais tiveram saldo negativo, em alguns casos bastante elevado como Presidente Prudente, Bauru, Marília e São José do Rio Preto. Nos anos 60, os saldos migratórios positivos daquelas três regiões foram maiores, principalmente Campinas, que alcançou 182,2 mil. Ao mesmo tempo agravou-se o "esvaziamento" da maior parte das demais regiões, principalmente Bauru com um saldo negativo de 140,2 mil pessoas, Marília com 130,9 mil e Ribeirão Preto com 65,9 mil. Nas duas décadas e, em especial na dos anos 60, o fato que deu grande contribuição para o "esvaziamento" populacional de diversas regiões foi o avanço da modernização no campo, com mecanização da agricultura e grande elevação da produtividade do trabalho²⁵³.

²⁵² Sobre a questão populacional ver PACHECO, C.A. *Análise Demográfica*, Relatório de Pesquisa "A Interiorização do Desenvolvimento e Comércio no Estado de São Paulo (1920-1980)". UNICAMP/FECAMP/SEP - Campinas, 1987, pp. 33-34.

²⁵³ Nos anos 50, todas as regiões do Interior tiveram aumento no número absoluto de suas populações.

A Região de Campinas consolidou-se como o mais importante pólo industrial do Interior, concentrando 12,2% do pessoal industrial ocupado no estado em 1970. As regiões do Litoral e do Vale do Paraíba foram as únicas que recuperaram o peso relativo do emprego de 1956, enquanto a "Oeste" manteve a mesma posição, apesar de ter havido algumas modificações em relação às quatro "sub regiões" que a compõem (Ver Tabela I.28). Vale salientar que a perda de posição relativa no emprego industrial de algumas regiões está longe de significar fraco desempenho industrial; pelo contrário, diversas delas tiveram taxas de crescimento industrial superiores à média brasileira durante 1959/70, como são os casos do Litoral, Vale do Paraíba, Campinas, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e Marília.

Em relação ao valor da produção industrial durante o período 1956/59 apenas as regiões do Litoral, do Vale do Paraíba e de Presidente Prudente tiveram crescimento superior à média estadual, ampliando assim suas participações em relação ao total estadual. O Interior como um todo declina sua participação de 33,4% para 28,9% do valor da produção estadual, inclusive a Região de Campinas que se mantém como maior parque industrial interiorizado com 8,9% do total. Esse fato é explicado pelo excepcional crescimento da GSP, principal beneficiária dos investimentos industriais do Plano de Metas²⁵⁴.

Nos anos 60, em algumas regiões do Interior, a indústria apresentou taxas de crescimento superiores à média estadual, elevando suas participações no total do Estado, com destaque para as regiões do Vale do Paraíba e de Campinas. Estes são os dois casos regionais mais ilustrativos de como a chamada "interiorização" da indústria, que iria se fortalecer na década de 70, só pode ser explicada por um exame histórico da formação do espaço econômico de São Paulo. Campinas, pelo seu passado cafeeiro e pelo significativo crescimento industrial das décadas de 50 e 60, como chamou a atenção Semeghini²⁵⁵, e o Vale, por ser uma região em que se assiste a "um processo particular de organização de um centro regional cujos determinantes estão quase que exclusivamente assentados sobre o crescimento urbano-industrial que, se dissemina pelo entorno da Capital, a partir dos anos 50"²⁵⁶.

²⁵⁴ No caso específico do litoral, deve-se ter em conta os investimentos do setor siderúrgico e petroquímico, que na verdade se referem a um complemento da própria indústria metropolitana.

²⁵⁵ Conforme SEMEGHINI, Ulysses C. Do café à Indústria - uma Cidade e seu Tempo. Campinas, SP, Editora da UNICAMP, 1991, Capítulos 2 e 3.

²⁵⁶ Conforme PACHECO, Carlos Américo "A Região Administrativa do Vale do Paraíba" in São Paulo no Limiar do Século XXI - Cenários da Urbanização Paulista. São Paulo, Governo do estado de São Paulo - Secretaria de Planejamento e Gestão - Fundação SEADE, 1992, p. 183.

Para esta década, é importante ter em vista o papel da agricultura paulista, como estímulo à expansão industrial e agroindustrial do interior do Estado, através do fornecimento de matérias-primas, da demanda por máquinas e implementos agrícolas e de produtos do setor químico, como adubos e fertilizantes, que passam a ser produzidos a ritmo crescente a partir de meados dos anos 60.

Além disso, intensifica-se a interação entre a produção de açúcar, de óleos vegetais, de beneficiamento e frigorífica com o restante da indústria, pelo encadeamento com os fornecedores de máquinas, equipamentos e acessórios para as agroindústrias, e de implementos agrícolas e insumos básicos para agricultura, criando uma base técnica agroindustrial no Interior, que o tornaria capaz de responder rapidamente às proposições da política econômica do governo federal após 1967, conforme mostraremos nos capítulos seguintes.

Outro aspecto fundamental que beneficiou essa expansão industrial interiorizada foi o elevado investimento realizado pelo governo estadual em infra-estrutura de transportes e de geração e distribuição energética no período 1956/70. A forte intervenção no setor energético a partir dos anos 50 ampliou os investimentos para a construção de grandes centrais elétricas, intervenção que aliou governo estadual e federal. Nos anos 60, a criação da Central Elétrica de São Paulo S.A. - CESP, a partir do processo de fusões de empresas de menor porte que se espalhavam pelo território paulista, possibilitou a expansão da rede elétrica em áreas de pouco potencial hidráulico e de fraco desempenho industrial. Nessa década, o consumo industrial passaria a ser a categoria mais importante para o setor elétrico²⁵⁷.

Enquanto a população urbana do Interior crescia, passando de 2,5 milhões em 1950 para 4,1 milhões em 1960 e para 6,4 milhões em 1970, sua população rural diminuiu dos 4,0 milhões, no primeiro período, para 3,2 milhões em 1970. A urbanização, a dinâmica agrícola e a industrialização pesada modificam por completo a composição da PEA do Interior: entre 1950 e 1970 a participação da PEA do setor primário declina de 62% para 38%, a do setor secundário eleva-se de 13% para 22% e a do terciário de 25% para 41%²⁵⁸. Em relação à participação no total estadual, os

²⁵⁷ Análise detalhada do desenvolvimento energético no Interior de São Paulo nesse período encontra-se em LORENZO, H. C. (1987), Capítulo III.

²⁵⁸ Conforme GONÇALVES, M.F. (1988), p. 27-28

setores secundário e terciário apresentaram reduções: menos acentuada no primeiro caso (de 37% para 35%) e mais no segundo (de 51% para 44%).

. Características da Indústria do Interior

Em 1956 havia, no Interior, mais de 19 mil estabelecimentos da indústria de transformação que ocupavam 232,3 mil pessoas, cerca de 32,3% do emprego e 33,4% do valor da produção industrial estadual. Essas cifras tornam-se mais significativas quando se sabe que esse espaço concentrava cerca de 14% do produto industrial e do pessoal ocupado na indústria de transformação brasileira. A título de ilustração, podemos lembrar que o segundo estado mais industrializado era a Guanabara, responsável, em 1949, por 14,2% do produto da indústria de transformação do País.

Lembramos que a implantação da indústria pesada em São Paulo altera de forma significativa sua estrutura setorial, ampliando a presença de setores mais complexos, principalmente da indústria metal-mecânica, concentrados na GSP. Este fato também provocou efeitos de encadeamento com a indústria interiorizada, tanto diretos como indiretos. Em primeiro lugar, instalam-se, ampliam-se ou se adequam, no Interior estabelecimentos industriais que visam o fornecimento de peças e acessórios para esses novos segmentos industriais. De forma indireta, o crescimento urbano da metrópole passa a demandar parcelas cada vez maiores de bens de consumo não durável, que também a indústria do Interior tinha condições de atender, como a produção de alimentos e de matérias-primas a serem beneficiadas. Esse processo traz consigo efeitos positivos para o setor agroindustrial e também para fornecedores de máquinas, equipamentos e acessórios necessários ao seu desenvolvimento.

Com isso, a indústria do Interior acabaria por apresentar taxas de crescimentos anuais extremamente elevadas, mas inferiores às da metrópole, com o que, no período 1956/59, reduz sua participação no valor da produção industrial estadual de 33,4% para 28,9% e em relação ao valor da transformação industrial, de 27,7% para 26,2%. No entanto, o crescimento da indústria interiorizada foi suficiente para manter sua participação no total do valor da transformação industrial brasileira em 14,5%, enquanto que, no mesmo período, os Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, juntos, tiveram reduzidas suas participações de 20,6% para 15,5%; Minas Gerais

estabilizou-se em torno de 6,5% e o Rio Grande do Sul reduz sua participação de 7,9% para 6,3%²⁵⁹.

O crescimento da indústria interiorizada pode ser avaliado pela expansão do número de pessoas ocupadas: no período 1949/59, com um aumento de 54,4 mil pessoas, e nos anos 60 com um incremento de 143,4 mil novos postos de trabalho. Isto reforçou a indústria do Interior paulista quanto à sua participação no pessoal ocupado (de 28,3% para 29,9%) e no valor da produção industrial (de 28,9% para 29,3%)²⁶⁰. É preciso lembrar que, já em 1967, a indústria do Interior havia evidenciado seu dinamismo, tendo sido mais resistente aos efeitos negativos da recessão do período 1962/67, uma vez que ao fim do período, de acordo com as informações disponíveis, já recuperara as posições relativas de 1959 com relação a São Paulo e as de 1956 com relação ao Brasil²⁶¹.

Pode-se, pela Tabela I.28, constatar a diversificação da estrutura industrial do Interior. As indústrias produtoras de bens de consumo não duráveis, que em 1956 concentravam quase 70% do valor da produção, reduzem-na em 1970 para 50%, o mesmo acontecendo com o emprego industrial. A indústria alimentícia, sozinha, respondia em 1956 por 40,7% do valor da produção industrial, aparecendo em segundo lugar, a têxtil, com 21,8%.

Em 1959 já se percebem os primeiros resultados da industrialização pesada, com queda na posição relativa do conjunto das indústrias tradicionais a favor das de bens intermediários, bens de capital e de bens de consumo durável. Eleva-se, ainda que lentamente, a participação da química, refletindo o início do funcionamento da Refinaria de Petróleo Presidente Bernardes, em Cubatão, na segunda metade dos anos 50. O mesmo ocorre com a metalurgia, pela expansão de unidades de fundição e siderurgia no Interior, como foi o caso da Siderúrgica Dedini em Piracicaba, e também com as das indústrias mecânicas e de material de transportes, em atendimento à

²⁵⁹ No período 1956/67 o maior crescimento industrial do País ocorreu na Grande São Paulo que liderou o forte processo de concentração industrial nesse Estado. O Interior mostrou-se bastante dinâmico em virtude de não ter perdido posição relativa a exemplo de quase todos os demais Estados Brasileiros.

²⁶⁰ Regiões como Campinas e Vale do Paraíba cresceram à taxas superiores à própria Grande São Paulo

²⁶¹ Esta recuperação mais rápida, tal como todas as recuperações que se iria assistir nas décadas seguintes, é facilitada pela estrutura industrial do Interior, evidentemente menos sensível à queda do investimento e à demanda intraindustrial. Só no início da década de 90, quando a estrutura industrial do Interior já é praticamente idêntica à da Metrópole, é que a retomada vai se mostrar relativamente tão problemática nas duas regiões, como veremos ao final do trabalho.

grande demanda da agricultura e agroindústria por equipamentos, acessórios, implementos agrícolas e material de transportes²⁶².

Em 1967, final da primeira fase da industrialização pesada, a indústria interiorizada mostrar-se-ia mais diversificada. As indústrias produtoras de bens de capital e de bens de consumo durável passariam a responder por mais de dez por cento do valor da sua produção industrial enquanto as de bens intermediários avançariam bem mais. O censo de 1970 mostra esse processo de diversificação: as indústrias do Grupo I deteriam 53,4% do valor da produção industrial, as do Grupo II 34,0% e as do Grupo III 12,5%.

A alimentícia ainda era, em 1970, o mais importante segmento industrial do Interior, com quase um terço do valor da produção industrial²⁶³; a têxtil passaria do primeiro para o terceiro lugar, sendo suplantada pela química; a metalurgia apareceria com destaque com quase dez por cento do valor da produção industrial (quase o triplo de 1959), evidenciando os reflexos da entrada em operação da Cia Siderúrgica Paulista S.A., em Cubatão, em meados de 1960. A indústria mecânica e de material de transportes continuaram ganhando posições, obtendo em conjunto, um peso relativo equivalente ao da metalurgia. Juntas, as indústrias de alimentos e a têxtil, perderam um significativo percentual do valor da produção industrial do Interior; de 62,5% para 43,7% e, em relação ao pessoal ocupado, passaram de 48,7% para 36,8%.

A Tabela I.28 mostra as principais modificações ocorridas, no período 1956/70, com os níveis de concentração da produção industrial no Interior do Estado. Até 1959, as indústrias do Grupo III localizadas no Interior participavam com menos de dez por cento da produção industrial estadual, crescendo um pouco na década seguinte. Um fato que chama a atenção é o elevado peso relativo da sua indústria mecânica, apesar de ter declinado no período de análise. A mecânica interiorizada sempre teve um forte encadeamento com a agricultura e agroindústria, através do fornecimento de máquinas, equipamentos, acessórios e implementos agrícolas, consolidando importantes estabelecimentos nas regiões de Campinas, Sorocaba e Ribeirão Preto.

No mesmo período, a produção de bens intermediários apresenta uma constante ampliação em relação ao total estadual: de 24,8% para 30,4% em valor, entre 1956/70:

²⁶² Conforme NEGRI, B. (1988), p.91-92.

²⁶³ Em termos de emprego industrial, a têxtil continuava a ser a principal empregadora, com a alimentícia em segundo lugar.

a indústria de minerais não metálicos, importante produtora de cimento e de material cerâmico, manteve sua participação no total estadual em torno de um terço; a de papel e papelão manteve-a em torno de 25%; vários segmentos industriais que operam próximos a fontes de matérias-primas, como a indústria de madeira mantiveram-na em torno de 43%; a de couros e peles, utilizando-se fundamentalmente das matérias-primas fornecidas pelos abatedouros de diversas regiões do Interior, manteve-a (superior a 60%); a metalurgia elevou-a em função da COSIPA, e da instalação de unidades diversas, principalmente de fundição, em outras áreas interiorizadas (para quase um quarto) e indústria de borracha também apresentou expansão interiorizada durante os anos 60.

TABELA I.28: MODIFICAÇÃO NA ESTRUTURA SETORIAL E NA CONCENTRAÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO: 1956/1970

GRUPOS E RAMOS DE INDÚSTRIAS SELECIONADOS	(Valores em Percentagem do Valor da Produção Industrial Estadual)					
	Estrutura Setorial da Indústria			Concentração Industrial		
	1956	1959	1970	1956	1959	1970
GRUPO I						
Indústrias predominant. produtoras de bens de consumo não durável	59,4	62,6	53,5	46,4	40,5	39,9
- Têxtil	21,8	18,6	12,4	39,6	39,2	35,5
- Vest., calçados e art. tecidos	2,4	2,0	2,7	22,0	16,9	22,7
- Alimentos	40,7	36,5	31,3	63,8	59,5	59,5
- Bebidas	2,3	2,4	2,8	40,2	35,3	57,4
- Mobiliário	1,2	1,3	1,4	21,1	18,5	24,2
- Outros	0,7	1,8	2,0	-	-	-
GRUPO II						
Indústrias predom. produtoras de bens intermediários	26,2	30,6	34,0	24,8	26,6	30,4
- Química	12,4	15,8	13,8	29,3	42,6	41,6
- Minerais não metálicos	4,7	4,7	4,2	35,5	33,4	33,2
- Metalurgia	2,9	3,4	9,5	10,5	10,7	25,4
- Borracha	0,7	0,8	1,3	8,7	8,7	15,6
- Papel e papelão	2,2	2,9	2,6	25,7	24,8	26,9
- Outros	3,5	3,0	2,6	-	-	-
GRUPO III						
Indústrias Predom. produtoras de bens de capital e de bens de cons. durável	4,4	6,8	12,5	9,9	8,8	13,1
- Mecânica	2,8	3,4	5,3	30,7	24,1	22,1
- Material de transportes	0,6	1,8	4,0	5,3	4,8	9,4
- Material elétrico e de comunicac.	0,6	1,1	2,0	3,3	5,7	9,0
- Outros	0,4	0,5	1,2	-	-	-
TOTAL	100,0	100,0	100,0	33,4	28,9	29,3

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: 1. FIBGE - Censos Industriais de 1960 e 1970.
2. FIBGE - Pesquisa Industrial de São Paulo de 1956.

As produtoras de bens de consumo não duráveis, em que pese ter havido relativo declínio desta concentração, sempre concentraram parcelas significativas da produção industrial no Interior: a têxtil perdeu um pouco, mantendo a expressiva parcela de 35,5% da produção estadual; a de vestuário, calçados e artefatos de tecidos, também sustenta a mesma posição de 1956, com quase um quarto da produção estadual, o mesmo percentual da indústria de mobiliário do Interior ao fim do

período; a indústria de bebidas, num evidente processo de "desconcentração", ampliou de 40,2% para 57,4%; por fim, o segmento de alimentos consolidou-se, concentrando cerca de 60% da produção estadual.

No Interior, vamos encontrar, em 1970, alguns segmentos que além da expressiva importância na indústria paulista, possuíam participações significativas na indústria brasileira: são os casos da alimentar, têxtil e da química, com cerca de um quarto das respectivas produções nacionais e de minerais não metálicos com quase 18%.

Em síntese, em 1970, vamos encontrar no Interior paulista uma indústria responsável por 29,3% do valor da produção da indústria de transformação estadual, equivalente a 14,7% do respectivo valor nacional. Por outro lado, ficou bastante evidente a liderança da Região Administrativa de Campinas, seguida do Litoral, Ribeirão Preto e Vale do Paraíba, que seriam responsáveis pelo extraordinário crescimento da indústria interiorizada pós-70. (Ver Tabela I.29).

TABELA I.29: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO PESSOAL OCUPADO E DO VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO: 1956/1970*

REGIÕES ADMINISTRATIVAS	(Valores em Porcentagem)					
	Pessoal Ocupado			Valor da Produção		
	1956	1959	1970	1956	1959	1970
1. Região Metropolitana	67,7	70,7	70,1	66,6	71,1	70,7
2. Interior paulista	32,3	29,3	29,9	33,4	28,9	29,3
2.1. Litoral	1,6	1,5	1,8	3,9	4,3	4,2
2.2. Vale do Paraíba	3,0	2,9	3,6	2,0	2,1	3,1
2.3. Sorocaba	5,2	4,9	3,6	3,9	3,0	2,3
2.4. Campinas	12,5	11,3	12,2	10,3	8,9	10,5
2.5. Ribeirão Preto	4,5	3,9	3,9	4,9	3,9	3,6
2.6. Bauru	2,1	1,4	1,4	2,1	1,3	1,2
2.7. Região "Oeste"	3,4	3,4	3,4	6,4	5,4	4,4
2.7.1. S.J. do Rio Preto	1,0	0,9	0,9	1,6	1,0	1,0
2.7.2. Aracatuba	0,6	0,7	0,6	1,1	1,1	0,8
2.7.3. Presidente Prudente	0,7	0,8	0,7	1,7	1,9	1,3
2.7.4. Marília	1,1	1,0	1,2	1,9	1,4	1,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: 1. FIBGE - Censos Industriais de 1960 e 1970.
2. FIBGE - Pesquisa Industrial de São Paulo de 1956.

PARTE II

**A INDUSTRIALIZAÇÃO DESCONCENTRADA NO BRASIL
(1970-1990)**

CAPÍTULO II.1: A DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL NO BRASIL: CARACTERÍSTICAS DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

Na primeira parte deste capítulo, sintetizamos algumas questões gerais e introduzimos a temática da concentração industrial em São Paulo e sua posterior desconcentração.

Na segunda, apresentamos o movimento da indústria brasileira durante 1967/90 ("segunda fase da industrialização pesada"), quando se verificou importante modernização de sua estrutura, com ampliação dos segmentos mais complexos (insumos básicos, mecânica, material de transportes e material elétrico e de comunicações). Ao mesmo tempo, mostramos que diversas medidas federais contribuíram para o avanço da desconcentração com a participação paulista no produto industrial do país caindo de 58,2% para 49,2% entre 1970 e 1990.

Na terceira, verificamos o movimento durante a crise dos anos 80, quando sua estrutura se modificou muito pouco, com crescimento maior dos segmentos que conseguiram ganhar espaço nos mercados internacionais - parte da agroindústria, papel e celulose, metalurgia, calçados, mecânica e material de transportes. Nesse período, aprofundou-se um pouco mais a inflexão da concentração industrial em São Paulo, como reflexo de investimentos realizados na década anterior e que maturaram nesta década, além do fato de a indústria, sediada em São Paulo, ter sido mais afetada pela crise do que a do Resto do País, salvo a do Rio de Janeiro.

Na última parte, sintetizamos os argumentos que nos parecem fundamentais para a compreensão do processo de desconcentração industrial dos últimos vinte anos.

1.1. A Concentração e Desconcentração Industrial no Brasil

Não é demais chamar a atenção para a dimensão continental do país. Este fato e a "história da ocupação de seu território contribuíram para que a dimensão espacial assumisse peculiaridades que encontram poucos paralelos em outros países. O espaço econômico da nação foi configurado por um conjunto de ciclos primário-exportadores, cada um destes assentado sobre regiões distintas e com escassos

vínculos mercantis entre si"²⁶⁴. Por outro lado, o processo de integração do mercado nacional só avançou, de forma mais intensa, após 1930, quando as condições de reprodução ampliada do capital se internalizam, ao menos parcialmente.

Há, nesta herança regional um aspecto que sempre chamou atenção pelas características continentais do Brasil: a difícil e custosa implantação de estruturas de transporte interregionais; fato que tornaria mais complexas, tanto a integração do mercado nacional, como a própria desconcentração industrial. Mas, há ainda, que levar em conta mais do que isto, que a concentração econômica que prevalece nas origens da industrialização brasileira, não se refere apenas à manufatura, mas também aos mercados consumidores e fornecedores, à força de trabalho e infraestrutura, e até mesmo às próprias fontes de matérias primas. Não seria por outra razão que a lógica empresarial determinaria a instalação da maior parte das unidades industriais nos grandes aglomerados urbanos e industriais do país que, por razões históricas, firmaram-se em São Paulo e Rio de Janeiro.

Na etapa inicial da industrialização, só se poderia imaginar desconcentração com uma efetiva distribuição de renda e de terra, de tal forma a ampliar novos mercados consumidores, como em parte ocorreu na economia norte-americana²⁶⁵, que incorporou significativas quantidades de imigrantes em quase todo o território. No Brasil ocorreu exatamente o contrário: não se fez nenhuma reforma agrária e o acesso à terra encontrava-se bloqueado, mesmo com a fronteira agrícola absorvendo contingentes expressivos de mão-de-obra. A escravidão tardia e, mais tarde, o perfil extremamente concentrado da distribuição de rendas e salários, com enorme quantidade de população em miseráveis condições de vida, cerceavam a expansão industrial. Em função disso, o desenvolvimento destes mercados ficava restringido a algumas áreas e o restante do território nacional integrava-se, apenas parcialmente, aos circuitos mercantis que se formavam nas regiões mais atrasadas e mais pobres do país; praticamente obstaculizava-se a expansão industrial regionalizada.

²⁶⁴ Conforme NEGRI, Barjas & PACHECO, Carlos Américo. "Mudança Tecnológica e Desenvolvimento Regional nos Anos 70: da Interiorização do Desenvolvimento à Nova Dimensão Espacial da Indústria Paulista". Relatório de Pesquisa Desenvolvimento Tecnológico e Competitividade da Indústria Brasileira. SCTDE/FECAMP/IE/UNICAMP, Campinas, 1993, mimeo.

²⁶⁵ Mesmo na economia norte-americana, é preciso que se diga, a ocupação da fronteira Sul e Oeste servia de estímulo ao crescimento da demanda de manufaturas do Nordeste dos EUA, o mesmo ocorrendo com as inversões nas ferrovias. Com isso, o padrão de distribuição espacial da indústria manteve-se concentrado na Costa Leste, com a única alteração relevante durante todo o século XIX sendo o crescimento industrial da região dos Grandes Lagos. Ver NORTH, Douglas "Industrialization in the United States" in The Cambridge Economic History of Europe. Vol. VI, Cap. VII, pp. 688-697.

Mas aqui há, novamente, que se diferenciar crescimento industrial de industrialização. De fato, nas áreas periféricas, até houve espaço para um crescimento industrial significativo, com taxas médias relativamente elevadas. Grande parte desta indústria estava voltada ao atendimento da demanda local e, em que pese a dimensão destes mercados, seguiram crescendo durante quase todo último século. Seus maiores "problemas", na verdade, só vieram a manifestar-se quando a integração efetiva do mercado nacional impulsionou alguma concorrência com a indústria de São Paulo. Mas como vimos, em geral estes desafios foram poucos e relativamente restritos no tempo.

Bem mais problemáticos seriam os desafios para uma industrialização, em algum outro espaço da nação, além de São Paulo. Neste caso, não é preciso ir longe para entender os limites de cada uma das economias regionais. Entendemos que Wilson Cano deu uma formulação definitiva para a resposta a essa questão no seu livro "Raízes da Concentração Industrial em São Paulo". A questão, neste aspecto, está menos relacionada à expansão dos mercados²⁶⁶ ou da existência de uma rede de transportes capaz de interligar várias regiões. Trata-se, na verdade, de discutir as possibilidades da acumulação dentro de cada um dos complexos regionais. É neste aspecto que a economia cafeeira se sobressai e traz consigo a liderança industrial paulista. Uma vez deflagrada a industrialização, a própria dinâmica da acumulação produtiva e dos mercados intra-indústria consolidariam a posição de São Paulo. Neste momento, a integração do mercado, longe de trazer problemas para a indústria deste Estado, apenas reforçaria seu papel em termos regionais.

Desta forma, a produção industrial e de serviços, concentrou-se na região Sudeste, em especial em São Paulo e na sua região metropolitana, onde as unidades produtoras adotavam, sempre que possível, tamanho e dimensões produtivas para operar em escala nacional. Aliado a isso tivemos, também, uma constante melhoria no sistema de transportes, principalmente o rodoviário, a partir do Plano de Metas. Nas áreas mais atrasadas realizaram-se investimentos em unidades de produção e distribuição com menores escalas, na proporção de seus mercados consumidores. Todos estes aspectos redefinem a questão da desconcentração, impossibilitando uma distribuição mais equitativa da capacidade produtiva, sem que houvesse alguma forte

²⁶⁶ Há que se reconhecer o fato de que nas grandes aglomerações urbanas também se manifestam elevados níveis de pobreza, como é o caso da região metropolitana de São Paulo e da Capital Paulista. Ver os trabalhos de CAMARGO, Cândido Ferreira de et alii. São Paulo 1975: Crescimento e Pobreza. São Paulo, Loyola, 1976 e BRANDT, Vinicius Caldeira (Coord.) São Paulo: Trabalhar e Viver. São Paulo, Brasiliense, Comissão Justiça e Paz, 1989.

política de indução²⁶⁷. É neste contexto que a explicitação da questão regional, no final da década de 1950, deve ser entendida. Ela se evidencia com clareza e torna-se debate nacional com a divulgação dos primeiros resultados das contas nacionais por região, que salientam a desigualdade na apropriação da renda²⁶⁸, e com os surtos de imigração, em massa, de nordestinos, "expulsos pela seca", cuja mobilidade espacial se vê favorecida pela melhoria no sistema de transportes.

Como é bem conhecido, o primeiro grande esforço, em termos de políticas de desenvolvimento regional por parte do Governo Federal, é a SUDENE, resultado do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste - GTDN - Coordenado por Celso Furtado²⁶⁹. O fracasso desta iniciativa não decorre do diagnóstico do problema nordestino, cujo rigor e abrangência transformariam o documento do GTDN num clássico, mas do crescente estreitamento das iniciativas da SUDENE em direção à concessão de incentivos fiscais para investimentos industriais, num contexto econômico de mudanças significativas na indústria do Sudeste e de integração do mercado.

Como indicou Cano: "a equipe dirigida por Celso Furtado, embora tivesse consciência da dimensão histórica de sua problemática, incorreu, no entanto, no erro de tentar transpor para o marco da região, uma política de industrialização em certa medida orientada pela substituição regional de importações, visando criar no Nordeste um centro autônomo de expansão manufatureira"²⁷⁰. Com isso, transpunha-se, para o espaço regional, as políticas de substituições propostas pela CEPAL para os marcos nacionais.

Mas, o crescente cerceamento político da atuação da SUDENE, que se restringiria aos incentivos fiscais para a indústria, e o fato de que, "desde a década de 1930, a acumulação de capital, com o comando a partir de São Paulo, estava integrando o mercado nacional, condicionando-o, portanto, a uma complementariedade inter-regional ajustada às necessidades ditadas pela acumulação de capital daquele

²⁶⁷ Um sumário das políticas de desenvolvimento regional encontra-se em GEIGER, Pedro P. & DAVIDOVICH, Fany R. "The Spatial Strategies of State in the Political Economic Development of Brazil" in SCOTT, Allen J. & STORPER, Michael. Production, Work, Territory - The Geographical Anatomy of Industrial Capitalism. Boston, Allen & Unwin, 1986, pp.281-297.

²⁶⁸ Ver CANO, Wilson (1985), pp. 24-21.

²⁶⁹ Há muitas análises destes fatos, algumas já indicadas na bibliografia, mas a referência obrigatória é o próprio Furtado: Ver FURTADO, Celso A Fantasia Desfeita. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

²⁷⁰ Conforme CANO, Wilson (1985), p.25.

centro dominante" ²⁷¹, tornavam inviável o desenvolvimento de um centro regional autônomo de expansão de manufaturas. O que se assistiria, a partir desse esquema, depois estendido à SUDAM, é bem conhecido²⁷². As políticas de incentivos acabariam patrocinando a ocupação do mercado nacional pelos capitais de São Paulo²⁷³, sem com isto reverter o quadro social e reduzir as "disparidades regionais", mesmo que tenham auxiliado, após 1970, a efetivar a desconcentração industrial destes últimos vinte anos.

A economia brasileira atravessaria, no período 1962/67, a pior fase de seu crescimento, depois da Segunda Guerra Mundial, decorrente, em grande parte, de fatores de natureza cíclica, relacionados com a conclusão do volumoso "pacote" de investimentos públicos e privados iniciados em 1956/57²⁷⁴. Nesse mesmo período, o golpe militar de 1964, promoveu um conjunto de reformas institucionais - principalmente no que se refere ao financiamento dos setores público e privado, ao comércio exterior, ao capital estrangeiro e ao padrão de distribuição pessoal da renda - , que assegurariam o ciclo expansivo seguinte.

Passada essa etapa, a economia, sob o comando da indústria, entraria numa nova trajetória de crescimento acelerado, que ficou conhecida como "milagre brasileiro" e que se estenderia até 1974. Os fatores da recuperação da indústria foram sintetizados por BELLUZZO e CONCEIÇÃO TAVARES em seis pontos: "1) A reforma fiscal e financeira de 1966 melhora as condições de financiamento do gasto público corrente e de investimentos tradicionais ligados à construção civil; 2) A realidade tarifária, isto é, a elevação e reestruturação dos preços dos serviços de utilidade pública e a negociação externa deslancham o programa de energia elétrica, reanimando o setor de material elétrico, os grandes construtores e as firmas de engenharia; 3) A operação do sistema institucional de crédito ao consumidor, acoplado ao instrumento da correção monetária com desconto antecipado dos títulos, reanima a demanda da indústria automobilística e de outros bens duráveis de consumo mais difundidos; 4) O Sistema Financeiro de Habitação reanima e ativa a construção civil residencial; 5) Os incentivos à exportação permitem subsídios à produção têxtil, de

²⁷¹ Idem, p. 28

²⁷² Ver GUIMARÃES NETO, Leonardo, Nordeste: da Articulação Comercial à Integração Econômica. Tese de Doutorado apresentada ao IE/UNICAMP, Campinas, 1986.

²⁷³ Ver GUIMARÃES NETO, Leonardo & GALINDO, Osmil "Quem Controla o que na Indústria Incentivada do Nordeste" in Anais do XX Encontro Nacional de Economia, Campos do Jordão-SP, dezembro de 1992, vol. 2, pp. 81-98.

²⁷⁴ Ver LESSA, Carlos, Quinze Anos de Política Econômica, Cadernos IFCH - UNICAMP, Campinas, 1978 e SERRA, José (1982).

calçados e de maquinária, auxiliando a recuperação; e 6) A política de salários e a política de financiamento favorecem a concentração da renda pessoal, que realimenta o consumo diferenciado da classe média-alta, bem como a proliferação dos serviços pessoais"²⁷⁵.

Esses programas causariam impacto positivo no crescimento da renda e do emprego urbanos, realimentando a demanda corrente. Mas, esgotada essa fase expansiva, o ritmo de crescimento se desaceleraria após 1974, sem contudo caracterizar um período recessivo, uma vez que o crescimento médio do PIB superou ainda, ligeiramente, a taxa do pós-guerra. Até 1980, o ritmo da economia estaria orientado, em parte, pela política econômica contida no II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979) - II PND. Na década seguinte, a economia mergulharia em profunda crise, principalmente durante a recessão de 1981/83, com reflexos negativos para o conjunto dos anos 80, ainda que nesse período maturassem alguns dos investimentos realizados pelo governo federal ao final da década anterior.

Em 1959 São Paulo concentrava 55,6% do VTI da indústria de transformação industrial do país que em 1967 subiria a 57,3% e em 1970 a 58,1% - o mais elevado índice de concentração da indústria brasileira neste século. Mas esta elevada concentração não significava a perda de posição absoluta da indústria nas demais regiões do país. Ao contrário, todas elas apresentaram ritmo de crescimento positivo no contexto do processo de industrialização brasileira. O que de fato aconteceu é que o ritmo de crescimento da indústria paulista esteve sempre acima da média.

Este quadro reverte a partir de 1970, quando praticamente todas as principais regiões brasileiras passam a apresentar taxas de crescimento do VTI superiores às de São Paulo. Foram muitas as razões para isso e seus determinantes distintos em cada uma das conjunturas econômicas que marcaram estes últimos vinte anos.

Não se deve, contudo, identificar as políticas de indução à desconcentração somente com a permanência do atraso em algumas regiões, notadamente o Nordeste. Com a crescente concentração populacional na região metropolitana de São Paulo, em fins dos anos 60 e início dos anos 70, se explicitam também as primeiras manifestações do que se denominou "caos urbano": crescimento desordenado da

²⁷⁵ Conforme BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello e TAVARES, Maria da Conceição "Notas sobre o Processo de Industrialização Recente", in *Desenvolvimento Capitalista no Brasil*, 1982, op. cit., Vol. 1, p. 127.

cidade, resultando em maior dispêndio com transportes urbanos deteriorados, degradação de mananciais, poluição do ar e dos recursos hídricos, problemas crescentes com enchentes, deseconomias de aglomeração, etc. Problemas que assumiriam dimensão crítica durante o regime autoritário, pós 1964, em que o crescimento econômico coincide com um significativo aumento da desigualdade.

No início dos anos 70, o Governo Federal entendia que, para resolver essas questões, era preciso realizar pesados investimentos na infra-estrutura econômica e social das principais áreas urbanas do país. No entanto, esta destinação de recursos competia com outros interesses, em particular com os investimentos acoplados ao projeto do "Brasil Potência", que buscava completar a estrutura produtiva do país e implantar políticas de desmedido crescimento em alguns setores como siderurgia e metalurgia, papel e celulose, química, mecânica e material elétrico, cimento, mineração, energia elétrica e nuclear, petróleo, comunicações, etc.²⁷⁶

Como resultado deste conflito de interesses, a questão social urbana é "resolvida", de forma enfiada. Começam a se desenhar, a partir desse momento, políticas de "desconcentração" e de "descentralização": de forma implícita, no I PND, que se propunha a "instituir as primeiras regiões metropolitanas no país, principalmente o Grande Rio e a Grande São Paulo, como mecanismo coordenador da atuação dos Governos Federal, Estadual e Municipal, nos programas conjuntos, observadas as respectivas áreas de competência", e de forma explícita no II PND, que se propôs a atenuar os "desníveis regionais de desenvolvimento industrial, evitando-se a continuação da tendência à concentração da atividade industrial em uma única área metropolitana"²⁷⁷, caso específico de São Paulo.

No I PND, propunha-se programas de desenvolvimento regional, mediante incentivos fiscais, para as regiões consideradas prioritárias - Norte e Nordeste -, sob a coordenação da SUDAM, SUFRAMA E SUDENE, contando ainda com o apoio dos bancos oficiais - BNB, BASA, BNDE, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. O II PND estabelecia a continuidade dos programas em andamento e a criação de outros, que de modo geral visavam ações integradas fora do centro mais desenvolvido que era São Paulo. Entre esses programas destacam-se o PIN, PROTERRA, PROVALE,

²⁷⁶ Ver I Plano de Desenvolvimento Econômico e Social - 1972/74. República Federativa do Brasil, setembro de 1971 e o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979). República Federativa do Brasil, Brasília, 1974.

²⁷⁷ Conforme II PND (1974), p. 40.

PRODOESTE, POLAMOZÔNIA, Programa de Cerrados, etc. Além disso, eram indicadas áreas passíveis de se transformarem em receptoras de investimentos produtivos, como a implantação do Pólo Petroquímico do Nordeste, do Complexo Mineral - Petroquímico Regional no eixo Salvador - Aracaju-Maceió; do Pólo de Fertilizantes no Nordeste; do Complexo Mineral - Metalúrgico da Amazônia Oriental; a conclusão do Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus, etc.²⁷⁸

O II PND retrata, com perfeição, os dilemas do autoritarismo sobre a organização econômica do espaço nacional. Não só porque reconhece - sob a forma elíptica do discurso oficial - a timidez da política social e do desenvolvimento urbano, mas sobretudo porque traça ampla estratégia de "integração" do território. Estratégia que busca tanto dar continuidade a seu projeto geopolítico, como utilizar-se destes mecanismos de desenvolvimento urbano/regional para legitimar-se²⁷⁹.

Carlos Lessa já chamou a atenção para o sentimento de "onipotência" que o II PND dá a seus leitores. Mais que um plano, o produto de uma "visão de História como um projeto do Estado que tem controle sobre a Sociedade e a Economia", e em que "o Estado exerce como sujeito a vontade política da Nação"²⁸⁰.

Esta tentativa de ordenar o território à lógica de seu projeto geopolítico foi sintetizada por Becker e Egler da seguinte forma: "As políticas para a integração do território nacional corresponderam a uma ação rápida e combinada para, simultaneamente completar a ocupação do território, incorporando o centro-oeste e a "ilha" amazônica; modernizar e expandir a economia nacional articulando-a à internacional; estender o controle do Estado a todas as atividades e a todos os lugares. Estas políticas tiveram também a função de legitimação do Estado. Novamente, enfatizou-se a idéia de fortalecer a pátria, sendo o Estado-Nação amplamente divulgado pela mídia; novamente, a integração do território foi usada como recurso simbólico para a construção do Grande Brasil e, neste contexto, a ocupação da Amazônia tornou-se prioritária. Em outras palavras, as políticas para a integração do

²⁷⁸ Ver II PND (1974), p.62.

²⁷⁹ É conveniente lembrar os dilemas do governo depois da derrota nas eleições de 1974: atender minimamente as demandas sociais explosivas das periferias urbanas das grandes e médias cidades, reduto da oposição, ou alimentar projetos regionais de sua base de sustentação.

²⁸⁰ Conforme Lessa, Carlos. A Estratégia de Desenvolvimento 1974-1976 - Sonho e Fracasso, Rio de Janeiro, FEC/UFRJ, 1978, p.76 e 80.

território visaram à remoção dos obstáculos materiais e ideológicos à expansão capitalista moderna"²⁸¹.

É no contexto desta visão geral que se deve entender as políticas de desconcentração, seus êxitos e seus limites. Aqui vale a pena ressaltar seu impacto para a distribuição espacial da indústria. Isto porque a periferia nacional tornou-se a maior receptora dos novos investimentos, reforçada por sua base de recursos naturais e também pelas decisões locacionais macropolíticas do governo federal, como foi o caso dos pólos petroquímicos da Bahia e do Rio Grande do Sul, e do conjunto dos programas de insumos básicos, como os não-ferrosos e o aço.

Assim, após 1975, a modificação espacial da indústria brasileira foi, em grande parte, resultado da estratégia contida no II-PND, que previa implantar na periferia nacional projetos industriais como: ferro e bauxita no Pará; cobre na Bahia; fosfato em Minas Gerais; potássio em Sergipe; petróleo e gás natural nas plataformas nordestinas e fluminense; carvão em Santa Catarina e Rio Grande do Sul; sal no Nordeste; siderurgia no Maranhão; cloroquímica em Alagoas e Sergipe; fertilizantes em Minas Gerais; papel e celulose e cimento no Nordeste e no Espírito Santo; e diversos empreendimentos hidroelétricos como Itaipu, Itumbiara, São Simão, Paulo Afonso IV, Xingó, Salto, Santiago e Tucuruí²⁸².

Mesmo com a interrupção do II PND, a partir da deterioração do quadro internacional ao final da década de 1970, o resultado foi a redução dos níveis de concentração econômica. Apesar da indústria de São Paulo crescer a um ritmo elevado entre 1970 e 1980, sua participação no total nacional cairia de 58,1% para 54,4%, em consequência do extraordinário desempenho da periferia nacional, como mostra a tabela II.1.

Como consequência, os indicadores industriais apontam avanço da indústria da periferia nacional, em praticamente todas as regiões e principais estados brasileiros, à exceção do Rio de Janeiro que reduziu ainda mais sua participação relativa: a) o Norte, devido à Zona Franca de Manaus e a consolidação do "complexo de mineração e de siderurgia" voltados para exportação de manufaturados e semimanufaturados dentro do

²⁸¹ Conforme BECKER, Bertha K. & EGLER, Claudio A.G. Brasil: Uma Nova Potência Regional na Economia. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil S.A. p.144. Estes autores identificaram quatro pontos específicos de intervenção destas políticas: "urbanização, desenvolvimento regional, pólos de crescimento e ocupação da Amazônia", idem, p.145.

²⁸² Mais detalhes sobre esses empreendimentos ver LESSA (1978), pp.8-10.

Programa Grande Carajás e do da Alunorte; b) o Nordeste, sob o comando da Bahia vem desenvolvendo importante indústria química após a implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari; c) o Centro-Oeste através do crescimento agroindustrial; d) no Sudeste os estados de Minas Gerais e Espírito Santo têm ampliado suas participações no VTI nacional devido ao crescimento da produção para exportação de siderurgia, papel e celulose e da automobilística para o mercado interno; e) o Sul vem gradativamente ampliando sua participação devido ao crescimento da indústria de equipamentos agrícolas no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, do Pólo Petroquímico de Triunfo no Rio Grande do Sul que alavanca a indústria química regional, da indústria de calçados para exportação, da indústria de papel e celulose do Paraná e Rio Grande do Sul e, principalmente, pela sua diversificada agropecuária e agroindústria²⁸³.

TABELA II.1: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO BRASIL, SEGUNDO REGIÕES E ESTADOS SELECIONADOS - 1970/1990

REGIÕES E ESTADOS	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO VTI DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO				
	1970	1975	1980	1985	1990
NORDESTE (menos BA)	4,2	4,5	4,4	4,8	4,5
BÁHIA	1,5	2,1	3,1	3,8	4,0
MINAS GERAIS	6,4	6,3	7,8	8,3	8,7
RIO DE JANEIRO	15,7	13,6	10,2	9,5	9,8
SÃO PAULO	58,1	55,9	54,4	51,9	49,2
a) Metrópole	43,4	38,8	24,2	29,4	26,2
b) Interior	14,7	17,1	20,2	22,5	23,0
PARANÁ	3,1	4,0	4,1	4,9	5,7
SANTA CATARINA	2,6	3,3	3,9	3,9	4,2
RIO GRANDE DO SUL	6,3	7,5	7,9	7,9	7,7
OUTROS ESTADOS	2,1	2,8	4,2	5,0	6,2
TOTAL DO BRASIL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: NEGRI, Barjas. "A Nova Realidade Regional Brasileira: Dinâmica Recente da Distribuição Espacial da Atividade Industrial no Brasil - O Novo Espaço da Indústria Paulista". Relatório de Pesquisa B.1, Convênio SPG/FECAMP-UNICAMP/IE/NESUR, Campinas, 1992. p.42.

A própria desconcentração agrícola destes anos favoreceu este processo, onde São Paulo perdeu posição relativa, inclusive mais que o Nordeste. A grande expansão deu-se até 1980, na fronteira agrícola da região Norte, e sobretudo, do Centro Oeste e Sul do país, graças à modernização da estrutura produtiva.

No que se refere à área metropolitana de São Paulo, a desconcentração da década foi acentuada. Ainda assim, por vezes beneficiou mais o Interior do estado que

²⁸³ Conforme NEGRI, Barjas. "A Nova Realidade Regional Brasileira: Dinâmica Recente da Distribuição Espacial da Atividade Industrial no Brasil - O Novo Espaço da Indústria Paulista". Relatório de Pesquisa B.1, Convênio SPG/FECAMP-UNICAMP/IE/NESUR, Campinas, 1992, pp. 22-24 e DINIZ, Clélio Campolina & LEMOS, Maurício Borges. "Dinâmica Regional e suas Perspectivas no Brasil", in Para a Década de 90: Prioridade e Perspectivas de Políticas Públicas. IPEA-IPLAN, Brasília, vol.3.

as demais regiões brasileiras. Duas das três refinarias de petróleo implantadas localizaram-se no Interior de São Paulo, o mesmo ocorreu com a indústria aeronáutica, bem como com a maior parte da microeletrônica e da informática. O Pró-Álcool e a agricultura para exportação tiveram excepcional desempenho no estado. Apesar das políticas de incentivo regional em parte, implementadas, o governo federal acabou curvando-se diante das opções locacionais impostas pelo capitalismo.

Como consequência, enquanto São Paulo perdia posição no total nacional, em virtude do menor crescimento da área metropolitana, seu Interior aumentava essa mesma participação de 14,7% para 20,2% do VTI da indústria de transformação do país, tornando-se, depois da Grande São Paulo, a maior região industrial do Brasil (tabela II.1).

O fundamental, para compreender esse processo de integração é reter o significado da estrutura industrial das principais regiões, e a natureza do crescimento dos dois últimos ciclos expansivos. Em certo sentido, a partir da implantação da indústria pesada e do início da migração de capital produtivo em direção às "periferias" nacionais, a integração do mercado nacional correspondia a um verdadeiro processo de abertura de "fronteiras" regionais para a acumulação, criando oportunidades de investimentos que estavam obstadas nas áreas mais industrializadas, o que é especialmente válido para setores organizados na forma de multiplantas e da indústria leve. Além disso, parte da expansão periférica respondia a investimentos voltados para a exploração de recursos naturais, como muitos dos programas do II PND.

O que precisa ser evidenciado é que a indústria montada na periferia nacional era complementar à de São Paulo e dependente de seus mercados de insumos, bens de capital e produtos finais. Assim, independentemente de se realizar a ritmos mais elevados, seu crescimento era solidário com a expansão industrial do Sudeste e sobretudo de São Paulo. Isto era válido, em particular, no contexto dos baixos graus de abertura comercial da economia brasileira, até fins da década de 70.

Este processo ganharia novas determinações nos anos 80, que iniciaram-se com a mais grave crise da história do Brasil. A recessão e a elevação do desemprego assumiram expressão até então desconhecida. Entre 1980 e 1983, o produto industrial caiu à média anual de 5,4% e o PIB a 1,7%. Ao fim de dez anos, todos os indicadores refletiam com nitidez os efeitos da crise e da estagnação da economia brasileira.

Este desempenho foi consequência das políticas de ajustamento à crise internacional praticadas a partir do final da década anterior. Os resultados médios deste decênio apenas não foram menores, por conta do crescimento do período 1984/86, quando a economia beneficiou-se da recuperação patrocinada inicialmente pelas exportações e, na sequência, pelos efeitos do Plano Cruzado. Em conjunto, prevaleceu uma trajetória de crescimento médio lento, frente aos valores históricos da economia brasileira, cujo PIB havia aumentado, à média de 6,9% ao ano, entre 1940 e 1980, e cuja renda per capita havia sido multiplicada por cinco, no mesmo período.

A evolução da produção industrial é um retrato destes anos. A taxa média de crescimento entre 1980 e 1990 foi quase nula para o Brasil e, em função da queda da atividade econômica em 1990, negativa para São Paulo. E mesmo que a concentração industrial em São Paulo tenha sido novamente reduzida, dos 55,4% em 1980 para 49,3% em 1990, o desempenho periférico também mostrou-se acanhado²⁸⁴.

Em termos setoriais, configurou-se um comportamento bastante distinto da década anterior: enquanto nos anos 70 os setores industriais que mais cresceram foram os produtores de bens de capital e de bens de consumo durável, nos anos 80 o melhor desempenho ficou por conta do crescimento de atividades com forte presença na pauta de exportações, como papel e celulose, química, borracha, metalurgia, materiais de transporte e produtos agroindustriais.

A indústria extrativa é um dos poucos exemplos de alto crescimento nestes anos, devido ao aumento e diversificação da produção de insumos de origem mineral. A redução na importância relativa da produção nacional de carvão e de minério de ferro foi acompanhada pelo salto quantitativo da produção de petróleo, concentrada na Bacia de Campos, com o que, o peso do estado do Rio de Janeiro, no VTI da indústria extrativa, sobe de 5% para 37%, no período 1970/85. Em segundo plano, aparece a ampliação da participação da região Norte devido ao Projeto Grande Carajás, com reduções nas participações de Minas Gerais (minérios de ferro) e Santa Catarina (carvão); enquanto São Paulo reduz sua participação de 10% para 2% no mesmo período²⁸⁵.

²⁸⁴ O comportamento industrial nos anos 80 é analisado por SUZIGAN, Wilson. A Indústria Brasileira após uma Década de Estagnação: Questões para Política Industrial. IE-UNICAMP, Texto para Discussão n. 5. Campinas, fevereiro de 1992.

²⁸⁵ Ver o trabalho de DINIZ & LEMOS (1989), pp. 176-177.

Embora não haja dados industriais regionais censitários para o final dos anos 80, sabe-se que o PIB Nordeste apresentou taxas de crescimento superiores às médias nacionais em todos os setores, ao menos até 1988²⁸⁶. Isto pode ser entendido pelo fato dos investimentos públicos, embora reduzidos, terem privilegiado as regiões Norte e Nordeste. De um lado, em decorrência da continuidade e maturação de grandes projetos ligados à base de recursos naturais ou localizados, nestas regiões, em razão de decisões federais macropolíticas. De outro, em razão das alianças políticas regionais que conduziram à concentração dos investimentos públicos nas periferias - principalmente no Nordeste.

A análise dos dados sobre o desempenho industrial, auxilia a compreender essas tendências. A desconcentração, a partir da Grande São Paulo, continuou tendo dois sentidos: de um lado o restante da periferia nacional, principalmente as regiões Norte, Centro Oeste, os estados da Bahia, Paraná e Minas Gerais; de outro o Interior de São Paulo, graças às políticas da década de 1970, à maturação de investimentos anteriores e ao Pró-Álcool. Assim, nos anos 80, o Interior de São Paulo, como na década anterior, ampliou sua participação na indústria do país, chegando em 1990 a responder por 23,0% deste total, quando detinha apenas 14,7% em 1970 e 20,2% em 1980.

A evolução da agricultura novamente contribuiu para essa desconcentração, quer por apresentar taxas superiores à média da indústria, quer pelo seu menor crescimento em São Paulo. De fato, em que pese a retração do crédito subsidiado, no contexto da crise fiscal da década, a agricultura cresceu a taxas mais elevadas que a média do PIB, atenuando os efeitos da crise industrial. Este comportamento refletiu o programa do álcool, com o avanço da produção de cana-de-açúcar, mas foi resultado, sobretudo, da ampliação das lavouras de exportação, favorecidas pela participação crescente em vários mercados internacionais.

O aumento da área cultivada das principais lavouras concentrou-se no Centro-Oeste, na Bahia e na região Norte. Em que pese também ter ocorrido significativa expansão da área cultivada em São Paulo, isto foi resultado quase exclusivo do Pró-Álcool, e menos dos produtos voltados para exportação. Na grande maioria das outras Unidades da Federação e grandes regiões brasileiras, o aumento da área de lavouras

²⁸⁶ Ver DUARTE, Renato. "Dinâmica e Transformação da Economia Nordestina na Década de 70 e nos Anos 80" in Revista de Economia do Nordeste. Fortaleza, Vol. 20, n. 4, out-dez. de 1989, pp. 339 a 378.

deveu-se sobretudo aos produtos exportáveis²⁸⁷. Neste caso é importante notar que, diferentemente da década anterior, em que os ganhos na produtividade do trabalho foram maiores, os anos oitenta caracterizaram-se mais pelo aumento dos rendimentos físicos da agricultura²⁸⁸.

Mas o aumento do volume das exportações não é um fenômeno exclusivo da agricultura. Ao contrário, foi a tônica do conjunto da economia brasileira nesta década, inclusive levando ao aumento da importância dos manufaturados na pauta do comércio exterior. Evidentemente, em algumas economias regionais essas exportações apenas substituíram demanda interna. Mas, o que se quer salientar é que o aumento das exportações foi importante para muitas regiões, inclusive para o Interior do estado de São Paulo. Ou seja, se a estratégia de ajuste, via exportações, mostrou-se fracassada em termos macroeconômicos²⁸⁹, isto não significa que tenha sido irrelevante para o desempenho de regiões específicas.

Ao contrário, houve crescimento absoluto em quase todas as regiões do país, com pequena queda relativa da participação de São Paulo, sobretudo pelo aumento das exportações originárias do Centro-Oeste (produtos básicos), Maranhão (semimanufaturados), Norte (básicos e semimanufaturados) e Minas Gerais (tanto em produtos básicos, semimanufaturados como manufaturados)²⁹⁰.

Com isto abriram-se alternativas localizadas de dinamismo, mesmo no contexto da crise. Muitas dessas possibilidades situaram-se no próprio Interior de São Paulo, outras em regiões de "fronteira". Mas esse dinamismo apresentou pouca ou nenhuma correspondência com o desempenho do conjunto da economia, em particular com os segmentos com graus de encadeamento maior na estrutura produtiva.

Esse esforço exportador, muitas vezes em empreendimentos situados próximos às fontes de recursos naturais, conviveu com o acirramento das tendências das novas

²⁸⁷ Ver PACHECO, Carlos Américo. "Evolução Recente da Urbanização e da Questão Regional do Brasil: Implicações Econômicas para a Dinâmica Demográfica", in *Anais da IV Conferência Latino-Americana de Población*, Ciudad de México, abril de 1993.

²⁸⁸ Ver FONSECA, Rinaldo Barcia & SALLES FILHO, Sérgio "A Agropecuária Brasileira", in CANO, W. (Coord.), 1992 Vol. 2.

²⁸⁹ Essa inconsistência macro pode ser sintetizada pelo fato do crescimento das exportações ser incapaz de sustentar um nível mínimo de emprego e mostrar-se incompatível com o aumento da demanda interna. Além disso, a recorrente inconsistência das estruturas de ativos e passivos dolarizados, entre o governo e o setor exportador, acabaria por imobilizar a política econômica. Sobre a trajetória da econômica nestes anos ver: CARNEIRO, Ricardo. *Crise, Estagnação e Hiperinflação (A Economia Brasileira nos Anos 80)*. Tese de Doutorado apresentada ao IE/UNICAMP, Campinas, 1991, mimeo.

²⁹⁰ Veja NEGRI, Barjas & PACHECO, Carlos Américo (1993), Tabela 4, p. 14.

atividades industriais que se localizem fora das áreas metropolitanas, fugindo das deseconomias de aglomeração. Não é gratuito que o desempenho do emprego industrial tenha sido, particularmente, medíocre exatamente nas grandes metrópoles.

O resultado desse processo foi uma sensível alteração na dimensão espacial do desenvolvimento brasileiro. Assistiu-se a uma gradativa desconcentração econômica e foi a Região Metropolitana de São Paulo quem mais perdeu peso na indústria. Em paralelo, essa trajetória mostrou crescente heterogeneidade no desenvolvimento interno das regiões brasileiras, com o surgimento de "ilhas" de produtividade em quase todas as regiões, crescimento maior das "antigas periferias" nacionais, padrões relativamente baixos de crescimento populacional das áreas metropolitanas, sobretudo de suas sedes, e uma importância ainda maior do conjunto das cidades de médio porte. Esta própria tendência locacional, sobretudo em São Paulo, tendeu a favorecer municípios de porte médio, dotados de infra-estrutura e próximos à malha de transportes, mas distantes dos problemas crônicos das grandes cidades.

Em síntese, nos últimos vinte anos, a Região Metropolitana de São Paulo perdeu cerca de 17 pontos percentuais da participação do VTI da indústria de transformação brasileira (de 43,4% em 1970, para aproximadamente 26,3% em 1990). Isto representou uma alteração significativa da configuração espacial da indústria nacional. São os determinantes deste processo e suas características em cada conjuntura específica desses últimos anos que procuraremos analisar na sequência.

1.2. A Indústria Brasileira Durante a Segunda Fase da Industrialização Pesada

O período que se inicia em 1967 e vai até 1980 corresponde à "segunda fase da industrialização pesada", com grandes investimentos no setor industrial e elevadas taxas de crescimento. A lógica desse movimento, que subdivide-se no vigoroso ciclo expansivo do "milagre" e nos anos do II PND, é bem conhecida. Na sequência apenas indicamos suas características mais importantes, para compor o cenário da desconcentração industrial que marca todo o período.

1.2.1. Modernização e Internacionalização da Indústria Brasileira

Já indicamos anteriormente as razões que explicam a retomada do crescimento após 1967. Em síntese, elas se relacionam com a reestruturação dos mecanismos de financiamento - público e privado - derivados das reformas bancária e fiscal da segunda metade dos anos 60, bem como dos estímulos decorrentes da conjuntura extremamente favorável da economia internacional, entre 1970 e 1973²⁹¹.

O produto industrial teve crescimento anual superior ao verificado no período de 1956/1961, com elevadas taxas nos setores de bens de consumo durável e de bens de capital, bem como maior abertura para o setor externo, com considerável aumento do coeficiente de importações em relação ao PIB e à disponibilidade de produtos industriais²⁹².

Essa maior abertura ao comércio exterior foi decorrência do intenso crescimento e diversificação das exportações brasileiras, cujo volume mais que duplicou, mas também foi consequência da disponibilidade de financiamento externo. Em virtude da melhoria das relações de trocas, o valor das exportações brasileiras quase triplicou. Uma particularidade desse desempenho foi o significativo crescimento das exportações de origem agroindustrial.

Em termos da dinâmica intra-industrial, a demanda de bens de consumo durável constituiu-se num dos principais fatores da recuperação, reflexo direto da diferenciação dos salários e da elevação das margens de endividamento das famílias, esta última em função do desenvolvimento de mecanismos de crédito ao consumo.

Esta é na verdade a diferença mais significativa, em termos setoriais, entre o ciclo expansivo do "milagre" e o Plano de Metas. "No período JK, o setor dominante foi o de bens de produção (inclusive caminhões, utilitários, etc.), desempenhando, a instalação do setor de duráveis de consumo (sobretudo a indústria automobilística) um papel subordinado, ainda que importante. No período recente, deu-se o inverso. O eixo

²⁹¹ Importante análise à respeito desse período e do subsequente é feita por TAVARES, M.C. (1978) e SERRA, J. (1982).

²⁹² Em relação ao PIB o coeficiente passou de 5,4% para 8,6% e em relação a disponibilidade de produtos industriais de 9,2% para 14,2%.

da acumulação passou a repousar sobre o setor de bens duráveis de consumo - basicamente automóveis e construção civil"²⁹³.

O investimento governamental começou a ser retomado em 1967 como consequência da melhoria das condições de financiamento do setor público, o mesmo acontecendo com a construção civil após a criação do Banco Nacional de Habitação - BNH.

Ressalte-se que a capacidade ociosa decorrente do ciclo expansivo 1956/1961 e dos anos de estagnação 1962/1967, e as facilidades de endividamento externo, constituíram-se em condições básicas para o bom desempenho da economia entre 1967 e 1973. Além disso, o dinamismo da economia mundial incentivou o aumento do comércio internacional, estimulando a produção de bens industrializados e agrícolas para exportação, gerando as divisas necessárias ao financiamento das importações.

A ampliação das relações comerciais internacionais foi incentivada por uma série de medidas de política econômica, entre as quais destacam-se a implantação, em meados de 1968, da política de mini-desvalorização cambial, os abundantes incentivos e subsídios de caráter fiscal e creditício às exportações, e a intensificação do endividamento externo.

A taxa de acumulação atinge valores significativamente altos entre 1972 e 1973, mas, já em 1974 e 1975 há quedas acentuadas no ritmo de crescimento do PIB, sendo ainda maior a retração no ritmo de crescimento industrial, de 15,8% em 1973 para 8,4% em 1974 e 4,5% em 1975²⁹⁴. Uma série de fatores contribuíram para essa inflexão e a desaceleração da economia que vai se estender por todo período 1974/1980. Porém, a questão fundamental diz respeito à própria natureza do crescimento, liderado pelo segmento de bens duráveis e de capital. É esse o sentido que Belluzzo e Cardoso de Mello enfatizaram, ao alertar sobre os problemas de realização dinâmica desse ciclo expansivo: "a crise se desencadeia em função da incompatibilidade entre as taxas de acumulação e de crescimento da demanda efetiva de bens duráveis de consumo"²⁹⁵.

²⁹³ Conforme BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello & CARDOSO DE MELLO, João Manuel. "Reflexões sobre a Crise Atual" in Escrita Ensaio. Publicação Bimestral da Revista Escrita. São Paulo, 1977, Ano I, n.2, p.2.

²⁹⁴ A taxa de crescimento do PIB declinou no mesmo período de 14,0% em 1973 para 9,8% em 1974 e 5,6% em 1975.

²⁹⁵ Conforme BELLUZZO, L. G. M. & CARDOSO DE MELLO, J.M. (1977), p.25.

A crise não atinge proporções maiores, fundamentalmente porque, depois de 1974, o desempenho da economia brasileira estaria condicionado pela implantação, ao menos parcial, do II Plano Nacional de Desenvolvimento - II PND. Isto implicaria na sustentação de um patamar elevado de investimentos por parte do setor público, que direta ou indiretamente buscava superar o atraso no setor de bens de produção e à forte dependência em relação a importação de insumos básicos.

As metas do II PND seriam sistematicamente revisadas, não apenas porque situavam-se em patamares irrealistas, mas porque, depois de 1975, a política econômica também volta a enfrentar os desequilíbrios de Balanço de Pagamentos e a própria inflação. Além disso, a expansão proposta pelo II PND, justamente no momento de desaceleração da economia mundial, nascia marcada pela impossibilidade de assegurar um ciclo endógeno, alavancado pelo setor de bens de capital²⁹⁶.

Mesmo assim o II PND obteve êxito na substituição de importações de produtos intermediários, e, graças a uma ação coordenada de apoio do sistema do BNDE e do CDI ao setor privado, contando também com uma ação direta das empresas estatais, produziu efeitos positivos na expansão e diversificação da indústria nacional de bens de capital.

Comparativamente ao período 1967/73, diminuiu a taxa de crescimento do volume das exportações, que, no entanto, manteve-se num patamar ligeiramente inferior ao crescimento do PIB, ao mesmo tempo em que diversificava-se a pauta, ampliando em muito a participação de produtos manufaturados: de apenas 10,5%, em 1968, passou para 23,1% em 1973 e atingiu a expressiva cifra de 44,9% em 1980. Incluindo-se os produtos semi industrializados essas proporções passam a ser respectivamente 20,2%, 32,9% e 56,5%.

Com o avanço da estrutura industrial e a consolidação da industrialização pesada, internalizou-se também uma base técnica que submeteu a agropecuária a um rápido processo de modernização. Em função do espaço que se abriu no mercado internacional, passaria por grande expansão da produção de exportáveis, industrializados ou não, como são os casos do suco de laranja, óleos vegetais, produtos da soja, café, açúcar demerara bruto, carne de frango e bovina congeladas,

²⁹⁶ Ver CARNEIRO, Ricardo. "Crise, Ajustamento e Estagnação" in Economia e Sociedade. Campinas, Instituto de Economia-UNICAMP, n.1, agosto de 1992, pp.145-169 e BELLUZZO, L.G.M. & CARDOSO DE MELLO, J.M. (1977), p. 27.

açúcar cristal e farelo de polpa cítrica. Como consequência intensificaram-se ainda mais as relações técnicas entre a agricultura e a indústria nacional.

Por outro lado, as exportações industriais de bens de consumo não duráveis levaram à diversificação e expansão dos respectivos setores produtivos: casos de tecidos, calçados, alimentos e vestuário. A exemplo dos produtos agrícolas e agroindustriais, o aumento de seu peso na pauta das exportações também foi resultado do avanço da modernização tecnológica, dos padrões de competitividade e de produtividade industrial. Ao longo dos anos 70, as exportações industriais brasileiras diversificaram-se ainda mais, passando a incluir material de transportes, caldeiras e aparelhos mecânicos, equipamentos e demais acessórios industriais, produtos siderúrgicos, material bélico e material aeronáutico²⁹⁷.

Grande parte desse desempenho exportador pode ser creditado ao II PND, que objetivava complementar a estrutura produtiva, desenvolvendo sob a tutela do Estado dois importantes setores da indústria de bens intermediários dependentes até então de importações: a indústria petroquímica e a de metais não-ferrosos. Em 1971 os insumos básicos representavam 32,2% da pauta das importações brasileiras, atingindo seu ponto mais alto em 1974, com 36,7% do total, para declinar gradativamente, a partir daí até atingir 21,8% em 1980.

Além da petroquímica e da indústria de metais não ferrosos, outros setores contribuíram sobremaneira para a economia de divisas. De modo geral os principais insumos básicos que tiveram sua produção interna ampliada e diversificada foram: petróleo, metais não ferrosos (alumínio, cobre, zinco, magnésio e níquel), papel e celulose, laminados de aço (planos e não planos), produtos químicos (orgânicos e inorgânicos) e fertilizantes²⁹⁸. A petroquímica é implantada no início da década de 70 sob a coordenação do Estado, que havia conseguido acomodar os interesses de capital nacional privado e público e estrangeiro. A implantação de unidades produtoras de não-ferrosos (basicamente alumínio, chumbo, cobre e estanho) ocorrida na segunda metade da década, baseou-se, fundamentalmente, no capital estatal e estrangeiro.

²⁹⁷ "Embora a diversificação da pauta de exportação em direção aos manufaturados seja resultado das transformações na estrutura produtiva, ela resulta também da fratura do padrão de crescimento. A desarticulação dos investimentos que resulta do II PND e a rápida desaceleração do crescimento após 1977 - induz vários setores a buscar no comércio exterior os mercados adicionais para fugir ao baixo grau de utilização da capacidade produtiva. Para isso, contaram com uma generosa política de subsídios e incentivos". Conforme CARNEIRO, Ricardo (1993), p. 153.

²⁹⁸ Ver CASTRO, A.B. & PIRES DE SOUZA, F.E. (1985), capítulo I.

As razões do fracasso do II PND já foram expostas por Lessa²⁹⁹. No entanto, é preciso deixar claro que ao dar ênfase à indústria de base de bens de capital, o Estado já não mais conseguia ajustar os múltiplos interesses das empresas estatais, das grandes empresas privadas nacionais e das grandes empresas estrangeiras. Além disso, é fundamental acrescentar os desafios que se colocavam à natureza da inserção internacional do Brasil ao final da década. Num mundo em extraordinária mudança, o II PND propunha completar a estrutura industrial em segmentos chaves do padrão industrial vigente até então. Mas faltava clareza da dimensão das mudanças e a própria estrutura patrimonial dos grandes grupos industriais - com o predomínio da empresa transnacional - impor limites consideráveis à capacidade de inovação produtiva. Um problema que se mostraria bem mais complexo na década seguinte³⁰⁰.

Além de ampliar sua presença nos setores da petroquímica, da siderurgia e de metais não ferrosos, o Estado atuaria também no setor energético-carburante, embora de forma tímida e com grande atraso, através da criação do PROÁLCOOL, em meados dos anos 70. A expansão da produção nacional de álcool ganharia expressão ao final da década, aí sim, com fortes rebatimentos no setor industrial, ampliação da demanda de insumos químicos e de implementos agrícolas para a lavoura canvieira e de máquinas, equipamentos e acessórios para usinas e destilarias de álcool.

A modernização e expansão da agropecuária e indústria de transformação foi acompanhada pelo crescimento da construção civil, que se beneficiou sobremaneira dos investimentos governamentais em infraestrutura básica, da montagem do Sistema Financeiro de Habitação e do acelerado processo de urbanização brasileiro. Importante característica deste setor é o forte rebatimento em outros ramos industriais, que crescem a reboque da construção civil, como cimento, ferro, alumínio, cerâmica, tijolos e telhas, material elétrico, material e equipamentos hidráulicos, madeira, etc.

Conforme já foi dito, a política governamental procurou direcionar a maior parte dos investimentos industriais para fora do Estado de São Paulo, numa política explícita de desconcentração industrial no sentido São Paulo-Resto do País, fazendo com que diminuísse a participação de São Paulo no total do valor da transformação industrial

²⁹⁹ Ver LESSA, Carlos (1978), em especial capítulos 1o. e 2o.

³⁰⁰ Conforme CANUTO, Otaviano. "Aprendizado Tecnológico na Industrialização Tardia" in Economia e Sociedade, Campinas, Instituto de Economia - UNICAMP, n. 1, agosto de 1992, pp. 171-189.

brasileira³⁰¹. Mesmo assim, a indústria paulista acabaria por reter grande parte dos efeitos positivos desses empreendimentos, como veremos mais adiante.

A diversificação da indústria de transformação brasileira entre 1967/80 pode ser melhor entendida pelos dados da Tabela II.2. As indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo não durável reduziram sua participação relativa de 42,0% para 31,1%, processo que foi mais acentuado na primeira metade da década de 1970 e que resultou na redução da importância dos ramos têxteis, alimentícios e de produtos farmacêuticos e veterinários. Nesse grupo de indústrias, apenas o ramo de vestuário, calçados e artefatos de tecidos, beneficiado pelo processo de urbanização e pela política de incentivo à exportação (basicamente calçados), ampliou sua participação relativa. Na segunda metade da década, a têxtil, beneficiada pelos mesmos fatores, também ampliou ligeiramente seu peso relativo.

O grupo de indústrias predominantemente produtoras de bens intermediários, sob o predomínio da química e da metalurgia, ganhou importância nesses mesmos dez anos, saltando de 36,6% para 41,3% do total, com maior dinamismo no primeiro quinquênio da década. Outros ramos que ganharam peso relativo foram os de papel e papelão, madeira e produtos de matéria plástica.

TABELA II.2: MODIFICAÇÃO NA ESTRUTURA SETORIAL NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO BRASILEIRA NO PERÍODO 1967/1990.

GRUPOS E RAMOS DE INDÚSTRIAS INDÚSTRIAS SELECIONADAS	1967	1970	1975	1980	1985	1989	1990
GRUPO I							
<u>Indústrias Predominantemente Produtoras de Bens de Consumo Não Durável</u>	42,0	40,4	33,6	31,5	31,1	30,6	31,2
Têxtil	9,8	9,3	6,1	6,2	6,0	5,7	5,6
Vestuário, calçados e art. tecidos	3,1	3,3	3,8	4,7	5,2	4,3	4,0
Alimentos	14,5	13,5	11,3	11,6	12,0	11,4	12,8
Outros	14,6	14,3	12,4	9,0	7,9	9,2	8,8
GRUPO II							
<u>Indústrias Predominantemente Produtoras de Bens Intermediários</u>	36,6	37,1	40,8	41,3	43,0	42,6	42,6
Química	10,9	10,0	12,1	14,6	17,3	16,1	16,3
Minerais não-metálicos	5,6	5,3	6,2	5,6	4,3	4,6	4,5
Metalurgia	10,5	11,6	12,6	11,6	12,6	12,5	12,1
Outros	9,6	9,6	9,9	9,5	9,2	9,4	9,7
GRUPO III							
<u>Indústrias Predominantemente Produtoras de Bens de Capital e de Bens de Consumo Durável</u>	21,4	22,5	25,6	27,2	25,9	26,8	26,2
Mecânica	5,1	7,1	10,3	10,2	9,2	10,8	9,3
Material de transportes	8,4	8,0	6,3	7,5	6,4	6,2	5,7
Material elétrico e de comunicações	6,1	5,4	5,8	7,0	7,6	8,2	8,6
Outros	1,8	2,0	3,2	2,5	2,7	2,4	2,6
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTES DOS DADOS BÁSICOS: 1. FIBGE - Censo Industrial: 1970, 1975 e 1980
2. FIBGE - Pesquisa Industrial: 1967
3. FIBGE - Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física: 1989/90

³⁰¹ Esse assunto encontra-se analisado no trabalho de NEGRI, B. & CANO, W. "A Interiorização da Indústria Paulista nos Anos 70" in Anais do XV Encontro Nacional de Economia. Salvador, ANPEC, 1987.

Por sua vez, a indústria produtora de bens de capital e de consumo durável manteve significativo ritmo de expansão, passando de 21,4% para 27,2% do total da indústria de transformação brasileira entre 1967 e 1980. Na primeira metade da década de 70, empulsionada pela indústria mecânica (grande responsável pela produção de bens de capital doméstico) e na segunda, pela de material de transportes, o mesmo ocorrendo, ainda que de forma menos acentuada, com as indústrias de material elétrico e de comunicações³⁰².

1.2.2. Inflexão da Concentração Industrial em São Paulo

Por um conjunto de razões, mas também em decorrência da explicitação da política econômica federal de crescimento industrial fora de São Paulo (principalmente em relação à área petroquímica, siderúrgica, papel e celulose e demais insumos básicos) evidencia-se nos anos 70, uma inflexão da concentração no Estado de São Paulo. De fato, nesta década tem início um processo de desconcentração da indústria paulista, uma vez que ela reduziu seu peso relativo em 16 dos 21 ramos da indústria de transformação brasileira, ficando as exceções com os ramos da metalurgia, madeira e produtos de matérias plásticas que elevaram ligeiramente sua participação relativa e os da química e couros, peles e similares, que a mantiveram.

Vários instrumentos institucionais do governo federal contribuíram para essa inflexão, entre os quais o Conselho de Desenvolvimento Industrial-CDI, o Conselho de Desenvolvimento Econômico CDE, que passaram a agir na regulamentação do crescimento e localização industrial. A Resolução nº 14 do CDE restringiu drasticamente a concessão de incentivos às indústrias que pretendiam se instalar na região metropolitana de São Paulo; a Resolução nº 52/77 do CDI selecionou setores industriais que poderiam receber incentivos e os que não teriam apoio oficial, caso viessem a se instalar nessa região; a Portaria nº 1817/78 do BEFIEX dispôs que os setores industriais que ainda podiam se instalar na RMSP, com apoio oficial, teriam que destinar 50% de sua capacidade de produção instalada às exportações; mais recentemente, a Lei Federal nº 6.803/80 definiu diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição, pretendendo não apenas disciplinar a

³⁰² É preciso alertar que os dados da Tabela II.2 refletem dados censitários de 1970, 1980 e 1985 e de pesquisas industriais de 1967, 1989 e 1990, bem por isso podem encobrir o desempenho de determinados setores nos anos intercensitários que apresentam ritmos de crescimento ou de desaceleração diferentes de acordo com a conjuntura econômica da época.

ocalização em zonas definidas, mas também equacionar esquemas mais eficientes de controle de poluição³⁰³.

Entre 1970 e 1975, o produto industrial de São Paulo teve crescimento médio da ordem de 15,1% anual, duplicando seu VTI em meia década. Mesmo com esse crescimento expressivo, a indústria de São Paulo não conseguiu obter o mesmo desempenho dos demais Estados brasileiros, diminuindo sua participação na indústria nacional. Na segunda metade da década caiu ainda mais seu ritmo de crescimento, com uma taxa média de 4,5% ao ano, novamente abaixo da média do Restante do País. Mais uma vez reduziu-se a participação de São Paulo: em 1980 passou a responder por 54,4% do produto industrial brasileiro.

De modo geral, as informações disponíveis mostram o declínio da participação relativa do Estado de São Paulo no total do Brasil, sem contudo apontar retrocesso de sua indústria, uma vez que ela apresentou taxas de crescimento expressivas durante os anos 70 e, mais que isso, passou por rápido processo de modernização e diversificação que estava relacionado ao crescimento do parque produtivo do restante do País e, também, ao maior volume de exportação de manufaturados³⁰⁴.

Praticamente todas as demais regiões apresentaram ritmo de crescimento superior à média brasileira. Os Estados do Sul do país foram particularmente favorecidos pelos desdobramentos do processo de modernização e diversificação de sua agropecuária, e também pelo desempenho de segmentos específicos da indústria mecânica e têxtil. A região Norte, beneficiada pela Zona Franca de Manaus, passou a ter maior expressão industrial, a nível nacional, apenas em 1980. No Nordeste, o Estado da Bahia foi o que apresentou maiores taxas de crescimento industrial, mais que duplicando sua participação relativa num prazo de dez anos, processo impulsionado pela indústria química.

³⁰³ Todos esses instrumentos auxiliaram o processo de desconcentração da indústria metropolitana a favor do Resto do País e ao Interior do Estado de São Paulo.

³⁰⁴ Em termos relativos, o Estado do Rio de Janeiro foi o que mais perdeu participação no total nacional: a título de ilustração vale mencionar que a indústria de São Paulo que em 1970 era três vezes e meia maior que a do Rio de Janeiro, passou em 1980 a ser cinco vezes maior. Assim mesmo, em termos reais, o VTI fluminense quase duplicou entre 1970 e 1980.

A estratégia da industrialização contida no II PND traria implicações espaciais, pois nas regiões periféricas da economia brasileira³⁰⁵, entre os grandes projetos previstos nesse plano destacavam-se:

a) na grande mineração: ferro em Carajás, no Pará; bauxita em Trombetas, no Pará; cobre em Caraibas, na Bahia; fosfatos em Patos, Minas Gerais; potássios em Carmópolis, Sergipe; nitrogenados - gás natural nas plataformas continentais nordestinas e fluminenses; carvão e pirita em Santa Catarina e Rio Grande do Sul; sal em Dunas e Salinas, no Nordeste; entre outros;

b) grandes complexos industriais: siderurgia: Itaqui no Maranhão, Tubarão no Espírito Santo e Açominas e Mendes Junior em Minas Gerais; metalurgia do alumínio: Trombetas no Pará; metalurgia do cobre: Camaçari na Bahia; complexo cloroquímico em Maceió (Alagoas) complexo cloroquímico e exploração de potássio em Sergipe; nitrogenados no Norte Fluminense; fertilizantes em Minas Gerais; carboquímica em Santa Catarina, entre outros;

c) outras prioridades, como por exemplo nos setores de cimento, papel e celulose, com novas unidades no Nordeste, sul da Bahia e norte Capixaba;

d) na área energética: os aproveitamentos hidroelétricos de Itaipu, Itumbiara, São Simão, Paulo Afonso IV, Xingó, Salto Santiago, Tucuruí e São Félix implicando novas possibilidades de atração industrial.

Como bem destaca LESSA (1978) "o II PND dispunha de uma estratégia que internaliza em seu coração a incorporação de recursos das regiões periféricas. Esta diretiva, que aponta naturalmente para uma política de desconcentração industrial, foi reforçada de forma explícita pela seguinte orientação coadjuvante: evitar a tendência à concentração da atividade industrial na área metropolitana paulista, perseguindo-se o equilíbrio no triângulo São Paulo-Rio-Belo Horizonte"³⁰⁶. Fatos marcantes no sentido do fortalecimento de indústrias de Minas Gerais foram a montagem de um polo industrial pesado, em Belo Horizonte, com a implantação da FIAT em Betim, e o reforço dado pelo II PND, que definiu prioridades para o polo mineiro. No caso do Rio de Janeiro, constata-se como efeito do II PND os projetos da Cia. Siderúrgica Nacional II e

³⁰⁵ Conforme LESSA, C., Estratégia do Desenvolvimento: Sonho e Fracasso (1974-1976), Rio de Janeiro, 1978, mimeo. p.8.

³⁰⁶ Idem p. 9.

Itaguaí, para alumínio, Centrais Nucleares em Angra dos Reis, além da fusão política administrativa Rio de Janeiro-Guanabara. Duas outras grandes decisões políticas corroboram essas intenções "descentralizantes": a implantação do II Polo Petroquímico da Bahia e a arbitragem para o Rio Grande do Sul na localização do III Polo Petroquímico.

Esse conjunto de intenções governamentais, muitas das quais foram efetivamente realizadas no prazo previsto, contribuiu em muito para a diminuição do peso industrial da região SUDESTE, mesmo com os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo sendo beneficiados pela política econômica do período e aumentaram significativamente sua parcela no total do produto industrial brasileiro³⁰⁷.

Ainda assim, as evidências mostram que a perda do peso relativo da indústria de São Paulo não foi tão elevada como era esperada pelos formuladores da política econômica.

O que não foi percebido pelas autoridades governamentais foi o significativo avanço do processo de desconcentração industrial da Região Metropolitana no sentido RMSP - Interior do Estado de São Paulo, que acabou sendo beneficiário da política econômica mais geral, ganhando expressivo peso relativo em relação à indústria paulista e ao conjunto da indústria brasileira, conforme discute-se mais adiante.

Em paralelo, é conveniente ter em vista que os determinantes desta desconcentração não se reduzem às diretrizes de política econômica ou ao esforço de descentralizar investimentos de setor produtivo estatal, durante o II PND. Como indicou-se na introdução deste capítulo, esse processo esteve fortemente condicionado pela forma como se desdobrou a unificação do mercado nacional, no contexto de uma urbanização acelerada.

Pela importância central que essa discussão assume para o entendimento da própria dinâmica regional da indústria paulista, convém avaliar os desdobramentos da desconcentração industrial na década de 80. Isto é fundamental, não apenas por uma questão de atualização das informações ou porque a década se caracterize por

³⁰⁷ Em relação à agropecuária, o dinamismo de São Paulo também foi expressivo. Com o acelerado processo de modernização e diversificação, ao mesmo tempo que manteve, praticamente, o mesmo peso relativo de 1970: com redução de 17,5% para apenas 17,1% do valor agregado entre 1970 e 1980. Ver KAGEYAMA, Angela (1986), Capítulo II.

conjunturas econômicas distintas dos anos 70. O relevante, neste caso, é que a dinâmica dos processos recentes auxilia a compreensão dos limites das políticas de desconcentração e chama atenção para o quanto estes fenômenos estiveram relacionados à generalização do padrão produtivo da II Revolução Industrial e a uma forma específica de inserção do país na economia mundial. De fato, quanto mais se tornam evidentes os sinais de esgotamento do dinamismo anterior e se questiona nosso papel no quadro de uma nova divisão internacional do trabalho, mais e mais se reforça a convicção de que uma série de desafios se colocam à continuidade da desconcentração industrial. Mas esta é uma temática da conclusão do trabalho. Vejamos antes os principais movimentos da década perdida.

1.3. A Indústria Brasileira Durante a Crise dos Anos 80

Durante os anos 80 a indústria brasileira teve um desempenho considerado sofrível, resultado das políticas de ajuste macroeconômico do início da década e da trajetória da inflação crônica do seu final. A taxa de crescimento dos anos 80 foi bem inferior à da década anterior, mas houve decréscimo absoluto do produto industrial, com crescimento único e exclusivamente na indústria extrativa, basicamente devido ao petróleo.

A estrutura industrial pouco se modificou, mas assistiu-se a uma pequena redução dos pesos relativos dos setores mais afetados pela crise - bens intermediários e de bens de capital - e aumento dos setores que conseguiram conquistar mercados internacionais para seus produtos, como a agroindústria, siderurgia, calçados, etc.

A estrutura espacial também se modificou menos que na década anterior, apesar de ter se consolidado o movimento de inflexão da concentração industrial em São Paulo: o peso relativo da indústria paulista no valor da transformação industrial do Brasil reduziu-se de nove pontos percentuais ao longo da década³⁰⁸

³⁰⁸ Os dados de 1990 são estimativas baseadas nos valores do Censo Industrial de 1985 e nos índices de crescimento da produção física calculada pelo FIBGE, Diretoria de Pesquisa, Departamento de Indústria, Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física, publicada no Anuário Estatístico do Brasil, Rio de Janeiro, 1991, volume 51, p.653.

1.3.1. O Desempenho da Indústria Brasileira

Durante o período 1980/90 o produto da indústria de transformação decresceu 6,4%; foram os maiores responsáveis por esse resultado negativo os bens de capital e de consumo durável ³⁰⁹. Esse decréscimo foi mais acentuado em São Paulo, ao passo que alguns estados e regiões apresentaram taxas positivas, ainda que pequenas.

Este desempenho desigual das diversas regiões implicou na continuidade das tendências verificadas antes de desconcentração, que, porém, adquiriu ritmo e características diferentes. Nos anos 70, a indústria de São Paulo cresceu a taxas elevadas, mas inferiores ao Resto do País; na de 80, a indústria paulista, por sua própria especificidade, foi mais fortemente afetada pelos aspectos negativos da recessão. Com isso, sua produção industrial chega no final da década, num patamar inferior ao do início, enquanto a indústria do restante do país crescia, mesmo a ritmo lento. O resultado, como não poderia deixar de ser, foi a perda de peso relativo de São Paulo no produto da indústria de transformação brasileira: de 58,1% em 1970 para 54,4% em 1980 e para 49,2% em 1990³¹⁰.

A razão pela qual a crise manifestou-se mais fortemente em São Paulo reside no fato de que neste estado concentram-se cerca de dois terços da indústria nacional de bens de capital. Além disso, sua estrutura industrial guarda maior interdependência técnica, isto é, quando um setor importante é afetado positiva ou negativamente, ele gera relações em cadeia sobre outros, de forma mais acentuada que no Resto do País. Há também outras razões: o crescimento da produção agroindustrial para os mercados interno e externo, principalmente no Sul e Centro-Oeste; a expansão da indústria de produtos eletrônicos na Zona Franca de Manaus; aumento da produção de insumos básicos para os mercados interno e externo nos estados privilegiados por investimentos do II PND, concluídos nos anos 80; a consolidação do Proálcool em meados da década beneficiou, além de São Paulo, as regiões produtoras de cana-de-açúcar como Minas Gerais, Rio de Janeiro e as regiões Centro-Oeste e Nordeste, que

³⁰⁹ O desempenho da indústria brasileira nos anos 80 é analisada no recente trabalho de SUZIGAN, Wilson. A Indústria Brasileira após uma Década de Estagnação: questões para uma política industrial. Instituto de Economia, UNICAMP. Texto para Discussão nº 5. Campinas, fevereiro de 1992.

³¹⁰ Preferencialmente, estamos utilizando os dados dos Censos Industriais de 1970, 75, 80 e 1985, na medida que são resultados mais confiáveis, além de serem regionalizados de forma mais adequada. Apenas esporadicamente, com as devidas ressalvas, lançamos mão de indicadores da produção física (PIM-PF), para os anos seguintes a 1985, ou mesmo do Valor Adicionado Fiscal da Secretaria Estadual da Fazenda, quando referidos a sub-regiões do Estado de São Paulo.

assimilaram rebatimentos positivos da expansão do setor sucro-álcooleiro sobre as indústrias de máquinas e equipamentos e de insumos básicos para a agricultura (bem como para o setor comercial e de prestação de serviços).

O próprio resultado da Balança Comercial auxilia a entender o melhor desempenho das demais economias regionais. As exportações tiveram crescimento excepcional no período 1979/89 e foram dinamizadas pelos produtos industrializados, amortecendo assim os efeitos da crise. Nesse período, as exportações brasileiras no conjunto cresceram 2,3 vezes, passando de US\$ 15,2 para US\$ 34,4 bilhões, enquanto as exportações somente de industrializados cresceram 2,9 vezes passando de US\$ 8,5 para US\$ 24,4 bilhões e a participação de produtos industrializados no total das exportações do país passou de 56% para 71%. Há que salientar-se "que esse aumento foi importante para muitas regiões, inclusive para o Interior de São Paulo. Na verdade, a avaliação do significado regional do esforço exportador permite compreender melhor o sentido que assumiram certas "especializações" regionais"³¹¹, cujas estruturas foram construídas ao longo das últimas décadas.

Como bem mostrou Carneiro "a articulação desigual dos vários setores industriais com o mercado externo, que é resultado da fratura do padrão de crescimento, conduz a importantes desequilíbrios na estrutura industrial, que se expressam em taxas de crescimento, coeficientes exportados e grande utilização da capacidade bastante discrepantes"³¹². Mesmo assim, o desempenho de regiões específicas foram relevantes: aumento das exportações de produtos básicos do Centro-Oeste, de manufaturados do Maranhão, de produtos básicos e semi-manufaturados do Norte e de produtos básicos, semi-manufaturados e manufaturados de Minas Gerais.

Essa considerável expansão foi possível graças aos estímulos do governo federal através da continuidade da política de incentivos e subsídios às exportações, pela adoção de uma política cambial mais flexível e pelos ajustes na economia interna com diminuição da demanda interna gerando excedentes exportáveis. Especialmente para o período 1984/85, esse desempenho foi, em grande parte, beneficiado pelo substancial aumento das importações norte-americanas. "Reforçou-se assim, durante

³¹¹ Conforme PACHECO, C.A. (Coord.). "A Dinâmica Industrial e Financeira na Especialização das Regiões". Relatório de Pesquisa O Novo Mapa da Economia Brasileira. Rio de Janeiro, IPEA, 1993, mimeo, p.8

³¹² Conforme CARNEIRO, Ricardo (1993), p.159

os anos 80, a inserção internacional da indústria brasileira com base nos segmentos representativos do padrão anterior de desenvolvimento e em produtos intensivos em recursos naturais, energia e mão-de-obra barata. Para isso contribuíram os determinantes espúrios de competitividade: retração da demanda interna, desvalorizações reais periódicas da taxa de câmbio, compressão do mercado interno e incentivos - subsídios fiscais e creditícios"³¹³.

Para compreender minimamente o desempenho da indústria de transformação é preciso referenciar-se no movimento cíclico ao longo da década: a) 1981/83 - recessão com elevados índices de crescimento negativos; b) 1984/86 - recuperação do ritmo de crescimento industrial c) 1987/89 - desaceleração do ritmo de crescimento e inflação crônica; d) a partir de 1990 nova recessão com abertura comercial.

O primeiro período correspondeu à mais profunda crise do setor industrial, resultado da adoção de um ajuste ortodoxo que teve como principais medidas de ordem econômica: corte nos investimentos e nos gastos públicos; política monetária rígida com restrições ao crédito e elevação e manutenção das taxas de juros, inibindo o investimento privado; continuidade da política de apoio às exportações de produtos industrializados; e a adoção de política cambial visando ampliar a rentabilidade das atividades exportadoras. Em grande parte, tais medidas procuravam a obtenção de elevados superávits na conta comercial, para fazer frente aos compromissos de pagamento dos encargos da dívida externa. Com isso o saldo comercial passou de US\$ -2.8 bilhões em 1979, para US\$ 1,2 bilhão em 1981 e para US\$ 6,5 bilhões em 1983.

Os anos de recessão representam o paradoxismo absoluto do ajuste passivo à crise internacional: ajuste do balanço de pagamentos e combate à inflação pela queda da demanda. Além de ineficaz no tratamento ao combate à inflação e na questão externa, acrescenta-se a barbárie social. Assiste-se no período 1981/83 a aspectos impressionantes: a renda per capita volta aos níveis de 1976, a produção industrial aos níveis de 1977 e o emprego industrial de São Paulo aos níveis de 1973. A ineficiência desse ajuste só não foi maior que o seu custo social.

O crescimento das exportações de manufaturados fez, inclusive, vir à tona uma série de hipóteses sobre a nova forma de inserção internacional da economia

³¹³ Conforme SUZIGAN, Wilson (1992), p. 17.

brasileira. Tanto a idéia de um superavit estrutural decorrente da capacidade produtiva instalada no II PND, quanto a idéia de um "drive" exportador dinâmico, resultado da mudança de preços relativos favorável ao setor exportador são versões destas concepções. Ambas, contudo, deixam de lado o peso que a restrição interna da demanda agregada representou para o êxito do ajuste do Balanço Comercial. Como aponta Carneiro "essa transformação da pauta de exportação reflete as mudanças na estrutura produtiva e a desarticulação do padrão de crescimento que ocorreu a partir da segunda metade da década de 70, mas está também condicionada por fatores cíclicos. Nos setores tradicionais as taxas de crescimento das exportações aumentaram no período recessivo e são negativas quando a absorção doméstica volta a se recuperar entre 1985 e 1986, retomando o crescimento após 1987. Esse mesmo padrão cíclico de comportamento das exportações é observado, porém, com maior intensidade, no caso dos segmentos produtores de bens intermediários. Os setores produtores de bens de capital - à exceção da indústria mecânica - mostram menor sensibilidade cíclica na determinação do desempenho das exportações"³¹⁴.

O VTI da indústria de transformação brasileira caiu 16,2% entre 1981 e 1983, enquanto a de São Paulo declinou 19,8%. Em, praticamente, todas as demais regiões, estas quedas foram menores: 5,0% no Nordeste, 10,3% em Minas Gerais, 12,3% no Sul do país. Em apenas três anos o volume de investimento industrial do Brasil foi reduzido à metade, a indústria passou a operar com uma ociosidade de 25%, o nível de emprego reduziu-se drasticamente com a eliminação de cerca de 1,2 milhão de postos de trabalho. Todos estes indicadores apontavam para uma maior gravidade da crise em São Paulo.

Em meados de 1984, impulsionada pelas exportações, a indústria brasileira iniciou um período de recuperação que se estendeu até 1986. A indústria de transformação brasileira teve um crescimento de 6,1% em 1984 e as exportações atingiram US\$ 27,0 bilhões, sendo que os produtos industrializados exportados totalizaram US\$ 18,0 bilhões (dois terços do total). Esse crescimento, aliado às reduções nas importações, possibilitou um megasuperávit comercial de US\$ 13,0 bilhões. A estrutura industrial mais diversificada do estado de São Paulo incorporou, de forma positiva, os efeitos do desempenho positivo da economia, apresentando uma taxa de crescimento de 6,9%, ligeiramente superior à média da indústria brasileira.

³¹⁴ Conforme CARNEIRO, Ricardo (1993), p. 161.

Em 1985, com o advento da Nova República, a política econômica começa a mudar de rumo e a economia brasileira volta a crescer com base no aumento dos componentes internos da demanda agregada. O nível de emprego que começa a se elevar, em 1984, devido às exportações correntes, ampliam-se agora, também, pelo incremento do consumo derivado do aumento do emprego e dos salários. Mas a dubiedade da orientação de política econômica impedia que essa opção ganhasse uma expressão mais corrente, o que só viria a ocorrer depois de setembro com a mudança do Ministro da Fazenda³¹⁵.

Em 1986, a implantação do Plano Cruzado trouxe de fato uma mudança nos rumos da política econômica: a inflação se reduziu drasticamente, cresceu o nível de emprego da economia, os salários cresceram em termos reais, a indústria cresceu 11,3%, e as importações cresceram, reduzindo o superávit da balança comercial a US\$ 8,3 bilhões. A expansão da economia foi acompanhada de ligeiro aumento nos investimentos, com crescimento de bens de capital e de bens de consumo durável, mas sobretudo do setor produtor de bens de consumo não durável, decorrência do aumento real nos salários e no nível de emprego.

Mas, o crescimento acelerado de 1986, no contexto do prolongamento indevido do congelamento, sem que se avançasse em direção às reformas econômicas mais abrangentes - sobretudo na questão do financiamento do setor público acabariam imobilizando o governo e trariam de volta o problema da crise cambial e da aceleração inflacionária³¹⁶.

Depois de três anos de expressivo crescimento, a indústria brasileira entraria em nova trajetória de estagnação, com as sucessivas políticas de ajustes, sendo incapazes de enfrentar, de forma duradoura, a aceleração do patamar inflacionário, que traria consigo queda na massa de salários, redução da demanda de consumo interno, redução nos níveis de investimentos e de gasto público. Mesmo a superação da restrição cambial, com a volta dos megasuperávits no comércio exterior, pouco representava em termos do impasse macroeconômico.

³¹⁵ Apesar do aumento real do salário mínimo e do salário médio da indústria, do produto industrial ter sido 8,3% e do superávit comercial ter alcançado US\$ 12,5 bilhões, o dilema da política econômica se manifesta pela fragilidade da política antiinflacionária prévia.

³¹⁶ A consciência destas reformas está expressa numa lista de vários documentos produzidos pelo governo no período, a exemplo do PND da Nova República, de 1985, ou do Plano de Metas de 1986.

A taxa de crescimento do produto da indústria de transformação brasileira reduziu-se de 11,3% em 1986, para apenas 1,0% em 1987, e tornou-se negativa em 1988 (-3,4%). A situação da indústria só não foi mais grave porque as exportações tiveram bom desempenho, principalmente as de manufaturados e, também, porque em 1987 a safra agrícola foi extraordinária, incentivando o setor agroindustrial.

No biênio 1988/89 o país exportou em média US\$ 34,1, sendo US\$ 24,2 bilhões, de produtos industrializados, equivalente a 71% do total das exportações. Nesse período, os saldos da balança comercial seriam os maiores da história do Brasil: US\$ 19,2 bilhões em 1988 e US\$ 16,1 bilhões em 1989, provocados pelas restrições às importações.

Em 1989, a taxa de crescimento industrial (novamente positiva) de 3,2%, permitiria alcançar o mesmo índice de produção de 1986, embora num contexto de deterioração crescente do quadro macroeconômico, dentro da política econômica do tipo "feijão com arroz" do final do governo Sarney. No total, em nove anos, entre 1980/89, o crescimento real foi de apenas 7,8%, que pode ser considerado irrisório, quando se sabe que nos anos 70, a taxa de crescimento da indústria de transformação brasileira foi da ordem de 9,0% ao ano. Se a estes dados ainda agregássemos a recessão que se inicia em 1990, alcançaríamos índices de produção industrial menores que no início da década.

As principais modificações na estrutura setorial da indústria de transformação, durante esse período, podem ser melhor entendidas através dos dados censitários de 1980 e 1985 e dos índices de produção física calculados pelo IBGE para 1989 e 1990, que são a base da estrutura nas categorias de uso descritas na Tabela II.2. As indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo não durável, diminuíram pouco sua participação relativa no valor da transformação industrial do país (de 31,5% para 31,3%), com destaque para a expansão das exportações de calçados e pelo extraordinário crescimento da produção da agroindústria de alimentos para o mercado interno e externo, cuja participação saltou de 11,6% para 12,8%, sendo em 1990 o segundo ramo de maior peso relativo da indústria do país.

As indústrias predominantemente produtoras de bens intermediários também aumentam seu peso relativo (de 41,3% para 42,6%), principalmente a química e a metalurgia, ao passo que as predominantemente produtoras de bens de capital e de

bens de consumo durável reduziram-na ligeiramente (de 27,2% para 26,2%). Em 1980, os cinco mais importantes ramos industriais (química, metalurgia, mecânica, alimentos e material de transportes) detinham 55,5% do valor da transformação industrial do país e em 1990 ampliaram ligeiramente essa participação para 56,2%. A indústria química, que ocupava a primeira colocação com 14,6%, mantém essa posição passando para 16,3%, enquanto a alimentícia manteve a segunda colocação, ampliando sua participação de 11,6% para 12,8%.

Estas alterações macrossetoriais refletem, na verdade, o tipo de ajustamento imposto à economia brasileira ao longo da década. Em primeiro lugar, a queda sistemática do investimento, quando medido a preços constantes³¹⁷, já indica os constrangimentos impostos ao setor de bens de capital, pelo lado da demanda interna. Para os bens saláris, em que pese a queda real dos rendimentos, o fundamental foi o crescimento modesto da demanda, puxado mais pela urbanização que propriamente pelo aumento do consumo per capita, fatos que acabariam por trazer repercussão evidentemente diferenciada para cada uma das economias regionais, a começar por São Paulo.

1.3.2. A persistência da Inflexão da Concentração Industrial em São Paulo

Os efeitos da recessão de 1981/83, foram particularmente intensos sobre a economia paulista, como demonstram os indicadores da FIESP: o índice de atividade reduziu-se em mais de 10%, o nível da capacidade ociosa situou-se em torno de um quarto do total e o nível do emprego reduziu-se em quase 20%. A gravidade da situação pode ser melhor compreendida quando se sabe que, nesse período, a indústria de transformação desempregou mais de meio milhão de trabalhadores e que, segundo a FIBGE, a produção industrial de São Paulo declinou cerca de 22%.

Durante a recuperação do período 1984/86 as taxas de crescimento anual da produção industrial do estado de São Paulo foram iguais ou superiores à média brasileira. Esse maior crescimento da economia paulista foi decorrência da expansão do mercado interno e do aumento de suas exportações.

³¹⁷ Em termos correntes, a FBCF mostra-se crescente ao fim dos anos 80. Mas este "encarecimento do investimento" reflete apenas a mudança de preços relativos a favor dos bens de capital, resultado das políticas econômicas de ajustamento no desequilíbrio externo. Ver Carneiro, R. (1993), p. 155

O crescimento do consumo foi uma decorrência do aumento do emprego e do salário real e, conseqüentemente, da apreciável expansão na massa de salários: informações da FIESP indicam que a indústria de transformação paulista abriu quase meio milhão de novos postos de trabalho, dos quais 215 mil em 1986; da mesma forma, cresceu o nível de emprego no setor terciário e na construção civil. A Fundação IBGE indica um crescimento acumulado do VTI da indústria de transformação em São Paulo de 28,3% nesses três anos, valor ligeiramente superior aos 27,8% da indústria brasileira³¹⁸.

O crescimento das exportações industriais de São Paulo em 1984, ano em que sua indústria de transformação teve crescimento superior à média da indústria do país, pode ser considerado excepcional: de um total de US\$ 5,7 bilhões, em 1983 saltou para US\$ 8,2 bilhões em 1984, o que representa um crescimento de 43%. Nesse ano, as exportações agroindustriais de São Paulo também tiveram expansão extraordinária, principalmente de suco de laranja, em que dobrou seu valor, alcançando US\$ 1,4 bilhão. No biênio 1985/86, as exportações industriais não mantiveram o mesmo desempenho, mas ficaram em níveis elevados: no período 1984/86, a participação de São Paulo no total das exportações industriais do país foi de 46,3%³¹⁹.

Após 1986, a desaceleração do crescimento industrial novamente foi mais intensa em São Paulo. Enquanto a indústria de transformação brasileira manteve, em 1989, praticamente o mesmo nível da produção de 1986 (com acréscimo de apenas mais 0,6%), a de São Paulo declinou 1,3%. O quadro da indústria paulista só não foi mais grave devido, mais uma vez, ao crescimento de suas exportações industriais, que passaram para US\$ 8,7 bilhões em 1987 e US\$ 10,2 bilhões em 1988³²⁰. Em 1989, a indústria de transformação do estado de São Paulo operou com um taxa de ociosidade de 20%, com o nível do pessoal ocupado abaixo do verificado em 1980, conforme dados da FIBGE, ao mesmo tempo que o índice de crescimento industrial foi de apenas 1,59% em todo o período 1980/89.

Dado o movimento cíclico dos anos 80, - com queda no nível de investimento industrial e do emprego e estagnação na produção - a estrutura setorial de sua indústria sofreu modificações que não se percebem pela simples leitura das variações

³¹⁸ Ver Fundação SEADE, Características Gerais do Processo de Industrialização Paulista. São Paulo, 1988, pp. 26-30.

³¹⁹ Ver NEGRI, Barjas, "A Indústria de Transformação do Estado de São Paulo (1970-1989)" in GESP/SPG/FSEADE, São Paulo no Limiar do Século XXI. São Paulo, 1992, Volume 3, p. 33-34.

³²⁰ Idem

relativas dos ramos: com o estancamento da produção automobilística, reduzem-se investimentos com reflexos sobre o desempenho da metalurgia e da mecânica; com as mudanças relativas dos ramos não se visualizam as intensas modificações ocorridas dentro dos ramos, como a expansão de produtos com novas tecnologias como informática, microeletrônica, fibras óticas e bens de capitais automatizados. Mas, do ponto de vista espacial, aprofundaria a inflexão da concentração industrial brasileira em São Paulo iniciado na década anterior.

Nos anos 80, a tendência se manteria, mas a um ritmo menor, e as causas também seriam diferentes, uma vez que a crise afetou mais profundamente a indústria paulista. No início dos anos 80 ainda estavam em processo de maturação diversos investimentos industriais iniciados na segunda metade da década anterior, principalmente na produção de bens intermediários que possibilitaram à indústria do resto do país ter desempenho positivo no período em que a indústria paulista se manteve estagnada. Como resultado, houve nova redução da participação relativa de São Paulo no valor da transformação industrial do país, como mostra a Tabela II.1.

1.3.3. Transformações Estruturais da Indústria de São Paulo

Acompanhando a própria expansão e diversificação da indústria brasileira, São Paulo teve seu produto industrial ampliado a uma taxa real de crescimento da ordem de 9,6% ao ano no período 1970/1980. No primeiro quinquênio, em pleno vigor do ciclo expansivo (1967/1973), apresentou taxa de crescimento - da ordem de 15,1% ao ano - e de 4,1% no quinquênio subsequente, de desaceleração.

Em 1975, vamos encontrar 59,6 mil estabelecimentos na indústria de transformação de São Paulo e um total de 1,8 milhões de pessoas ocupadas, isto é, um incremento líquido de mais de meio milhão de postos de trabalho num período de cinco anos. Nesse mesmo período, mais que duplicou o valor de seu produto industrial. Apesar do excelente desempenho sua taxa de crescimento, ficou abaixo da média nacional, fazendo com que a concentração industrial declinasse de 58,2% em 1970 para 55,9% em 1975.

Na primeira metade da década, as indústrias que apresentaram maiores taxas de crescimento foram as predominantemente produtoras de bens de capital e de

consumo durável, notadamente mecânica, material de transportes e material elétrico e de comunicações, aparecendo num segundo plano os predominantemente produtos de bens intermediários como química e metalurgia.

TABELA II.3: EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO: 1959-1985

ANOS	NÚMERO DE ESTABELECIMENTO	PESSOAL OCUPADO	PARTICIPAÇÃO DE SÃO PAULO EM RELAÇÃO AO BRASIL (em %)		
			P.O.	V.P.	V.T.I.
1959	35.453	825.043	47,0	55,9	55,6
1970	49.779	1.288.889	48,9	56,1	58,2
1975	59.601	1.814.894	47,6	55,9	55,9
1980	61.552	2.278.378	46,3	52,6	53,4
1980 (1)	72.744	2.636.488	47,4	53,0	54,4
1985	58.689	2.520.833	45,8	50,7	51,9

NOTA: Dado ajustado pelo FIBGE para efeito de comparação com o censo industrial de 1985.
FONTE DOS DADOS BÁSICOS: FIBGE - Censos Industriais 1960/1985.

De modo geral este avanço relativo fez com que se reduzisse a participação das indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo não durável, notadamente os ramos da têxtil e de alimentos, cujo ritmo de crescimento anual ficou abaixo do obtido pelos demais ramos de maior complexidade tecnológica. No período 1975-1980, de desaceleração, o ritmo de crescimento da indústria paulista ficou mais uma vez abaixo da média nacional, declinando sua participação no total do produto industrial do país para 53,4% em 1980.

A estrutura setorial modificou-se ainda mais em 1980: o peso das indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo não durável reduziu-se para pouco mais de um quarto do total, as de bens intermediários consolidaram sua posição em torno de 39% e o terceiro grupo aumentou-o para 34,6%.

TABELA II.4: MODIFICAÇÃO NA ESTRUTURA SETORIAL DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO: 1967/1985

		(Valores em Percentagem do VTI)				
		ANOS				
GRUPOS E RAMOS DE INDÚSTRIAS SELECIONADAS		1967	1970	1975	1980	1985
GRUPO I	INDÚSTRIAS PREDOMINANTEMENTE PRODUTORAS DE BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEL	36,8	36,8	28,6	25,8	25,9
	Têxtil	9,3	9,9	6,2	6,4	5,7
	Vest., Calçados e Art. Tecidos	2,9	3,3	3,3	3,8	4,0
	Alimentos	11,5	10,2	7,7	7,4	8,7
	Outros	13,2	13,4	11,4	8,2	7,5
GRUPO II	INDÚSTRIAS PREDOMINANTEMENTE PRODUTORAS DE BENS INTERMEDIÁRIOS	34,0	33,9	39,0	39,6	41,0
	Química	11,4	9,3	12,4	14,9	17,2
	Minerais não metálicos	4,5	5,0	5,0	4,3	3,5
	Metalurgia	9,2	10,5	12,6	11,7	11,0
	Outros	8,9	9,1	9,0	8,7	9,3
GRUPO III	INDÚSTRIAS PREDOMINANTEMENTE PRODUTORAS DE BENS DE CAPITAL E DE BENS DE CONSUMO DURÁVEL	29,2	29,3	32,4	34,6	33,1
	Mecânica	6,0	8,3	12,6	12,6	11,5
	Material de Transportes	12,3	11,1	8,3	9,7	8,9
	Mat. Elétrico e Comunicações	8,5	7,3	7,4	7,7	9,3
	Outros	2,4	2,6	4,1	4,6	3,4
TOTAL		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: 1. FIBGE - Censos Industriais: 1970, 1975, 1980 e 1985
2. FIBGE - Pesquisa Industrial: 1967.

O ramo da química foi o que individualmente ganhou mais expressão, a exemplo do ocorrido na primeira metade da década, vindo a seguir material de transporte. O caso da química pode ser entendido pela própria consolidação dessa indústria em âmbito nacional, dentro da estratégia de substituição de importação de insumos básicos (onde São Paulo teve grande importância) e, no caso do material de transportes pela penetração no mercado internacional via exportação de automóveis e outros produtos do setor.

A rápida urbanização e o avanço das exportações ampliaram o mercado de três produtos tradicionais que recuperaram, pelo menos em parte, o espaço perdido nos cinco anos anteriores: têxtil, vestuário, calçados e artefatos de tecidos e alimentícia. Os três mais importantes ramos - química, metalurgia e mecânica -, em conjunto ampliaram ainda mais sua participação no total do produto industrial de São Paulo, alcançando 39,1%.

O avanço da indústria paulista - em termos de desenvolvimento tecnológico, na melhoria de qualidade e na introdução de novos produtos - ocorreu em praticamente todos os ramos industriais. Essas modificações contemplaram desde o setor têxtil, com a ampliação da produção de tecidos artificiais e com novas e modernas instalações de

empresas nacionais e estrangeiras, passando pela produção de alimentos, com um parque agroindustrial bastante diversificado e desenvolvido, até o complexo metal-mecânico e eletro-eletrônico que cresceram sobremodo neste Estado.

O início da década de 80, marcado pela profunda crise de 1981/83, não evidenciaria grandes modificações na estrutura setorial da indústria paulista, uma vez que do ponto de vista do agregado das indústrias manteve a mesma estrutura no período 1980/85: cerca de um quarto do valor da transformação industrial gerado pelas indústrias produtoras de bens de consumo não durável, cerca de 40% por conta do setor produtor de bens intermediários, e um terço concentrado no grupo predominantemente produtor de bens de capital e de bens de consumo durável.

Resumindo, as modificações que merecem ser destacadas quanto aos ramos industriais são: a) a química, que vem ganhando posições desde o início dos anos 70, quando entram em operação a Refinaria do Planalto - REPLAN da Petrobrás em Paulínia na região de Campinas (que hoje responde por 20% do processamento das refinarias da Petrobrás); posteriormente, no início dos anos 80, a Refinaria Henrique Lage em São José dos Campos (que passou a responder por 12,5% do processamento das refinarias da Petrobrás); teve grande importância para a indústria química paulista a implantação e consolidação do Proálcool no período 1975/85, pelo Interior do estado, respondendo hoje por dois terços da produção álcooleira do país e, b) mais recentemente, a indústria alimentícia ampliou sua participação na indústria de São Paulo, graças ao expressivo crescimento das exportações de diversos produtos agroindustriais como suco de laranja, carne, soja e seus derivados.

Em 1985 a indústria de São Paulo contaria com 58.689 estabelecimentos que empregando 2,5 milhões de pessoas, o que representa 115,6 mil pessoas a menos que 1980: reflexo da profunda crise do período 1981/83 (que, conforme vimos anteriormente foi mais negativo que no Resto do País), que levou a redução de 53,4% para 51,9% a participação de São Paulo no VTI da indústria de transformação do Brasil³²¹.

³²¹ Há uma diferença entre os dados de 1980 divulgado nos censos industriais de 1980 e de 1985 devido ao ajuste realizado pelo FIBGE visando tornar compatíveis as comparações entre os dois censos.

CAPÍTULO II.2- TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS DA INDÚSTRIA DE SÃO PAULO

A população do Estado de São Paulo passa de 18 para 25 milhões durante os anos 70, ocorrendo nesse período uma das maiores taxa de crescimento anual dos últimos cinquenta anos (3,5% ao ano), superior a taxa média brasileira (2,5% ao ano). Em 1980 a população residente em São Paulo ultrapassava um quinto do total nacional. Os resultados do censo demográfico de 1991 indicam que a população paulista alcançou 31,5 milhões de pessoas, ampliando um pouco mais sua participação paulista no total da população brasileira³²².

Nesse crescimento dos anos 70 a participação do componente migratório foi responsável por cerca de 42% do acréscimo populacional, com saldo migratório líquido de 3,0 milhões de pessoas, quase o dobro da década anterior. O crescimento populacional anual urbano foi de 4,5%, ao passo que a população rural declinou em termos absolutos. Com isso, sua taxa de urbanização, que era em 1970 de 80% passa para 89%, enquanto que para o Brasil ela se eleva de 56% para 65%.

Assiste-se na década de 70 a um processo de urbanização com particularidade no que se refere ao fenômeno das cidades médias. A população passa a concentrar-se proporcionalmente mais em torno dos centros urbanos da região oriental do Estado, acompanhando sua maior modernização, diversificação e expansão agrícola e o desenvolvimento agroindustrial e a relativa "descentralização" industrial, sobretudo nos eixos de penetração da Via Dutra (até São José dos Campos e Taubaté), da Via Anhanguera (até Ribeirão Preto), da Via Washington Luiz (até São José do Rio Preto) e Rodovia Castelo Branco (até Sorocaba).

Em 1980, o Estado de São Paulo passa a contar com 34 municípios com mais de 100 mil habitantes (dos quais 11 fora da GSP), que concentravam 55,9% da população estadual em 1970 e quase dois terços no final da década³²³.

O acelerado processo de industrialização e de urbanização alteraria a composição da PEA: entre 1970 e 1980 o peso do setor primário reduziu-se de 20,7%

³²² Ver a esse respeito os trabalhos de PACHECO, Carlos Américo (1986), e RODRIGUES, R. dos N. & WONG, L.R. (1982) e NESUR-IE-UNICAMP. "O Censo de 1991 e a Nova Realidade Regional de São Paulo", Campinas, 1992, mimeografado.

³²³ Em todo País havia em 1980 um total de 104 Centros Urbanos com mais de cem mil habitantes, dos quais 32 no Estado de São Paulo, sendo 21 no interior.

para 11,6%, o do secundário salta de 31,2% para 38,2% e o do terciário de 48,1% para 50,2%³²⁴. No setor agropecuário houve diminuição, em termos absolutos, de 110 mil pessoas, enquanto que o setor secundário teve incremento de 2,0 milhões de pessoas (80% dos quais na indústria de transformação). O terciário foi responsável por mais de metade do incremento da PEA com um total de 2,2 milhões de pessoas, destacando-se as atividades de comércio de mercadorias e prestação de serviços (com mais de meio milhão de pessoas cada um), atividades sociais com 352 mil pessoas, comércio de imóveis e valores, com 211 mil pessoas e transportes, comunicações e armazenagem, com 181 mil pessoas.

As modificações havidas na estrutura setorial do PIB paulista estão evidenciadas na Tabela II.5, observando-se que nos anos 70 a participação relativa do setor agropecuário declina (de 5,7% para 3,3%) e eleva-se a do setor industrial (de 43,9% para 47,5%). Nos anos 80, aumenta a participação do setor terciário no total do PIB paulista, decorrência da redução do nível das atividades industriais e, também amplia-se um pouco a participação do agropecuário.

TABELA II.5: ESTADO DE SÃO PAULO: COMPOSIÇÃO DO PIB A CUSTOS DE FATORES E PARTICIPAÇÃO EM RELAÇÃO AO TOTAL DO BRASIL: 1970-1990

SETORES	(valores em percentagem)					
	COMPOSIÇÃO DO PIB DE SÃO PAULO			PARTICIPAÇÃO DO PIB DE SÃO PAULO NO TOTAL DO BRASIL		
	1970	1980	1990	1970	1980	1990
Agropecuário	5,7	3,3	4,0	18,0	14,2	14,1
Industrial	43,9	47,5	42,0	56,5	47,2	42,5
Serviços	50,4	49,2	54,0	35,0	34,8	32,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0	39,4	37,5	33,9

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: 1. Revista Conjuntura Econômica, maio de 1987, vol. 41, nº 5.
2. Fundação SEADE-1990.

2.1. As Políticas de "Descentralização" Industrial: Uma Síntese

A preocupação com o "caos urbano", decorrente da concentração industrial na GSP, que em 1959 detinha 73,8% do valor da transformação industrial do estado e 41,0% do país, inicia-se nos anos 60 levando os governos estadual e federal a pensarem em políticas de "descentralização" industrial a partir da Região Metropolitana

³²⁴ Ver a respeito o trabalho de GONÇALVES, M.F. (1986) em especial o Capítulo II.

para o Interior do estado e da Região Metropolitana de São Paulo para o Resto do país, respectivamente³²⁵.

É de conhecimento geral que a deterioração das condições de vida da população que aí reside, principalmente na periferia da Capital Paulista e dos principais municípios de seu Entorno, decorreu da elevada concentração industrial nessa região, com a ampliação dos conhecidos "custos de aglomeração urbana", com a geração de sérios e alarmantes problemas ambientais, e ausência de políticas sociais e urbanas mais responsáveis.

Essas questões começam a ser levantadas em 1961 pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP, em 1965 pela CEPAL - BNDES e, no final dessa década essa questão passa a ser polemizada através de artigos de sociólogos, economistas e arquitetos entre outras profissões, que passam a ser divulgados pelos principais jornais e revistas. A partir desse momento, o próprio Governo Estadual incorpora-se à sociedade paulista no debate de tão importante questão³²⁶.

Vejamos de forma sintética, as principais preocupações e propostas de descentralização industrial de cada um dos governos estaduais, a partir de 1967, quando se inicia a "segunda fase da industrialização pesada".

Durante o Governo Abreu Sodré (1967-1971) aprofundaram-se as discussões sobre os problemas relativos à "excessiva" concentração industrial na GSP, criando-se, em 1968, Grupos de Trabalho visando a apresentação de diretrizes de uma política de descentralização industrial, através de uma ação mais direta do Governo Estadual. O Grupo de Descentralização Industrial (GDI), encarregado de tal missão, não recomendou qualquer ação direta do Estado, no sentido da fixação de áreas prioritárias para localização industrial, nem mesmo para aqueles segmentos industriais, que tradicionalmente, provocam maiores impactos ambientais; o GDI acabou por colocar-se contra a intervenção mais direta do Estado no que diz respeito ao direcionamento da implantação industrial.

³²⁵ Diversos são os trabalhos a respeito das Políticas de Descentralização Industrial, devendo ser destacados os cinco Relatórios de Pesquisa da FUNDAP (1979). Uma sistematização cronológica e avaliação crítica dessas políticas encontra-se no recente trabalho de NEGRÍ, Barjas. "As Políticas de Descentralização Industrial e o Processo de Interiorização da Indústria em São Paulo: 1970-1985". In: TARTAGLIA, J.C. e OLIVEIRA, O.L. (orgs.). Modernização e Desenvolvimento no Interior de São Paulo, São Paulo, Editora da UNESP, 1988.

³²⁶ Ver o trabalho de CANO, W. "O Problema de Concentração Industrial Urbana: o caso típico de São Paulo". In: Revista Paranaense de Desenvolvimento, no. 4, Curitiba, 1968.

Por outro lado, o Grupo de Análise Territorial (GAT) preocupou-se com as questões relativas ao descongestionamento da área metropolitana e a necessidade de adotar-se uma política de descentralização industrial, objetivando atenuar as disparidades regionais. O GAT chegou a fazer indicações de que a intensificação da industrialização deveria ser feita através do desenvolvimento de "núcleos urbanos dinâmicos", cogitando-se da criação de Distritos Industriais e da adoção de incentivos fiscais e, de que essa intensificação deveria ocorrer nos "eixos" de industrialização, devendo vir acompanhada de uma política agrícola complementar ao processo de industrialização do setor primário ³²⁷.

Na verdade, a contribuição desse governo restringiu-se aos estudos e debates a respeito da necessidade de se enfrentar as questões relativas a concentração industrial metropolitana, não chegando a adotar políticas efetivas da "descentralização" industrial.

No período seguinte (1971-1975) durante o Governo Laudo Natel, foi adotada uma Política de Interiorização do Desenvolvimento que partia do suposto de que a concentração industrial constituía-se em "fenômeno natural" e seu deslocamento para outras áreas menos industrializadas só poderia ocorrer através da intervenção de elementos externos à livre manifestação dos fatores locais. Entendia-se que competia ao Estado retomar a condução das questões relativas às disparidades regionais, detectar os níveis críticos de concentração e adotar medidas de ação política para intervir e reverter esse processo.

Ao elaborar o seu Plano de Interiorização do Desenvolvimento, o governo estadual procurou conhecer os principais eixos de penetração industrial, definidos pelo sistema de transportes, através das rodovias que faziam a ligação Metrópole-Interior. Os eixos considerados foram a Via Anhanguera em direção à Região de Ribeirão Preto, a Via Washington Luiz no sentido da Região de São José do Rio Preto, a Rodovia Castelo Branco que cortava a Região de Sorocaba e a Via Dutra para o Vale do Paraíba, fazendo a ligação com o Rio de Janeiro. Dessa forma, detectaram-se as "tendências naturais" do processo de expansão industrial no sentido Capital-Interior.

³²⁷ Os relatórios do GDI e GAT encontram-se publicados em Economia Paulista, Revista da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, São Paulo, 1970, Vol. 2, nº 5.

Conhecidas as "tendências naturais", o Governo Estadual adotou importantes iniciativas de ordem prática como: a) a criação do Plano Rodoviário de Interiorização do Desenvolvimento (PROINDE) objetivando implantar e ampliar, em mais de cinco mil quilômetros, a rede de estradas pavimentadas a partir da Metrópole; b) implantação do "Balcão de Projetos" visando a promoção da industrialização do Interior, mediante assessoramento e estudos de projetos e de localização industrial, para facilitar as decisões empresariais; c) elaboração de diagnósticos sócio-econômicos das Regiões Administrativas; d) utilização dos Escritórios Regionais de Planejamento (ERPLAN's) como instrumentos de ação e, e) criação da Cia Estadual de Tecnologia de Saneamento Básico e de Controle de Poluição e de Águas (CETESB), que mais tarde tornar-se-ia importante instrumento de controle de novas instalações industriais ³²⁸.

A política de interiorização do desenvolvimento durante o Governo Laudo Natel, a exemplo do que acontecera no anterior, subordinou-se a interesses empresariais uma vez que se tinha como concepção básica "que a ação privada revela os caminhos por onde se desenvolve naturalmente a atividade econômica"; ao setor público caberia colaborar para que a adoção de medidas empresariais acelerassem o processo de penetração do desenvolvimento no espaço territorial paulista, deixando fluir as decisões espontâneas de localização industrial ³²⁹.

A política de ação do Governo Paulo Egydio Martins (1975-1978), em relação à descentralização industrial, estava contida no Plano, apresentado pelo seu Governo, denominado "Política de Desenvolvimento Urbano e Regional do Estado de São Paulo", visando atuar sobre a organização territorial paulista e as formas de organização de suas redes urbanas, ao mesmo tempo que estabelecia uma nítida vinculação entre o processo de desenvolvimento e a complexidade de seus problemas urbanos.

A ação para atenuar as disparidades regionais, ficou bastante evidenciada através da tentativa de implantação dos seguintes planos e programas: Programa de Cidades Médias, Política de Desconcentração e Descentralização Industrial, Programa do Macro Eixo Rio-São Paulo, Programas de Cidades Pequenas, Programas das

³²⁸ A CETESB foi criada através da Lei Estadual nº 118 de 29/06/73.

³²⁹ O PROINDE acabou tornando-se o principal instrumento de ação para facilitar as decisões de localização industrial tomadas pelos empresários. Os instrumentos de Política de Interiorização da época encontra-se no seguinte trabalho: Governo do Estado de São Paulo. Secretaria de Economia e Planejamento. Coordenadoria de Ação Regional. A Industrialização e os Incentivos Fiscais, São Paulo, 1973.

Estâncias Hidrominerais, Climáticas e de Interesse Turístico e Programa do Pontal do Paranapanema. Importante empreendimento para a região de Campinas foi a construção da rodovia dos Bandeirantes.

Os aspectos mais relevantes das políticas contidas nesses planos e programas resumem-se em: a) urbanização e desenvolvimento regional através das relações que se estabelecem entre as cidades de diferentes tamanhos e funções, definidoras da estrutura da rede urbana; b) estabelecimento de diretrizes gerais do setor público para a programação do desenvolvimento "harmonioso" em todo território estadual; c) atuação sobre o sistema inter-regional urbano-metropolitano a partir de diversos grupos de cidades no Entorno da Capital (cidades mais afastadas ou isoladas); d) estabelecimento de estratégias territoriais por áreas a serem submetidas à ação de política de desenvolvimento urbano: área de contenção - Região Metropolitana e Baixada Santista; área de controle - Região de Campinas e áreas contíguas à Região Metropolitana, orla marítima, estâncias e cidades turísticas; área de direcionamento - Interior do Estado e área de promoção - parte sul da Região de Sorocaba e Região Oeste do Estado.

A efetivação desse tipo de políticas passou a ocorrer de forma mais acentuada durante o biênio 1978/79 com os programas do "Macro Eixo Rio-São Paulo" e de "Cidades Médias", principalmente este último, através de transferência de recursos financeiros às Prefeituras Municipais, para investimentos em infraestrutura urbana³³⁰.

Durante o Governo Paulo Maluf/José Maria Marin cobrindo o período 1979-1982, o tema da descentralização industrial deixou de ter o mesmo grau de importância de seus antecessores. Vale lembrar que a Coordenadoria de Ação Regional, único e incipiente instrumento de ação regional do governo estadual, através da atuação de seus ERPLAN's, foi transferido da Secretaria de Economia e Planejamento para a Secretaria do Interior, num claro processo de esvaziamento das atividades de execução de planejamento e desenvolvimento regional transformando os ERPLAN's nos Escritórios Regionais do Interior (ERIN's), de ação política do Governo no Interior.

³³⁰ O principal documento oficial que trata do assunto foi elaborado pelo Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria de Economia e Planejamento. Cidades Médias e Desenvolvimento Industrial: uma proposta de descentralização metropolitana. Série Estudos e Pesquisas, nº 17, São Paulo, 1979.

A única ação no sentido de se acelerar o processo de interiorização do desenvolvimento no Estado durante esse governo, restringiu-se à idéia de se descongestionar a Região Metropolitana, através da inoportuna e desnecessária tentativa de transferir a Capital paulista para alguma área do Interior do Estado. Contudo, em virtude da forma autoritária com que o assunto foi tratado pelo Governo Estadual, da inconsistência técnica da proposta, bem como de seus elevados custos de implantação, num período de desaceleração da economia de São Paulo, o projeto acabou sendo rejeitado pela Assembléia Legislativa e a idéia abandonada pelo Governo Estadual. Vale mencionar a importância da construção da rodovia dos Imigrantes para a GSP e Litoral.

Somente no final da gestão do governo é que vieram a público, dois documentos que explicitam as intenções governamentais com relação a sua política industrial e, mais precisamente, em relação as suas preocupações no que diz respeito à política de desenvolvimento e desconcentração industrial, os quais não chegam a serem implementados em função do pouco tempo que restava para o término do governo. Na verdade, realizaram-se importantes diagnósticos de áreas com potencialidade para receber investimentos industriais³³¹.

No período 1983/86, durante a gestão Franco Montoro, adota-se uma política de descentralização voltada para o aspecto administrativo, com a criação das Regiões de Governo englobando diversos municípios, muito semelhantes às antigas sub-regiões administrativas, que permitiram a criação, em 1986, dos Escritórios Regionais de Governo - ERG's, de auxílio ao planejamento e elaboração do orçamento estadual. Com a descentralização, transferiam-se recursos para que as Prefeituras construíssem obras de pequeno e médio porte, como escolas, creches, postos de saúde, equipamentos esportivos, delegacias de polícia, etc.

A mais importante contribuição do governo ao processo de interiorização do desenvolvimento resumiu-se nos investimentos no sistema viário estadual entre os quais destacam-se: a duplicação de rodovias e implantação de terceiras faixas em pontos de estrangulamentos; realização de mais de quatro mil quilômetros de estradas

³³¹ Esses documentos são: 1. Diretrizes para a Política de Desenvolvimento e Descentralização Industrial, elaborado pela Secretaria de Indústria, Comércio, Ciências e Tecnologia - SICCT e publicado em julho de 1982 e, 2. Áreas Prioritárias para o Assentamento Industrial, volumes I, II, III, elaborado pela SICCT através do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT, publicado em setembro de 1982. Do nosso ponto de vista, esses documentos que foram elaborados por técnicos do Governo, não passaram de uma "carta de intenção" da equipe técnica, não incorporados pela proposta de ação política governamental.

vicinais pavimentadas em áreas produtoras de alimentos e de matérias-primas, programas que contaram com recursos estaduais e do Banco Mundial, através de repasse do BNDES; obras na rede ferroviária em complementação à variante Helvetia-Guaianã e o ramal Juquiá-Cajati; obras de modernização da ferrovia Campinas-Santos, pertencente ao corredor Uberaba-Santos, visando o transporte de carga do interior para o Litoral sem passar pela região metropolitana; duplicação de 45 quilômetros da rodovia SP 304 ligando Piracicaba à Via Anhanguera em Americana e a construção de eclusas no Rio Tietê viabilizando mais 400 quilômetros de navegação na hidrovía Tietê-Paraná. Tais investimentos consolidaram ainda mais a rede viária interiorizada encurtando distâncias entre o Interior e a Metrópole, possibilitando a continuidade de investimentos industriais e agroindustriais no Interior, a ritmo mais intenso que na Metrópole.

O Governo Quérzia (período 1987/91) explicitou uma política de interiorização da indústria, através de três importantes documentos da Secretaria da Indústria e Comércio e do BADESP "A Interiorização da Indústria no Estado de São Paulo", "Política de Industrialização do Estado de São Paulo - financiamento ao setor privado" e "Política de Industrialização do Estado de São Paulo - Coordenação Financeira".

Os documentos procuraram realizar um diagnóstico do processo de concentração e de desconcentração industrial em São Paulo, apontando as áreas preferenciais e prioritárias para o recebimento de novos empreendimentos industriais, com destaque para as regiões próximas à Metrópole e por estarem nos caminhos dos principais eixos de penetração rodoviário para o Interior: Dutra, Anhanguera, Bandeirantes, Castelo Branco, etc.

Estava claro que o Governo Estadual utilizaria seu agente financeiro - BADESP para financiar o setor privado para fins de implantação de novas indústrias e/ou expansões de estabelecimentos já instalados, colocando à disposição suas linhas de crédito já existentes e instituiria linha adicional, especificamente voltada para a instalação de novos estabelecimentos industriais no Interior, com o que se instalaria Postos de Fomento nos principais centros regionais. Atualmente as funções do BADESP foram incorporadas pelo BANESPA. Os resultados foram modestos, com a instalação de poucos postos junto a agências regionais do BANESPA, porque havia pouco recurso para financiamento em disponibilidade na linha FINAME-BNDES-BADESP.

Ao final do governo, o programa recebeu aporte de recursos oriundos da quota parte estadual do IPVA, com vinculação a investimentos em áreas interiorizadas, com juros diferenciados de acordo com critérios estabelecidos pelo próprio Governo³³².

A exemplo de diversos outros governos, investiu-se na expansão e modernização do sistema de transportes do Interior, cujo programa contou com maciço aporte de recursos. Entre as diversas obras destacam-se a continuidade daquelas iniciadas anteriormente; a conclusão da hidrovía Tietê-Paraná; mais cinco mil quilômetros de estradas vicinais; duplicação e extensão da Rodovia Castelo Branco, da Via Anhanguera, da Washington Luiz, da Via D. Pedro I e de diversas outras, de ligação intermediária nas regiões administrativas de Campinas, Sorocaba e Ribeirão Preto, entre outras. Com isto, praticamente, se completa a estrutura viária interiorizada dos principais centros urbanos, encurtando distâncias inter-regionais e daí com a Metrópole, tornando os principais centros urbanos do Interior em condições de acolher empreendimentos industriais dos mais variados portes.

Enquanto o Governo do Estado de São Paulo através de seus vários governantes, procurou evitar a concessão de incentivos fiscais visando implementar políticas de interiorização do desenvolvimento urbano, regional e industrial, a maioria dos municípios, através de suas Prefeituras se lançaram nessa empreitada, utilizando as mais variadas formas: investimento em infra-estrutura urbana, doação de terrenos, isenções de impostos e taxas municipais, ressarcimento dos investimentos em infra-estrutura realizados pelas indústrias, criação de Distritos Industriais, entre outros. Com isso, a questão da política industrial e de sua orientação locacional que era de competência federal e estadual, ganharam mais um agente - as Prefeituras Municipais - que, sem estrutura técnica, administrativa e financeira, assumiram para si tarefas bem acima de suas possibilidades, com o que passaram a financiar as políticas de atração industrial para seus municípios³³³. Ao invés de legislar sobre o uso do solo para fins industriais, que é de sua competência, os municípios passaram a agir como agências de fomento, sem ter recursos financeiros para isso.

³³² Nas regiões administrativas mais industrializadas as taxas de juros eram ligeiramente superiores às das regiões menos industrializadas. mesmo assim, foram financiados poucos projetos em áreas mais deprimidas como o Vale da Ribeira, escolhida como principal área de incentivo para instalações industriais.

³³³ No final da década de 1970 estava implantado no Interior do estado mais de uma centena de Distritos Industriais, cuja infraestrutura havia sido financiada pelas Prefeituras, sendo que algumas financiaram, mediante doação, a aquisição de terrenos industriais.

O II Plano Nacional de Desenvolvimento, em seu capítulo IX sobre o Desenvolvimento Urbano, Controle da Poluição e Prevenção do Meio Ambiente diagnosticava que "a excessiva concentração urbana, que ocorria sobretudo nas regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro, estava acarretando sérios problemas de congestionamento, superpopulação e poluição, em detrimento da qualidade de vida e do equilíbrio social", para em seguida definir que a estratégia do desenvolvimento urbano objetivaria, entre outras, prioritariamente, "a desconcentração inter-regional do sistema urbano dominante, na região Sudeste, através, principalmente do esforço prático de evitar o crescimento excessivo das grandes aglomerações urbanas de São Paulo e do Rio de Janeiro". Na parte referente à Estratégia Industrial, propunha "a atenuação dos desníveis regionais do desenvolvimento industrial, evitando-se a continuação da tendência à concentração da atividade industrial em uma única área metropolitana". Dar-se-ia um melhor equilíbrio ao triângulo São Paulo-Rio de Janeiro-Belo Horizonte e aos pólos industriais no Sul e no Nordeste, procurando compatibilizar-se os movimentos de descentralização com a preservação de escalas de produção econômica e de economias de aglomeração³³⁴.

A estratégia industrial do II PND propugnava uma descentralização industrial da Região Metropolitana de São Paulo e, obviamente, do Estado de São Paulo, para o Resto do País, principalmente no que dizia respeito à instalação e expansão de pólos industriais dos principais grupos de insumos básicos como: produtos siderúrgicos, metais não ferrosos, produtos petroquímicos, fertilizantes, defensivos agrícolas, papel e celulose, matérias-primas para a indústria farmacêutica, cimento, enxofre e outros minerais não metálicos. Na maioria dos casos, tais empreendimentos visavam a autosuficiência do País e a exportação do excedente e, dada suas próprias características industriais, suas instalações deveriam localizar-se junto a fontes fornecedoras de matérias-primas ou nas proximidades dos pontos de embarque dos produtos para o mercado externo.

Em 1977 o Conselho de Desenvolvimento Econômico - CDE, através da Resolução nº 14/77, iria restringir drasticamente a concessão de incentivos às indústrias que queriam instalar-se na Região Metropolitana de São Paulo, numa clara evidência de fortalecimento dos pólos industriais de Minas Gerais, Rio de Janeiro e estados da Região Sul do País. No ano seguinte, o Conselho de Desenvolvimento

³³⁴ Conforme República Federativa do Brasil II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979), Lei no. 6.151, de 4 de dezembro de 1974, pp. 87 e 40.

Industrial - CDI, através da Resolução nº 57/78, selecionou os setores industriais que poderiam receber incentivos do Governo e aqueles que não teriam apoio oficial caso viessem a instalar-se na Região Metropolitana de São Paulo. Em 1980 a BEFIEX, através da Portaria nº 137/80, procurou restringir ainda mais a instalação de indústrias na Região Metropolitana de São Paulo, condicionando que aquelas que ainda pudessem aí se instalar com o apoio oficial, seriam obrigadas a destinar metade de sua capacidade produtiva aos mercados externos.

Ainda, no final da década, são criados diversos instrumentos de caráter institucional, quase todos relacionados com os aspectos ambientais, ampliando as restrições para expansão ou instalação de indústrias na Região Metropolitana de São Paulo: a) no âmbito estadual as Leis nº 898/75, nº 1172/76 e o Decreto 9714/77, conhecidas como legislação de proteção dos mananciais dessa região e a Lei nº 1817/78, que também procurou restringir, ainda que pouco, a sua expansão industrial; b) no âmbito federal a Lei nº 6.803/80 que dispõe sobre as diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição, que além de disciplinar a localização industrial em determinadas zonas, procura estabelecer formas mais eficientes de controlar a poluição industrial.

2.1.1. Avaliação Crítica das Políticas de Descentralização Industrial

O processo de interiorização da indústria, nos últimos anos, veio acompanhado da adoção de políticas implícitas e explícitas de "descentralização" industrial da Região Metropolitana para o Interior, conforme mostramos anteriormente.

Neste momento, achamos conveniente proceder uma avaliação crítica, ainda que de forma resumida, dessas políticas descentralizantes adotadas por diversos governos estaduais, bem como das políticas atrativas municipais adotadas por mais de uma centena de prefeituras do Interior ³³⁵.

Entre os aspectos mais importantes a serem destacados mencionamos: a) nos diagnósticos, superficialidade na percepção da natureza do movimento industrial e

³³⁵ Essas questões foram tratadas por NEGRI, Barjas "As Políticas de Descentralização Industrial e o Processo de Interiorização em São Paulo: 1970-1985". In: TARTAGLIA, J. C. & OLIVEIRA, O. L. (Orgs). Modernização e Desenvolvimento do Interior de São Paulo. São Paulo, Editora da UNESP, 1988, pp. 11-37.

agroindustrial paulista a partir de meados dos anos 60; b) limites da ação estadual; c) instrumentalização de São Paulo como executor de política nacional de descentralização e d) generalização e inconsistência das políticas atrativas municipais.

a) A ausência de percepção do movimento industrial e agroindustrial paulista

Em meio ao debate sobre a concentração industrial na Metrópole paulista, durante os anos 60 e início dos 70, o movimento de industrialização paulista estava internalizando uma base técnica que submetia a agricultura e agroindústria a uma rápida modernização para, gradativamente, conquistar espaços no mercado internacional de produtos como os dos complexos da laranja, soja, carne, algodão e cana-de-açúcar. Além disso, ampliaram-se as exportações de bens de consumo não duráveis - tecidos, calçados, vestuário e alimentos - e de outros ramos industriais - máquinas, equipamentos, acessórios industriais e vários bens intermediários. Esses setores beneficiaram-se amplamente dos incentivos e subsídios fiscais concedidos pelo governo federal.

Esse movimento industrial que ocasionou significativa transformação setorial e espacial em São Paulo, conforme vimos anteriormente, passou despercebido nos diagnósticos feitos sobre a economia paulista, sobretudo nos documentos produzidos durante o Governo Estadual de 1967/1971 e no posterior de 1971/1975.

Os Relatórios do Grupo de Descentralização Industrial - GDI e do Grupo de Análise Territorial - GAT procuraram evitar a indicação de uma ação mais direta do setor público visando o redirecionamento da localização industrial em São Paulo por entenderem que não havia previsão de crescimento de algum ramo industrial, capaz de permitir uma reorientação no processo de industrialização estadual e, porque entendiam que não havia estudos mais completos sobre as modificações na sua estrutura industrial, o que dificultava o conhecimento das potencialidades de "pólos industriais". O resultado final desses estudos foi que a adoção de uma política de "descentralização" industrial, visando a promoção de distribuição de renda, em nível regional, e o "descongestionamento" da área metropolitana, "possivelmente vão se constituir na alternativa mais conveniente e, sobretudo, viável" ³³⁶.

³³⁶ Os dois relatórios citados foram publicados in: Economia Paulista - Revista da Secretaria da Fazenda, São Paulo, fevereiro de 1970, volume 2, número 5.

Ocorre que as informações disponíveis junto ao IBGE, divulgadas nas Pesquisas Industriais anuais no final dos anos 60, permitiam regionalizar a indústria paulista, através do corte Metrópole e Interior, dando mostras de que a indústria paulista deixava de aprofundar sua concentração na área metropolitana, muito antes da adoção de políticas de descentralização industrial.

O confronto das informações disponíveis no Censo de 1959, na pesquisa industrial de 1967 e no Censo de 1970, demonstram o crescimento da indústria interiorizada no período, pouco percebido pelos estudos concluídos no início dos anos 70. Para o valor da produção industrial, as participações do Interior eram, respectivamente, 28,9%, 29,1% e 29,3% e para o pessoal ocupado eram 29,3%, 29,5% e 29,9%, evidenciando crescimentos nos ramos de vestuário e calçados, alimentos, metalurgia, material elétrico e de transportes. Na primeira metade dos anos 70 esse processo seria mais visível como mostram os dados do censo de 1975 quando a indústria do Interior passou a concentrar 34,1% do valor da produção industrial e 31,9% do pessoal ocupado na indústria de transformação estadual ³³⁷.

Em suma, o movimento da indústria paulista, no período de grande expansão industrial de 1967/73, trouxe importantes modificações setoriais e espaciais, que neste caso ocorreram independentemente da vontade ou intenções de políticas de descentralização estadual ou federal.

b) Os limites da ação do governo estadual

Analisando o elenco de instrumentos disponíveis que podiam ser utilizados para a execução de uma efetiva política de descentralização industrial, no âmbito do estado de São Paulo, nos anos 70, verifica-se que os instrumentos legais sobre as questões urbanas eram limitados e, na maioria dos casos, eram de competência federal ou municipal, razão pela qual foram criadas, em 1973, as regiões metropolitanas, permitindo alguma atuação por parte do Estado ³³⁸.

³³⁷ Nem mesmo o impacto da Refinaria do Planalto em Paulínia, sobre a indústria química da Região de Campinas foi avaliado ou mencionado, uma vez que sua construção iniciou em 1969 e a operação em 1972.

³³⁸ Os instrumentos institucionais mais importantes eram de âmbito federal: CNPU, CDI, CDE, Resolução nº 14/77 do CDE, a Resolução nº 57/78 do CDI e a Portaria nº 1817/78.

A Lei Federal nº 6803/80 dispendo sobre as diretrizes básicas para o zoneamento industrial em áreas críticas de poluição ambiental, disciplinando a localização industrial em determinadas áreas urbanas e procurando tornar mais eficiente o controle de poluição industrial, foi promulgada após o intenso processo de interiorização da indústria dos anos 70, não contribuindo em nada para conter a expansão industrial da Região Metropolitana de São Paulo até 1980.

A esfera estadual dispunha de alguns instrumentos institucionais como o CODEGRAN, CONSULTI e EMPLASA que relacionavam-se com o controle das atividades da área metropolitana e decorriam da legislação federal como a Lei Complementar nº 14/73 que instituiu as Regiões Metropolitanas, definiu os serviços de interesse metropolitano e atribuiu determinadas competências para o Estado, permitindo ações um pouco mais eficientes.

A legislação estadual restritiva às expansões industriais da Metrópole, como a Lei nº 898/75 e 1172/76 e o Decreto nº 9714/77 de proteção dos mananciais, principalmente da área metropolitana, cujas importâncias não podem ser negadas, apenas começa a ser aplicada depois que estava em marcha o acelerado processo de interiorização industrial que elevou a participação do Interior no valor da produção industrial estadual de 29,3% para 34,1% no período 1970/75. Isso nos leva a supor que seus efeitos para inibir a expansão industrial metropolitana tenham tido maior eficácia no final dos anos 70 e início dos anos 80.

Os instrumentos financeiros e tributários praticamente dependiam da esfera federal: a) o BADESP, importante agente estadual de financiamento do investimento, de longo prazo, do setor privado, sempre operou como repassador de recursos federais do BNDES em obediência à política industrial mais geral e, b) o ICM, mais importante tributo estadual, responsável por cerca de 95% da arrecadação tributária estadual tinha suas alíquotas fixadas pelo Congresso Nacional e eventuais isenções e/ou redução de alíquotas dependiam da concordância dos demais estados da Federação. Há que se destacar que os vários governos de São Paulo evitaram qualquer tentativa de estimular a "descentralização" industrial, via renúncia fiscal, ao mesmo tempo que se utilizavam de recursos do BNDES para financiar o investimento industrial; apenas no final dos anos 80 e início dos anos 90, é que vamos assistir à

tentativa de reduções de alíquotas do ICM e a utilização de recursos do Tesouro estadual para o financiamento de instalação de indústrias no Interior³³⁹

c) São Paulo, como instrumento de execução da política urbana nacional

Na segunda metade dos anos 70, com a instituição do II PND, o governo estadual projetou para São Paulo os prováveis resultados das políticas de desenvolvimento urbano e regional preconizados pela esfera federal como foram os casos da implantação de programas como "Macro-Eixo" e "Cidades Médias".

Na realidade, o que de fato ocorreu foi que o governo do Estado de São Paulo, sabendo da concentração e centralização dos recursos tributários e das fontes de financiamentos na área federal, desenvolveu importante aparato de planejamento urbano e regional, colocando-se como entidade privilegiada para coordenar as ações do Governo Federal em São Paulo, deixando o mais importante estado da Federação como mero executor das políticas urbanas do Governo Federal, explicitando falta de criatividade para o enfrentamento dos problemas urbanos, principalmente da Metrópole, mostrando toda sua submissão ao regime autoritário.

A adoção desses programas, principalmente o de Cidades Médias, permitiu a realização de importantes investimentos em infra-estrutura urbana nos centros urbanos do Interior de São Paulo, capacitando-os para receber os eventuais investimentos industriais idealizados nas políticas de "descentralização" industrial da área metropolitana de São Paulo.

d) A inconsistência das políticas atrativas municipais

No âmbito municipal foram instituídas uma série de medidas de atração de indústrias como: a isenção parcial ou total de tributos municipais, por determinado período de tempo; a doação e concessão de terrenos subsidiados às novas instalações industriais; a execução gratuita de infra-estrutura básica - vias de acesso, asfaltamento, saneamento, iluminação pública, etc. - em novas áreas prioritárias para receber novas indústrias e, a implantação de Distritos Industriais privilegiando a instalação de novos empreendimentos industriais.

³³⁹ Devido ao corte temporal da análise espacial do presente trabalho ter sido estabelecido em 1990 deixaremos de analisar a eficiência ou não da utilização desses instrumentos estaduais.

Na tentativa de atrair indústrias, as Prefeituras Municipais, apoiadas pelas respectivas Câmaras de Vereadores, adotaram medidas, algumas das quais, "irresponsáveis", não realizando as devidas análises de custo benefício desses empreendimentos, comprometendo recursos (disponíveis ou não) para subsidiar a vinda do capital produtivo. Vale dizer, não se dimensionaram os impactos desses empreendimentos sobre as questões urbanas, as finanças municipais, sobre o meio ambiente e sobre as reduções nos recursos disponíveis para investimentos públicos municipais na área social como saúde, educação, saneamento e demais infra-estruturas urbanas.

O número de municípios que ofereceram incentivos e subsídios visando atrair novas indústrias foi tão grande que o capital produtivo passou a ficar em situação privilegiada, isto é, a decisão privada de onde investir, passava a ter um grande número de opções locacionais, uma vez que a concorrência entre as prefeituras era tão acentuada, que as vantagens de uma sobre a outra praticamente se anulavam. Na verdade, as indústrias se instalavam onde determinava a "lógica capitalista", ao mesmo tempo que se beneficiavam dos privilégios oferecidos pelas municipalidades.

No início dos anos 80, haviam sido implantados mais de uma centena de Distritos Industriais, que, na sua maioria, encontram-se com grande capacidade ociosa, merecendo ser destacado: a) que o município mais industrializado do Interior - Campinas - não concedeu incentivos fiscais de qualquer natureza, possuindo um dos Distritos Industriais com maior capacidade de utilização (94% da área total); b) que importantes municípios do Vale do Paraíba como São José dos Campos, Jacareí e Taubaté não possuem Distritos Industriais e fazem parte daqueles municípios que tiveram maiores taxas de crescimento industrial nos anos 70; c) que 16 Distritos Industriais do Interior não possuíam uma única indústria em funcionamento e, d) que 68 dos 111 Distritos Industriais do Interior ocupavam menos da metade das áreas destinadas às instalações industriais ³⁴⁰.

A importância dos incentivos municipais para a localização industrial em São Paulo, mereceu minucioso estudo por parte de AZZONI que chegou à conclusão de que em "relação aos incentivos municipais, não encontramos razões para concluir que são importantes na localização das empresas" e que "da nossa análise geral,

³⁴⁰ Ver o importante levantamento realizado pela Secretaria de Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, Distritos Industriais no Estado de São Paulo, São Paulo, 1985.

entretanto, não podemos concluir que o incentivo consegue influenciar na escolha da cidade, em geral, resultando que está de acordo com as pesquisas de campo realizadas", para em seguida afirmar que "se não havia motivos para se acreditar que esses incentivos tiveram influência locacional no período em que fizemos a análise, atualmente há menos ainda, já que a possível vantagem competitiva do município que oferece incentivos está diminuindo pelo recrudescimento dessa prática entre as administrações paulistas" ³⁴¹.

e) Contribuições das políticas estaduais de interiorização industrial

Aproveitando-se das explicitações de descentralização industrial propostas no II PND, o governo estadual revigorou propostas de descentralização industrial da Metrópole para o Interior, que na verdade representavam uma fuga às responsabilidades governamentais pelo não enfrentamento, de forma ativa, dos graves problemas urbanos metropolitanos como: transportes coletivos, habitação, saneamento, poluição, segurança, etc. Portanto, parecia às autoridades governamentais, mais fácil levar os novos investimentos industriais para o Interior, "evitando" o agravamento dos problemas urbanos da Grande São Paulo.

As políticas estaduais tiveram dois objetivos básicos - de caráter persuasivo e restritivo. As de caráter persuasivo compreendiam os serviços de informações e de orientação locacional e regional que eram colocados à disposição dos empresários para a tomada de decisões sobre "onde investir" no Interior; tão importante ou mais que isso foram os constantes investimentos estaduais realizados na melhoria, recuperação e ampliação da malha viária interiorizada, principalmente as vias de penetração e de ligação dos principais centros urbanos. As de caráter restritivo, decorrente da degradação do meio ambiente e da força política e do apelo dos movimentos ambientalistas, resultaram na implantação de normas mais rígidas de autorização de localização de unidades industriais visando a preservação de mananciais de recursos hídricos e o combate à poluição ambiental, principalmente na área metropolitana e em algumas áreas interiorizadas.

Não resta dúvida que as diversas políticas de interiorização do desenvolvimento econômico do estado de São Paulo contribuíram para que o Interior elevasse de 25,3%

³⁴¹ Conforme AZZONI, Carlos Roberto. Incentivos Municipais e Localizações Industrial no Estado de São Paulo, São Paulo, IPE-USP, Ensaios Econômicos, nº 6, 1981, pp. 57 e 58.

para 43,4% sua participação no VTI estadual, num prazo de apenas 15 anos (1970/85), mas, conforme analisamos anteriormente, outros fatores foram mais determinantes nesse processo. Também estamos convencidos de que, juntamente com o processo de interiorização da indústria nesse período, os graves problemas urbanos da Região Metropolitana não se resolveram e ao contrário, se agravaram, ao mesmo tempo que a expansão industrial do Interior foi acompanhada do crescimento de graves problemas urbanos que até então eram característicos da Metrópole. Hoje, os principais centros urbanos interiorizados padecem dos mesmos problemas - transportes coletivos, saneamento, habitação, falta de escolas e de leitos hospitalares, segurança e poluição ambiental: o agravamento na deterioração dos mananciais de recursos hídricos da Região de Campinas - casos das Bacias de Piracicaba, do Jundiá e do Capivari - é uma demonstração de que junto com a "descentralização" industrial se "descentralizavam" também os problemas urbanos da área Metropolitana.

2.2. Principais Determinantes do Processo da Interiorização da Indústria do Estado de São Paulo

As modificações ocorridas na estrutura setorial da indústria paulista pós 1970, coincidiram com profundas alterações em sua estrutura espacial: no período 1970/85 a Região Metropolitana de São Paulo reduziu sua participação no valor de transformação industrial do estado de 74,7% para 56,6%, num evidente processo de interiorização de sua indústria, conforme mostra a Tabela II.6³⁴².

TABELA II.6: MODIFICAÇÕES ESPACIAIS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO: 1959/1985

	(Valores em percentagem do VTI)				
REGIÃO METROPOLITANA E INTERIOR	1959	1970	1975	1980	1985
1. METROPOLITANA -RMSP	73,8	74,7	69,4	62,9	56,6
1.1. Capital	54,8	48,1	44,0	34,8	29,8
1.2. RMSP exceto capital	19,0	26,6	25,4	28,1	26,8
2. INTERIOR	26,2	25,3	30,6	37,1	43,4
TOTAL DO ESTADO	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: FIBGE - Censos Industriais, 1959, 1970, 1975, 1980 e 1985.

342 A respeito desse assunto veja os dois trabalhos recentes de NEGRI, Barjas (1987) e NEGRI, Barjas & CANO, Wilson. "A Interiorização da Indústria Paulista nos Anos 70" In Anais do XV Encontro Nacional de Economia, Salvador, ANPEC, 1987.

Durante o ciclo expansivo de 1967/73, evidencia-se maior ritmo de crescimento da indústria interiorizada comparativamente à da Região Metropolitana. Os dados regionalizados obtidos a partir das informações censitárias de 1970/75, mostram que o VTI do Interior cresceu 19,5% ao ano, enquanto o da indústria metropolitana, a 13,4%. Com isso, a participação da indústria interiorizada no total da indústria paulista que era de 26,2% do VTI saltou para 30,6%. Ao longo da desaceleração da economia brasileira no período 1974/79, a indústria interiorizada ainda manteve elevada sua taxa de crescimento. Os censos de 1975/80 mostram que a taxa de crescimento de 8,2% ao ano do VTI do Interior foi o dobro da alcançada pela indústria Metropolitana. Com isso, eleva-se ainda mais a participação da indústria interiorizada no total da indústria estadual: de 30,6% para 37,1%. No período recessivo de 1981/83, a indústria do Interior de São Paulo não foi tão afetada como a metropolitana. Os censos de 1980/85 indicam que nesses cinco anos, ela cresceu 26,5%, enquanto a metropolitana declinou 2,6%³⁴³. Com isso, o peso da indústria do Interior no total do VTI estadual saltou de 37,1% para 43,4%.

O avanço da indústria do Interior ocorreu por ter apresentado elevadas taxas de crescimento nesse período e, porque, a indústria da Capital Paulista vem perdendo seu dinamismo desde a segunda metade dos anos 70, quando teve decréscimo de seu produto industrial (da ordem de -0,6% ao ano) e, também, porque a Capital do estado sentiu mais fortemente os efeitos da crise do início dos anos 80, reduzindo em 7,9% o valor real de sua transformação industrial no período 1980/85. Assim, a Capital de São Paulo, que antes de 1970, respondia por mais da metade da indústria paulista reduz essa participação a quase 30% em 1985, enquanto os demais municípios da Região Metropolitana - principalmente Santo André, São Caetano, São Bernardo, Diadema, Mauá, Mogi das Cruzes, Guarulhos e Osasco - praticamente mantiveram suas participações em torno de um quarto da indústria estadual.

Cabe analisar, agora, os principais determinantes desse intenso processo de interiorização da indústria paulista.

³⁴³ Taxas calculada pelo autor a partir da taxa de crescimento de 11,25% do valor da transformação da indústria de transformação do Brasil, conforme Tabela 2 pag. XXVII do Censo Industrial de 1985, nº 1- Dados Gerais - Brasil - FIBGE, 1990.

a) Políticas Restritivas à Área Metropolitana

Desde a criação das regiões metropolitanas, através da Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973, criou-se um novo aparato institucional, de âmbito federal e estadual, relativos à proteção ambiental, ao parcelamento do solo, ao zoneamento industrial e à proteção dos mananciais das áreas metropolitanas, em especial a São Paulo³⁴⁴.

Em 1973, através a Lei Estadual nº 118 de 26 de junho de 1973 criou-se a Cia Estadual de Tecnologia de Saneamento Básico e de Controle de Poluição e de Águas (CETESB) que tornou-se importante instrumento de controle de ampliação ou instalação de unidades industriais; a Lei Complementar nº 94 de 29 de maio de 1974 regulamentaria os serviços comuns aos municípios da Região Metropolitana, entre os quais destacam-se o planejamento integrado ao desenvolvimento econômico e social, o uso do solo metropolitano e o aproveitamento dos recursos hídricos e controle da poluição ambiental, além de definir a competência do Estado e organizar o sistema da ação metropolitana com a criação da Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S.A. (EMPLASA), do Conselho Deliberativo da Grande São Paulo (CODEGRAN) e do Conselho Consultivo Metropolitano de Desenvolvimento Integrado da Grande São Paulo (CONSULTI); em 1976 aprovou-se a Lei Estadual nº 997, de 31 de maio, dispondo sobre o controle da poluição do meio ambiente, regulamentada pelo Decreto nº 8468 de 8 de setembro de 1976, tornando-se importante instrumento da CETESB no controle da poluição do solo, na definição das fontes industriais de poluição, da concessão de licença para instalação e funcionamento de unidades industriais, das sanções e penalidades para infratores a legislação ambiental.

Em relação ao zoneamento industrial, promulgou-se a Lei Estadual nº 1817 de 27 de outubro de 1978, estabelecendo objetivos e diretrizes para o desenvolvimento industrial metropolitano, disciplinando o zoneamento industrial, localização e licenciamento de indústrias na RMSP, posteriormente regulamentada pelo Decreto Estadual nº 13.095 de 05 de Janeiro de 1979, sendo que, em 1981, através da Lei nº 2952 alteram-se alguns dispositivos da Lei nº 1817, no que diz respeito às zonas industriais: zonas de uso estritamente industrial - ZEI, zonas de uso predominantemente industrial - ZUPI e, zonas de usos diversificados - ZUD. A questão

³⁴⁴ Ver São Paulo (Estado) Secretaria de Estado dos Negócios metropolitanos. Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S.A. EMPLASA. Legislação Básica de Interesse Metropolitano. São Paulo, 1985.

do disciplinamento do uso do solo para a proteção dos mananciais, cursos e reservatórios de água e demais recursos hídricos de interesse metropolitano efetivou-se em 1975 com a Lei Estadual nº 898 de 18 de dezembro, regulamentada em 1977 pelo Decreto nº 9.714 de 19 de abril.

O conjunto dessa legislação que ao longo do tempo foi sendo modificada e aperfeiçoada, constituiu-se, sem dúvida, em fator inibidor de ampliação de fábricas e instalação de novas unidades industriais que, de alguma forma, pudessem agravar a poluição ambiental ou mesmo comprometer ainda mais os principais mananciais hídricos da Metrópole. Isso explica, parcialmente, que durante o período 1970/85 tenha aumentado o número de estabelecimentos industriais e a participação do peso relativo do Interior no valor da transformação industrial paulista de alguns ramos, acentuadamente poluentes, como farmacêuticos e veterinários, metalurgia, papel e papelão, borracha, química e produtos de matérias plásticas, principalmente após 1975, quando se instituem essas restrições, conforme mostra a Tabela II.7.

TABELA II.7: PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA DO INTERIOR NO VTI ESTADUAL DE ALGUNS RAMOS
POLUENTES: 1970/85

RAMOS	1970	1975	1980	1985
1. Produtos Farmacêuticos e Veterinários	4,7	11,1	15,1	21,2
2. Metalurgia	18,3	20,1	24,5	35,8
3. Papel e papelão	28,6	34,6	40,0	40,0
4. Borracha	16,2	27,2	25,0	30,8
5. Química	34,3	47,5	60,4	64,6
6. Produtos de matérias plásticas	9,8	12,0	18,0	20,7

Fonte: FIBGE. Censos Industriais: 1970/1985.

b) Políticas de Interiorização do Desenvolvimento

Com o estímulo e apoio do Governo Federal adotou-se no âmbito do Governo Estadual uma série de planos e programas visando o desenvolvimento urbano e regional de São Paulo como o Programa de Cidades Médias, Programa de Interiorização do Desenvolvimento - PROINDE e Política de Descentralização e Descentralização Industrial que, na verdade, consistiam em programas de investimentos em infra-estrutura econômica e social no Interior do estado, no sentido de ampliar a malha viária estadual facilitando as ligações rodoviárias entre os principais centros urbanos e entre estes e a Região Metropolitana e no sentido de

adequar a infra-estrutura econômica e social - rede de saneamento básico, pavimentação asfáltica das principais vias públicas municipais, obras de artes (pontes e viadutos) facilitando o acesso aos núcleos urbanos, construção de equipamentos sociais (principalmente escolas de 1º grau) e financiamento para construção de núcleos habitacionais.

O Programa de Cidades Médias é um bom exemplo de como se realizaram pesados investimentos em municípios como Campinas, Sorocaba, São José dos Campos, Americana, São Carlos, Piracicaba, Limeira, Jacareí, Jundiaí, Araraquara, Ribeirão Preto, entre outros e que, no fundo, pretendeu torná-los receptores de investimentos industriais privados, tornando-os opções privilegiadas em relação à Metrópole, uma vez que os custos de investimentos em infra-estrutura urbana, nesta área, assumiam proporções bastante maiores. À bem da verdade, o Programa de Cidades Médias também fez parte dos objetivos de descentralização metropolitana³⁴⁵.

O PROINDE - Plano Rodoviário de Interiorização do Desenvolvimento de 1972/75 destinado a ampliar e melhorar a malha viária estadual, com elevado montante de recursos em pavimentação asfáltica, foi, do nosso ponto de vista, o primeiro plano de explicitação de uma política estadual de interiorização industrial, que ao propor a melhoria no sistema de transportes, através das rodovias que faziam a ligação metrópole e o Interior e dos principais centros urbanos. Na verdade, procurou-se adequar o que se denominava de "tendências naturais" do processo de expansão industrial fora da Região Metropolitana.

Portanto, não resta dúvida que os contínuos investimentos estaduais em infra-estrutura econômica e social, dentro do território paulista interiorizado, ofereceram condições para que as unidades industriais mais antigas ampliassem suas instalações, ao mesmo tempo que motivaram a instalação de inúmeras outras unidades novas.

Ainda dentro das políticas de interiorização do desenvolvimento, vale mencionar a adoção de políticas de caráter persuasivo adotadas no início dos anos 70, pelo governo estadual que compreenderam, basicamente, serviços de informações e de orientação locacional, colocados à disposição dos empresários visando colaborar para

³⁴⁵ Ver o trabalho publicado pelo Governo do Estado de São Paulo Cidades Médias e Desenvolvimento Industrial: uma proposta de descentralização metropolitana. Secretaria de Economia e Planejamento, Série Estudos e Pesquisas, nº 17, São Paulo, 1979.

a decisão sobre onde investir nos principais cidades do Interior. No âmbito estadual pode-se incluir também as Políticas de Cidades Médias, que em última instância eram executadas pelas Prefeituras Municipais cujos projetos eram aprovados pelos órgãos estaduais e, muitas vezes, financiados com recursos Federais.

No âmbito municipal, as prefeituras instituíram "políticas atrativas" de novas instalações industriais, utilizando-se de instrumentos de incentivos a essas novas indústrias como isenção parcial ou total de tributos municipais, doação ou concessão de áreas a preços subsidiados, execução de infra-estrutura econômica como vias de acesso asfaltadas, saneamento e obras de arte e, principalmente a construção de Distritos Industriais em locais privilegiados com as infra-estruturas requeridas pelo capital industrial.

O Governo Federal participou, direta e indiretamente, nessa política de interiorização da indústria em São Paulo. Indiretamente, através dos investimentos em comunicações, resolvendo as questões relativas à telefonia, através da ampliação da cobertura no estado e da implantação gradativa dos sistemas de DDD, DDI e de Telex, respondendo à demanda municipal e dos estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços. Diretamente, mediante alocação de recursos, a fundo perdido, para o Programa de Cidades Médias, mediante alocação de recursos de financiamento para a ampliação da malha viária estadual, através do BNDES e através de aval para financiamentos internacionais na área de transportes e de energia. No âmbito municipal, o Governo Federal foi importante para o financiamento de infra-estrutura econômica e social com financiamento da Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Banco Nacional de Habitação, bem como porque financiou a construção de vários Distritos Industriais com recursos do BNDES.

A melhoria da infra-estrutura econômica e social do espaço interiorizado e o desenvolvimento de seus principais centros urbanos, a rede montada por mais de uma centena de Distritos Industriais e as facilidades de acesso às principais fontes de recursos hídricos contribuíram para a interiorização da indústria em São Paulo³⁴⁶.

³⁴⁶ Sobre essa questão ver São Paulo (Governo). Secretaria do Interior, Coordenadoria de Ação Regional - CAR. Fatores Locacionais da Indústria e o Desenvolvimento Regional no Estado de São Paulo, São Paulo, 1981, especialmente itens 5 e 6.

c) Impactos da Política Econômica Federal

Após 1967, a agricultura brasileira passou por acelerado processo de transformação com a ampliação da aplicação de insumos químicos e biológicos, com a introdução de novas variedades de culturas e de raças de animais e, com a aceleração do processo de mecanização agrícola. Com as transformações havidas em sua base técnica, a agricultura brasileira passou cada vez mais a depender de máquinas, equipamentos e insumos básicos produzidos pela indústria. A partir de 1965, o Estado passou a desempenhar importante papel nesse processo com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural que contou com grandes aportes de recursos por mais de dez anos. De 1967, até o final dos anos 80, tanto a agricultura como a agroindústria brasileira, passariam por transformações quantitativas e qualitativas que ampliaram e diversificaram sua produção.

Com a introdução da política de incentivos e subsídios às exportações e com o intenso processo de agroindustrialização, o Brasil procurou rapidamente conquistar maiores espaços junto ao mercado internacional de produtos agrícolas transformados, que apresentava expansão do mercado consumidor. A pauta de exportações brasileiras passa a contar, cada vez mais, com maiores volumes de produtos agroindustriais. Para responder às proposições da política federal de aumento das exportações, principalmente agroindustriais o estado de São Paulo que contava com a mais moderna e mecanizada agricultura do país e com maior produtividade e menores custos de produção, saíria à frente dos demais estados, liderando o processo de agroindustrialização e de expansão de suas exportações, seguido por outros estados com agricultura mais desenvolvida como Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e parcela da região Centro-Oeste.

Um dos espaços onde tais transformações ocorreram mais rapidamente foi, obviamente, o Interior do estado de São Paulo onde sua área agrícola expandiu-se no período 1969/71 - 1979/81, com a incorporação de 553 mil hectares, representando um aumento de 10%³⁴⁷. A Tabela II.8 seguinte mostra o elevado crescimento da área cultivada e da produção física de quatro produtos predominantemente voltados para o

³⁴⁷ Nesse período a área cultivada em São Paulo passou de 5.554 mil hectares para 6.107 mil hectares, representando mais de 12% do total do país enquanto a pecuária passou de 9,1 milhões para 11,7 milhões de cabeça correspondendo a mais de 10% do rebanho brasileiro.

processamento agroindustrial e em parte para as exportações: café, cana-de-açúcar, laranja e soja.

TABELA II.8: EXPANSÃO DA ÁREA CULTIVADA E DA PRODUÇÃO FÍSICA DE ALGUNS PRODUTOS AGRÍCOLAS DE SÃO PAULO: 1969/71 - 1979/81

PRODUTOS	ÁREA EM MIL Ha.		AUMENTO EM %	PRODUÇÃO FÍSICA EM MIL TON.		AUMENTO EM %
	1969/71	1979/81		1969/71	1979/81	
Café	784,3	989,9	26,2	414,0	502,4	21,2
Cana	737,9	1.366,9	85,2	36.066,7	72.180,3	100,0
Laranja	186,1	526,8	182,7	1.669,1	6.714,3	302,3
Soja	67,2	762,7	1.104,1	83,8	1.102,0	1.219,0

Fonte: INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA - IEA - da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo.

1. O Crescimento das Exportações Agroindustriais

O impacto do crescimento da agroindústria sobre a economia industrial do Interior pode ser melhor avaliado pelo conjunto das exportações dos produtos dos principais complexos agroindustriais mostrados na Tabela II.9 com forte presença no espaço interiorizado: a) complexo da laranja: suco concentrado e farelo cítrico; b) complexo da carne: carne bovina fresca e resfriada e frango congelado; c) complexo da soja: farelo, grão e óleo bruto e refinado; d) complexo do café: grãos e industrializados; e) complexo da cana: açúcar cristal, demerara e refinado e, álcool anidro e hidratado; f) complexo de algodão: algodão em rama, farelo, fios e óleo bruto e refinado. Entre 1975 e 1985 a exportações paulistas desses produtos saltaram de US\$ 1.198,3 milhões para US\$ 3.522,9 milhões, representando um crescimento de 194% em dez anos. Com isso, as exportações desses produtos agroindustriais mantiveram em 35% sua participação no total das exportações paulistas, quando se sabe que, a partir da desaceleração da economia na segunda metade dos anos 70, ampliam-se as exportações de produtos industrializados, como máquinas equipamentos e material de transportes³⁴⁸.

³⁴⁸ Esses indicadores aumentam de importância quando se sabe que no período 1975/85 a participação de São Paulo no valor das exportações brasileiras desses produtos agroindustriais saltou de 32,6% para 46,7%.

TABELA II.9: EXPORTAÇÕES DOS PRINCIPAIS COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS DE SÃO PAULO: 1975/85

COMPLEXOS	VALOR DAS EXPORTAÇÕES EM US\$ MILHÕES		
	1975	1980	1985
1. DA LARANJA	82,2	409,6	798,8
2. DA CARNE	45,4	176,2	416,9
3. DA SOJA	72,4	137,5	223,6
4. DO CAFÉ	512,6	1.348,1	1.713,6
5. DA CANA	361,4	541,3	143,4
6. DO ALGODÃO	124,3	154,3	230,6
TOTAL	1.198,3	2.767,0	3.522,9

FONTE: MARTINELLI JR., O. & CAMARGO FILHO, O.R. de Exportações e Destinos dos Principais Complexos Agroindustriais do Estado de São Paulo, Campinas, FECAMP/FE/UNICAMP, 1989.

A expansão e diversificação da agropecuária e da agroindústria paulista, constitui-se num importante determinante de aprofundamento do processo de interiorização industrial, que pode ser melhor compreendido através de três indicadores importantes: o primeiro referente ao aumento do já elevado índice de concentração do valor da transformação industrial do ramo alimentício no Interior, conforme mostram todos os censos industriais dos últimos anos: no período 1970/85 passou de 60,1% para 66,0%; o segundo refere-se à elevada participação da indústria alimentícia do Interior, no total do respectivo ramo a nível nacional: em torno de um quarto do total; e o terceiro é o recente aumento da participação relativa na estrutura industrial do Interior - de 12,4% para 13,2% no período 1980/85 - quando se sabe que tem aumentado significativamente o peso relativo de ramos mais complexos como mecânica, material de transportes e material elétrico e de comunicações, entre outros.

. O Impacto do Proálcool

Instituído pelo Governo Federal em 1974, o Programa Nacional do Alcool impactaria positivamente sobre a indústria do Interior do estado de São Paulo em pelo menos dois aspectos: o primeiro, porque a indústria brasileira produtora de equipamentos para o parque sucro-álcooleiro tinha condições de atender toda a demanda nacional sem precisar recorrer às importações e, mais do que isso, localiza-se no Interior de São Paulo, mais precisamente, nas regiões açucareiras de Piracicaba e Ribeirão Preto e, o segundo porque a dinâmica agricultura paulista respondeu mais prontamente que os demais estados ao Programa Nacional do Alcool.

Assim, quase todas as destilarias de álcool instaladas no país foram produzidas no Interior de São Paulo, assim como a produção dos demais equipamentos e acessórios como moendas, turbinas, redutores e aparelhos de caldeiraria leve e pesada³⁴⁹. Entre 1974 e 1983, as duas únicas fábricas de destilarias de álcool do país - Codistil e Conger - localizadas em Piracicaba, produziram 471 novas destilarias³⁵⁰.

O Proálcool teve duas fases distintas: a primeira no período 1975/79, visando a produção de álcool anidro destinado à mistura com a gasolina e, a segunda, no período 1980/85 consolidando-se como programa energético através da produção de álcool hidratado em substituição à gasolina. Entre as safras 1975/76 e 1979/80, a produção de álcool no Interior de São Paulo cresceu sete vezes - de 362 milhões de litros para 2.583 milhões de litros - concentrando 70% da respectiva produção nacional e, entre as safras 1979/80 e 1985/86, a produção paulista de álcool alcançou 7.624 milhões de litros, representando dois terços da produção nacional. A consolidação desse programa contribuiu muito para que a indústria química do Interior de São Paulo ampliasse sua participação no valor da transformação da indústria química do país e de São Paulo, quando se sabe que nos últimos anos tem-se reduzido um pouco a participação de São Paulo na indústria química nacional.

O Crescimento das Exportações de Manufaturados

A indústria paulista de tecidos e calçados, em decorrência da redução da demanda interna, provocada pela política de arrocho salarial, pela redução do ritmo de crescimento da economia pós-1974 e acentuada pela recessão dos anos 80, encontrou importante saída via comércio externo. Como não poderia deixar de ser, São Paulo, que concentrava parcela significativa da produção têxtil e de calçados do país, lideraria as exportações desses produtos; ao mesmo tempo, reforçaria o crescimento industrial do Interior, uma vez que a expansão das exportações desses produtos colaboraria com a ampliação das suas participações nos respectivos VTI estadual entre 1970 e 1985: de 26,2% para 39,9% no caso do ramo de vestuário, calçados e artefatos de tecidos e,

³⁴⁹ Sobre o porque produtor de equipamento, para o setor sucro-alcooleiro, veja-se o trabalho de NEGRI, Barjas: Um Estudo de Casos da Indústria Nacional de Equipamentos: Análise do Grupo Dedini, Campinas, Tese de Mestrado apresentada ao DEPE-IFCH-Unicamp, 1977.

³⁵⁰ Conforme MALUF, Renato Sérgio (coord.). Aspectos da Constituição e Desenvolvimento do Mercado de Trabalho em Piracicaba, Piracicaba, UNIMEP-NPDR, 1984, Capítulo 4, item 4.4. p. 157-172.

de 31,3% para 45,9% no têxtil, merecendo ser destacado que os municípios de Americana, Santa Bárbara D'Oeste e Nova Odessa, na região de Campinas, concentram significativa parcela da indústria têxtil paulista, o mesmo acontecendo com Franca, na região de Ribeirão Preto, e com Birigui, na região de Araçatuba, na produção de calçados.

Posteriormente, com o aumento da diversificação das exportações de produtos manufaturados - material de transportes, material bélico e aeronáutico e, máquinas e equipamentos - e o aumento das exportações de insumos básicos - aço e papel e papelão - reforça-se ainda mais a indústria do Interior, grande produtora desses bens: consolida-se o parque produtor de material bélico, de material aeronáutico e de transportes da região de São José dos Campos; amplia-se a produção de produtos siderúrgicos das regiões do Litoral e de Campinas, o mesmo acontecendo com a produção de papel e celulose e de máquinas e equipamentos das regiões de São José dos Campos e de Campinas.

A indústria interiorizada também conseguiu penetrar significativamente nos mercados internacionais para seus produtos, suavizando, a exemplo da Metrópole, os efeitos negativos da desaceleração e posterior recessão da economia do país.

d) Os Investimentos Estatais no Setor Produtivo e no Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia

Em que pese a explicitação de uma política de descentralização industrial, a partir de São Paulo, para o Resto do País, evidenciada desde o início dos anos 70, pelo Governo Federal, o mesmo foi obrigado, em parte, a curvar-se à dinâmica capitalista espacial e realizar uma série de investimentos do setor produtivo estatal, em São Paulo, que reforçaram o processo de interiorização, conforme veremos a seguir.

A construção da Refinaria do Planalto Paulista - REPLAN em Paulínia, região de Campinas, é um excelente exemplo de impactação positiva sobre a indústria química interiorizada. Estabelecida como prioridade nas Metas e Bases para a Ação do Governo estimava-se que a "conclusão da execução do projeto acrescentará 126.000 barris/dia à capacidade de refino do país. O projeto compreende ainda a construção de um oleoduto (226 Km) para suprimento de óleo a refinaria"³⁵¹. Iniciada em 1969, a

³⁵¹ Conforme Presidência da República, Metas e Bases para a Ação do Governo - Síntese - Brasília, setembro de 1970, pag. 107.

REPLAN entrou em funcionamento em 1972, tornando-se a maior refinaria de petróleo do país, estando atualmente com uma capacidade de processar 48 mil m³ de petróleo por dia de operação, representando 20% da capacidade do sistema de refino de petróleo brasileiro.

A Refinaria Presidente Bernardes, em Cubatão, que até 1970 era a segunda em ordem de importância no país, também foi contemplada com um programa de modernização e ampliação mediante a "instalação de uma unidade do craqueamento catalítico e de uma unidade de produção de enxofre (45 toneladas/dia). A modernização da Refinaria propiciará concomitante aumento da capacidade de refino (mais 45.000 barris/dia)"³⁵² a ser concluída em 1972. Atualmente essa refinaria é a quarta em termos de importância do país, estando atualmente com uma capacidade de processar 29 mil m³ de petróleo por dia de operação, representando 12,1% da capacidade do sistema de refino de petróleo brasileiro.

No final dos anos 70, quando estava em andamento a tentativa de descentralização da indústria do estado de São Paulo, o Governo Federal, dada a dimensão da economia paulista, vê-se obrigado a instalar, nesse estado, mais uma unidade de refino - a Refinaria Henrique Lage em São José dos Campos - que inicia suas operações em 1980, estando atualmente com uma capacidade de processar 30 mil m³ de petróleo por dia de operação, representando 12,5% da capacidade do sistema de refino de petróleo do Brasil.

Para melhor compreender o significado desses empreendimentos no setor de refino, que provocaram efeitos em cadeia nas respectivas indústrias regionais, principalmente em diversos sub-ramos da indústria química e de matéria plástica, achamos conveniente destacar alguns indicadores:

entre 1970 e 1980, a participação da indústria paulista, no total do VTI da indústria química brasileira manteve-se em torno de 54% enquanto a participação do Interior do estado, nesse mesmo total, passou de 14,6% para 26,6%;

o Interior, que em 1970 concentrava 34,3% da indústria química paulista, alcança 60,4% em 1980.

³⁵² Idem pag. 107.

. a indústria química, que em 1970 participava com 12,6% do VTI da indústria do Interior, passa para 24,3% em 1980;

. o conjunto das regiões administrativas do Litoral, Campinas e São José dos Campos ampliaram suas participações no total da indústria química de São Paulo de um quarto para metade do respectivo VTI;

. a elevação das participações relativas da indústria química na estrutura setorial da indústria regional onde se localizam essas refinarias, foi acentuada no período, conforme mostram os dados de 1980: São José dos Campos cerca de um quinto do total, Campinas cerca de um quarto e Litoral cerca de dois terços.

A COSIPA também recebeu aportes financeiros do Governo Federal, no início dos anos 70, visando a conclusão do seu programa de expansão para um milhão de toneladas de aço em lingote por ano e, posteriormente, para dobrar essa produção dentro da estratégia de ampliar as exportações brasileiras de manufaturados, vindo a reforçar o aumento da produção industrial localizada fora da Região Metropolitana de São Paulo.

Ainda, na esfera do setor produtivo estatal, deve ser mencionada a implantação, em 1969, da EMBRAER em São José dos Campos, prioridade do Ministério da Aeronáutica consubstanciada nas Metas e Bases para a Ação do Governo destinada à produção de aviões, inicialmente do avião bimotor turbo hélice "Bandeirante" e outros aviões de treinamento para a formação avançada de pilotos. Como funcionavam em São José dos Campos, desde 1950, o Centro Tecnológico da Aeronáutica (CTA) e o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), o Governo Federal propôs para essa região "apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico nacional, com um programa de pesquisas e desenvolvimentos que compreende a instalação de laboratórios especializados no CTA e os projetos de tecnologia dos Metais Estratégicos do Desenvolvimento de Aeronaves, de Sistemas Bélicos Táticos e de Armamento para Aeronaves da FAB e outras Pesquisas de Desenvolvimento Tecnológico Fundamentais"³⁵³.

A partir dos anos 70 iria se consolidar, na região de São José dos Campos, um "complexo tecnológico e industrial dos setores de materiais bélicos e aeroespaciais"

³⁵³ Idem pag. 124.

bastante moderno que, gradativamente, ganharia projeções internacionais através do CTA e das empresas EMBRAER, ALVIBRÁS e ENGESA, que vão consolidar ainda mais o processo de interiorização industrial em curso no estado de São Paulo.

Para finalizar, é importante destacar outros empreendimentos estatais na área de pesquisas e desenvolvimento tecnológico, que vão ser implantados, gradativamente, na região de Campinas, propiciando a instalação de empresas modernas nos setores de eletrônica, informática e telecomunicações entre outros, contribuindo decisivamente para o processo de modernização da interiorização industrial de São Paulo:

em 1965 o Governo do Estado implantaria a Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, que, a partir dos anos 70 se consolidaria como um dos mais importantes centro de pós-graduação e de pesquisas na área tecnológica, atraindo para a região a instalação de empresas nessa área;

nos anos 60 instala-se em Piracicaba o Centro de Energia Nuclear na Agricultura - CENA junto à ESALQ-USP, num empreendimento que contou, a partir de 1970, com o apoio do Governo Federal, destinado ao desenvolvimento de pesquisas para a aplicação da energia nuclear, no tocante à fertilidade de solos, nutrição vegetal, bioquímica vegetal e radioisótopos.

em 1976 a TELEBRÁS instalaria o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento que, atualmente, conta com mais de 50 mil m² de construção e quase dois mil funcionários, um terço dos quais possuem nível universitário, que realizam pesquisas destinadas ao avanço na área de telecomunicações.

em 1983 o Governo Federal inauguraria em Campinas, próximo à UNICAMP o Centro Tecnológico para a Informática-CTI, para o desenvolvimento de circuitos integrados e pesquisas na área de informática.

O conjunto das ações federais e estaduais no desenvolvimento tecnológico nas áreas de informática, microeletrônica e telecomunicações e as empreendidas na área bélica e aeroespacial, contribuíram, decisivamente, para o crescimento da indústria de material elétrico e de comunicações e da indústria de material de transportes como

percebe-se pelo aumento da participação relativa desses ramos no Interior e nas regiões de Campinas e São José dos Campos (Ver Tabela II.10).

TABELA II.10: PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA DO INTERIOR NO VTI ESTADUAL DOS RAMOS DE MATERIAL ELÉTRICO E DE COMUNICAÇÕES E DE MATERIAL DE TRANSPORTES: 1970/85

RAMOS E REGIÕES DO INTERIOR DE SÃO PAULO	Valores em percentagem do VTI		
	1970	1980	1985
Material Elétrico e de Comunicações	7,0	21,6	27,3
1. região de Campinas	3,7	11,3	...
2. região de São José dos Campos	2,0	6,1	...
3. Outras regiões do Interior	1,3	4,2	...
Material de Transportes	11,3	21,4	34,7
1. região de Campinas	3,8	10,4	...
2. região de São José dos Campos	6,0	9,0	...
3. outras regiões do Interior	1,5	2,0	...

FONTE: FIBGE - Censos Industriais de 1970/85.

e) As Deseconomias de Aglomeração e Demais Fatores Locacionais

A questão das economias e deseconomias causadas pela concentração urbana-industrial tem sido objeto de muitos estudos. Entre os principais itens de deseconomias de aglomerações tem-se o sistema de transportes de carga e de passageiros, incluindo-se a infra-estrutura viária, o sistema de abastecimento de água e de coleta de esgoto, o sistema de coleta de lixo; além disso têm-se também, os custos sociais da poluição do ar e dos recursos hídricos; a elevação no número de acidentes de trabalho; a deterioração dos principais indicadores da "qualidade de vida" na área metropolitana, como a questão do desemprego, da elevada rotatividade da força de trabalho, dos serviços sociais de educação e saúde, aumento dos índices de criminalidade e condições de habitabilidade, sem deixar de contar com a desenfreada especulação imobiliária e a distribuição desigual dos custos e benefícios nessas áreas³⁵⁴.

O conjunto desses fatores levam muitos empresários a buscarem outras alternativas locacionais, principalmente para os novos investimentos e ampliações das suas unidades industriais, optando por núcleos urbanos dotados de infra-estrutura econômica e social mais adequada e, preferencialmente, nas proximidades das principais fontes fornecedores de matérias-primas e das vias de acesso à própria área metropolitana. Todos esses fatores contribuem na tomada da decisão locacional; no

³⁵⁴ Ver por exemplo RATTNER, Henrique. "Estudos sobre deseconomias na área metropolitana da Grande São Paulo. São Paulo, EAESP-FGV, 1974. mimeo.

entanto, é preciso destacar "que o custo do congestionamento do tráfego é o maior custo social de uma área metropolitana" que tem aumentado, consideravelmente, o tempo perdido com o transporte urbano³⁵⁵.

O maior tempo dispendido com o transporte na Região Metropolitana de São Paulo, agravado pelas constantes enchentes em inúmeros pontos do seu sistema viário tem causado problemas para a pontualidade dos trabalhadores das fábricas, provocando dificuldades na organização da produção fabril. Mais recentemente, a maior organização e mobilização dos principais sindicatos de trabalhadores metropolitanos, tem sido apontada como um problema a mais para as indústrias metropolitanas.

Em função de tudo isso, assistimos desde os anos 70 a um processo de instalação de plantas industriais em diversos centros urbanos interiorizados, que são, na maioria das vezes, filiais de empresas de capital nacional e estrangeiro que optaram por descentralizar suas atividades, mantendo unidades fabris na Metrópole e no Interior como são os casos da General Motors, Goodyear, Caterpillar, 3M, IBM, Johnson & Johnson, Volkswagen, Pirelli, Massey-Ferguson, Villares, entre outros.

Esse processo de instalação de filiais de empresas de grande porte no Interior do estado de São Paulo, bem como as transferências de certas unidades da metrópole para o Interior, também colaboraram para o aprofundamento da interiorização industrial em São Paulo, contribuindo também para aceleração do processo de modernização e diversificação de sua indústria, ampliando significativamente a participação relativa de importantes ramos industriais como material de transportes, material elétrico e de comunicações, mecânica, metalurgia e matéria plástica, química e produtos farmacêuticos, entre outros.

³⁵⁵ Conforme RIZZIERI, Juarez A.B. Desenvolvimento Econômico e Urbanização: produtividade das cidades e custos dos serviços públicos por ordem de tamanho urbano. São Paulo, FIPE-USP, 1982. Ensaio Econômico nº 18, pág. 110/111. Ver também o recente trabalho FAGNANI, Eduardo. Pobres Viajantes: estado e transporte coletivo urbano-Brasil e Grande São Paulo: (1964-1985). Campinas, Dissertação de Mestrado apresentada ao DEPE-IFCH-UNICAMP, 1985.

2.3. Transformações Articuladas ao Processo de Interiorização da Indústria nos Anos 70

Assistimos nos anos 70 intenso processo de interiorização da indústria paulista, cujos determinantes foram explicitados anteriormente. No entanto, julgamos conveniente detalhar as principais transformações que se articularam na economia paulista, em especial na agricultura e na agroindústria, com grande contribuição nesse processo de interiorização, para em seguida analisarmos as modificações havidas nas estruturas das indústrias metropolitana e interiorizada.

2.3.1. Expansão e Modernização da Agricultura

A principal característica da agricultura brasileira, no período 1965/1980, consiste no avanço parcial de sua modernização mediante maior aplicação de insumos químicos e biológicos, da introdução de novas variedades de culturas e de raças de animais e, da intensificação da força mecânica³⁵⁶.

As transformações havidas na base técnica da agricultura provocaram melhorias na produtividade do trabalho e no próprio rendimento da terra, passando a agricultura a depender muito mais de máquinas, equipamentos, implementos agrícolas e insumos modernos. Essa integração foi apoiada no amparo financeiro do Estado com a criação, em 1965, do Sistema Nacional de Crédito Rural³⁵⁷.

Entre as principais modificações estruturais na produção agrícola, no processo de circulação de suas mercadorias, no sistema de financiamento e nas relações sociais do trabalho destacam-se: a interligação cada vez maior de processos mecânicos; intensificação na utilização de modernos insumos químicos; introdução de novas variedades de culturas e de raça de animais; redifinição das relações do capital comercial tradicional possibilitando a ampliação da capacidade de armazenamento da produção e de seus transportes; o financiamento da atividade agropecuária mediante o crédito oficial subsidiado com juros negativos permitindo ainda mais o crescente grau de tecnificação e, por último, as modificações nas relações de trabalho com a

³⁵⁶ Para uma visão geral do caso brasileiro ver o trabalho de KAGEYAMA, A. (1986) e para o caso de São Paulo ver o trabalho de TARTAGLIA, J.C. & OLIVEIRA, O.L. (1987), em especial o terceiro capítulo que abrange o período 1960/80.

³⁵⁷ Sobre a importância do crédito rural no período ver DELGADO, G.C. (1985).

substituição do trabalho permanente pelo temporário, aumentando a importância do trabalho assalariado³⁵⁸.

Outros fatores provocaram fortes estímulos à expansão da produção agropecuária: o acelerado processo de urbanização do país, a expansão do emprego nos setores secundário e terciário, os incentivos governamentais ao incremento das exportações e a criação do Programa Nacional do Alcool. Entre 1970 e 1980, a taxa de urbanização brasileira saltou de 55,9% para 67,6%, a PEA do setor secundário cresceu 5,4 milhões de pessoas e a do terciário 9,2 milhões, as exportações de produtos primários, saltaram de US\$ 2,0 bilhões para US\$ 8,4 bilhões. A produção de álcool de cana-de-açúcar que, durante as safras 1970/71 - 1976/77, teve uma produção média anual de 0,6 bilhão de litros alcançaria 3,4 bilhões de litros na safra 1979/80 e 11,5 bilhões de litros na safra 1985/86.

O confronto dos resultados dos Censos elaborados pela Fundação IBGE, para o período 1970/85, evidencia a elevada expansão da agropecuária brasileira: a área de lavouras passou de 33,9 bilhões para 52,4 bilhões de hectares, sendo que a das lavouras temporárias passou de 26,0 milhões para 42,5 milhões de hectares; o pessoal ocupado saltou de 17,6 milhões para 23,2 milhões de pessoas; o número de tratores cresceu cinco vezes; o rebanho bovino saltou de 78,5 milhões para 127,6 milhões de cabeças e o efetivo de aves de 213,6 milhões para 429,7 milhões.

Tomando-se como base as informações agrícolas do Anuário Estatístico do Brasil, da Fundação IBGE, verificou-se que, no período 1970/80 o crescimento do valor bruto da produção (VBP) e do valor adicionado (VA) da agricultura brasileira foi ligeiramente superior ao de Estado de São Paulo. Com isso, a participação do valor da produção agropecuária do Estado de São Paulo no total do Brasil que, em 1970, atingia 19,9% reduz-se um pouco nesses dez anos chegando a 18,2% em 1980. É importante destacar, mais uma vez, que essa participação de São Paulo no total da agropecuária brasileira é bastante elevada, inferior apenas ao conjunto dos três estados da região Sul, e, portanto, superior ao conjunto dos demais estados da região Sudeste, bem como de todo Norte-Nordeste e da região Centro Oeste tomados isoladamente.

³⁵⁸ Acrescente-se ainda a ampliação do processo de associação de produtores em cooperativas e das vendas diretas aos estabelecimentos agroindustriais permitindo avanços nos precedimentos da comercialização agrícola.

A expansão da agropecuária de São Paulo, nos anos 70, pode ser melhor compreendida pelas seguintes informações censitárias: a área das lavouras passou de 4,7 milhões para 5,9 milhões de hectares, incorporando 1,2 milhão de hectares; o número de tratores cresceu 2,3 vezes com ligeiro declínio no número de pessoas ocupadas, o rebanho bovino saltou de 9,1 milhões para 11,7 milhões de cabeça e, o número de aves cresceu de 50,2 milhões para 97,0 milhões.

A expansão da agricultura de São Paulo, nos anos 70, não ocorreu de forma equilibrada entre suas principais culturas: produtos alimentares sofreram no seu conjunto uma sensível redução de sua participação em relação à área cultivada, ao volume de produção e ao valor da produção, ao mesmo tempo que alguns produtos tiveram reduções absolutas em suas áreas cultivadas. O feijão, com problemas de abastecimento no mercado interno, recebeu por parte do governo determinados estímulos a sua produção - via política de preços mínimos e facilidades creditícias - que em conjunto com a incorporação de avanços tecnológicos, ampliou sua área cultivada, a produção física e a produtividade média no Estado de São Paulo durante os anos 70: a área cultivada passou de 259,7 mil para 408,8 mil hectares e a produção de 119,0 mil para 260,5 mil toneladas. Os demais produtos alimentares não tiveram os mesmos estímulos governamentais, ao mesmo tempo que a incorporação de inovações tecnológicas foi mais limitada: o arroz e a mandioca reduziram em mais da metade as suas áreas plantadas com reduções expressivas no volume físico da produção e, a batata mesmo com redução de quase 20% na sua área teve ganhos de produtividade que possibilitaram ampliar o volume de sua produção. No conjunto, a área cultivada com esses quatro produtos caiu de 1.061,5 mil para 786,9 mil hectares e a produção de 2,9 milhões para 1,7 milhão de toneladas em dez anos.

Produtos mais "nobres" com forte dependência da política governamental e de comércio exterior, quer seja no sentido de substituir importações ou energéticas, quer seja para o incremento das exportações, foram mais beneficiados pela política do período e ampliaram em 20,6% sua área cultivada e duplicaram o volume de sua produção.

A cana-de-açúcar que, em 1970 detinha o primeiro lugar em termos de volume de produção, o terceiro em termos de área cultivada e o segundo em termos de valor da produção agrícola, vai se tornar no final da década o mais importante produto da agricultura paulista: a área cultivada com esse produto passa de 737,9 mil para 1.366,9

mil hectares e duplica-se o volume de sua produção, que passa de 36,1 milhões para 72,2 milhões de toneladas. Essa expansão e importância da cana-de-açúcar foi reflexo da ação governamental que, a partir do primeiro choque do petróleo na primeira metade dos anos 70, procurou estimular através do Instituto do Açúcar e do Alcool - IAA a produção do álcool combustível, criando em 1975 o Programa Nacional do Alcool - PROÁLCOOL com a meta de se produzir em 1985 a elevada cifra de 10,7 bilhões de litros de álcool, cuja produção foi de 610 milhões de litros na safra 1974/75.

O café que nos anos 60 havia passado pelo programa de erradicação recebeu do Instituto Brasileiro do Café - IBC novos estímulos através de programas de revigoramento e renovação da cultura, passando pela introdução de novas espécies de cafés mais finos, como por novas técnicas de plantio e de utilização de áreas menos sujeitas às geadas. Esses fatores possibilitaram o crescimento da área cultivada em 26,2%, que passou de 784,3 mil para 989,9 mil hectares, com aumento da produção de 414,0 milhões para 502,4 milhões de toneladas.

No conjunto, as duas culturas - cana-de-açúcar e café - ampliam suas posições relativas no conjunto dos principais produtos agrícolas do Estado, chegando no triênio 1979/81 a concentrar 38,6% da área cultivada e 51,5% do valor da produção agrícola paulista.

De modo geral, a agricultura de São Paulo avançou bastante nesses dez anos, incorporando novas áreas e adotando processos mais modernos de produção. Contudo, não se alterou a estrutura de posse da terra, ampliando ainda mais o elevado grau de concentração dos estabelecimentos em grandes explorações.

Mesmo com essa diversificação, vamos encontrar, no final da década, uma estrutura de produção que ainda se encontrava fortemente concentrada em poucos produtos, com seis deles utilizando 80,5% da área cultivada do estado e concentrando 78,5% do valor da produção agrícola. Pela ordem de sua participação no valor da produção agrícola temos: cana-de-açúcar (27,7%), café (23,8%), laranja (8,8%), milho (7,4%), soja (5,5%) e feijão (5,3%).

A expansão da cultura da laranja passou por transformações extraordinárias: a área cultivada saltou de 186,1 mil para 526,8 mil hectares e a produção física de 1,7 milhão para 6,7 milhões de toneladas. Esse aumento esteve totalmente voltado ao

atendimento da demanda das unidades processadoras de laranja localizadas no interior do Estado e quase exclusivamente para o mercado internacional. O setor contou com novas pesquisas agrícolas que introduziram novas variedades e uniformidades na produção, pré requisitos para sua expansão.

A soja foi outro produto com grande desenvolvimento e expansão nessa década, beneficiando-se das diversas condições favoráveis entre as quais destacam-se: aumento da demanda do mercado interno e externo, possibilidade da combinação da produção soja-trigo na sequência do ano agrícola, possibilidade de mecanização agrícola em praticamente todas operações do cultivo, benefícios dos programas de crédito a produção e comercialização do produto, bem como do apoio recebido nos serviços de assistência técnica e de pesquisa. A combinação desses fatores propiciou um crescimento extraordinário de soja em São Paulo: a área cultivada passou de 67,2 mil para 762,7 mil hectares e a produção de 83,8 mil toneladas para 1.102,0 mil toneladas e na sua esteira a área cultivada com trigo passou de 19,4 mil hectares para 170,1 mil hectares e a produção total de 20,4 mil toneladas para 178,8 mil toneladas.

O algodão e o amendoim foram produtos que sofreram violentas quedas nos seus níveis de preços e, por isso, tiveram uma redução de mais da metade de sua área plantada, com conseqüente redução no volume e no valor de suas produções. A cultura do milho também reduziu a área plantada mas manteve estável sua produção física: no final da década a área cultivada era de 1,1 milhão de hectares com produção de 2,5 milhões de toneladas.

Entre os demais produtos apenas a mamona teve redução em sua área cultivada, com expressivo crescimento no volume da produção de banana, cebola, tomate, uva, limão e demais cítricos.

A exemplo da agricultura, a pecuária de corte também evoluiu em diversos aspectos: melhoria nas pastagens, seleção de novas variedades de forragens e, a seleção de espécies bovinas mais precoces para o abate. Com isso reduziu-se a idade para efetuar abate e aumentou o peso dos animais.

Outras iniciativas tornaram-se relevantes como a implantação de banco de sêmen de reprodutores permitindo a ativação da inseminação artificial e, a criação da EMBRAPA (1973) permitiu a realização de pesquisas destinadas a novas técnicas de

inseminação artificial e de outras técnicas que acabaram por beneficiar a produção pecuária.

Em 1970, São Paulo possuía o terceiro rebanho bovino do país com 9,1 milhões de cabeças que se concentravam na região "oeste" do Estado, número que aumenta para 11,7 milhões, em 1980, que, contudo perderia peso relativo no total do rebanho brasileiro (de 11,6% para 9,9%).

A avicultura foi outro setor que teve um desenvolvimento significativo, beneficiado pelo acelerado processo de urbanização em São Paulo e pelas perspectivas do mercado internacional. O sistema intensivo de engorda que havia se expandido na década anterior moderniza-se, a partir de 1970, com a implantação de sistema integrado de criação, engorda, abate e distribuição de abates. Esse processo esteve apoiado na ampliação do mercado interno, consequência natural da diminuição dos preços relativos e absolutos da carne de frango, possibilitando a sua disseminação no mercado. Aliado a isso seguem-se os benefícios fiscais e creditícios do Governo que permitiram ampliar tanto o mercado interno como externo. O conjunto desses fatores provocam significativas reduções de custos, elevando as margens brutas de lucro e a consequente expansão do setor: em 1970, a avicultura paulista possuía 50,2 milhões de aves e totalizaria 97,0 milhões em 1980, com o que manteve sua participação de 23,5% no total do país.

As informações censitárias de 1985 iriam mostrar continuidade da expansão da agropecuária paulista cuja área de lavoura abrangiria 6,6 milhões de hectares (12,5%) do país, incorporando em cinco anos 618 mil novos hectares, ao passo que o seu rebanho bovino totalizaria 12,2 milhões de cabeças (9,6% do país), com aumento de 556 mil novas cabeças.

2.3.2. Expansão e Modernização da Agroindústria

A modernização da agricultura, apontada anteriormente, está relacionada a fatores como as políticas de crédito e de incentivos às exportações e ao uso intensivo de máquinas, equipamentos e insumos agrícolas. Enquanto se moderniza a agricultura evidencia-se um processo de fusão e/ou integração de capitais intersetoriais que consiste na modernização dos complexos agroindustriais pré

existentes, ao mesmo tempo que a agricultura passa a ser dominada nos seus extremos por setores industriais, com nítidas características oligopolistas: "a indústria para a agricultura", fornecedora de máquinas, equipamentos, implementos, acessórios e insumos para o desenvolvimento da agricultura e, "a indústria da agricultura" processadora de matérias-primas oriundas do setor agrícola³⁵⁹.

Ainda que de forma diferenciada, os mesmos fatores que contribuíram para a expansão da produção agrícola do país, serviram de estímulo à expansão do processo de agroindustrialização: intenso processo de urbanização, crescimento do emprego na indústria, no comércio e no setor de serviços e os incentivos governamentais ao crescimento das exportações brasileiras.

Para que os produtos agroindustriais brasileiros pudessem penetrar e consolidar-se no mercado internacional foi preciso realizar profundas modificações em sua base técnica de produção, tanto no campo como na própria agroindústria, visando: melhoria na qualidade dos produtos e na padronização, aumento na produtividade, rebaixamento de preços e conseqüente competitividade com demais produtores internacionais. De uma forma ou de outra tudo isso foi alcançado possibilitando significativo incremento das exportações agroindustriais brasileiras tais como café, farelo de soja, suco de laranja, carnes de frango e bovina, farelo de polpa cítrica, entre outros.

Como a agroindústria é um ramo da indústria com localização mais interiorizada, próxima às fontes fornecedoras de matérias-primas, ela se reveste de particular importância para a compreensão do processo de interiorização da indústria paulista, principalmente os segmentos de acelerada expansão nos últimos anos.

Com forte presença no interior paulista a agroindústria respondia, em 1970, por 21,4% do valor da produção industrial de São Paulo e por 10,9% do seu pessoal ocupado, participações que se reduzem, respectivamente, a 16,6% e 8,2% em 1980. Essa queda, deve-se ao enorme crescimento dos ramos produtores de bens de consumo durável e de bens de capital, que ampliaram seu peso relativo na estrutura industrial paulista³⁶⁰.

³⁵⁹ A questão da modernização da agricultura tem recebido a atenção de diversas instituições tendo sido produzido importantes trabalhos como o de KAGEYAMA, A. (1986), MULLER, G. (1985) e MONTAGNER, P. (1989).

³⁶⁰ Ver a esse respeito o trabalho Características gerais do Processo da Industrialização Paulista. Fundação SEADE, São Paulo, 1988, pp. 42-58.

Para compreender melhor a indústria interiorizada de São Paulo, é necessário verificar o desenvolvimento de alguns segmentos agroindustriais com significativo crescimento, nos anos 70, para os quais pudemos obter informações regionalizadas.

A produção física de açúcar no Estado, passou, nos anos 70, de 2,4 milhões de toneladas na safra 1970/71, para 2,9 milhões na de 1974/75, declinando ligeiramente para 2,8 milhões na de 1979/80. Como se vê, sua produção praticamente ficou estagnada nesses dez anos devido à queda dos preços internacionais e, porque, o Brasil perdeu os mercados preferenciais norte-americano e inglês, com redução nas exportações do país e de São Paulo. Além disso, não se pode esquecer que o governo federal através do IAA, adotou políticas preferenciais para o Nordeste com manutenção de subsídios e garantias de quotas de produção. Nesse período São Paulo reduziu sua participação relativa no total da produção brasileira, que mesmo assim manteve-se elevada (41,5% na safra 1979/80).

A produção de álcool que contou com o expressivo apoio do Governo, através da implantação do Proálcool, teve crescimento espetacular em São Paulo: de uma produção de 360 milhões de litros, na safra de 1975/76, totaliza 2,5 bilhões de litros na safra de 1979/80, concentrando 72,9% da produção nacional. A produção alcooleira alastrou-se por quase todas as regiões do interior concentrando-se fortemente nas regiões de Campinas e de Ribeirão Preto, com a instalação de dezenas de destilarias autônomas ou anexas, produzidas pela própria indústria mecânica e metalúrgica instaladas nos municípios de Piracicaba e Sertãozinho. A consolidação do Proálcool teve enorme rebatimento sobre o nível de emprego e de renda de diversos setores da economia interiorizada.

A indústria de sucos cítricos, é outro exemplo de crescimento expressivo nessa década, impulsionada pelas exportações. São Paulo concentra mais de 90% da produção brasileira de sucos cítricos e o setor tem fortes características oligopolísticas, estando sua produção sob controle de grandes empresas de capital nacional, como a Citrosuco e a Cutrale e de capital estrangeiro como a Cargil, as quais têm liderado as modificações e melhorias técnicas de produção. Nesses dez anos, as unidades existentes ampliaram suas instalações e montaram outras unidades nas proximidades das regiões produtoras de cítricos, principalmente nas regiões de Campinas, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto. As estatísticas das exportações de suco de laranja de

São Paulo fornecem um bom indicador do dinamismo do setor de US\$ 11 milhões em 1970 atingem US\$ 339 milhões em 1980.

Os produtores de óleos vegetais, de larga produção e presença no Estado, tem-se deslocado, historicamente, das áreas mais urbanas e industrializadas para regiões interiorizadas produtoras de sementes oleoginosas, que antes eram concentradas nas regiões produtoras de algodão e agora estão nas proximidades da cultura da soja. Essa agroindústria tem a característica de possuir capacidade técnica de operar com diversas sementes mediante ajustes dos equipamentos de prensagem e de integrar verticalmente suas linhas de produção. De modo geral, as grandes empresas produzem o óleo comestível refinado, as gorduras vegetais, rações e tortas para animais, chegando inclusive a diversificar as atividades para a produção e comercialização de aves. As empresas de grande porte que se destacam no setor são a Anderson Clayton S.A., a Cargil Agrícola S.A. e a Purina Alimentos. A importância do comércio externo pode ser verificada pela exportação, em 1980, de US\$ 126 milhões de óleos vegetais.

A indústria frigorífica, também, foi beneficiada pelo acelerado processo de urbanização refletindo sobre a demanda interna. Por imposição do mercado internacional e do Serviço de Inspeção do Produto Animal, órgão federal, promoveu-se apreciáveis melhorias na qualidade do produto e nas condições sanitárias dos abatedouros.

O complexo da soja (ração, farelo, torta e óleo), teve espetacular crescimento da produção nos anos 70: em 1980 exportou US\$ 216 milhões de farelo e torta de soja, sendo reduzida a exportação de grãos. As exportações de açúcar cristal, em 1980, foi de US\$ 318 milhões e as de café beneficiado totalizaram US\$ 1,2 bilhão, mantendo a posição de mais importante produto agroindustrial de exportação paulista.

2.3.3. A Interiorização da Indústria Paulista

Vimos, anteriormente, que a indústria paulista sofreu profundas modificações em sua estrutura espacial, a partir de 1970. A Região Metropolitana de São Paulo que, desde 1940, vinha ampliando seu peso na indústria de São Paulo, diminui seu ritmo

nos anos 60 ampliando muito pouco seu grau de concentração: de 73,8% para 74,7% do VTI paulista no período 1959/1970³⁶¹.

A partir daí, ocorreria um processo de diminuição dessa concentração que vai se aprofundar nos anos 80, conforme mostra a Tabela II.11. Essa interiorização industrial se manifestaria em todas as Regiões Administrativas do Interior, em que pese o maior desempenho das regiões de Campinas, Vale do Paraíba, Sorocaba, Ribeirão Preto e Litoral.

TABELA II.11: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO PESSOAL OCUPADO E DO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO: 1959-1980

ESTADO DE SÃO PAULO E PRINCIPAIS REGIÕES	(Valores em percentagem)							
	PESSOAL OCUPADO				VTI			
	1959	1970	1975	1980	1959	1970	1975	1980
REGIÃO METROPOLITANA	70,7	70,1	68,1	64,2	73,8	74,7	69,4	62,9
1. Capital	55,9	49,9	46,1	40,4	54,8	48,2	44,0	34,8
2. Demais Municípios	14,8	20,2	22,0	23,8	20,0	26,5	25,4	28,1
INTERIOR	29,3	29,9	31,9	35,8	26,2	25,3	30,6	37,1
1. Litoral	1,5	1,8	1,7	1,6	4,0	2,8	2,5	3,7
2. Vale do Paraíba	2,9	3,6	3,8	4,2	2,0	3,3	4,2	5,5
3. Sorocaba	4,9	3,6	3,7	4,7	3,3	2,2	2,4	4,1
4. Campinas	11,3	12,2	13,5	14,9	8,9	10,6	15,1	15,8
5. Ribeirão Preto	3,9	3,9	4,3	5,0	3,2	3,0	3,1	4,4
6. Bauru	1,4	1,4	1,4	1,5	1,1	0,9	1,0	1,3
7. Região "Oeste"	3,4	3,4	3,6	3,8	3,7	2,5	2,3	2,3
TOTAL DO ESTADO	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: FIRGE - Censos Industriais: 1960/1980.

Nas regiões mais distantes a expansão deveu-se, fundamentalmente, ao dinamismo de sua agricultura e da conseqüente agroindustrialização. Para melhor compreender isto analisamos as principais características das indústrias metropolitana e interiorizada, procurando verificar suas principais transformações setoriais nos anos 70.

2.3.3.1. Evolução da Indústria Metropolitana

A Região Metropolitana de São Paulo - RMSP com seus 37 municípios apresentou durante os anos 70, taxa de crescimento de sua população total da ordem

³⁶¹ A respeito desse assunto veja-se os dois trabalhos recentes de NEGRI, B. (1987) e NEGRI, B & CANO, W. (1987), onde se apresenta um resumo do processo histórico da interiorização da indústria de São Paulo desde 1920, com ênfase para o período recente.

de 4,5% ao ano, aumentando em termos absolutos, de 8,1 milhões para 12,6 milhões de pessoas. Mais da metade desse crescimento foi decorrência do fluxo migratório para a região, ali se concentrando mais da metade da população do Estado. A principal característica desse elevado crescimento é sua predominância urbana, mantendo uma urbanização superior a 96% no período; além disso, verifica-se diminuição do peso relativo da população da Capital em relação ao total regional, indicando maior dinamismo demográfico nos demais 36 municípios da RMSP³⁶².

Face às debilidades das políticas sociais e urbanas, esse expressivo crescimento provocou sério agravamento nas condições de vida de sua população, como por exemplo o problema habitacional, com a colossal expansão de núcleos de favelas e de cortiços, deterioração dos serviços de saneamento básico, saúde, educação e transportes e problemas de poluição, entre outros³⁶³.

Pela própria natureza do processo de crescimento industrial do período, a expansão de sua PEA se concentrou mais nas atividades do setor secundário do que no terciário; mesmo assim, mais da metade delas encontra-se no terciário, ficando o setor primário com participação inferior a 1% em 1980.

Analisando a indústria da RMSP verificamos que, em 1970, ela contava com 25.587 estabelecimentos da indústria de transformação, que empregavam 904,0 mil pessoas e respondiam por 74,7% do produto industrial de São Paulo e por 43,5% da indústria nacional. O município da Capital respondia por 48,2% da indústria paulista e pela metade das pessoas empregadas em sua indústria.

A taxa de crescimento da indústria metropolitana, durante os anos 70, foi de 7,7% ao ano, abaixo dos 9,6% do total estadual e, principalmente em relação aos 11,7% do Resto do País. Os períodos cíclicos da economia brasileira fizeram-se sentir mais profundamente nessa região: taxa de crescimento elevada no período de auge da economia, mas abaixo da média nacional e estadual; no período de declínio da economia a diminuição do ritmo de crescimento do seu produto industrial foi bem mais acentuada do que as verificadas naquelas regiões. Para a indústria da Capital, a questão foi ainda mais grave, com uma taxa de decréscimo da ordem de -0,6% ao ano.

³⁶² A respeito das questões demográficas da Região Metropolitana de São Paulo ver PACHECO, C.A. (1986) & ALTMAN, A.M.G. (1983).

³⁶³ Muitos foram os trabalhos produzidos no sentido de mostrar o agravamento das condições de vida da população metropolitana, entre os quais destaca-se o produzido pela equipe do CEBRAP por CAMARGO, C.P.F. e outros (1976).

Já para o agregado dos demais municípios localizados no entorno da Capital, mais precisamente para os da região do ABCD, sua taxa média de crescimento anual, durante os anos 70, foi superior à do Estado e apenas ligeiramente inferior à média nacional.

Outro fenômeno que se verifica na área metropolitana é sua própria modificação espacial, onde a Capital vai perdendo gradativamente seu peso relativo no produto industrial do Estado: 48,2% em 1970, para 44,0% em 1975 e de forma mais acentuada em 1980, quando declina para 34,8%. Os demais municípios da região, após perderem ligeiramente sua participação no total do produto industrial do Estado, em 1975, recuperam-na, saltando de 26,5% em 1970 para 28,1% em 1980.

Em razão disso, a indústria interiorizada, que em 1970 tinha participação inferior à da Capital e dos demais municípios do seu Entorno, ultrapassa-as em 1975, ocupando a segunda posição e, em 1980 passa para a primeira colocação com uma dimensão superior à indústria de transformação da Capital.

Em 1970, sua estrutura industrial - a mais moderna e diversificada do País - tinha seu produto distribuído quase que na mesma proporção - cerca de um terço - entre os três grupos de indústrias analisados. Em 1980, essa situação muda a favor dos segmentos mais complexos, ampliando para 39,5% a participação das indústrias predominantemente produtoras de bens de capital e de bens de consumo durável e para 36,0% a de bens intermediários. (Ver Tabela II.12).

TABELA II.12: MODIFICAÇÃO NA ESTRUTURA SETORIAL DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO: 1967-1980

GRUPOS E RAMOS DE INDÚSTRIAS SELECIONADOS	(Valores em percentagem do VTI)			
	ANOS			
	1967	1970	1975	1980
GRUPO I				
Indústrias Predominantemente Produtoras de Bens de Consumo Não Durável	32,9	33,2	27,0	24,5
Têxtil	8,4	9,1	5,7	6,1
Vest., calçados e art. tecidos	2,7	3,2	3,5	4,0
Alimentos	6,3	5,5	4,5	4,4
Outros	15,6	15,4	13,3	10,0
GRUPO II				
Indústrias Predominantemente Produtoras de Bens Intermediários	32,7	32,8	37,4	36,0
Química	9,2	8,2	9,4	9,4
Minerais não metálicos	4,0	4,4	4,3	3,5
Metalurgia	10,3	11,5	14,5	14,0
Outros	9,0	8,7	9,2	9,1
GRUPO III				
Indústrias Predominantemente Produtoras de Bens de Capital e de Bens de Consumo Durável	34,4	34,0	35,6	39,5
Mecânica	6,2	8,8	13,0	12,7
Material de transportes	15,2	13,2	9,5	12,1
Mat. elétrico e de comunicações	10,1	9,1	8,7	9,6
Outros	2,9	2,9	4,4	5,1
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: 1. FIBGE - Censos Industriais: 1970, 1975 e 1980
2. FIBGE - Pesquisa Industrial de 1967

A nível de ramos, os mais importantes, em 1970, eram, pela ordem: material de transportes, metalurgia, têxtil, material elétrico e de comunicações, mecânica e química. Juntos concentravam 59,9% do produto industrial metropolitano; em 1980, essa concentração amplia-se para 63,8% reduzindo significativamente o peso da têxtil e ligeiramente o da de material de transportes, passando a metalúrgica a ser o maior deles.

Conforme já apontamos, os anos 70 representam o declínio da concentração industrial na Região Metropolitana de São Paulo, processo que ocorre em praticamente todos os grupos e ramos industriais; assim mesmo vamos encontrar, ao final da década, elevada concentração do produto industrial, nessa região, principalmente nos ramos de maior complexidade como os da metal-mecânica e eletro-eletrônico, papel e papelão, borracha, produtos de matéria plástica entre outros.

Do ponto de vista espacial, o que se percebe é que na Capital do Estado ocorreu uma tendência à permanência e/ou instalação de unidades industriais do grupo de indústria predominantemente produtoras de bens de consumo não durável como têxtil, editorial e gráfica, vestuário, calçados e artefatos de tecidos, bebidas e mobiliário para citar os mais expressivos, que gradativamente vão se modernizando com adoção

de novas tecnologias; ao mesmo tempo as unidades fabris mais tradicionais vão fechando, dando lugar a outras mais modernas nas áreas de informática, material eletroeletrônico, metalurgia, etc. Nos municípios localizados no entorno da Capital, manteve-se o predomínio dos grupos de indústrias produtoras de bens intermediários, de bens de capital e de bens de consumo durável, em seus ramos mais complexos como são os casos da química, da metalurgia, da mecânica, material elétrico e de comunicações e, principalmente, de material de transportes localizada na região ABC, onde está instalado importante parque automobilístico, responsável, em 1980, por 57,6% do valor da transformação industrial desse ramo, à nível estadual.

Conforme apontamos anteriormente, a participação da indústria metropolitana no total do pessoal ocupado na indústria de transformação estadual declinou de 70,1% para 64,2%, no período 1970/1980, devendo ser observado que tal fato ocorreu intensamente na Capital do Estado: em 1970 ela empregava praticamente a metade do pessoal empregado na indústria de São Paulo, participação que reduz-se a cerca de 40,0% em 1980; ao contrário da Capital, os demais municípios da RMSP elevam sua participação de 20,2% para 23,8% do total do pessoal empregado na indústria.

A Região Metropolitana de São Paulo foi responsável por 557,3 mil novos empregos nesses dez anos, sendo 331,7 mil na primeira metade da década e 225,6 mil na segunda metade. Entre 1970 e 1975, o maior responsável pela geração desses postos de trabalho foi a indústria localizada na Capital e, na segunda metade, os demais municípios da região foram, de longe, os que mais empregos geraram.

Comparativamente ao total dos empregos gerados no Estado, a Região Metropolitana foi responsável por 63,1% dos novos empregos do período 1970/1975, índice que cai a 48,7% no período 1975/1980. Os ramos de indústrias que mais geraram empregos na RMSP são: mecânica, metalurgia, vestuário, calçados e artefatos de tecidos e material elétrico e de comunicação.

2.3.3.2. Evolução da Indústria do Interior

O Interior do Estado de São Paulo, com 535 municípios, tinha, em 1970, uma população total de 9,6 milhões de habitantes e uma taxa de urbanização da ordem de 70,9%, concentrando pouco menos da metade da população residente no Estado.

O processo de urbanização, a expansão e diversificação de sua agricultura, a interiorização da indústria, os investimentos na área de transportes - como a ampliação da rede rodoviária - a melhoria de pavimentação asfáltica, a duplicação de importantes eixos de penetração para o Interior, a criação de terceiras faixas, o avanço nos serviços de telecomunicações com a implantação de serviços de DDD e DDI e de telex em praticamente todos municípios paulistas, constituíram importantes fatores atrativos de investimentos industriais.

Em 1980, a taxa de urbanização do Interior atinge 83,7%, índice próximo ao registrado na Região Metropolitana de São Paulo. Destaque-se também que sua população rural declina em termos absolutos, de 3,2 milhões para 2,4 milhões de pessoas.

Não vamos aprofundar a análise dos determinantes do processo de urbanização do Interior paulista nos anos 70, pois isto, foi exaustivamente estudado em trabalho recente elaborado pela equipe de economia urbana do Instituto de Economia da UNICAMP.³⁶⁴ Por essa razão, vamos nos dedicar mais na análise da agricultura do Interior, responsável por cerca de 97% do valor da produção agropecuária estadual e, na análise de sua indústria, que nesses dez anos, ampliou sua participação relativa no valor da transformação industrial do Estado, de 25,3% para 37,1%.

A indústria de transformação localizada no Interior do Estado de São Paulo possuía, em 1970, o elevado número de 24.192 estabelecimentos, responsáveis por 384,8 mil pessoas ocupadas. Em termos relativos, concentrava 29,9% do pessoal ocupado e 25,3% do valor da sua transformação industrial estadual. Esses números se tornam mais elucidativos quando se sabe que correspondiam a 14,7% do valor de transformação industrial brasileira, participação ligeiramente inferior aos 15,5% do Estado do Rio de Janeiro e duas vezes maior que cada um dos dois outros Estados mais industrializados (Minas Gerais e Rio Grande do Sul).

A taxa de crescimento do produto industrial do Interior, da ordem de 13,8% ao ano durante 1970/80, foi bastante superior aos 9,6% do Estado e aos 11,7% do Resto do País (Brasil exclusive São Paulo). As taxas do Interior foram mais elevadas, tanto na primeira metade dessa década, de auge da economia, como na segunda, de

³⁶⁴ Veja-se o trabalho de NEGRI, B.; GONÇALVES, F. e CANO, W. (1988) op. cit., em especial o Capítulo III "A Sociedade Urbana: 1956-1980", pp. 57-105.

desaceleração; com isso o peso do Interior paulista no produto industrial do Estado salta, de 25,3% em 1970, para 30,6% em 1975 e para 37,1% em 1980, o mesmo acontecendo em relação ao total da indústria brasileira, cuja participação passa, de 14,7% em 1970, para 17,1% em 1975 e para 19,8% em 1980. A taxa de crescimento dos novos empregos industriais do Interior de São Paulo também foi maior que a do Estado e do Resto do País.

O avanço da indústria interiorizada imprimiu importantes modificações em sua estrutura setorial, aproximando-a, parcialmente, da estrutura mais moderna da indústria metropolitana, devido à grande onda de inversões industriais realizadas no início dos anos 70, no espaço territorial interiorizado, em setores mais complexos.

As indústrias produtoras de bens de consumo não durável (principalmente a têxtil e a alimentícia) respondiam, em 1970, por quase metade do produto industrial, seguiam-lhe, com pouco mais de um terço as de bens intermediários que tinham no ramo químico sua maior expressão, ficando as de bens de capital e de bens de consumo durável com cerca de 15%, lideradas pela indústria mecânica, cuja maior importância estava no fornecimento de máquinas, equipamentos e implementos para a agricultura e para a agroindústria, além da fabricação de máquinas-ferramentas.

Entre 1970 e 1980, seu produto industrial cresceu 3,6 vezes ao passo que o da Região Metropolitana foi de 2,1 vezes. Sua elevada expansão da indústria do Interior fez com que aí se concentrasse um quinto do produto industrial da indústria de transformação brasileira.

Esse avanço interiorizado é acompanhado por efetiva modernidade, ganhando mais expressão os grupos de indústrias mais complexas. O peso das indústrias produtoras de bens de consumo não durável reduz-se de forma bastante acentuada, no período 1970/1980 (de 49,2% para 28,0%), ao contrário do grupo de indústrias de bens intermediários, que assume a liderança (45,7% do produto industrial) e, o de bens de capital e de bens de consumo durável (com 26,3% do total), conforme mostra a tabela II.13.

Ramos mais tradicionais como o têxtil e o de alimentos tiveram suas participações relativas reduzidas. Contudo, ao responderem positivamente aos incentivos da nova política econômica federal de exportações de manufaturados,

durante o período 1967/73, passaram por rápido processo de modernização, imposto pelas exigências dos mercados consumidores internacionais. As indústrias produtoras de vestuários, calçados e artefatos de tecidos e de couros constituem outros exemplos de setores que se modernizaram para fazer frente aos competidores internacionais.³⁶⁵

TABELA II.13: MODIFICAÇÃO NA ESTRUTURA SETORIAL DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO: 1967-1980

GRUPOS E RAMOS DE INDÚSTRIAS SELECIONADOS	(Valores em percentagem do VTI)			
	ANOS			
	1967	1970	1975	1980
GRUPO I				
Indústrias Predominantemente Produtoras de Bens de Consumo Não Durável	47,4	49,2	32,3	28,0
Têxtil	11,8	12,3	7,4	7,0
Vest., calçados e artef.	2,8	3,4	2,8	3,6
Alimentos	25,7	24,2	15,0	12,4
Outros	7,1	9,3	7,1	5,0
GRUPO II				
Indústrias Predominantemente Produtoras de Bens Intermediários	37,7	35,4	42,7	45,7
Química	17,2	12,6	19,3	24,3
Minerais não metálicos	5,6	7,0	6,6	5,7
Metalurgia	6,0	7,6	8,3	7,7
Outros	8,9	8,2	8,5	8,0
GRUPO III				
Indústrias Predominantemente Produtoras de Bens de Capital e de Consumo Durável	14,9	15,4	25,0	26,3
Mecânica	5,9	6,8	11,7	12,4
Material de transportes	4,2	4,9	5,7	5,7
Mat. elétrico e de comunicações	4,0	2,0	4,4	4,5
Outros	1,1	1,7	3,2	3,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: 1. FIBGE - Censos Industriais: 1970, 1975 e 1980
2. FIBGE - Pesquisa Industrial de 1967

De modo geral, amplia-se consideravelmente o número de estabelecimentos da indústria têxtil, com modernas instalações, voltadas para a fiação, fiação e tecelagem e tecelagem de algodão e de fibras artificiais e sintéticas, esta última beneficiada pela expansão e consolidação de importante indústria química, fornecedora de sua matéria-prima básica. Os investimentos necessários ao setor foram provenientes de capital privado nacional mediante entrada de novos grupos econômicos no setor, bem como da instalação de novas unidades fabris de grupos que há muito tempo operavam no setor, porisso, detentores de larga experiência. Além disso, facilitou-se a entrada de capitais estrangeiros que implantaram no Interior de São Paulo unidades de médio porte, principalmente na fabricação de produtos artificiais. Essas novas instalações

³⁶⁵ Não cabe analisarmos os vários tipos de incentivos e subsídios oferecidos aos exportadores brasileiros, entretanto, sugerimos a leitura do Relatório de Pesquisa nº 22 de DOELLINGER, C.V. e outros (1974), onde é feita análise da política de comércio exterior brasileira durante esse período.

permitiram a essa indústria obter maiores índices de produtividade, rebaixamento de custos e melhoria na qualidade de seus produtos, muitas vezes induzida pela indústria química que também apresentava inovações na produção das matérias-primas e, principalmente na produção de corantes. Esses fatores, aliados à política de exportações brasileiras vão sustentar elevadas participações de "tecidos e seus artefatos" na pauta das exportações de São Paulo.

Na indústria alimentícia, ocorreu processo semelhante. Os produtos que mais se expandiram foram: suco cítrico, soja e seus derivados, refinação e preparação de óleos vegetais, carnes bovinas e frangos congelados, torrefação e moagem de café, rações balanceadas e de alimentos preparados para animais.

O ramo da química, que se tornou o mais importante segmento industrial do Interior, ampliou sua participação relativa de 12,6% em 1970, para 24,3% em 1980, em relação ao produto industrial do Interior, grandemente influenciado de forma direta e indireta pela política federal. De forma mais direta, temos a presença do capital produtivo estatal implantando as duas novas refinarias de petróleo já citadas e ampliando outra. Por outro lado, a política de substituição de importações de insumos básicos, contida no I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), que incentivou investimentos privados nacionais e estrangeiros na produção de matérias plásticas, fibras artificiais e sintéticas, de inseticidas, germicidas e fungicidas, de tintas, esmaltes, vernizes, impermeabilizantes e solventes, de pigmentos e corantes e, de adubos, fertilizantes e corretivos de solos, para citarmos os segmentos que mais se desenvolveram na década³⁶⁶. Do ponto de vista espacial, vale destacar a criação do Programa Nacional do Alcool (Proálcool), em meados de 1975, que provocou a expansão da lavoura canavieira por quase todo o Interior do Estado fazendo surgir as destilarias de álcool, em quase todas Regiões Administrativas do Estado, contribuindo ainda mais para a consolidação da indústria química do Interior.

A indústria mecânica foi outra cuja expansão e diversificação foi expressiva. Sua participação no valor da transformação industrial do Interior salta de 6,8% para 12,4%, entre 1970 e 1980, contribuindo muito para realizar, ao menos parcialmente, as metas de substituição de importações previstas no I PND. Entre os setores que mais se expandiram e se desenvolveram tecnologicamente destacam-se a fabricação de

³⁶⁶ Para uma análise à respeito das indústrias e fertilizantes e defensivos agrícolas veja-se por exemplo o trabalho de REYDON, B.P. (1987).

caldeiras geradoras de vapor, de máquinas, aparelhos e equipamentos para instalação hidráulica, de máquinas-ferramentas e operatrizes, de máquinas, aparelhos e materiais para a agricultura, avicultura e agroindústria, de tratores e de máquinas e aparelhos de terraplenagem, armas e equipamentos militares.

Esses quatro ramos (têxtil, alimentos química e mecânica) que, em 1970, respondiam por 55,9% do produto industrial do Interior, cuja maior expressão pertencia a indústria alimentícia com quase um quarto do total do Interior, passam, em 1980, a responder por 56,1% desse mesmo total, agora com a química perfazendo quase um quarto do produto industrial do Interior.

Entre os demais ramos industriais, que elevaram suas participações, valem ser mencionados: material de transportes, principalmente na fabricação e montagem de veículos automotores, carrocerias, aviões, turbinas e motores de avião e o de material elétrico e de comunicações, principalmente na produção de material elétrico para uso doméstico, industrial e pessoal, aparelhos e equipamentos eletrônicos. Tais ramos caracterizam-se por maior complexidade tecnológica e exigem elevados investimentos em suas plantas industriais, o que foi feito, sobretudo, com capitais privados nacionais e internacionais e, estatal no caso da aeronáutica³⁶⁷.

As modificações na estrutura setorial da indústria de transformações do Interior, demonstram aprofundamento em termos de complexidade e, por outro lado, uma análise do processo de concentração industrial nesse espaço territorial aponta para uma ampliação em praticamente todos os ramos industriais, inclusive aqueles que, em 1970, já eram mais elevados, como são os casos das indústrias alimentícia e química.

No período 1970/75, aprofunda-se um processo de concentração industrial no Interior, sob o predomínio das indústrias produtoras de bens intermediários, bens de capital e bens de consumo durável: a indústria química do Interior que, em 1970, respondia por pouco mais de um terço do valor da transformação industrial desse ramo no Estado, chega em 1975 com cerca da metade; a de material de transportes, quase duplica sua participação em relação ao total estadual (de 11,3% para 20,8%), processo semelhante ao da indústria de material elétrico e de comunicações (de 7,0% para 18,4%). No período 1975/80, dois ramos desses grupos de indústrias ampliaram

³⁶⁷ Esses foram os ramos destacados, no entanto, outros como o de produtos de matéria plástica, farmacêutico, papel e celulose, metalurgia, entre outros passaram por processos semelhantes.

consideravelmente suas participações - a química e a mecânica - vindo a seguir a indústria de minerais não metálicos e a metalurgia; entretanto, esse fenômeno manifestou-se mais fortemente no grupo de indústrias produtora de bens de consumo não durável, em especial nos ramos têxtil e alimentício.

Em 1980, vamos encontrar diversos ramos industriais fortemente concentrados no Interior de São Paulo; os de maiores participações no valor da transformação industrial estadual eram: madeira (71,5%); alimentos, bebidas, química e couros e peles em torno de 60,0%; minerais não metálicos com quase a metade; têxtil e papel e celulose com mais de 40%; vestuário, calçados e artefatos de tecidos, mobiliário e a mecânica com pouco mais de um terço do total.

A importância dessa indústria interiorizada assumiu proporções nacionais, uma vez que, em 1980, ela respondia por um quinto do produto industrial brasileiro (contra 14,7% em 1970). Sua indústria química concentrava, em 1980, um terço do total nacional, a de alimentos e a mecânica cerca de um quarto e, a têxtil, e a de minerais não metálicos algo em torno de um quinto. Portanto, a indústria do Interior paulista alcança, em 1980, o segundo lugar em termos de produção industrial brasileira, ficando abaixo dos 33,6% da Região Metropolitana de São Paulo, chegando a ter peso relativo maior que a somatória de dois importantes Estados brasileiros - Rio de Janeiro e Minas Gerais - que respondiam por 18,3% do produto industrial brasileiro.

. O Interior e o Emprego Industrial

O dinamismo industrial do Interior manifesta-se também de forma acentuada pela ótica do emprego: em 1970 ocupava 384,8 mil pessoas, cinco anos depois totalizava pouco mais de 579,0 mil e ao final da década alcançaria a cifra de 816,9 mil, dos quais 85% ligados diretamente à produção. No primeiro quinquênio da década, o ritmo do crescimento do emprego industrial situou-se acima da média alcançada pela Região Metropolitana de São Paulo, pelo próprio Estado de São Paulo e ligeiramente acima da média nacional. Com isso, a participação do Interior no total do emprego industrial de São Paulo, que era de 29,9%, eleva-se para 31,9% em 1975.

Na segunda metade dessa década, o crescimento do emprego industrial do Interior foi de 8,5% ao ano, a mais expressiva do País, superior aos 5,2% da média

nacional e aos 4,7% do Estado de São Paulo. Em relação a Região Metropolitana de São Paulo, sua taxa de crescimento anual foi 2,5 vezes maior, com o que sua participação no emprego industrial do Estado salta, entre 1975 e 1980, de 31,9% para 35,8%.

No período 1970/75, gerou-se em todo Estado de São Paulo cerca de 526 mil novos postos de trabalho industrial, dos quais 63,1% na Região Metropolitana³⁶⁸ e 36,9% no Interior. No período seguinte (1975/1980), de desaceleração da economia e conseqüentemente de diminuição no ritmo do emprego industrial, gerou-se, em termos absolutos, no Estado de São Paulo, cerca de 463,5 mil. No entanto, o dinâmico desempenho da indústria interiorizada impediu que os efeitos da desaceleração aí se manifestassem: a indústria do Interior de São Paulo foi responsável por 51,3% dos novos empregos industriais gerados no Estado³⁶⁹; na primeira metade da década haviam sido criados no Interior cerca de 194,2 mil postos de trabalho, número que pode ser considerado expressivo e que amplia-se ainda mais na segunda metade da década, quando totaliza 237,8 mil novos postos de trabalho.

As indústrias produtoras de bens de capital e de bens de consumo durável, foram as que mais contribuíram para a geração de novos empregos industriais no Interior: 47,5% no período 1970/75 e 38,9% no período 1975/80, onde a indústria mecânica, sozinha, respondeu no primeiro período por quase um quarto do total dos novos postos de trabalho e no segundo, por quase um quinto do total.

Entre 1970 e 1975, os principais ramos em termos de geração de empregos foram o da metalurgia (12,6%), diversos (9,7%), vestuário, calçados e artefatos de tecidos (8,8%), material de transportes (8,4%) e minerais não metálicos (7,5%). No período seguinte (1975/80), ocorre uma recuperação de participação relativa das indústrias de bens de consumo não durável, com destaque para o ramo de vestuário, calçados e artefatos de tecidos (14,5%) e alimentos (8,7%) e nos demais grupos de indústrias, além do ramo da mecânica, evidenciam-se o de minerais não metálicos (9,3%), metalurgia (7,6%) e material de transportes (7,5%).

³⁶⁸ A Capital do Estado foi responsável por 36,7% desse total e os demais municípios dessa Região por 26,4%.

³⁶⁹ É importante ressaltar que o município de São Paulo diminuiu brutalmente sua participação no total dos novos empregos industriais, gerando, em termos absolutos, menos empregos que o ABC ou a Região de Campinas.

2.4. O Processo de Interiorização da Indústria nos Anos 80

O Interior de São Paulo continuou recebendo tratamento especial do Governo do Estado de São Paulo em termos de investimentos de infra-estrutura viária: ampliação e duplicação de importantes vias de ligação da metrópole com o Interior e deste com os estados de Minas Gerais, Matro Grosso e Paraná. Além disso realizou-se amplo programa de pavimentação e duplicação de estradas, localizadas no Interior, facilitando a ligação entre os principais centros urbanos interiorizados, especialmente daqueles que constituem sede das atuais regiões de Governo. Vale destacar, também, que foi nessa década que o Estado implanta importante programa de pavimentação de estradas vicinais estimando-se que tenha sido executado algo em torno de 8 mil quilômetros lineares de pavimentação, beneficiando sobremaneira as regiões com predominância de produção agropecuária e agroindustrial.

As informações contidas na Tabela II.14 obtidas junto ao Censo Industrial confirmam a intensificação do processo de interiorização da indústria em São Paulo em 1985.

TABELA II.14: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO: 1980-1985

GRUPOS E RAMOS DE INDÚSTRIAS SELECIONADOS	(Valores em percentagem)			
	PESSOAL OCUPADO		VTI	
	1980	1985	1980	1985
1. REG. METROPOLITANA	64,2	62,0	62,9	56,6
1.1. Capital	40,4	37,2	34,8	29,8
1.2. Demais Municípios	23,8	24,8	28,1	26,8
2. INTERIOR	35,8	38,0	37,1	43,4
2.1. Litoral	1,7	1,7	3,7	4,5
2.2. Vale do Paraíba	4,2	4,5	5,5	7,9
2.3. Sorocaba	4,6	5,2	4,1	4,3
2.4. Campinas	14,9	14,6	15,8	16,9
2.5. Ribeirão Preto	5,0	5,8	4,1	5,5
2.6. Bauru	1,5	1,7	1,3	1,4
2.7. Região "Oeste"	3,9	4,5	2,3	2,9
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: FIBGE - Censos Industriais: 1980/1985

A indústria interiorizada sentiu menos os efeitos da crise de 1981/83, uma vez que ainda maturava investimentos iniciados no final da década anterior e porque acelerava-se a agroindustrialização-energética e de exportações - apresentando, na média, taxas positivas de crescimento, tanto do VTI como do emprego industrial,

devendo ser destacado que, em 1980, o Interior ultrapassaria, pela primeira vez o VTI do Capital Paulista e, em 1985, seu emprego industrial.

É interessante notar a grande elevação na participação da Região do Vale do Paraíba no total do VTI da indústria estadual, o mesmo ocorrendo com as regiões mais distantes, com forte base agrícola e agroindustrial - Ribeirão Preto, Bauru e Região "Oeste" - que ampliaram suas participações no total do emprego e do VTI industrial, razão pela qual analisamos a seguir as principais transformações havidas tanto na agricultura como nos principais complexos agroindustriais fortemente concentrado no Interior.

2.4.1. Dinâmica Agrícola

A expansão e diversificação da agricultura do país, verificada na década anterior continuaria nos anos 80, mas diminuiria seu ritmo de crescimento de 4,8% para 3,2% ao ano, o mesmo acontecendo com a agricultura paulista, cujas taxas médias seriam respectivamente 3,6% e 2,1% ao ano, o que faz declinar de 16,0% em 1980 para 14,4% em 1988 a participação de São Paulo na agricultura brasileira³⁷⁰. É importante salientar que apesar da redução no ritmo global da agricultura de São Paulo nos anos 80, o crescimento da maioria dos seus produtos podem ser considerados expressivos como procuramos mostrar a seguir.

Os problemas de crédito à produção agrícola que começaram a se manifestar no final da década anterior, dada a constante irregularidade nos seus fluxos de financiamento, persistiriam na década de 80. Com isso, a ação mais efetiva do governo para a agricultura resumiu-se às questões de ordem externa: incentivo ao Proálcool, visando a substituição de importação de petróleo; apoio à produção interna de trigo para reduzir a dependência em relação a sua importação e práticas de apoio e incentivos as exportações agrícolas e agroindustriais.

Enquanto crescia a produção agrícola de matérias-primas e de exportações, verificou-se, também, uma reversão na tendência declinante na produção de certos

³⁷⁰ Ver o recente trabalho de MINITTI IGREJA, A.C. & CAMARGO, A.M.M.P. de. Diagnóstico do Setor Agropecuário in Pesquisa: São Paulo no Limiar do Século XXI - Perspectivas dos Setores Produtivos 1980-2000. Convênio IPT/FECAMP, Documento Final no. 3.1.2. Campinas 1990.

produtos básicos e de alimentação como milho, arroz e mandioca. Isso foi resultado, em larga escala, da pesquisa agrônômica de novas variedades e aos pacotes tecnológicos a ela associados³⁷¹.

Numa análise dos principais produtos agrícolas notamos que a área total cultivada no período 1979/81, 1987/89, saltou de 6,1 para 7,0 milhões de hectares cuja incorporação de 866,8 mil novos hectares representa um aumento real de 14,2% na área cultivada.

A cana-de-açúcar foi o produto com maior taxa de crescimento nessa década passando a responder por 29,8% da área cultivada no estado, com uma produção de 132,6 milhões de toneladas e mantendo o estado de São Paulo como principal produtor com metade da produção nacional. Dois setores foram significativos para a expressiva expansão dessa cultura em São Paulo: a maturação do Proálcool até 1985 e o aumento da produtividade de 68,3 para 73,6 toneladas por hectares bem acima da média nacional.

A citricultura continuou sua expansão nos anos 80, em atendimento à demanda internacional de suco concentrado de laranja, principalmente nos momentos em que os laranjais norte-americanos reduziam suas produções em decorrência das fortes geadas. A área cultivada totalizou 789 mil hectares, no final da década, representando 11,3% da área cultivada no estado, com produção de 259,9 milhões de caixas que cresceu 58% na década. Com isso São Paulo manteve-se como principal produtor brasileiro, ampliando de 66,4% para 81,9% sua participação na produção nacional. O crescimento da citricultura nesta década foi mais acentuada que na anterior, ampliando o dinamismo da economia interiorizada, de forma concentrada nas regiões de Campinas, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto.

A soja, que teve seu grande momento de expansão nos anos 70, desaceleraria nos anos 80 o ritmo de crescimento de sua produção em São Paulo: a área cultivada totalizaria 528,8 mil hectares com redução de 4,2% e o aumento da produtividade elevaria a produção total para 1,2 milhão de toneladas com aumento de 7,4%. A cultura da soja diminuiria sua participação na área cultivada no estado de São Paulo de 9,0% para 7,6% e, ao mesmo tempo, a expansão da lavoura de soja nas regiões de fronteira agrícola provocariam diminuição de São Paulo no total da produção nacional de 7,4%

³⁷¹ Idem pag. 58.

para 5,9% e, mesmo assim São Paulo manteria a situação de terceiro maior produtor de soja do país.

A cafeicultura paulista reduziria de forma significativa sua área cultivada e sua produção nos anos 80: de 990 mil cairia para 699,7 mil hectares e a produção se reduziria de 502,4 mil para 415,9 mil toneladas. Esta só não foi mais elevada devido ao aumento da produtividade em algumas regiões do estado devido à maior tecnificação e com produtos de melhor qualidade e níveis mais elevados de preços. O café paulista passou, mais uma vez, por erradicação em regiões de baixa produtividade cujas áreas passaram a ser ocupadas por pastagens, por outras culturas e por atividades não tradicionais em São Paulo como a seringueira na região de São José do Rio Preto. Com isso, a participação da cafeicultura paulista na produção nacional reduziu-se de 34,6% para 16,9%; no entanto, as novas áreas de expansão de cafeeiros tem produzido café de melhor qualidade com obtenção de melhores preços a nível internacional. Dessa forma São Paulo que em 1980, era o maior produtor nacional de café passa, em 1985, para a segunda colocação.

O algodão, que na década anterior, havia reduzido sua área e produção, voltaria a crescer nos anos 80, sem contudo retomar o mesmo nível de produção de 1970: a área cultivada passaria de 266,5 mil para 306,0 mil hectares (+14,8%) e a produção de 485 mil para 546,2 mil toneladas (+12,6%). A maior contribuição ao seu crescimento foi a expansão da área em regiões onde a lavoura havia sido expulsa na década anterior, como nas regiões de Presidente Prudente, Araçatuba e São José do Rio Preto. A participação de São Paulo no total da produção nacional de algodão cairia de 35,6% para 32,0% mantendo a posição de segundo maior produtor do país.

A cultura do milho que havia estabilizado sua produção nos anos 70 teria expressivo crescimento nos anos 80: a área cultivada passaria de 1,1 milhão para 1,4 milhão de hectares detendo um quinto da área agrícola cultivada no Estado, com aumento da produção de 2,5 milhões de toneladas para 3,8 milhões de toneladas (+54,3%). A lavoura passou a concentrar-se em regiões com maiores níveis de produtividade e onde passaram a concentrar atividades criadoras de aves e de suínos; além do aumento da produtividade agrícola verificamos, também, o aumento da produção destinada as indústrias, provocando a modernização da lavoura com a introdução de variedades híbridas. Com isso, a participação de São Paulo na produção

nacional saltou de 12,7% para 14,6% saltando de quinto para quarto colocado na produção do país.

A cultura do amendoim reduz violentamente sua área de 200 mil para 86,8 mil hectares e a produção de 323,8 mil para 140,1 mil toneladas, ainda concentrada nas regiões de Marília e Ribeirão Preto. Sua cultura caracteriza-se como fornecedora de matéria-prima para a indústria alimentícia como confeitaria de doces e, em menor escala, para a indústria de óleos e para a exportação de grãos. Mesmo com redução da produção em termos absolutos, São Paulo é o principal produtor brasileiro de amendoim, tendo ampliado sua participação no total da produção nacional de 72,4% para 86,1%.

Esses sete produtos - cana-de-açúcar, laranja, soja, café, algodão, milho e amendoim - que de modo geral, são matérias-primas para o setor industrial e/ou destinam-se aos mercados internacionais, que concentravam 81,2% do valor bruto da produção agrícola de São Paulo no triênio 1979/81 elevam essa participação para 83,1% no triênio 1986/88. A cana-de-açúcar elevou sua participação de 27,7% para 31,0% a laranja de 8,8% para 18,8% e o café reduziu sua participação de 23,8% para 17,8%; juntos esses três produtos concentravam dois terços do valor bruto da produção agrícola paulista.

Analisando o comportamento dos quatro principais produtos alimentares - arroz, feijão, batata e mandioca - o que se percebe é uma reversão da tendência à queda em sua produção verificada na década anterior: a área cultivada total declinou 3,6% passando de 786,9 mil para 760,5 mil hectares e a produção total cresceu 15,0% passando de 1,7 milhão para quase 2,0 milhões de toneladas, evidenciando o grande crescimento de sua produtividade.

A área cultivada com arroz declinou 9,6% enquanto a produção física cresceu 37,8%, ampliando a produção de 367 mil para 506 mil toneladas. Apesar da introdução de novas variedades de sequeiro ter beneficiado a produção em São Paulo, o produto de maior valor comercial é obtido pelas variedades adaptadas para irrigação. A nível nacional ampliou-se ligeiramente a participação da produção de arroz paulista de 3,6% para 4,9%, passando da sétima para sexta a colocação de São Paulo no total de produção do país.

O feijão, ainda que a taxas menores, continuaria expandir sua produção em São Paulo: a área cultivada se ampliaria de 3,6% e a produção cresceria 28,6%. Essa expansão é o resultado da introdução de novas e mais variedades produtivas e da adoção de técnicas de irrigação quer ampliaram, consideravelmente, a produtividade dessa cultura. Contudo, a participação de São Paulo no total de produção nacional declinou de 20,8% para 13,8%, mantendo-se como segundo maior produtor do país.

A batata reduziria em 25,9% sua área, mas com expansão de 6,9% na produção física, mas São Paulo manteve sua participação na produção nacional (em torno de 25%), declinando de primeiro para terceiro maior produtor nacional. A mandioca reduziria sua área cultivada em 9,9% com ligeira expansão de produção física. Com isso, São Paulo continuaria concentrando apenas 2,0% da produção nacional mantendo-se como quinto maior produtor.

Em termos de valor bruto de produção, o conjunto desses quatro produtos alimentares - arroz, feijão, batata e mandioca -, reduziria sua participação no total da agricultura de São Paulo de 12,3% para 8,2%, onde o feijão com 3,0% e a batata com 3,3% seriam os mais relevantes.

Os demais produtos agrícolas - cebola, mamona, tomate, trigo, uva, limão, banana e outros cítricos -, elevariam sua participação no valor bruto de produção agrícola de São Paulo de 6,5% para 8,7%, com destaque para o crescimento da produção de trigo.

A área cultivada com trigo aumentou de 17,4% enquanto sua produção aumentaria 93,2% evidenciando o alto crescimento de sua produtividade nos anos 80. A cultura do trigo expandiu-se em São Paulo e em outros estados do país, devido "a uma política de auto-suficiência, que se consubstanciou no subsídio ao consumo, no monopólio da comercialização através do Banco do Brasil e no estímulo ao crescimento da produção. Na Dira de Marília, que concentra a produção do trigo do estado de São Paulo, a lavoura é cultivada em sucessão à da soja, e tem como base organizacional um sistema cooperativo de produtores"³⁷². A nível nacional a participação de São Paulo na produção total declinou de 7,0% para 5,7%, decorrência da expansão da cultura no Paraná e no Mato Grosso do Sul, mantendo-se São Paulo como terceiro maior produtor.

³⁷² Idem pag. 54.

A pecuária paulista teve comportamento bastante distinto no início dos anos 80: de 1980 a 1985, o efetivo de bovinos cresceu de 11,6 milhões para 12,2 milhões de cabeças, mantendo sua participação no total nacional em torno de 10%; o efetivo de suínos foi reduzido de 1,9 milhão para 1,8 milhão de cabeças, mantendo sua participação no total do rebanho nacional em torno de 1,9% ao passo que o efetivo de aves declinou de 97,0 milhões para 85,5 milhões de aves com redução na participação nacional de 23,5% para 19,9%.

2.4.2. Dinâmica Agroindustrial

Em que pese a crise da economia brasileira nos anos 80, a agroindústria paulista teve desempenho satisfatório, principalmente com a cana-de-açúcar, laranja, milho, soja, algodão, pecuária e avicultura, que propiciaram a expansão de suas respectivas unidades processadoras. O desempenho desses importantes setores deve-se: em primeiro lugar, ao fato de entrarem nessa década com elevado grau de modernização e estrutura produtiva bastante diversificada; em segundo lugar pela expansão de suas exportações e consolidação do Proálcool e, em terceiro lugar, pelo aumento da demanda decorrente da urbanização³⁷³.

Visando o incremento das exportações brasileiras, o governo federal procurou incentivar a produção agrícola com grandes possibilidades de penetração no mercado internacional e, mais especificamente, aqueles produtos que passassem por algum tipo de processamento e incorporassem maior valor agregado; assim, a expansão da agroindústria passou a ser apoiada por um conjunto de políticas que facilitavam a instalação de novas unidades ou expansão de unidades existentes. O estado de São Paulo que contava com a mais moderna e diversificada agricultura do país e com expressivo parque agroindustrial, teve capacidade técnica e empresarial para responder mais rapidamente às propostas da política governamental³⁷⁴.

³⁷³ Sobre o desempenho da agroindústria paulista nos anos 80, foram produzidos diversos e importantes trabalhos, entre os quais se destacam: Fundação SEADE, Características Gerais do Processo de Industrialização Paulista, São Paulo, 1988; MONTAGNER, P. "A Agroindústria Paulista e a Crise dos Anos 80" e SZTUTMAN, L. "Exportações Agrícola e Agroindustriais", in Fundação SEADE, Revista São Paulo em Perspectiva, vol. 1, nº 3, São Paulo, out/dez. de 1987; Fundação SEADE, Agroindústria Paulista, São Paulo, 1989. Coleção Economia Paulista, vol. 3 e, MARTINELLI JR., O. & CAMARGO FILHO, O.R. de Exportações e Destino dos Principais Complexos Agroindustriais do Estado de São Paulo, Campinas, 1989, FECAMP/IE/UNICAMP (mimeo).

³⁷⁴ Nesse momento, a modernização de unidades agroindustriais antigas e obsoletas que ainda operavam no estado de São Paulo seria bastante oportuna, tanto para os empresários como para o próprio governo. Por outro lado, tomando-se a média de produção do triênio 1969/71=100, teremos os seguintes índices para o triênio 1986/88: São Paulo - cana-de-açúcar=458, soja=1.490 e laranja=927; Resto do País - cana-de-açúcar=259, soja=1.503 e laranja=160.

Em todo esse período, o aumento dos lucros e da capitalização da agricultura paulista propiciou o desenvolvimento mais intenso da sua agroindústria, consolidando em seu território, verdadeiros complexos agroindustriais modernos principalmente o do açúcar e álcool, do suco de laranja, de soja e seus derivados, de frigoríficos, aves e rações.

Vejamos agora, o desenvolvimento das principais agroindústrias processadoras de produtos agropecuários de São Paulo.

. Complexo Canavieiro: açúcar e álcool

O crescimento recente da produção canavieira está ligado à implantação e desenvolvimento do Proálcool. Na primeira fase desse programa (1975 a 1979), a agroindústria açucareira passava por séria crise provocada por queda acentuada nos preços internacionais do açúcar, pela perda de mercados preferências dos EUA e da Inglaterra, pela expansão da produção de açúcar de beterraba destinada ao mercado europeu e pelo processo de substituição de açúcar da cana por outros adoçantes nos EUA e Japão. Dessa forma, a maior parte do crédito a juros subsidiados, destinou-se às tradicionais usinas de açúcar para anexar destilarias de álcool às unidades produtoras de açúcar, o que permitiu ao setor canavieiro livrar-se da crise em que se encontrava, mediante expansão da produção de álcool anidro destinado à mistura com gasolina³⁷⁵.

A segunda fase do Proálcool inicia-se em 1980, e marca a consolidação de um programa energético, que diferentemente da fase anterior, privilegia a instalação de destilarias autônomas. Agora, a produção de álcool, predominantemente hidratado, amplia-se com o aumento da capacidade instalada em destilarias anexas e autônomas, visando atender as novas diretrizes de política econômica, que incentivava a expansão da produção da indústria automobilística com motores capacitados a utilizar álcool como combustível.

Conforme vimos anteriormente, os efeitos do Proálcool fizeram-se sentir rapidamente: a produção paulista passou de 362 milhões de litros na safra 1975/76,

³⁷⁵ Ver a esse respeito BELIK, W. O Setor Canavieiro Paulista nos Anos 90, Campinas, 1990, FECAMP/SCT/UNICAMP.

para 2583 milhões na safra 1979/80, crescendo sete vezes, ao mesmo tempo que a participação de São Paulo na produção nacional alcançava 70%.

A produção continuaria a crescer de forma significativa no estado de São Paulo, até a safra 1985/86, atingindo a produção de 7.624 milhões de litros, triplicando sua produção num período de seis anos. Esse expressivo crescimento teve importante rebatimento positivo sobre a economia paulista, sobretudo, a localizada no Interior do estado, principalmente durante o período da forte recessão de 1981/83: a exemplo do que ocorreu com a atividade agroindustrial do álcool, a lavoura canavieira obteve importantes ganhos de produtividade, representando maior lucratividade ao setor; equipamentos, máquinas e acessórios das instalações e expansão de destilarias anexas e autônomas foram, em sua quase totalidade, produzidos por fábricas localizadas no Interior do estado. Estima-se que o Proálcool tenha gerado cerca de 600 mil empregos diretos e indiretos, dois terços dos quais no estado de São Paulo e em grande parte durante a crise de 1981/83³⁷⁶.

Um levantamento dos projetos de destilarias aprovados pela Comissão Executiva Nacional do Alcool-CENAL, dentro do Proálcool mostra que até o final de 1981, haviam sido aprovados 368 projetos capazes de ampliar a produção nacional de álcool em 7,9 bilhões de litros. No caso de São Paulo, foram aprovados 149 projetos, sendo 84 de destilarias anexas e 65 autônomas com capacidade total de 3,0 bilhões de litros de álcool. Dez anos depois, a Secretaria do Desenvolvimento Regional estabeleceria, pela Portaria nº 178 de 08 de julho de 1991, a quota de 12,5 bilhões de litros de álcool para a safra 1991/92, sendo 8,2 bilhões para o estado de São Paulo com 70% da produção por 67 destilarias anexas e 30% por 66 destilarias autônomas.

Por outro lado, a produção nacional de açúcar, que nos anos 70 havia ficado estagnada em torno de 120 milhões de sacas, continuaria tendo desempenho insatisfatório, com oscilações provocadas pelas cotações do preço a nível internacional, com reflexos sobre as exportações de açúcar brasileiro que nos anos 80, apresentaram níveis relativamente baixos, no que diz respeito a valor, preço e quantidade.

³⁷⁶ Sobre a questão do emprego gerado pela implantação do proálcool ver GUARNIERI, L.C. Impactos do Proálcool sobre o Emprego no Estado de São Paulo, São Paulo, IPT, s.d. e a entrevista do ex-ministro da Indústria e Comércio Engº João Camillo Pena, publicada na Gazeta Mercantil em 10 e 12 de março de 1990, pág. 15.

A produção paulista de açúcar, que na safra de 1980/81, havia sido de 64 milhões de sacas, correspondendo a 47,4% da produção nacional, apresentaria movimentos cíclicos ao longo da década - de crescimento e declínio da produção física -, até que no final da década, com a melhora dos preços do açúcar no mercado internacional, a produção paulista de açúcar voltaria a crescer.

. Complexo Cítrico: Suco de laranja e farelo de polpa cítrica

A indústria de suco de laranja é outro bom exemplo do dinamismo agroindustrial do Interior do estado de São Paulo, respondendo por cerca de 90% das exportações brasileiras desse produto. A expansão do processamento da laranja em São Paulo que se inicia nos anos 60, é resultado da expansão do mercado internacional e favorecida por alguns importantes fatores - tradição regional paulista no cultivo dos pomares cítricos, baixos custos de transportes e de produção, padrão técnico-científico no campo com redução das possibilidades de eclosão de novas doenças e homogeneização de oferta de laranja ao longo do ano - oferecendo a essa agroindústria grande competitividade internacional³⁷⁷.

A agroindústria cítrica se expandiu e se consolidou graças às exportações, beneficiadas por uma série de incentivos fiscais e financeiros desde a época do "milagre brasileiro" e, com o que, o Brasil se tornou o maior exportador de suco de laranja do mundo, respondendo, no final dos anos 70, por mais da metade do comércio mundial de suco de laranja, seguido dos Estados Unidos da América do Norte, Israel e Holanda.

A produção de suco está concentrada nas mãos de quatro grupos - Cutrale, Fisher, Cargil e Frutesp - responsáveis por cerca de 90% da produção em São Paulo, com elevado poder econômico sobre os fornecedores agrícolas, e impondo elevadas barreiras à entrada de novos concorrentes.

Dado que a produção para o mercado interno não é expressiva, as informações sobre as exportações fornecem a dimensão desse importante complexo cítrico e sua expansão na última década: em 1980, as exportações paulistas alcançaram US\$ 338

³⁷⁷ Ver a respeito o trabalho de HASSE, G. *A Laranja no Brasil*, São Paulo, Editora Duprat & Lobe, 1987 e MARTINELLI JR., O. *O Complexo Agroindustrial no Brasil: um estudo sobre a agroindústria cítrica no Estado de São Paulo*, São Paulo, 1987, Dissertação de Mestrado.

milhões, em 1985, US\$ 726 milhões e em 1988 totalizariam US\$ 1.105 milhões, aparecendo num segundo plano as exportações da farelo de polpa cítrica³⁷⁸.

. Complexo soja: grãos, farelo e óleo

Desde o início dos anos 70, o complexo da soja, através da produção dos grãos, do farelo e do óleo, passou a ser muito importante para o mercado interno e externo, que cresciam de forma significativa. A localização geográfica de São Paulo, próximo aos maiores consumidores de óleo do país - as regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro - ofereciam vantagens adicionais às indústrias paulistas que também obtinham melhores posições para atingir o mercado externo beneficiando-se do porto de Santos. Por outro lado, as instalações agroindustriais paulistas, além de processarem a matéria-prima produzida no Interior do estado, também processavam parte da produção do norte do Paraná. Com o expressivo crescimento da produção de soja da região Centro Oeste e de Minas Gerais nos anos 80, a agroindústria paulista passou a receber parcela importante de matéria-prima para o seu processamento³⁷⁹.

Além do atendimento do mercado interno, o complexo da soja paulista, respondia por 15% das exportações brasileiras de farelo, grãos, torta e óleos de soja. As exportações paulistas desses produtos passaram de US\$ 137 milhões para US\$ 456 milhões, no período 1980/88.

. Produção Pecuária

Estamos considerando, para efeito de análise, a produção bovina, suína e avícola, incluindo-se ovos e leite. As informações, disponíveis para 1980, indicam que São Paulo concentrava 9,9% do efetivo de bovinos, 5,8% do efetivo de suínos e 23,5% do efetivo de aves do país, indicadores que reiteram a importância das agroindústrias da carne e do leite em São Paulo³⁸⁰.

³⁷⁸ Em 1984, as exportações de suco de laranja, atingiram o seu ponto mais alto com US\$ 1.395 milhões. Há que se lembrar que a produção de laranja destinada ao mercado interno é expressiva pois ela é uma fruta corrente na demanda das famílias.

³⁷⁹ Ver a respeito MARTINELLI JR., O. & CAMARGO FILHO, O.R. de (1987), op. cit. e Fundação SEADE. Agroindústria Paulista, São Paulo, 1990, Coleção Economia Paulista, vol. 3, pp.31-39.

³⁸⁰ Sobre o desenvolvimento dos complexos pecuários ver ORTEGA, A.C. A Indústria de Rações: da especialização à integração vertical, Campinas, 1988, Dissertação de Mestrado apresentado ao IE-UNICAMP, Capítulo I item 1.2.

Dada a dimensão do mercado consumidor de São Paulo, esse segmento tem elevado peso no total do valor da produção agroindustrial do estado. Os estabelecimentos do setor - matadouros, fábricas de conserva de carne, granjas e laticínios - estão geograficamente dispersas pelo território paulista.

A nova suinocultura, com criação do "porco - carne" representou a integração de agroindústria processadora de carne com a produtora de rações. Mesmo não tendo grande participação no total produzido no país, o estado de São Paulo ampliou sua produção de carne suína de 64,7 mil para 88,2 mil toneladas durante as safras 1979/81 - 1986/88, com taxas de 4,52% ao ano, índice bastante significativo, pois na década anterior havia reduzido sua produção física.

A produção de carne bovina que havia se estabilizado nos anos 70, apresentou redução nos anos 80: de uma produção de 449,6 mil toneladas em 1969/71, caiu para 391,0 mil toneladas em 1986/88. Em São Paulo, concentram-se os frigoríficos responsáveis pela maior parcela das exportações de carne bovina do país: em 1980, São Paulo havia exportado apenas US\$ 13,0 milhões e US\$ 233,2 milhões em 1988.

O aumento da produção de carne de frango no estado de São Paulo, tem sido excepcional nos últimos 20 anos: de uma produção de 71,1 mil toneladas em 1969/71, passou para 375,7 mil toneladas em 1979/81 e para 435,1 mil toneladas em 1986/88. Isto resultou de grandes transformações nas estruturas de produção e de consumo. Consolidou-se como atividade tecnologicamente avançada, com bastante eficiência na conversão ração-proteínas, ao mesmo tempo que o reaparelhamento da indústria de abate reduziu custos e ampliou a competitividade a nível internacional. Pela ótica do consumo, a produção de carne de frango passou a estar disponível nas prateleiras do comércio varejista como produto limpo resfriado ou congelado, a baixo preço, atendendo às exigências da urbanização.

Com preços mais competitivos que os praticados por outros produtos protéicos de origem animal tem aumentado o consumo de carne de frango e de ovos, sobretudo, nos principais centros urbanos do estado de São Paulo, de maiores contingentes populacionais e de melhores rendas familiares que outras regiões. O resultado disso é que, no final dos anos 80, a produção de carne de frango do estado de São Paulo passou a ser 10% superior a sua produção de carne bovina, voltado quase

exclusivamente para o mercado interno, com acentuado declínio de sua produção para exportação, cujo volume tem se tornado inferior a US\$ 10 milhões anuais.

Por fim, o leite continuou apresentando estabilidade em sua produção com 1,7 bilhão de litros no triênio 1986/88, processado por empresas de pequeno, médio e grande porte, sendo a participação destas bastante expressiva. As maiores empresas, de capital nacional e estrangeiro têm ampliado, gradativamente, a qualidade e a produção de derivados de leite, em especial queijos e iogurtes. A produção de ovos, que apresentou grande dinamismo na década anterior, reverteu essa situação no triênio 1986/88, quando produziu a média de 597 milhões de dúzias, 10% inferior à média do triênio 1979/81.

2.4.3. A Nova Espacialização da Indústria Paulista

O primeiro quinquênio dos anos 80, marcam um grande avanço do processo de interiorização da indústria no estado de São Paulo. A Região Metropolitana continuaria reduzindo seu peso relativo no total do valor da transformação industrial estadual: em 1970, respondia por 74,7%, em 1980 reduziria essa participação para 62,9% e em 1985, totalizaria 56,6%.

O período 1980/85 que teve três anos de recessão, afetou a indústria paulista numa proporção maior que a média da indústria brasileira e teve efeitos negativos mais acentuado em sua região metropolitana, conforme demonstram os índices de produção industrial da Fundação IBGE: de -3,72% para a indústria de transformação brasileira, de -6,73% para a de São Paulo e de -15,94% para a da Região Metropolitana de São Paulo.

Ao fazermos a leitura dos indicadores da produção industrial pela ótica de indústria do Interior do estado verificamos que, no mesmo período de 1980/85, ela teve um crescimento de 9,11%, superior ao obtido pelas poucas regiões e estados com índices positivos como são os casos do Nordeste e de Minas Gerais.

. A Indústria Metropolitana

No período 1980/85 a indústria metropolitana sofreu reduções em termos absolutos em todas as variáveis: o número de estabelecimentos reduziu-se de 32,2 mil para 31,3 mil, o pessoal ocupado de 1.736,2 mil para 1.564,0 mil e o valor de sua transformação industrial reduziu-se em 15,9%.

A Capital Paulista, reduziu seu peso relativo de forma acentuada (de 35,0% para 29,8%) com redução de um quinto no seu produto industrial e eliminação de 184,7 mil postos de trabalho. A exemplo do que ocorreu na primeira metade dos anos 70, os demais municípios da Região Metropolitana reduziram um pouco suas participações (de 27,9% para 26,8%), com queda de 10,4% em sua produção industrial e redução de 12,4 mil empregos.

Nos cinco primeiros anos da década, a estrutura setorial da indústria metropolitana sofreu as seguintes modificações em termos relativos: o grupo predominantemente produtor de bens de consumo não durável passou a deter 24,6% do valor de transformação industrial, o de bens intermediários 37,1% e o de bens de capital e bens de consumo durável 38,3%. Os cinco maiores ramos (todos com mais de 10% do total) - metalurgia, mecânica, material elétrico e de comunicações, material de transportes e química - que concentravam 59,4% da indústria metropolitana declinam para 56,9% suas participações e os ramos que individualmente ganharam maiores expressões foram papel e papelão, borracha, têxtil e diversas (as informações relativas a 1985 encontram-se na Tabela II.15).

TABELA II.15: ESTRUTURA SETORIAL DA INDÚSTRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, DA REGIÃO METROPOLITANA E DO INTERIOR EM 1985

(Valores em percentagem do VTI)			
GRUPOS E RAMOS DE INDÚSTRIAS SELECIONADOS	ESTADO	RMSP	INTERIOR
GRUPO I			
Indústrias Predominantemente Produtoras de Bens de Consumo Não Durável	25,9	24,7	27,5
Têxtil	5,7	5,5	6,1
Vest., calçados	4,0	4,3	3,7
Alimentos	8,6	5,2	13,2
Outros	7,6	9,7	4,5
GRUPO II			
Indústrias Predominantemente Produtoras de Bens Intermediários	41,0	37,1	46,1
Química	17,2	10,8	25,6
Minerais não metálicos	3,5	3,2	3,9
Metalurgia	11,0	12,5	9,1
Outros	9,3	10,6	7,5
GRUPO III			
Indústrias Predominantemente Produtoras de Bens de Capital e de Consumo Durável	33,1	38,3	26,4
Mecânica	11,5	11,4	11,5
Material de transportes	8,9	10,2	7,1
Mat. elétrico e de comunicações	9,3	12,0	5,9
Outros	3,4	4,7	1,9
TOTAL	100,0	100,0	100,0

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: FIBGE - Censos Industriais de 1985

Com a acentuada queda na produção industrial metropolitana, dezenove ramos de indústrias perderam peso relativo a favor da indústria do Interior - apenas madeira e mobiliário tiveram ligeiras elevações. Em 1980, dez ramos concentravam mais de 70% de produção industrial do estado, número que se reduz a sete em 1985: material elétrico e de comunicações, produtos farmacêuticos, perfumaria, sabões e velas, material-plástico, fumo, gráfica e diversos. Os ramos com menor participação em 1985, com menos de 40% da respectiva produção industrial são: madeira, couros, peles e similares, química, alimentícia e bebidas (ver Tabela II.16).

TABELA II.16: CONCENTRAÇÃO ESPACIAL DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SEGUNDO O PESSOAL OCUPADO E O VTI POR RAMOS - 1985

GRUPOS E RAMOS	PESSOAL OCUPADO (a)			VTI (b)		
	ESTADO	RMSF	INTERIOR	ESTADO	RMSF	INTERIOR
GRUPO I	100,0	54,8	45,2	100,0	53,9	46,1
Mobiliário	100,0	59,7	40,3	100,0	67,6	32,4
Farmacêutico e veterinária	100,0	88,2	11,8	100,0	78,8	21,2
Perfumaria	100,0	84,5	15,5	100,0	76,0	24,0
Têxtil	100,0	48,5	51,5	100,0	54,1	45,9
Vestuário e calçados	100,0	57,3	42,7	100,0	60,1	39,9
Alimentação	100,0	41,3	58,7	100,0	34,0	66,0
Bebidas	100,0	36,6	63,4	100,0	36,4	63,6
Fumo	100,0	77,2	22,8	100,0	93,9	6,1
Editorial e gráfica	100,0	79,3	20,7	100,0	86,5	13,5
GRUPO II	100,0	64,1	35,9	100,0	51,2	48,8
Minerais não metálicos	100,0	48,2	51,8	100,0	51,5	48,5
Metalurgia	100,0	72,1	27,9	100,0	64,2	35,8
Madeira	100,0	37,9	62,1	100,0	31,7	68,3
Papel e papelão	100,0	66,1	33,9	100,0	60,0	40,0
Borracha	100,0	75,2	24,8	100,0	69,2	30,8
Couro e peles	100,0	23,9	76,1	100,0	25,4	74,6
Química	100,0	54,5	45,5	100,0	35,4	64,6
Matéria Plástica	100,0	81,7	18,3	100,0	79,3	20,7
GRUPO III	100,0	67,2	32,8	100,0	65,4	34,6
Mecânica	100,0	57,8	42,2	100,0	56,5	43,5
Material elétrico e Comun.	100,0	77,6	22,4	100,0	72,7	27,3
Material de Transportes	100,0	68,7	31,3	100,0	65,3	34,7
Diversos	100,0	72,2	27,8	100,0	75,6	24,4
TOTAL	100,0	62,0	38,0	100,0	56,6	43,4

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: FIBGE - Censos Industrial de 1985.

Em que pese a redução relativa da indústria metropolitana e a acentuada queda na sua produção na primeira metade dos anos 80, ela continua sendo o mais importante parque industrial do país: em 1980, a metrópole paulista respondia por 34,2% da indústria de transformação brasileira e em 1985, por 29,4%. Em outras palavras significa dizer que a indústria metropolitana de São Paulo que, em 1985, empregava 1,5 milhão de trabalhadores era responsável por um produto industrial superior ao conjunto das regiões Norte, Nordeste e Sul ou, numa proporção próxima, ao gerado pelo conjunto dos outros quatro estados mais industrializados do Brasil: Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná.

Ainda que em menores proporções, a Região Metropolitana de São Paulo continuou concentrando, em 1985, a maior parcela da produção industrial dos mais modernos e importantes ramos da indústria brasileira: material elétrico e de comunicações (46,5%), material de transportes (47,0%), borracha (51,3%), perfumaria (51,1%), matéria-plástica (51,1%), têxtil (45,2%), gráfica (44,4%) e diversos (50,8%).

. A Indústria Interiorizada

Ao contrário da indústria metropolitana, o Interior paulista, que também reduziu o número de seus estabelecimentos industriais entre 1980 e 1985, teve desempenho bastante satisfatório nos cinco primeiros anos dessa década: o pessoal ocupado

passou de 900,1 mil para 956,8 mil e seu produto industrial cresceu 9,11% no período, superior à média nacional e à frente de todos os principais estados e regiões.

O Interior de São Paulo continuou ampliando sua participação em relação ao total do VTI estadual: de 37,1% em 1980 salta para 43,4% em 1985, devendo se destacar que sua estrutura industrial sofreu as seguintes alterações: o grupo de indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo não-durável passou a deter 27,5% do valor da transformação industrial, o de bens intermediários 46,1% e o de bens de capital e de bens de consumo durável 26,4%. Os cinco maiores ramos - química, alimentos, mecânica, metalurgia e têxtil -, que, em 1980, detinham dois terços do valor de transformação da indústria do interior, tiveram alteração significativa com a substituição da têxtil pela de material de transportes, fato que caracteriza a modernização da indústria interiorizada.

Com o aumento da produção da indústria do Interior e queda da produção industrial Metropolitana, dezenove ramos industriais do interior ampliaram seus pesos relativos e nos dois em que ocorreram reduções - madeira e mobiliário -, as perdas foram pequenas. Em 1980 apenas três ramos concentravam mais de 60% da respectiva produção industrial estadual - madeira, química e bebidas -, e em 1985 a indústria alimentícia e de couros, peles e similares, passaram a incorporar o grupo de indústrias do Interior com mais de 60% do VTI estadual. Em 1980, os ramos com menos de 20% da respectiva produção estadual eram: material elétrico e de comunicações, papel e papelão, farmacêutica, material-plástico, fumo e gráfica; em 1985 ficaram reduzidos a apenas dois: fumo e gráfica (ver Tabela II.16).

O crescimento da indústria do Interior está tornando-a uma das maiores e mais importantes indústrias do país: em 1970, respondia por 14,7% do VTI da indústria de transformação brasileira, em 1980 por 20,2% e em 1985 por 22,5%.

A indústria interiorizada passou a responder em 1985, por parcelas significativas da produção nacional de diversos ramos: mecânica (26,7%), material de transportes (24,6%), papel e papelão (23,0%), borracha (23,2%), química (33,3%), têxtil (23,0%), alimentos (24,7%) e bebidas (24,1%).

. As Regiões Administrativas

O Litoral, com uma estrutura industrial com forte presença na produção de bens intermediários, sentiu um pouco os efeitos recessivos do período 1981/83, ao que se deve acrescentar as restrições de ordem ambiental que, constantemente, têm restringido a expansão das principais indústrias locais, bem como a instalação de novas unidades. Mesmo assim, o Litoral Paulista, com 1.322 estabelecimentos e 42.913 pessoas ocupadas em 1985, passou a responder por 4,5% do valor da transformação industrial estadual.

O Vale do Paraíba, foi a região administrativa que apresentou maior crescimento no período. Seus 1.752 estabelecimentos que empregavam 112,0 mil trabalhadores, passaram a responder por 7,9% do VTI da indústria estadual, que, em outras palavras, significa dizer 18,2% da indústria do interior ou 4,1% da indústria brasileira. O Vale do Paraíba, tem se tornado importante aglomerado urbano e a dimensão de sua indústria é uma comprovação disso; vale dizer que a indústria do Vale do Paraíba, possui um produto industrial superior a todo o estado da Bahia, de Santa Catarina e Pernambuco, tomados isoladamente.

A indústria da região de Sorocaba, teve ligeiro crescimento no período e, em 1985, seus 3.019 estabelecimentos empregavam 129,0 mil trabalhadores e a sua participação no valor da transformação industrial estadual atingiu 4,3%.

A da região de Campinas, também teve pequena taxa de crescimento no período. Seus 9.309 estabelecimentos empregavam 366,0 mil trabalhadores e a sua participação no valor da transformação industrial aumentou para 16,9% equivalente a 38,7% da indústria do interior e 8,7% da indústria nacional, maior que a indústria de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul ou da Região Nordeste, perdendo apenas para o estado do Rio de Janeiro. A dimensão da indústria do município de Campinas e do seu entorno, o acelerado crescimento populacional e o dinamismo do setor terciário desse espaço territorial, possibilitou o surgimento da mais nova área metropolitana de São Paulo e do país.

A região administrativa de Ribeirão Preto, beneficiada pelo dinamismo de sua agroindústria, obteve o elevado crescimento e seus 4.521 estabelecimentos industriais com 144,6 mil trabalhadores, passaram a concentrar 5,5% do VTI da indústria estadual.

A região de Bauru com 1.424 estabelecimentos industriais e 38,9 mil trabalhadores teve o crescimento insignificante de 0,8% no período e passou a responder por 1,4% do VTI da indústria estadual.

O conjunto das regiões administrativas de São José do Rio Preto, Araçatuba, Presidente Prudente e Marília, formadoras da "Região Oeste", apresentaram expressivo crescimento no período, resultado do dinamismo de sua diversificada base agroindustrial. Assim, seus 6.146 estabelecimentos com 108,3 mil trabalhadores passaram a responder por 2,9% do VTI da indústria paulista.

CONCLUSÕES

Nosso objetivo foi analisar o processo de concentração e desconcentração da indústria paulista ao longo do extenso período de 1880 a 1990, mostrando o seu movimento em relação à indústria brasileira e seu processo de interiorização, buscando apreender seus principais determinantes. Para não repetir as conclusões específicas a que chegamos durante o desenvolvimento do trabalho, limitamo-nos a apontar os resultados mais gerais e relevantes, bem como as perspectivas para o processo de desconcentração da Região Metropolitana de São Paulo e para o crescimento da indústria do interior paulista ao longo dos anos 90.

Entre 1929/33 e 1967, a Capital Paulista e os municípios do seu Entorno - futura Área Metropolitana - se transformaram no grande centro industrial do Brasil e da América Latina, possuidora da mais moderna e diversificada estrutura industrial, graças à presença de estabelecimentos de capital nacional e estrangeiro dos mais dinâmicos: mecânica, material de transportes, material elétrico e de comunicações e de bens intermediários. Em paralelo, mostramos que nesse mesmo período o desempenho da indústria interiorizada manteve uma performance de crescimento bastante elevado. Ou seja, o capitalismo brasileiro encontrou em São Paulo o seu melhor "habitat", e a industrialização em seu sentido amplo não se restringiu à região da Grande São Paulo, ao contrário, implantou-se em várias partes do território paulista.

Na verdade, mostramos que a interiorização do desenvolvimento em São Paulo, expressa pela modernização e desenvolvimento da vida urbana do Interior do Estado e pelas profundas transformações das relações econômicas e sociais que estruturam suas cidades, não é apenas o resultado do avanço das instalações de estabelecimentos industriais pelas diversas Regiões Administrativas do Interior. É também resultado das profundas modificações da própria indústria e de modernização da agropecuária, entendidas enquanto processo de transformação de vida econômica e social. Esses movimentos se desenvolveram articuladamente no espaço, dando forma e dinamismo a um sistema urbano marcado por desequilíbrios e desigualdades sócios-econômicos consideravelmente menores, em relação à média do País.

Assim, foi preciso pesquisar os diversos processos que originaram a indústria interiorizada: casos em que as oficinas das companhias ferroviárias originaram concentrações significativos de um proletariado urbano precoce; em que o

desenvolvimento da indústria teve origem na própria dinâmica da acumulação durante a expansão cafeeira; em que seu desenvolvimento esteve intimamente ligado à proximidade da base agrícola (açúcar, algodão e carnes, por exemplo); casos em que a localização industrial foi beneficiada por fontes naturais energéticas; outros originados das antigas formas de acumulação mercantil nos negócios cafeeiros, açucareiros e algodoeiros, etc; bem como em decorrência da diversificação agrícola que possibilitou a implantação de segmentos agroindustriais como beneficiamento de cereais, produção de açúcar e álcool e de produção de origem animal; ou ainda casos em que desenvolveu importante indústria mecânica de aparelhos e equipamentos para a agricultura e agroindústria.

O acelerado processo de concentração industrial que estava em curso no Estado de São Paulo aprofunda-se na Grande São Paulo, que ganha considerável peso relativo no total da indústria brasileira; no entanto, procuramos analisar o comportamento da indústria interiorizada nesse mesmo período, que não deixou de crescer, apenas o fez a ritmo pouco inferior ao da Grande São Paulo. Prova-o o fato de que a indústria de transformação do Interior paulista teve taxa de crescimento acima da média da indústria brasileira, com o que ampliou sua participação no valor da transformação industrial do país, de 10,9% em 1928, para 14,7% em 1967/70.

Após 1967, quando se inicia a segunda fase da industrialização pesada, começa o processo de desconcentração da indústria de transformação de São Paulo: entre 1970 e 1990, a participação de São Paulo no VTI da indústria de transformação brasileira declina de 58,2% para 49,2%. Esse processo foi mais acentuado em sua Região Metropolitana com declínio, nesse mesmo VTI, de 43,4% para 26,2%.

Desde logo, é preciso ter em conta que nesse período estruturou-se um conjunto de interesses regionais que reivindicavam políticas capazes de atrair investimentos, via incentivos fiscais e creditícios. O Nordeste foi a primeira região a beneficiar-se com a criação da SUDENE, na década anterior; a seguir foi a vez da Amazonia, através da SUDAM e Zona Franca de Manaus e, anos mais tarde, os incentivos passaram também a contemplar o Estado do Espírito Santo.

Em que pese a importância desses incentivos, as ações de governo só ganharam maior eficácia com o II PND, que também explicitava a desconcentração da atividade produtiva do Estado de São Paulo, através de investimentos capazes de

ampliar a capacidade produtiva de setores como o de bens de capital, insumos básicos, siderurgia, petroquímica, não ferrosos e programa nuclear, etc. A partir deste, a periferia nacional tornou-se a maior receptora dos novos investimentos, auxiliada pela sua importante base de recursos naturais, bem como pelas decisões macropolíticas do governo federal, por exemplo, na criação de polos petroquímicos (Bahia e Rio Grande do Sul) e de insumos básicos.

Como reflexo de parte desse processo, a participação de São Paulo no VTI da indústria de transformação do país declinou de 58,2% para 54,4%, entre 1970 e 1980. No início da década de 80, ainda como resultado da maturação de inúmeros projetos produtivos, essa participação declina, ainda mais, chegando a 51,9% em 1985.

Os indicadores industriais mostram o avanço da indústria em quase todas regiões e estados brasileiros: no Norte devido à Zona Franca de Manaus e ao Complexo de Mineração e Siderurgia do Programa Carajás; no Nordeste devido ao Pólo Petroquímico de Camaçari, na Bahia, e ao Complexo Cloroquímico de Alagoas e Sergipe, no Centro Oeste pela expansão agroindustrial; no restante do Sudeste, ocorreu expansão da Siderurgia em Minas Gerais e de papel, celulose e Siderurgia no Espírito Santo, além da instalação da FIAT em Betim; no Sul verificou-se o crescimento da química devido ao Pólo Petroquímico de Triunfo no Rio Grande do Sul, da indústria de papel e celulose no Paraná, da indústria mecânica e de calçados gaúcha, de vestuário, confecções e de fumo em Santa Catarina, bem como da agroindústria desses três estados. A expansão da agropecuária brasileira fora de São Paulo merece destaque especial, porque foi outro aspecto que favoreceu esse processo de desconcentração, com o estado perdendo posição relativa nesse setor.

A desconcentração industrial da Área Metropolitana de São Paulo foi efetiva: sua participação relativa no VTI da indústria de transformação do país declinou de 43,4%, em 1970, para 34,2% em 1980 e para 29,4% em 1985. Contribuíram para esse processo os investimentos produtivos do II PND, a agroindustrialização da Periferia Nacional e do Interior paulista, as deseconomias de aglomeração e o dinamismo da ação sindical metropolitana, bem como o conjunto das ações governamentais de desconcentração metropolitana e de interiorização do desenvolvimento econômico de São Paulo, notadamente no que se refere à extraordinária expansão da infra-estrutura viária e de telecomunicações nesse período.

Há que se destacar que o Interior paulista, muitas vezes beneficiou-se mais desse processo que as demais regiões brasileiras, sendo importante receptor de novos investimentos industriais como: a) expansão de indústrias localizadas inicialmente na metrópole; b) compartilhando benefícios advindos da expansão do parque automobilístico, principalmente nas regiões administrativas de Campinas e São José dos Campos; c) beneficiando-se da instalação e expansão de duas importantes refinarias de petróleo (Paulínia e São José dos Campos); d) retendo os impactos positivos da política de substituição de energia, através do Proálcool, tanto na produção agrícola e agroindustrial de álcool, como da produção de máquinas e equipamentos para o setor; e) beneficiando-se direta e indiretamente da política de incentivos às exportações de produtos industriais e de produtos agroindustriais (como café, soja, suco de laranja, carnes, etc.). Como consequência, a participação do Interior de São Paulo no VTI da indústria de transformação brasileira passou de 14,7% em 1970, para 20,2% em 1980, e para 22,5% em 1985.

Em outras palavras, o Interior paulista tornou-se o segundo aglomerado industrial do país, concentrando em 1990 o equivalente a 23,0% do VTI da indústria de transformação brasileira e 46,7% do VTI de São Paulo. Não é demais lembrar que esse processo denominado de "interiorização da indústria paulista" com forte presença nas regiões administrativas de Campinas, São José dos Campos, Ribeirão Preto, Sorocaba e Santos, foi determinado por um conjunto relativamente amplo de fatores, além dos citados no parágrafo anterior. Vale mencionar: a) a consolidação de vários centros de pesquisas, como a UNICAMP, o CPqD da Telebrás e o CTI que favoreceram a instalação de empresas do setor eletro- eletrônico e de informática em Campinas; fenômeno que repetiu-se em menor grau com o setor aeronáutico em São José dos Campos, através do CTA; b) as políticas estaduais de interiorização da indústria e as políticas de atuação municipais, que resultaram em elevados investimentos em infraestrutura, especialmente na malha de transportes e, c) as políticas restritivas de ordem ambiental e o fortalecimento das atividades sindicais na Região Metropolitana de São Paulo, que aliados ao surgimento de deseconomias de aglomeração, inibiram novos investimentos produtivos na Metrópole e tornaram o Interior paulista mais atrativo para as novas indústrias ou para suas ampliações.

Em que pese a acentuada perda de posição relativa da RMSP pós 1970, é preciso deixar claro que ela ainda se constitui no mais importante centro industrial do País, com forte presença de segmentos mais complexos que se articulam com o

restante da indústria nacional. Cabe lembrar que a Grande São Paulo transformou-se na Grande Metrópole nacional, tornando-se o mais importante centro financeiro e mercantil do País, que além da grande concentração industrial e de serviços, ganhou aspecto de metrópole internacional, passando por reestruturação do setor terciário e concentrando grande parte da produção nacional de serviços novos e mais especializado.

Destaque-se, ainda, que na análise dos determinantes da interiorização ou da desconcentração, tanto para a Periferia Nacional como para o Interior paulista, fica evidente o peso das decisões de política econômica ou dos investimentos produtivos a eles subordinados, realizados no âmbito do II PND, durante os anos 70, muitos dos quais só vieram a completar-se na década seguinte, o que explica, em grande parte, a continuidade da desconcentração durante a crise econômica dos anos 80.

Acreditamos que esse processo tenha atingido seu auge no início dos anos 90, quando se agrava a recessão e tem início a política de abertura comercial. Na verdade, as razões que provocaram esse acelerado processo de interiorização em São Paulo estão perdendo importância, ao mesmo tempo que as estruturas setoriais das indústrias metropolitana e interiorizada tornaram-se bastante próximas, o que, de certa forma, aponta para certa convergência em seu comportamento. Com o esgotamento dos ciclos de investimentos iniciados nos anos 70, a economia do Interior passou a ter suas taxas de crescimento/decréscimo da produção e do emprego semelhante ao da Metrópole.

A questão que se coloca a partir dos anos 90 é a de se irá sustentar-se ou não a "tendência" à desconcentração da indústria paulista e sua própria interiorização. Existe certo consenso de que as atuais mudanças tecnológicas e organizacionais apontam para o bloqueio parcial desse processo de desconcentração, onde São Paulo, que reúne grande parte dos novos requisitos locacionais da acumulação flexível, seria importante receptor dos novos investimentos e produtos. Com isso, há a possibilidade de estabilizar o grau de concentração industrial paulista ou, o que é mais provável, continuar um processo de lenta desconcentração, acompanhado igualmente de um lento aumento da participação da indústria interiorizada no total da indústria paulista.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- ALBUQUERQUE, Rui H.P.L. Capital Comercial, Indústria e Produção Agrícola - As Relações de Produção na Conicultura Paulista (1920-1950). São Paulo, HUCITEC, CNPq, 1985.
- ALTMAN, Ana Maria Goldani. "Região da Grande São Paulo" in Análise Demográfica Regional, Fundação SEADE, São Paulo, 1983.
- AURELIANO DA SILVA, Liana M.L. No Limiar da Industrialização. Editora Brasiliense, São Paulo, 1981.
- AZZONI, Carlos Roberto. "A Lógica da Dispersão da Indústria no Estado de São Paulo". in Estudos Econômicos, São Paulo, IPE-USP, 1986, nº16 (Especial).
- AZZONI, Carlos Roberto. "La Nueva Direccion de la Indústria Paulista". in Anais do Seminário Internacional Revolucion Tecnológica y Reestruturación Productivo: Impactos e Desafios Territoriales. Santiago do Chile, 22 a 25 de agosto de 1989.
- AZZONI, Carlos Roberto. Incentivos Municipais e Localização Industrial no Estado de São Paulo. São Paulo. IPE USP, Ensaio Econômicos nº 6, 1981.
- AZZONI, Carlos Roberto. Indústria e Reversão da Polarização no Brasil. São Paulo, 1986. Série Ensaio Econômicos nº 58.
- BAER, Werner. A Industrialização e Desenvolvimento Econômico do Brasil. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1975.
- BANDEIRA JR., Antonio F.A. A Indústria no Estado de São Paulo. São Paulo, 1908.
- BARROS, José Mendonça de & GRAHM, Douglas M. "A Recuperação Econômica e a Desconcentração do Mercado da Indústria Têxtil Paulista Durante a Grande Depressão: 1928/37" in Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, Volume II, nº 1, abril de 1981.

- BECKER, Bertha K. & EGLER, Cláudio A. G. Brasil: Uma Nova Potência Regional na Economia. Rio de Janeiro, Editora Bertrang Brasil S.A., 1933.
- BELIK, Walter. O Setor Canavieiro Paulista nos Anos 90. Campinas, FECAMP-SCT-UNICAMP, 1990.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello & CARDOSO DE MELLO, João Manuel, "Reflexões sobre a Crise Atual" in Escrita Ensaio. Publicação Simestral de Revista Escrita. São Paulo, 1977, Ano I, nº 2.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello & COUTINHO, Renata. Desenvolvimento Capitalista no Brasil - Ensaio sobre a Crise. São Paulo, Editora Brasiliense, 1982, vol. 1 e 1983, vol. 2.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello e TAVARES, Maria da Conceição. "Notas sobre o Processo de Industrialização Recente", in BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello e COUTINHO, Renata. Desenvolvimento Capitalista no Brasil - Ensaio sobre a Crise. São Paulo, Editora Brasiliense, 1982, Vol. 1.
- BRANDT, Vinicius Caldeira (Coord.) São Paulo: Trabalhar e Viver. São Paulo, Editora Brasiliense - Comissão de Justiça e Paz, 1989.
- CAMARGO, A.B.M. "Região de Bauru: uma área de recuperação demográfica" in Análise Demográfica nº 3, Fundação SEADE, São Paulo, 1982.
- CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de e outros. São Paulo 1975: Crescimento e Pobreza. Loyola, 1976.
- CAMPOS LEME, Heládio José de. "A Região Administrativa de Bauru". Relatório nº 5.9. da Pesquisa São Paulo no Limiar do Século XXI. Convênio FECAMP-IPT-SPG. Campinas, 1990.
- CANO, Wilson & PACHECO, Carlos Américo. "Trajetórias Econômicas e Demográficas para a Década de 90", in CANO, Wilson (Coord.) Coleção São Paulo no Limiar do Século XXI. Governo do Estado de São Paulo, SPG- FSEADE, São Paulo, 1992, Vol. 1.

- CANO, Wilson. "Concentración, Desconcentración y Descentralización en Brasil".in CURBELO, J. L. et alli (Ed.) Territórios en Transformación. FEDER/C.S.I.C.- Madrid, 1994.
- CANO, Wilson. "O Problema da Concentração Industrial Urbana: o caso típico de São Paulo. In: Revista Paranaense de Desenvolvimento; nº 4, Curitiba, 1968.
- CANO, Wilson. (Coordenador). A Interiorização do Desenvolvimento Econômico no Estado de São Paulo (1920-1980). São Paulo, Fundação SEADE, 1988, Coleção Economia Paulista, Vol. 1, nº 1, 2 e 3.
- CANO, Wilson. Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil (1930 - 1970). São Paulo, Editora Global e Campinas, Editora da UNICAMP, 1985.
- CANO, Wilson. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. São Paulo, T.A.Queiróz, 1981.
- CANUTO, Otaviano. "Aprendizado Tecnológico na Industrialização Tardia". in Economia e Sociedade. Campinas, Instituto de Economia da UNICAMP, 1992, nº1.
- CARDOSO DE MELLO, João Manoel. O Capitalismo Tardio. São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.
- CARNEIRO, "Crise, Ajustamento e Estagnação" in Economia e Sociedade. Campinas, Instituto de Economia da UNICAMP, agosto de 1992, nº1.
- CARNEIRO, Ricardo. Crise, Estagnação e Hiperinflação (A Economia Brasileira nos Anos 80). Tese de Doutorado apresentada ao IE/UNICAMP, Campinas, 1991.
- CASTRO, Antonio Barros de. Sete Ensaio sobre a Economia Brasileira. Rio de Janeiro, 1969, vol. 1 e 1971, vol. 2.
- CASTRO, Antonio Barros e PIRES DE SOUZA, Francisco Eduardo. A Economia Brasileira em Marcha Forçada. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1985.

- CEPAL - BNDE. Brasil 66 - A Evolução da Economia Brasileira. Rio de Janeiro, 1967, mimeografado pelo DEPE-IFCH da UNICAMP, Campinas, 1972.
- COSTA, L.B. & WONG, L.R. "Região de Araçatuba - uma área de esvaziamento populacional". in Análise Demográfica nº 10. Fundação SEADE, São Paulo, 1982.
- COSTA, Wanderlei Messias. "O Sistema Viário". Relatório de Pesquisa. A Interiorização do Desenvolvimento Econômico no Estado de São Paulo (1920-1980). Campinas, FECAMP-SEP, 1987.
- COSTA, Wanderley Messias de. O Processo Contemporâneo da Produção Industrial em Território Paulista. Dissertação de Mestrado apresentada a FFCL-USP. São Paulo, 1972.
- DEAN, Warren. A Industrialização de São Paulo (1880-1945). São Paulo, DIFEL-EDUSP, 1971.
- DELFIN NETO, Antonio. O Problema do Café no Brasil. São Paulo, USP, 1966.
- DELGADO, Guilherme C. Capital Financeiro e Agricultura no Desenvolvimento Recente da Economia Brasileira. Tese de Doutorado apresentada ao DEPE-IFCH-UNICAMP, Campinas, 1984.
- DINIZ, Clélio Campolina. Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira. Campinas, Dissertação de Mestrado apresentada ao DEPE-IFCH-UNICAMP, 1978.
- DINIZ, Clélio Campolina & LEMOS, Maurício Borges. "Dinâmica Regional e suas Perspectivas", in Para a Década de 90: Prioridade e Perspectiva de Políticas Públicas. Brasília, IPEA/IPLAN, Vol. 3, 1989.
- DINIZ, Clélio Campolina. "Desenvolvimento Poligonal no Brasil - nem desconcentração nem contínua polarização". Belo Horizonte, 1991, mimeografado.
- DINIZ, Clélio Campolina. Caapitalismo, Recursos Naturais e Espaço. Tese de Doutorado apresentado ao IE-UNICAMP, Campinas, 1987.

- DINIZ, Clélio Campolina. Dinâmica Regional da Indústria no Brasil: Início de Desconcentração, Risco de Desconcentração. Tese do Concurso de Professor Titular ao Departamento de Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, Belo Horizonte, 1991.
- DOELLINGER, Carlos Von e outros. A Política Brasileira de Comércio Exterior e seus Efeitos: 1967/73. Relatório de Pesquisa nº 22. Rio de Janeiro, IPEA-INPES, 1974.
- DRAIBE, Sonia. Rumos e Metamorfoses: um estudo sobre a Constituição do Estado e as alternativas da Industrialização no Brasil (1930 - 1960). Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1985.
- DUARTE, Renato. "Dinâmica e Transformação da Economia Nordestina na Década de 70 e nos Anos 80". in Revista de Economia do Nordeste. Fortaleza, Vol. 20, nº 4, out-dez. de 1989.
- FAGNANI, Eduardo. Pobres Viajantes: Estado e Transporte Coletivo Urbano (Brasil e Grande São Paulo) 1964-1985. Campinas, Dissertação de Mestrado apresentada ao DEPE-IFCH-UNICAMP, 1985.
- FIBGE. Anuário Estatístico do Brasil, Rio de Janeiro, 1991, Vol. 51.
- FONSECA, Rinaldo Barcia & SALLES FILHO, Sérgio. "A Agropecuária Brasileira" in CANO, W. (Coord.). Coleção São Paulo no Limiar do Século XXI. Governo do Estado de São Paulo - SPG - FSEADE, São Paulo, 1992, Vol. 2.
- FUNDAÇÃO IBGE. Indicadores Sociais para Áreas Urbanas. Rio de Janeiro, 1988.
- FUNDAÇÃO SEADE. Agroindústria Paulista. São Paulo, Coleção Economia Paulista, Vol. 3, 1989.
- FUNDAÇÃO SEADE. Características Gerais do Processo de Industrialização Paulista. São paulo, 1988.
- FUNDAP. Relatório de Pesquisa: Análise e Planos sobre a Organização Industrial no Estado de São Paulo. São Paulo, 1979. 3º Relatório.

FUNDAP. Relatório de Pesquisa: Fatores de Localização a Nível Regional e Municipal. São Paulo, 1979, 2º Relatório.

FUNDAP. Relatório de Pesquisa: Sugestões de Medidas Fiscais e Financeiras para uma Política de Descentralização Industrial no Estado de São Paulo. São Paulo, 1979, 1º Relatório.

FUNDAP. Relatório de Pesquisa: Tendência da Localização Industrial no Brasil e em São Paulo. São Paulo, 1979.

FUNDAP. Relatório de Pesquisa: Tendências Recentes de Localização Industrial. São Paulo, 1979. 4º Relatório.

FURTADO, Celso. A Fantasia Desfeita. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.

GAZETA MERCANTIL. São Paulo 10 e 12 de março de 1990.

GEIGER, Pedro P. & Davidovich, Fany R. "The Spatial Strategies of State in the Political Economic of Brazil". in SCOTT, Allen J. & STORPER, Michael. Production, Work, Territory - The Geographical Anatomy of Industrial Capitalism. Boston, Allen & Unwin, 1986.

GIRALDELLI, B.W. & WONG, L.R. "Região de São José do Rio Preto - um exemplo da situação do "Oeste Paulista" in Análise Demográfica nº 9. Fundação SEADE, São Paulo, 1982.

GOLDENSTEIN, S., e CARVALHÃES, S.G. "Avaliação Política da Descentralização Industrial: a experiência do complexo industrial da Baixada Santista". in Edição Especial da Revista Espaço e Debate, nº 13, ano IV. São Paulo, 1984.

- GONÇALVES OHTAKE, Maria Flora. O Processo de Urbanização em São Paulo: dois momentos, duas faces. São Paulo, Dissertação de Mestrado apresentada a PUC-SP, FCS, 1982.
- GONÇALVES, M.F. & SEMEGHINI, U.C. "Campinas: Segunda Metrópole Paulista". Campinas. Instituto de Economia da UNICAMP, 1987. (mimeografado).
- GONÇALVES, Maria Flora. "Mudanças na Composição do Emprego" in CANO, Wilson (Coord.). A Interiorização do Desenvolvimento Econômico no Estado de São Paulo (1920-1980). São Paulo, Fundação SEADE, 1988, Coleção Economia Paulista, Vol. 1, nº 3.
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO - Secretaria dos negócios Metropolitanos. Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S.A. - EMPLASA. Legislação Básica de Interesse Metropolitano, São Paulo, 1985.
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. Revista Economia Paulista, Vol. 2, nº 5. São Paulo, 1970.
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria de Economia e Planejamento. Coordenadoria de Ação Regional. A Industrialização e os Incentivos Fiscais. São Paulo, 1973.
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria de Economia e Planejamento. Cidades Médias e Desenvolvimento Industrial: uma proposta de descentralização metropolitana. Série Estudos e Pesquisas nº 17, São Paulo, 1979.
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria de Economia e Planejamento - SEPLAN. Aspectos Estruturais do Desenvolvimento da Economia Paulista - Indústria Automobilística. São Paulo, Série Estudos e Pesquisas nº 14, 1978.
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria de Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia - SICCT. Diretrizes para uma Política de Desenvolvimento e Descentralização Industrial. São Paulo, julho de 1982.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria de Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia - SICCT. Áreas Prioritárias para o Assentamento Industrial. Vols. I, II e III. São Paulo, Setembro de 1982.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria de Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo. Distritos Industriais no Estado de São Paulo. São Paulo, 1985.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria do Interior, Coordenadoria de Ação Regional - CAR. Fatores Locacionais da Indústria e o Desenvolvimento Regional no Estado de São Paulo. São Paulo, 1981.

GRAHM, Douglas H. & Hollanda Filho, Sérgio B. Migrações Internas no Brasil: 1872-1970. São Paulo, IPE-USP, 1984.

GUARNIERI, Laura Corrêa. Impactos do Proálcool sobre o Emprego no Estado de São Paulo. São Paulo, IPT, s.d.

GUIMARÃES NETO, Leonardo & GALINDO, Osmil "Quem Controla o Que na Indústria Incentivada do Nordeste". in Anais do XX Encontro Nacional de Economia, Campos do Jordão -SP, Dezembro de 1992, Vol. 2.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. Nordeste: da Integração Comercial à Integração Econômica. Campinas, Tese de Doutorado, UNICAMP, IE., 1986.

HADDAD, Claudio L.S. Crescimento do Produto Real no Brasil: 1900-1947. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1978.

HASSE, G. A Laranja no Brasil. São Paulo, Editora Duprat & Lobe, 1987.

HOLLOWAY, Tomaz H. Imigrantes para o Café. São Paulo. Editora Paz e Terra, 1984.

IBGE. Censo Industrial - Resultado Retrospectivo de 1920, 1940 e 1950. Rio de Janeiro, 1958.

- IBGE. Censo Industrial de 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980 e 1985. Rio de Janeiro, Vários Anos.
- IBGE. Pesquisa Industrial de 1956. Rio de Janeiro, 1958.
- IBGE. Pesquisa Industrial de 1967. Rio de Janeiro, 1969.
- KAGEYAMA, Angela. Modernização, Produtividade e Emprego na Agricultura - uma análise regional. Tese de Doutorado apresentada ao IE-UNICAMP, Campinas, 1986.
- LABINI, Paulo Sylos. Oligopólio e Progresso Técnico. São Paulo, Abril Cultural, 1984.
- LANGENBUCH, Juergen Richard. Estruturação da Grande São Paulo - um estudo de geografia urbana. Rio de Janeiro, IBGE, 1971.
- LESSA, Carlos. Estratégia do Desenvolvimento: Sonho e Fracasso (1974-1976). Tese apresentada para o concurso de Professor Titulas - FEA-UFRJ, Rio de Janeiro, 1978.
- LESSA, Carlos. Quinze Anos de Política Econômica. Campinas, UNICAMP, Cadernos do IFCH, 1975.
- LIMA, Heitor Ferreira. Evolução Industrial de São Paulo. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1954.
- LIMA, M.A. Mudanças Tecnológicas, Organização Industrial e Expansão da Produção de Frango de Corte no Brasil. São Paulo, FEA-USP, Dissertação de Mestrado, 1984.
- LORENZO, Helena Carvalho de. O Setor de Energia Elétrica no Estado de São Paulo (1900-1980). Relatório de Pesquisa. Campinas, FECAMP-SEP, 1987.
- LOVE, Joseph. A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1982.

- MALAN, Pedro S. e outros. Política Econômica Externa e Industrialização no Brasil (1939/52). Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1980. (2ª edição).
- MALUF, Renato Sérgio (Coord.) Aspectos da Constituição e Desenvolvimento do Mercado de Trabalho em Piracicaba. Piracicaba, UNIMEP-NPDR, 1984.
- MARANGONE, A.B. e ORTIZ, L.P. "Região do Vale do Paraíba - mudanças recentes em área de povoamento antigo". in Análise Demográfica Regional nº 4. Fundação SEADE, São Paulo, 1985.
- MARQUES, Moacyr. "A Estruturação da Rede Viária Terrestre de São Paulo" in Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, novembro de 1978, nº 55.
- MARTINELLI Jr., O. & CAMARGO FILHO, O.R. de. Exportações e Destino dos Principais Complexos Agroindustriais do Estado de São Paulo. Campinas, FECAMP-IE-UNICAMP, Relatório de Pesquisa, 1989.
- MARTINELLI Jr., O.M. O Complexo Agroindustrial no Brasil: um estudo sobre a agroindústria citrícola no Estado de São Paulo. São Paulo, Dissertação de Mestrado apresentada a USP, 1987.
- MATOS, Odilon Nogueira de. Café e Ferrovias. São Paulo, Alfa-Ômega, 1974 (2ª edição).
- MELLO, Zélia Maria Cardoso de. & SAES, Flávio A. M. "Características dos Núcleos Urbanos em São Paulo. Revista Estudos Econômicos. São Paulo, FIPE-USP, 15(2), maio/agosto, 1985.
- MELO, Hildete Pereira de. "O Café e a Economia Fluminense: 1889/1920, Rio de Janeiro, DE-UFF, s.d.
- MILLIET, Sérgio. Roteiro do Café e Outros Ensaios. São Paulo, HUCITEC, 1982.
- MINITTI, Igreja; Abel C. e CAMARGO, A.M.M.P. de. Diagnóstico Setor do Agropecuário, in Pesquisa: São Paulo no Limiar do Século XXI - Perspectivas dos

- Setores Produtivos (1980-2000). Convênio IPT-FECAMP; Documento nº 3.1.2., Campinas, 1990.
- MIRANDA, José Carlos de Rocha. "Dinâmica da Economia Brasileira nas Décadas de 70 e 80". Relatório nº 2.1.A. da Pesquisa São Paulo no Limiar do Século XXI. Convênio FECAMP-IPT-SPG. Campinas, 1990.
- MONBEING, Pierre. Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo, HUCITEC-Poli, 1984.
- MONTAGNER, Paula. "A Agroindústria Paulista e a Crise dos Anos 80". In Fundação SEADE, Revista São Paulo em Perspectiva. Vol. 1, nº 3, São Paulo, out/dez. de 1987.
- MONTAGNER, Paula. Agroindústria: Evolução de um Instrumento Analítico. Dissertação de Mestrado apresentada ao IE-UNICAMP. Campinas, 1989.
- MORSE, Richard M. Formação Histórica de São Paulo - de Comunidade à Metrópole. São Paulo, DIFEL, 1970.
- MOTTA, A.C.C.R. "O Proálcool na Região de Ribeirão Preto" in Revista da Fundação SEADE. Vol. 1, nº 1. janeiro-abril de 1985.
- MOTTA, A.C.C.R. & QUINTEIRO, M.C. "Região de Ribeirão Preto - um novo pólo de atração migratória" in Análise Demográfica Regional nº 7. Fundação SEADE, São Paulo, 1987.
- MULLER, Geraldo. A Agricultura no Complexo Agroindustrial Paulista. CEBRAP, São Paulo, 1985.
- NEGRI, Barjas & PACHECO, Carlos Américo. "Mudança Tecnológica e Desenvolvimento Regional nos Anos 70: da Interiorização do Desenvolvimento à Nova Dimensão Espacial da Indústria Paulista". Relatório de Pesquisa Desenvolvimento Tecnológico e Competitividade da Indústria Brasileira. SCTDE/FECAMP/IE/UNICAMP. Campinas, 1993.

- NEGRI, Barjas e CANO, Wilson. "A Interiorização da Indústria Paulista nos anos 70", in Anais do XV Encontro nacional de Economia. Salvador, ANPEC, 1987.
- NEGRI, Barjas, GONÇALVES, Maria Flora e CANO, Wilson. "O Processo de Interiorização do Desenvolvimento e da Urbanização no Estado de São Paulo (1920-1980)" in A Interiorização do Desenvolvimento Econômico no Estado de São Paulo 1920 - 1980. São Paulo, Fundação SEADE, 1988, Coleção Economia Paulista, Vol. 1.
- NEGRI, Barjas, Um Estudo de Caso da Indústria Nacional de Equipamentos: Análise do Grupo Dedini. Campinas, Dissertação de Mestrado apresentada ao DEPE-IFCH-UNICAMP, 1977.
- NEGRI, Barjas. "A Indústria de Equipamentos para o Setor Produtor de Açúcar e Alcool: um estudo de oligopólio". in Revista de Economia Política, Vol. 1, nº 3. São Paulo, julho-setembro de 1981.
- NEGRI, Barjas. "A Indústria de Transformação do Estado de São Paulo (1970-1989)" in GESP/SPG/FSEADE. São Paulo no Liminar do Século XXI. São Paulo, 1993, Vol. 3.
- NEGRI, Barjas. "A Interiorização da Indústria Paulista (1920-1980)" in CANO, Wilson (Coord.) A Interiorização do Desenvolvimento Econômico no Estado de São Paulo (1920-1980). São Paulo, Fundação SEADE, 1988, Coleção Economia Paulista, Vol. 1, nº 2.
- NEGRI, Barjas. "A Nova Realidade Regional Brasileira: Dinâmica Recente da Distribuição Espacial da Atividade Industrial no Brasil - O Novo Espaço da Indústria Paulista". Relatório de Pesquisa B.1., Convênio SPG/FECAMP/UNICAMP/IE/NESUR, Campinas, 1992.
- NEGRI, Barjas. "As Políticas de Descentralização Industrial e o Processo de Interiorização em São Paulo: 1970-1985" in TARTAGLIA, J.C. & OLIVEIRA, O.L. (orgs.). Modernização e Desenvolvimento do Interior de São Paulo. São Paulo, Editora da UNESP, 1988.

- NORTH, Douglas . "Industrialization in the United States" in The Cambridge Economic History of Europe. Vol. VI, Cap. VII.
- NÚCLEO DE ECONOMIA SOCIAL, URBANA E REGIONAL - NESUR, DO INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNICAMP. O Censo de 1991 e a Nova Realidade Regional de São Paulo. Campinas, 1992.
- OLIVEIRA, Osvaldo Luiz de. "A Região Administrativa de Presidente Prudente". Relatório nº 5.12. da Pesquisa São Paulo no Limiar do Século XXI. Convênio FECAMP-IPT-SPG. Campinas, 1990.
- ORTEGA, A.C. A Indústria de Rações: da especialização à integração vertical. Campinas, Dissertação de Mestrado apresentada ao IE-UNICAMP, 1988.
- ORTIL, L.P. & CAMARGO, A.B.M. "Região de Sorocaba - Situação demográfica e alguns fatores associados a sua elevada mortalidade", in Análise Demográfica Regional, nº 5, Fundação SEADE, 1982.
- ORTIZ, L.P. "Região de Presidente Prudente - vinte anos de alta evasão populacional" in Análise Demográfica nº 11. Fundação SEADE, São Paulo, 1983.
- PACHECO, Carlos Américo (Coord.) "A Dinâmica Industrial e Financeira na Especialização das Regiões". Relatório de Pesquisa O Novo Mapa da Economia Brasileira. Rio de Janeiro, IPEA, 1993.
- PACHECO, Carlos Américo. "A Região Administrativa do Vale do Paraíba". in São Paulo no Limiar do Século XXI - Cenário da Urbanização Paulista. São Paulo, Governo do Estado de São Paulo - Secretaria de Planejamento e Gestão - Fundação SEADE, 1992.
- PACHECO, Carlos Américo. "Evolução Recente da Urbanização e da Questão Regional do Brasil: Implicações Econômicas para a Dinâmica Demográfica", in Anais da IV Conferência Latino-Americana de Población, Ciudad de México, abril de 1993.

- PACHECO, Carlos Américo. Análise Demográfica. Relatório de Pesquisa "A Interiorização do Desenvolvimento e do Comércio no Estado de São Paulo (1920 - 1980)". Campinas, UNICAMP- FECAMP-SEP, 1987.
- PACHECO, Carlos Américo. Café e Cidades em São Paulo: Um Estudo de Caso da Urbanização na Região de Araraquara e São Carlos (1988-1930). Dissertação de Mestrado apresentado ao Instituto de Economia da UNICAMP para obtenção do Título de Mestre em Economia, Campinas, 1988.
- PORTUGAL, José Geraldo. Crescimento Acelerado e Absorção de Força de Trabalho no Brasil. Campinas, Dissertação de Mestrado apresentada ao IE-UNICAMP, 1989.
- POSSAS, Mário Luiz. Estruturas de Mercado em Oligopólio. São Paulo, Editora HUCITEC, 1985.
- PRADO JR., Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo, Editora Brasiliense, 1977.
- RAMOS, Pedro. Um Estudo da Evolução e da Estrutura da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo (1930-1982). São Paulo, Dissertação de Mestrado apresentado ao Curso de Pós-Graduação da EAESP/FGV, Área de Economia Aplicada, 1983.
- RATTNER, Henrique. "Estudos sobre Deseconomias na Área Metropolitana da Grande São Paulo". São Paulo, EAESP-FGV, 1974. (mimeografado).
- REDWOOD III, J. "Reversión de Polarización, Cidades Secundárias, Y Eficiencia en el Desarrollo Nacional: Una Vision Teórica Aplicada al Brasil Contemporáneo". Revista Eure, março de 1985.
- REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. I Plano de Desenvolvimento Econômico e Social: 1972 - 1974. Brasília, 1971.
- REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. II Plano Nacional de Desenvolvimento: 1975 - 1979. Brasília, 1974.

- REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Metas e Bases para a Ação do Governo - Síntese. Brasília, Setembro de 1970.
- REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Os Grandes Números do III Governo da Revolução - Metas Estratégicas Setoriais. Brasília, Setembro de 1971.
- RICHARDSON, H.W. "Polarization Reserval in Development Countries. Papers of the Regional Science Association, 1980. Vol. 45.
- RIZZIERI, Juarez A.B. Desenvolvimento Econômico e Urbanização: produtividade das cidades e custos dos serviços públicos por ordem de tamanho urbano São Paulo, FIPE-USP, Ensaio Econômicos nº 18, 1982.
- RODRIGUES, R.N. & GIRALDELLI, B.W. "Região de Marília - Capitalização do campo e expulsão da população" in Análise Demográfica Regional nº 12. Fundação SEADE, 1982.
- RODRIGUES, Roberto do Nascimento "Região do Litoral - um núcleo de disparidades interregionais" in Análise Demográfica Regional nº 3. Fundação SEADE, São Paulo, 1982.
- RODRIGUES, Roberto do Nascimento & WONG, Laura Rodrigues "Estado de São Paulo. O Perfil Populacional do Estado de São Paulo, segundo o Censo de 1980". in Análise Demográfica Regional, Fundação SEADE, São Paulo, 1982.
- SAES, Flávio Azevedo Marques de. As Ferrovias de São Paulo (1870-1940). São Paulo, HUCITEC-INL-MEC, 1981.
- SAIC-DEIC/SP. Estatística Agrícola e Zootécnica do Estado de São Paulo, São Paulo, 1932 e 1938.
- SAIC-DEIC/SP. Estatística Industrial do Estado de São Paulo, São Paulo, 1928 e 1937.
- SANTOS, Marli Alves. "A Região Administrativa da Baixada Santista". Relatório da Pesquisa São Paulo no Limiar do Século XXI. Convênio FECAMP-IPT-SPG. Campinas, 1997.

- SEMEGHINI, Ulysses Cidade. Do Café a Indústria - Uma Cidade e Seu Tempo. Campinas, Editora da UNICAMP, 1991.
- SEMEGHINI, Ulysses Cidade. "A Região Administrativa de Campinas". Relatório nº 5.5. da Pesquisa São Paulo no Limiar do Século XXI. Convênio FECAMP-IPT-SPG. Campinas, 1990.
- SEMEGHINI, Ulysses Cidade. "A Região Administrativa de Ribeirão Preto". Relatório nº 5.6. da pesquisa São Paulo no Limiar do Século XXI. Convênio FECAMP-IPT-SPG, 1990.
- SEMEGHINI, Ulysses Cidade. "Urbanização e Demandas Sociais em Bauru". Relatório da Pesquisa Explosão Urbana e Demandas Sociais. Convênio FECAMP-SEP. Campinas, 1988.
- SEMEGUINI, Ulysses Cidade. Campinas 1860-1980: Agricultura, Industrialização e Urbanização. Dissertação de Mestrado apresentada ao IE-UNICAMP. Campinas, 1988.
- SERRA, José. "Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira de Pós-Guerra" in Revista de Economia Política, Vol. 2/2 nº 6, abril-junho 1982. São Paulo, Editora Brasiliense, 1982.
- SERRA, José. "Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Pós Guerra", in BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello e COUTINHO, Renata. Desenvolvimento Capitalista no Brasil - Ensaio sobre a Crise, São Paulo, Editora Brasiliense, 1982, Vol. 1.
- SILVA, Sérgio. Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil. São Paulo, Alfa-ômega, 1976.
- SIMONSEN, Roberto. Evolução Industrial do Brasil e outros estudos. São Paulo, Editora Nacional e EDUSP, 1973.

- SINGER, Paulo. Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana. São Paulo, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1977..
- STEIN, Stanley Jr. Origem e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil: 1850 - 1950. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1979.
- SUZIGAN, Wilson & SZMERECSÁNYI, Tomás. "Os Investimentos Estrangeiros no Início da Industrialização do Brasil". Campinas, UNICAMP, s.d.
- SUZIGAN, Wilson. "A Industrialização de São Paulo: 1930 - 1945" in Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro, abril/junho de 1971.
- SUZIGAN, Wilson. A Indústria Brasileira após uma Década de Estagnação: questões para uma política industrial. Instituto de Economia da UNICAMP. Texto para Discussão nº 5. Campinas, fevereiro de 1992.
- SUZIGAN, Wilson. A Industrialização Brasileira: Origem e Desenvolvimento. São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.
- SZMERECSÁNYI, Támas. O Planejamento da Agroindústria Canavieira no Brasil: 1930 - 1975. Tese de Doutorado apresentada ao DEPE- IFCH-UNICAMP, Campinas, 1976.
- SZTUTMAN, L. "Exportações Agrícolas e Agroindustriais". In Fundação SEADE, Revista São Paulo em Perspectiva. Vol. 1, nº 3, São Paulo, out/dez. de 1987.
- TANNURI, Luiz Antonio. O Encilhamento. São Paulo, Editora HUCITEC-FUNCAMP, 1981.
- TARTAGLIA, José Carlos & OLIVEIRA, Osvaldo Luiz. "A Agricultura Paulista e sua Dinâmica Regional (1920-1980)", in CANO, Wilson (Coord.). A Interiorização do Desenvolvimento Econômico no Estado de São Paulo (1920-1980). São Paulo, Fundação SEADE. 1988, Coleção Economia Paulista, Vol. 1, nº 2.
- TARTAGLIA, José Carlos e OLIVEIRA, Osvaldo Luiz. Modernização e Desenvolvimento no Interior de São Paulo. São Paulo, Editora da UNESP, 1988.

- TAVARES, Maria da Conceição. Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil. Campinas, Editora da UNICAMP, 1986.
- TAVARES, Maria da Conceição. Ciclo e Crise: O Movimento Recente da Industrialização Brasileira. Rio de Janeiro, Tese apresentada para o concurso de professor titular, UFRJ, 1978.
- TAVARES, Maria da Conceição. Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1973.
- TEIXEIRA, Aloisio. "Vinte Anos de Política Econômica". Relatório nº 2.1.8. da Pesquisa São Paulo no Limiar do Século XXI. Convênio FECAMP-IPT-SPG. Campinas, 1990.
- TOWNROW, P.M. & KEEN, D. "Polarization Reversal in the State of São Paulo" Revista Studies 18, 1984.
- VASCONCELOS, Luiz Antonio Teixeira. "A Região Administrativa de Araçatuba". in Relatório nº 5.10. da pesquisa São Paulo no Limiar do Século XXI. Convênio FECAMP-IPT-SPG. Campinas, 1990.
- VASCONCELOS, Luiz Antonio Teixeira. "A Região Administrativa de São José do Rio Preto". Relatório nº 5.8. da Pesquisa São Paulo no Limiar do Século XXI. Convênio FECAMP-IPT-SPG. Campinas, 1990.
- VERSIANI, Flávio Rabelo. A Década de 20 na Industrialização Brasileira. Rio de Janeiro, IPEA - INPES, 1987. Série PNPE nº 14.
- WONG, L.R. & GIRALDELLI, B.W. "Região de Campinas - o surgimento de uma nova área metropolitana", in Análise Demográfica Regional nº 6. Fundação SEADE, 1983.
- ZIMMERMANN, Gustavo. "A Região Administrativa de Marília". Relatório nº 5.11. da pesquisa São Paulo no Limiar do Século XXI. Convênio FECAMP-IPT-SPG. Campinas, 1990.

ZIMMERMANN, Gustavo. "A Região Administrativa de Sorocaba". Relatório de Pesquisa São Paulo no Limiar do Século XXI. Convênio FECAMP-IPT-SPG. Campinas, 1990.

ZIMMERMANN, Gustavo. Finanças Públicas Municipais: o Caso de Campinas. Dissertação de Mestrado apresentada ao IE-UNICAMP. Campinas, 1987.